

# TRAVESSIA



revista do migrante 95

Publicação do CEM - Ano XXXV, Nº 95 - Setembro - Dezembro/2022

**CEM**  
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS



**DOSSIÊ "PESQUISAR MIGRAÇÕES E MIGRANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA"**

**Esportes**

**Memória**

**Fronteiras**

**Interculturalidade Observatório das Migrações - São Paulo**

**Argentinos**

**Trabalho**

**Português – língua de acolhimento**

**Sino-brasileiros**

**Scalabrini**

**Segunda geração**

**Casas de acolhida**

# **TRAVESSIA - Revista do Migrante**

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

## **Diretor do CEM**

Paolo Parise

## **Editor Chefe**

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),  
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),  
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)  
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Marmora (Universidad de Buenos Aires),  
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),  
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),  
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),  
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

## **COMITÊ EDITORIAL**

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),  
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),  
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Érika Pires Ramos (USP),  
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp), Gustavo Dias (UNIMONTES),  
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ), Léa Francesconi (USP),  
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Margarida Maria de Andrade (USP),  
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC), Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR),  
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP), Patrícia Villen (UNICAMP),  
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Rosemeire Salata (UNESP/CAR),  
Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA), Tatiana Waldman (Museu da Imigração),  
Valéria Barbosa de Magalhães (EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCEG)

## **COLABORADORES**

Yara Sílvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

## **EDITORA DE LEIAUTE**

Renata Peres (UAM)

## **CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS**

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)

[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org)

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

**Capa** - Sergio Ricciuto Conte

[sergioricciuto@gmail.com](mailto:sergioricciuto@gmail.com)

[www.sergioricciutoconte.com.br](http://www.sergioricciutoconte.com.br)

# SUMÁRIO

## DOSSIÊ: “PESQUISAR MIGRAÇÕES E MIGRANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA”

Apresentação - E no meio do caminho tinha uma pandemia .....03  
*Gisele Maria Ribeiro de Almeida; Lidiane Maciel, José Carlos Pereira*

Barrados na Ponte da Integração: imigrantes nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental durante a pandemia.....09  
*Letícia Helena Mamed*

Migración y salud: reflexiones a partir de una etnografía en centros de salud en São Paulo, Brasil, y Buenos Aires, Argentina, durante la pandemia de COVID-19.....39  
*Eugenia Brage*

As casas de acolhida e os centros de atenção scalabrinianos durante a pandemia: uma análise por meio de entrevistas qualitativas .....57  
*José Carlos Pereira; Paolo Parisi; Sidnei Marco Dornelas; Valéria Barbosa de Magalhães*

Memória de migrantes nortistas e pandemia: tempos distintos, acontecimentos presentes .....75  
*Ícaro Vasques Inchauspe; Marilda Aparecida de Menezes*

Mais vulnerabilidades e menos direitos: migração e pandemia na cidade do Rio de Janeiro a partir do olhar das organizações da sociedade civil .....93  
*Márcia Miranda Charneski; María del Carmen Villarreal Villamar*

Coletivo Conviva Diferente e a experiência do curso de português para migrantes em Guaianases/SP .....115  
*Alexandra C. Gomes de Almeida; Daniel V. Tapia Lira de Siqueira; Erika Andrea Butikofer*

Observatório das Migrações em São Paulo: desafios das pesquisas de campo no contexto pandêmico .....127  
*Rosana Baeninger; Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Juliana Ribeiro*

## ARTIGOS

Segunda geração ontem e hoje: continuidades e transformações nas experiências sino-brasileiras.....145

*Maria Victória Ribeiro Ruy*

Muito orgulho e sem rivalidade: atletas olímpicos brasileiros nascidos na Argentina .....167

*William Douglas de Almeida; Katia Rubio*

Tradução intercultural e aprendizagem em diáspora: senegaleses em Campo Grande, Mato Grosso do Sul .....185

*Silvana Colombelli Parra Sanches*

Inserção laboral de migrantes internacionais em Santa Rosa/RS: características e tendências .....199

*Richelli Daiana Pinheiro; Natália Boessio Tex de Vasconcellos;*

*Davide Carbonai*

## RELATO

São J. B. Scalabrini: santo tardio porque diferenciado.....217

*Dirceu Cutti*

## POESIA

Scalabrini na estação de Milão .....229

*Roberval Freire*

## CONTO

O ilusionista de efemeridades.....231

*Paulo Mortari Araújo Correa*

## Apresentação

*Gisele Maria Ribeiro de Almeida\**

*Lidiane Maciel\*\**

*José Carlos Pereira\*\*\**

### E NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PANDEMIA...

Este dossiê tem como objetivo refletir sobre as pesquisas com migrantes no contexto da pandemia de COVID-19, acompanhando o argumento de Boaventura de Sousa Santos, em “A cruel pedagogia do vírus” (2020), de que toda quarentena é discriminatória, afetando mais alguns grupos que outros. Na fila dos grupos vulneráveis, mais prejudicados pela pandemia, cita o autor, encontram-se as mulheres, os moradores das periferias, os trabalhadores precários ou informais, a população em situação de rua, os refugiados, os migrantes internacionais e nacionais, entre outros. Todavia, para pensarmos as questões/crises migratórias ainda no atual contexto de pandemia de COVID-19, é necessário nos remeter a processos anteriores.

Saskia Sassen em seu livro “Expulsões”, publicado no Brasil em 2014, já argumentava que os efeitos das crises econômicas têm levado a um aumento das desigualdades e à invisibilidade dos expulsos, e isso se deve não apenas à ação de elites e empresas multinacionais, mas por conta da existência de forças e possibilidades sistêmicas que promovem e sustentam tais dinâmicas predatórias de exclusões. A autora faz uso de diversos dados para mostrar o aumento da concentração de renda: a riqueza de 1% das pessoas mais ricas do mundo aumentou 60%, nos últimos 20 anos. Os ativos bancários cresceram 160%, entre 2002 e 2012, o que equivale a 1 vez e meia o PIB global. No seu entendimento, tal feito não seria possível sem as tais capacidades sistêmicas. Isso porque os dados que ela compartilha comprovam que o aumento dos lucros não acompanha a arrecadação fiscal, os primeiros crescem 3 vezes mais que os impostos. Isso se explica pela crescente desregulamentação econômica e repercute ainda no crescimento das dívidas fiscais. Governos mais pobres ficam mais incapazes de arcar com os custos sociais.

---

\* Professora Dra. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense/ Campos dos Goytacazes. Organizadora do Dossiê “Pesquisar migrações e migrantes em tempos de pandemia”.

\*\* Professora Dra. da Universidade do Vale do Paraíba - Núcleo de Extensão e Pesquisa-ação em Cartografias Sociais - NEPACS. Organizadora do Dossiê “Pesquisar migrações e migrantes em tempos de pandemia”.

\*\*\* CEM – Centro de Estudos Migratórios. Editor da Revista Travessia

Ao considerar estas expulsões citadas por Sassen (2014), causadas por um sistema predatório, Achille Mbembe, cientista político camaronês, também colabora com nossa compreensão ao inserir no debate os conceitos de necropoder e necropolítica. Mbembe, em “Necropolítica” (2017), relaciona o conceito de biopoder de Michel Foucault (2008) com as noções de soberania e estado de exceção. O biopoder, enquanto poder que divide “quem deve morrer e quem deve viver”, esteve desde sempre ancorado em uma racialização da espécie humana, de forma a permitir a diferenciação entre quem tem direito à vida e quem deve morrer. Mbembe não vê, desta forma, rupturas entre a nossa vida política – que podemos chamar de “normal” – com a criação de “mundos de morte”, na medida em que direito de matar (e de definir quem será morto) é parte constituinte e expressão da política, que assume, assim, os contornos da necropolítica. A contribuição de Mbembe coloca-se fundamental para entendermos como a lógica econômica que demanda as “expulsões” realiza-se pela lógica política, dos governos e das normas.

Em escala global, temos uma economia privatizada e corporatizada, que se relaciona com governos endividados cortando “gastos sociais”. Não há, neste cenário, uma direção de desenvolvimento; há, sim, um aumento do risco de pobreza e exclusão social e a generalização disso a nível mundial. Esta pobreza e exclusão foram intensificadas pela pandemia de COVID-19, o que fez aumentar a projeção de pessoas que estão sendo ou serão expulsas, evidenciando o crescimento das vidas que são e serão subjugadas pelo poder da morte.

Apesar da crise sanitária instalada com a pandemia, e seu impacto para o fechamento das fronteiras e o aumento das restrições para a mobilidade humana, o número de migrantes internacionais cresceu quase 10 milhões. De acordo com relatório da OIM (Organização Internacional para as Migrações), é alarmante a magnitude de pessoas afetadas pelo deslocamento interno forçado. Em 2021, 55 milhões de pessoas estavam em situação de deslocamento forçado interno, o que representa um crescimento de 160% em relação ao começo do século XXI. Desses 55 milhões de deslocados internos, 48 milhões são em razão de situações de conflito e violência, enquanto outros 7 milhões tiveram de se deslocar por conta de desastres ambientais (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2021). Ou seja, são pessoas que estão vivendo situações de vulnerabilidade que combinam crise econômica, conflitos e violência, pandemia e desastres ambientais.

Ainda no primeiro semestre de 2021, segundo relatório da Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), milhões de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas devido a conflitos armados, violência generalizada ou violações dos direitos humanos e por dificuldades somadas à pandemia. No relatório de 2021, o ACNUR estimou que o deslocamento forçado global aumentou, incrementando os 82,4 milhões de migrantes forçados, contabilizados em 2020.

A maioria dos deslocamentos forçados, em 2021, ocorreu na África. Apenas na República Democrática do Congo (RDC), por exemplo, 1,3 milhão de pessoas foram deslocadas, e, na Etiópia, 1,2 milhão. Os países de origem da maioria desses refugiados são República Centro-Africana, local de nascimento de 71,8 mil destes refugiados; Sudão do Sul, 61,7 mil; Síria, 38,8 mil; Afeganistão, 25,2 mil e Nigéria, 20,3 mil (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, 2020).

Considerando esse contexto, verifica-se que a pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios para as Ciências Sociais, seja pelos temas e objetos que foram engendrados, seja pela necessidade imposta aos/as pesquisadores/as de reinvenção e adaptação de metodologias e ferramentas de pesquisa.

As medidas de isolamento e fechamento de fronteiras, por um lado, instituíram permanências forçadas, e, por outro, expuseram vulnerabilidades e especificidades dos deslocamentos humanos nos tempos atuais. Por isso, as pesquisas com migrantes, no contexto da pandemia de COVID-19, tornaram incontornável a incorporação de aspectos relativos à (i)mobilidade forçada, ao controle das fronteiras, ao acesso aos serviços de saúde e aos efeitos perversos da crise econômica para o empobrecimento de grupos migrantes.

Do ponto de vista prático, da condução das pesquisas, os/as migrantólogos/as, que fizeram investigação empírica no momento mais crítico da pandemia, tiveram que procurar metodologias adaptadas para contornar as limitações impostas aos trabalhos de campo. Isso porque a etnografia in situ e o uso da técnica de entrevista permitiram – ao longo da tradição dos estudos migratórios – a possibilidade de acessar a cotidianidade dos atores sociais, sua inserção na sociedade de destino, a relação com a origem, os planos de retorno, as microrresistências frente às estruturas de dominação, entre tantos outros aspectos. Em tempos de COVID-19, a etnografia e a condução de entrevistas passaram a ser realizadas intensivamente pelos filtros das novas tecnologias de informação e comunicação, quase sempre de maneira remota.

Neste cenário, o Dossiê aqui apresentado buscou reunir textos de pesquisadores/as migrantólogos/as que confrontaram esses desafios em seus trabalhos e análises. Verifica-se, em todos os artigos, certa convergência analítica na denúncia do acirramento da violência e das desigualdades sociais, intensificadas pela pandemia e seus efeitos, que produziram expulsões em vários níveis e âmbitos.

Em “Barrados na Ponte da Integração: imigrantes nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental durante a pandemia”, Letícia Mamed nos leva a conhecer as resistências migrantes e os conflitos com autoridades em uma região de tríplice fronteira que envolve os municípios de Assis Brasil (Brasil), Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia). A Ponte da Integração, que conecta os países e é um dos principais eixos da Rodovia Interoceânica (Amazônia Sul Ocidental), acabou sendo ocupada por um grande volume de migrantes que ficaram retidos na ponte. De forma muito perspicaz e crítica, Letícia Mamed nos convida a pensar



sobre a produção da condição de ilegalidade migrante que potencializou a vulnerabilidade social e laboral dos imigrantes no decurso da pandemia.

No artigo “Do Bom Retiro al Bajo Flores: reflexiones a partir de una etnografía comparativa en São Paulo, Brasil y Buenos Aires, Argentina, con población migrante de Bolivia durante la pandemia COVID-19”, Eugenia Brage apresenta-se como uma incansável pesquisadora etnógrafa, seguindo a problemática dos migrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires na busca por serviços de saúde. A autora argumenta, de maneira contundente, que os Centros de Saúde, no contexto da pandemia, apresentaram-se como canais de conexão do migrante com a estrutura do Estado.

José Carlos Pereira, Paolo Parisi, Sidnei Marco Dornelas e Valéria Barbosa de Magalhães, em “O uso de entrevistas nos estudos migratórios durante a pandemia: estudando as casas de acolhida e centros de atenção scalabrinianos”, mostram-nos uma análise descritiva detalhada sobre as casas de acolhida no período da pandemia, as dificuldades nos atendimentos, bem como no desenvolvimento da pesquisa-ação, realizada pelos autores envolvidos, e que, no momento da pandemia, sofreu adaptações.

Em “Memória de migrantes nortistas e pandemia: tempos distintos, acontecimentos presentes”, de Ícaro Vasques Inchauspe e Marilda Menezes, adentramos nas histórias particulares, porém coletivas, de um casal de migrantes que vivenciam as angústias geradas pela pandemia, incluído o luto ocasionado pela morte de pessoas próximas, bem como o impacto negativo na sociabilidade familiar, dado o distanciamento social. O isolamento dos informantes faz com que os pesquisadores passem a acompanhar a vida deles por meio de novas tecnologias, num misto de trocas de saberes e produção de dados para pesquisa.

No artigo “Mais vulnerabilidades e menos direitos: migração e pandemia na cidade do Rio de Janeiro a partir do olhar das organizações da sociedade civil”, das autoras Marcia Miranda Charneski e María del Carmen Villarreal Villamar, encontra-se uma importante contribuição particularmente no que tange aos processos de resistência e ao ativismo de pessoas e organizações formadas por migrantes, além de nos oferecerem dados e informações obtidos por uma pesquisa de campo. O texto chama a atenção para os efeitos da pandemia sobre a população migrante e refugiada na cidade do Rio de Janeiro, enfatizando o papel das organizações locais da sociedade civil neste cenário. Ao abordarem a cidade, as autoras iluminam este espaço no qual as pessoas vivem e sentem cotidianamente os desafios para o acolhimento e a garantia de seus direitos.

Alexandra C. Gomes de Almeida, Daniel V. Tapia Lira de Siqueira e Erika Andrea Butikofer, em “Coletivo Conviva Diferente e a experiência do curso de português para migrantes em Guaianases/SP”, apresentam um trabalho, realizado pelo Coletivo Conviva Diferente, com o objetivo de contribuir para acolhida de migrantes em Guaianases, periferia da Zona Leste de São Paulo-SP. Dentre outros, destacam o desafio de manter o curso de língua portuguesa no contexto da pandemia de Covid-19.



Por último, destaca-se a contribuição das autoras Natália Belmonte Demétrio, Rosana Baeninger e Joice de Oliveira Santos Domeniconi, com o texto “Observatório das migrações em São Paulo: desafios das pesquisas de campo no contexto pandêmico”, no qual destacam as exigências para a realização da pesquisa de campo no contexto pandêmico, além de partilharem os importantes resultados de pesquisas que foram conduzidas ou finalizadas durante a pandemia. São cinco publicações que trazem à tona dados e análises de suma importância para compreendermos os efeitos da crise sanitária sobre as migrações no Brasil, enriquecidas por análises robustas no que se refere aos caminhos teórico-metodológicos para a continuidade dos estudos em diferentes fases da pandemia.

Além do Dossiê, a presente edição de Travessia traz também 4 artigos avulsos, 1 relato, 1 poesia e 1 conto.

Em “Segunda geração ontem e hoje: continuidades e transformações nas experiências sino-brasileiras”, Maria Victória Ribeiro Ruy apresenta narrativas de vida de duas “segundas gerações” da imigração chinesa ao Brasil e propõe uma análise comparativa entre elas.

No texto “Muito orgulho e sem rivalidade: atletas olímpicos brasileiros nascidos na Argentina”, William Douglas de Almeida e Katia Rubio discorrem sobre histórias de vida de atletas olímpicos brasileiros nascidos na Argentina. Os autores debatem o movimento migratório que trouxe seus entrevistados até o Brasil, a construção do processo de naturalização e as consequências da representação olímpica na formação do processo de suas identidades. Trata-se de um estudo qualitativo, pautado na memória dos atletas.

Silvana Colombelli Parra Sanches, em “Tradução intercultural e aprendizagem em diáspora: senegaleses em Campo Grande, Mato Grosso do Sul”, aponta como senegaleses se hibridizam e transgridem marcadores estruturais do racismo à brasileira, ao permanecerem no comércio informal, ao produzirem espaços de resistência chamados dahiras, e ao dialogarem, de forma complexa e artística, com a sociedade brasileira e campo-grandense que os envolve. O (anti) método utilizado é o do rizoma, da cartografia social e da esquizoanálise.

No artigo “Inserção laboral de migrantes internacionais em Santa Rosa/RS: características e tendências”, Richelli Daiana Pinheiro; Natália Boessio Tex de Vasconcellos; Davide Carbonai buscam investigar como os movimentos migratórios se apresentam no mercado formal de trabalho em Santa Rosa/RS entre 2012 e 2020. Para isso, utilizaram a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os autores destacam que as mudanças no perfil dos migrantes inseridos no mercado formal demonstram alterações na política migratória brasileira e direcionamento laboral em atividades vinculadas no final da cadeia produtiva do agronegócio.

Por fim, temos o relato de Dirceu Cutti, “J. B. Scalabrini: santo tardio porque diferenciado”; a poesia de Roberval Freire, “Scalabrini na estação de Milão”; e o conto de Paulo Mortari A. Correa, “O ilusionista de efemeridades”.

Um das palavras sobre a arte da capa. Sergio Ricciuto, artista visual e capista de Travessia, nos apresenta uma imagem que dialoga diretamente com o conceito de necropolítica, de Achille Mbembe. Percebe-se nuvens bem carregadas sobre um mar sombrio e uma mala forjada de tijolos, figurando um muro, uma fronteira, políticas xenófobas que, paradoxalmente, impedem os migrantes de entrarem e de saírem, mas, ao mesmo tempo, os expulsam, os despejam numa praia deserta (limbo político e social). Em síntese, trata-se da política estrutural de mobilidade e imobilidade forçadas. Contrastando com isto, nota-se o claro do luar sugerindo saberes e resiliências desenvolvidas por migrantes, lideranças sociais e produtores de novos conhecimentos nas lutas por transformação social e dignidade humana.

Convidamos todos/as à leitura!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Coleção Tópicos.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018, 80p

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e terra, 2016.

# Barrados na Ponte da Integração: imigrantes nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental durante a pandemia

*Letícia Helena Mamed\**

## 1 INTRODUÇÃO: BREVE CARACTERIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-PERU-BOLÍVIA

A tríplice fronteira amazônica, formada pelo estado do Acre, no Brasil, e pelos departamentos de Madre de Dios, no Peru, e Pando, na Bolívia (Figura 1), consolidou-se historicamente sobre territórios ancestrais de diferentes povos nativos, com destaque para os Jaminawa, Manchineri, Yine, Piro, Iñapari, Catianas e Mascho (MORAIS; MANCHINERI; MANCHINERI, 2020). Já em meados do século XIX, essa faixa fronteiriça foi incorporada às frentes de expansão do caucho e da seringa, o que motivou a chegada de imigrantes nacionais e internacionais, especialmente do nordeste brasileiro, que nela se transformaram em seringueiros<sup>1</sup>, e povos dos altiplanos peruano e boliviano. Suas atuais configurações territoriais foram delineadas por esse processo socioeconômico de escala local, nacional e internacional, há mais de 150 anos (ARRUDA, 2009; PAULA; MORAIS, 2010; MAMED, 2005).

Desde então, trata-se de um território marcado por conflitos entre nativos e recém-chegados, que se traduzem principalmente em disputas por recursos naturais. No passado, no centro das lutas estavam as terras para exploração de caucho e seringa (AQUINO, 1980; DEL RÍO; CARDIA, 2009); hoje está o desmatamento para extração de madeira e montagem de pastos, bem como o sequestro de carbono, no bojo das políticas de “desenvolvimento sustentável” e “economia verde” (PAULA, 2005; CIMI, 2012).

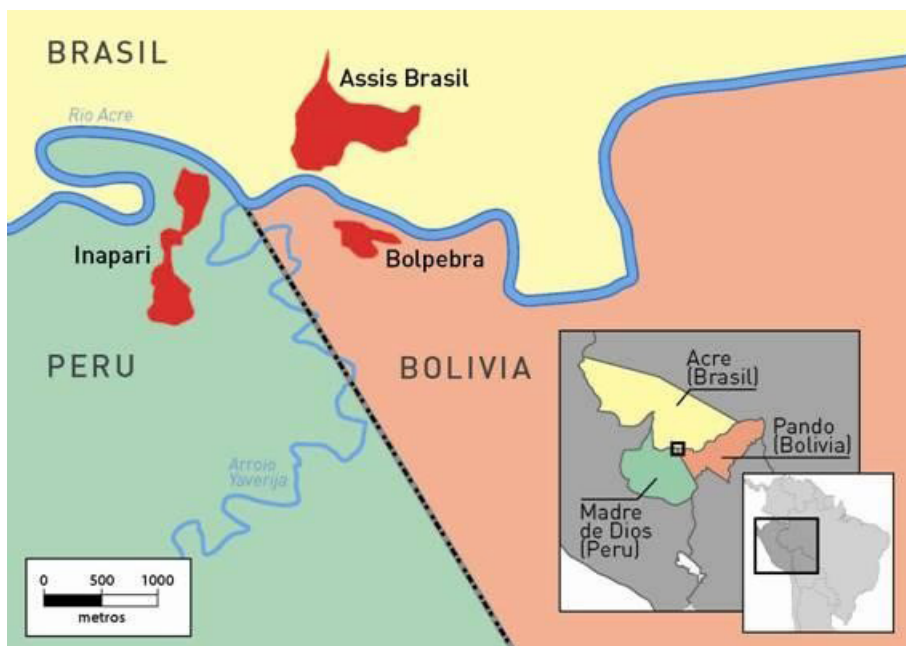
A tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia é conectada pelas cidades de Assis Brasil (Brasil), Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia) (Figura 1). Correspondem a cidades gêmeas ou trigêmeas, em um cenário geográfico de conurbação e fronteiras capilares, ou seja, núcleos populacionais vizinhos, assentados em uma

---

\* Professora de Teoria Social/Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC); doutora, mestre e bacharela em Ciências Sociais; membro do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (GPMTA-UFAC-CNPq) e Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPMT-UNICAMP-CNPq). Contato: leticia.mamed@ufac.br

área de limite internacional e interdependentes entre si, com vínculos sociais, econômicos, políticos e culturais locais mais dinâmicos em relação aos que possuem com seu próprio território nacional (COSTA, 2013; MARTINS, 1996; SHERMA, 2016; STEIMAN, 2012).

**Figura 1** – Projeção da tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia.



Fonte: Del Río e Cardia (2009).

Assis Brasil estabeleceu-se a partir da antiga sede do Seringal Paraguaçu, ao sul do estado do Acre, e possui uma população estimada em 7.534 habitantes (IBGE, 2020a). No contexto do estado do Acre, em que todos os seus 22 municípios estão dentro da faixa de fronteira, correspondendo a cerca de 77% do seu território (IBGE, 2020b), Assis Brasil compõe, junto com Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri a regional Alto Acre<sup>2</sup>. Trata-se da porção mais ao sul do território acreano e mais diretamente influenciada pela fronteira com os países vizinhos (Peru e Bolívia), com características fisiogeográficas e socioeconômicas partilhadas, cortada pela BR-317 e banhada pelo rio Acre, condições que permitem acesso terrestre, aéreo e fluvial intrarregional e internacional (ACRE, 2010).

Já Iñapari é a capital da província de Tahuana, em alusão aos indígenas dizimados pelas correrias<sup>3</sup>, lideradas por caucheiros e seringalistas, entre os séculos XIX e XX. A cidade possui uma população avaliada em 1.500 habitantes (INEI, 2017). E São Pedro de Bolpebra – cujo nome é uma junção das siglas de Bolívia (BOL), Peru (PE) e Brasil (BRA) – possui formação mais recente, que data do

final do século XX. Trata-se de uma área historicamente ocupada por peruanos, que depois passou à jurisdição da Bolívia, integrando a província de Nicolás Suárez, no departamento de Pando. É a menor das três cidades fronteiriças, com população presumida de 1.074 habitantes (INE, 2013).

Drenadas pelo rio Acre, em trechos de seu médio e alto curso, as três cidades partilham uma floresta densa, de flora diversificada e valiosa em espécies, e compõem uma área transnacional distinta por sua heterogeneidade étnica e cultural. Na altura específica da fronteira Brasil-Peru, está refugiada uma das maiores populações de indígenas em isolamento da Amazônia, e, possivelmente, do mundo. Sobreviventes dos massacres promovidos por seringalistas e caucheiros na primeira metade do século XIX, esses povos têm resistido à violência das diferentes frentes de colonização da região (CPI-AC, 2019).

Do lado brasileiro, o avanço da atual frente agropecuária remonta à década de 1970, quando essa regional se reconfigurou em palco de intensos conflitos pela terra, com a participação ativa de indígenas, extrativistas, ribeirinhos e colonos na preservação de seu espaço de vivência. O reflexo disso está na complexificação da questão agrária do Acre, especialmente nessa região, na qual coexistem grandes fazendas de gado, áreas de colonização agrícola e unidades de conservação de uso direto (caso da Reserva Extrativista Chico Mendes) e indireto (como a Estação Ecológica Rio Acre), ambas abertas ao financiamento de serviços florestais e ambientais (DA SILVA, 2019). De modo ainda mais particular, a tríplice fronteira é formada por um mosaico de terras protegidas, avaliadas como “zonas-tampão” (como a Terra Indígena Mamoadate), pois, ao reconhecerem direitos originários das populações indígenas, anteparam o avanço de frentes econômicas, estabilizam limites fronteiriços e reduzem custos da infraestrutura de defesa e vigilância (STEIMAN, 2011).

## 2 INTEROCEÂNICA: A RODOVIA DOS IMIGRANTES NA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL

Desde 2010, essa tríplice fronteira constitui importante eixo da conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico, através da Rodovia Interoceânica. Em território brasileiro, ela também é conhecida como Estrada do Pacífico (BR-317), com marco inicial na cidade de Humaitá, no estado do Amazonas, com ligação ao restante do país a partir da BR-364, em sentido ao estado de Rondônia, e ao Pacífico, via estado do Acre. Ela adentra as terras acreanas e segue em direção à cidade de Assis Brasil, na fronteira, onde então transpassa o território peruano na cidade de Iñapari, e assume a denominação de Carretera Interoceânica Sur. No trajeto até a costa, desemboca em três estratégicos portos peruanos – San Juan de Marcona, Matarani e Ilo –, totalizando 2,6 mil km de extensão<sup>4</sup>. Esse percurso assegura aos produtos brasileiros uma saída para o mercado asiático, ao mesmo tempo que confere aos bens peruanos uma via de distribuição mais facilitada ao Brasil, o maior mercado da América Latina (IIRSA, 2000, 2011).

A rodovia binacional foi o primeiro e grande resultado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), primeira ação geopolítica de efetiva conexão do subcontinente, criada em 2000, com a participação dos 12 países sul-americanos<sup>5</sup>. Em 2009, a IIRSA foi incorporada pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), órgão da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). O portfólio da IIRSA/COSIPLAN contava, até o final de 2016, com 581 projetos e investimentos estimados em US\$ 191,42 bilhões (COSIPLAN, 2016). Parte desses projetos, envolvendo construção de estradas, ferrovias e hidrelétricas, assim como viabilização de exploração madeireira, petróleo e minérios, tem como referência a região Sul Ocidental da Amazônia e a tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia. Atualmente esses projetos têm o capital chinês como principal interessado e seguem em fase de estudos de prospecção (BORGES, 2020; LISSARDY, 2015).

A dinâmica advinda com a rodovia impactou diretamente a tríplice fronteira, hoje conhecida como região MAP – Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), no interior profundo desses países. A conexão rodoviária imprimiu facilidades ao trânsito entre as áreas fronteiriças e, desde então, brasileiros, bolivianos e peruanos circulam ativamente por elas, provendo mutuamente comércios e serviços, misturando idiomas, culturas e moedas. Ante essa nova realidade, também é notável a presença mais organizada de redes ilegais, que impactam as comunidades locais pela circulação indiscriminada de drogas, armas, munições e veículos, entre outros bens relacionados ao narcotráfico (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016; MISSE; ADORNO, 2018).

A vizinhança com a Bolívia e o Peru, que, junto à Colômbia, são os três maiores produtores mundiais de cocaína, faz do Acre um importante entreposto para escoamento da produção gerada nos laboratórios situados na selva amazônica (MANSO; DIAS, 2018). Até então, a região era caracterizada por uma mobilidade via “colocações”, ou seja, espaços de morada de populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos, colonos e produtores familiares), com acesso aos núcleos urbanos das cidades após horas de caminhada por varadouros e ramais, ou em viagem pelos rios, na época de águas altas. Na última década, a conexão rodoviária sobrepujou esse isolamento da área, potencializando o intercâmbio comercial regional, nacional e internacional. Logo, essa área despontou como alvo das duas organizações criminosas que dominam o mercado de ilícitos no país – o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) –, cujo desdobramento mais perceptível é o aumento exponencial da violência nas cidades acreanas (ROSSI, 2018; MP-AC, 2019; PONTES, 2020).

Além disso, a rodovia é responsável por converter a fronteira acreana em um estratégico corredor migratório internacional, ponto de acesso aos itinerários do Sul Global que adotam o Brasil como destino ou que o definem como esteio de passagem para um novo e mais amplo projeto migratório. A Interoceânica tornou-

se trafegável em meados de 2010 e, ao final desse mesmo ano, a região passou a fazer parte do ecossistema das rotas internacionais de imigração, quando um primeiro grupo de haitianos chegou ao Acre, estabelecendo as condições para um fluxo migratório sem precedentes no país, em termos de volume, escala de tempo, ações econômicas e políticas envolvidas (MAMED, 2022).

A partir de então, a magnitude dos fluxos e a condição de vulnerabilidade dos estrangeiros que chegam à região demandaram a organização local de uma estrutura de acolhimento, de provisão de documentação e de (re)orientação para a continuidade da viagem (Figuras 2 e 3). Desde o primeiro momento, o Acre mostrou-se incapaz de proporcionar a inserção desses imigrantes, tendo em vista o seu quadro socioeconômico de preponderância do serviço público, associado a atividades agropecuárias e florestais de reduzidos empregos, limitado setor industrial e comércio marcado por alta informalidade (LIMA; MAMED, 2013; CASTELO, 2020).

Até 2014, o principal movimento observado na fronteira era o de entrada de caribenhos e africanos no Brasil, atraídos pelo momento de crescimento da economia brasileira, com significativa oferta de empregos, especialmente nos setores do agronegócio, construção civil e serviços. Já a partir de 2015, no início da crise econômica e política instalada no país, um outro movimento passou a ser notado nessa fronteira: o de saída desses imigrantes. Assim, além de porta de entrada, o Acre converteu-se, também, em porta de saída daqueles que decidiram retornar ao seu país de origem ou experimentar outros destinos migratórios, como Peru, Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos ou Canadá.

Consoante aos relatos dos próprios imigrantes, a decisão de regressar ao Acre acontece porque já possuem conhecimento da rota, uma vez que no passado chegaram por ela, e também porque ela se apresenta como opção mais econômica para saída do país. Dessa forma, optam por retomar o mesmo caminho, mas em sentido inverso ao de entrada, acionando novas ou antigas redes, renovando ou não mecanismos de endividamento, para então deixar o Brasil. Portanto, pela tríplice fronteira constituída por Brasil, Peru e Bolívia, via Acre, atualmente são observados basicamente esses dois movimentos: de ingresso e/ou de saída de imigrantes, que se acentuam ou regridem a depender das mudanças ocorridas no contexto socioeconômico nacional e internacional (MAMED, 2022).

Entre os anos de 2017 e 2018, uma nova fase da migração internacional no Acre manifestou-se com a chegada dos primeiros grupos de imigrantes, refugiados e indígenas venezuelanos. Após ingressarem no Brasil pelo estado de Roraima, em movimento de interiorização pelo país, eles seguem caminhos diversificados e estão hoje em vários estados e cidades. No Acre, essa presença vem crescendo pela posição favorável da tríplice fronteira, permitindo-lhes também circular por cidades bolivianas e peruanas. Como nos demais casos, a estada dos venezuelanos em território acreano é transitória, até que definam



os seus próximos itinerários, à exceção dos indígenas da etnia Warao, que intensificaram sua chegada em 2019, sempre em grupos familiares e, a princípio, têm sinalizado interesse em permanecer. Embora o amparo a esses grupos seja incipiente e permeado de contradições, no Acre o poder público assegura a eles moradia, alimentação e o cadastro em programas federais para recebimento de assistência social (ARAÚJO NETO; ALVES, 2022; COSTA et al., 2021; GADELHA, 2021b).

Segundo dados disponibilizados pelo governo do Acre, que presta auxílio aos ingressantes indocumentados, de dezembro de 2010 a março de 2021<sup>6</sup>, o estado notificou a passagem de quase 45 mil imigrantes, de 35 nacionalidades diferentes, sendo a maioria representada por haitianos, seguido de senegaleses e venezuelanos (ACRE, 2021a). No ano de 2020, quando anunciada a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no primeiro trimestre<sup>7</sup>, muitos foram os efeitos sobre a mobilidade humana no mundo. Contudo, embora medidas de controle e bloqueio de fluxos tenham sido adotadas nas fronteiras interestaduais e internacionais, confinando as possibilidades migratórias, isso não impediu que cerca de 2,5 mil imigrantes tenham circulado pelo Acre até junho de 2021 (CARITAS, 2021).

**Figura 2**—Ao chegarem ao Brasil pela Interoceânica, os imigrantes indocumentados buscam a unidade da Polícia Federal nas cidades acreanas de Assis Brasil ou Epitaciolândia para solicitar refúgio e iniciar o processo de regularização.



Foto: Lima (2013).

**Figura 3** – Imigrantes de diversas nacionalidades dividem espaço no abrigo público improvisado na cidade acreana de Brasília.



Foto: Ribeiro (2013).

### 3 ESPECTROS DA PANDEMIA: A PRODUÇÃO DA ILEGALIDADE MIGRANTE NA FRONTEIRA BRASIL-PERU-BOLÍVIA

Diante da crise sanitária global, que exacerbou as desigualdades sociais em termos de renda, gênero e raça/etnia, as migrações foram impactadas em todas essas dimensões. Ficou demonstrado que conservação e mobilidade não são sinônimos de liberdade e autonomia, e, principalmente, que nem todas as pessoas desfrutam das mesmas condições para permanecer em casa ou se deslocar. Com o prolongamento da pandemia, a possibilidade de recolhimento social converteu-se, por exemplo, em privilégio de classe e ocupação, ao passo que muitos trabalhadores e trabalhadoras precisaram circular para garantir que outras pessoas pudessem continuar em quarentena.

No contexto da fronteira Brasil-Peru-Bolívia, os desdobramentos da pandemia sobre as migrações podem ser examinados a partir de dois momentos pontuais, que evidenciam importantes nuances do problema. O governo acreano decretou estado de emergência e instituiu o Comitê de Acompanhamento Especial da Covid-19, em 16 de março de 2020<sup>8</sup>, ato normativo posteriormente

acrescido pela proibição do fluxo de pessoas nas fronteiras, determinada pelo governo federal entre os dias 18 e 22 de março<sup>9</sup>.

De março a setembro de 2020, o cotidiano da região fronteiriça foi marcado por essa medida que, naquele momento, pareceu ser urgente e necessária para conter a disseminação do vírus. O trânsito terrestre e aquaviário de pessoas entre os países vizinhos foi oficialmente interdito, com montagem de barreiras policiais nas principais vias de acesso. Isso gerou retenção de imigrantes que estavam de passagem pela região, exigiu a adoção de ações emergenciais e teve grande repercussão social entre as comunidades locais.

A capital do Acre, Rio Branco, foi a primeira cidade da faixa de fronteira terrestre do país a apresentar registro de infecção pelo novo coronavírus, em 17 de março de 2020. E assim como o primeiro caso notificado da doença no Brasil e na América Latina, em 25 de fevereiro de 2020, no Acre, a porta de entrada da Covid-19 foi o circuito aéreo. No Brasil, houve demora no controle de entrada do vírus pelos aeroportos: a triagem consistia numa mera declaração de manifestação de sintomas, sem verificação da temperatura corporal; agrega-se a isto a demora em se definir o país de origem do viajante como critério de suspeição e monitoramento. Até maio de 2020, a gestão epidemiológica indicava que a disseminação da doença permanecia concentrada nos centros mais urbanizados do país e, no norte, as capitais reuniam mais de 80% dos casos. Devido à dispersão pandêmica depender de determinadas condições urbanas, a propagação da doença nos espaços dos arranjos transfronteiriços ocorreu de forma mais lenta (PÊGO et al., 2020).

Uma das primeiras medidas tomadas quando declarada a pandemia, o fechamento das fronteiras terrestres e aquaviárias, constituiu-se em instrumento insuficiente, vez que não foi associado a medidas de controle de testagem, principalmente considerando as relações interfronteiriças e transfronteiriças existentes, por exemplo, nas cidades gêmeas e trigêmeas da porção sul do Acre, na divisa entre Brasil, Peru e Bolívia. Em pouco mais de duas semanas, após esse bloqueio, Assis Brasil contabilizou cerca de 300 imigrantes internacionais retidos e aglomerados em seu território. Representados por haitianos, senegaleses, mauritanos, venezuelanos e paquistaneses, eles haviam chegado ao Acre por meio do aeroporto da capital, em grupos compostos por homens, mulheres e crianças, todos interessados em deixar o Brasil via fronteira terrestre com o Peru, mas impedidos de seguir viagem em razão da obstrução policial na fronteira (MAISONNAVE, 2020; RODRIGUES, 2020a).

Como essa, muitas foram as situações locais resultantes das restrições impostas, editadas e reeditadas pelos governos dos países fronteiriços. Assim, entre maio, junho e agosto de 2020, configurou-se na região um primeiro momento qualificado pelos gestores públicos de “crise”: sobre a Ponte da Integração, que conecta Brasil e Peru, 36 imigrantes venezuelanos, colombianos, peruanos e cubanos, entre homens e mulheres, crianças e bebês de colo, permaneceram vivendo por quase três meses em situação precária, assentados em uma espécie de “zona neutra” na divisa dos dois países, dormindo em barracas de lona e

tomando banho no rio Acre, sem conseguir ir para um lado nem para o outro. A situação, até então inédita, acentuou as características humanitárias da crise sanitária (Figuras 4 e 5).

À época, a Defensoria Pública da União (DPU) assumiu a representação dos imigrantes e ingressou com duas ações na Justiça, sendo uma para revisão da deportação sumária de 18 deles pela Polícia Federal; e outra, para admissão dos demais, que não tinham conseguido sequer fazer o registro de entrada e a solicitação de refúgio em território brasileiro<sup>10</sup>. Os argumentos da DPU foram acatados e a Justiça autorizou a passagem, prevalecendo o entendimento de que, mesmo na pandemia, as ações de controle e prevenção não podem acarretar violações de direitos humanos, entre eles o da proteção do refúgio, com agravamento de situações de saúde e em contradição com os tratados internacionais dos quais o país é signatário<sup>11</sup>. Solucionado o embarço, os imigrantes foram acolhidos no Acre, em um abrigo improvisado pela prefeitura de Assis Brasil, com apoio da Cáritas, até que a documentação ficasse pronta e definissem o destino no Brasil. Desde então, essa passou a ser a rotina político-administrativa adotada perante o trânsito migratório nas cidades acreanas.

**Figura 4** – Imigrantes em suas barracas de lonas, improvisadas no perímetro da Ponte da Integração, espécie de “zona neutra” entre Brasil e Peru, na qual permaneceram repesados por mais de três meses em 2020.



Foto: Defensoria Pública da União (2020a, 2020b).



**Figura 5** – Imigrantes em suas barracas de lonas, improvisadas no perímetro da Ponte da Integração, espécie de “zona neutra” entre Brasil e Peru, na qual permaneceram represados por mais de três meses em 2020.



Foto: Defensoria Pública da União (2020a, 2020b).

Como se pode observar, essa ocasião evidencia o quanto a securitização das fronteiras amazônicas constituiu o seu próprio limbo durante o nebuloso e conturbado contexto sanitário da pandemia. Com a oclusão das fronteiras, imigrantes ficaram meses presos na tríplice fronteira internacional, vivendo em situação precária, dormindo em barracas improvisadas, sem condições dignas de higiene e tomando banho no rio que une Brasil, Peru e Bolívia. Apesar de a nova lei de migração (13.445/2017) substituir a lógica de securitização presente no antigo Estatuto do Estrangeiro (6.815/1980), esse modelo permanece enraizado na governança da migração brasileira, notadamente pela centralização atribuída às forças policiais e ao Exército no gerenciamento da matéria.

Em setembro de 2020, o fechamento das fronteiras mantinha-se como medida quase isolada de gestão da pandemia na região. Isto é, conservava-se o simples fechamento da passagem, em vez de uma restrição de fluxos acompanhada de barreiras sanitárias e monitoramento de casos, que, do ponto de vista científico, seriam medidas mais acertadas para conter o alastramento do vírus (PÊGO et al., 2020). Nas cidades fronteiriças, muitas foram as implicações disso na vida cotidiana, pois o cerceamento rompeu a dinâmica de interação entre as comunidades e a possibilidade de usufruírem das estruturas públicas e privadas dos três países, que se complementam e, em conjunto, dinamizam a economia local. Enquanto o fluxo de caminhões e cargas pela Interoceânica não sofreu interrupções, as queixas dos moradores eram inúmeras e constantes, pois embora a portaria do governo brasileiro permitisse o trânsito para os cidadãos locais, não havia reciprocidade boliviana e peruana, ocasionando o bloqueio das pontes que definem os limites territoriais na região.

‘Naquele momento, após seis meses de deflagração da pandemia, o desabastecimento nessas cidades tornou-se insustentável, tendo em vista que elas possuem influência mútua quanto ao comércio, serviços, especialmente os médico-hospitalares, e a produção agropecuária, necessária ao suprimento alimentício regional. Assim, a realidade local exigiu que o fechamento das fronteiras fosse pouco a pouco flexibilizado, quando então se delineou um outro estágio de controle da circulação na área, vigente desde setembro de 2020. Na fronteira entre Brasil e Bolívia, mediante regulamentações específicas acordadas entre os governos municipais e departamentais, houve a liberação do trânsito aos moradores da região e o restabelecimento do intercâmbio comercial entre elas, mas com continuidade do bloqueio aos imigrantes. Já na fronteira entre Brasil e Peru, embora não tenha sido pactuada uma regulamentação própria, aos residentes fronteiriços foi franqueada a passagem, em contraposição ao rígido fechamento mantido aos imigrantes (CARDOSO, 2020; RODRIGUES, 2020b).

No ciclo da pandemia, um segundo momento de “crise” ocorreu entre fevereiro e março de 2021, quando na região houve o represamento de número expressivo de imigrantes, algo em torno de 500 pessoas, de diferentes idades, situações migratórias e nacionalidades, com destaque para haitianos, senegaleses, sul-africanos, congolese, sudaneses e colombianos. Segundo a Polícia Federal brasileira, os registros oficiais indicavam na região uma movimentação migratória considerada abaixo da média para o período do ano. Entretanto, entre os dias 12 e 13 de fevereiro, teria havido um rápido represamento dos migrantes no lado brasileiro da fronteira, quando foram impedidos de seguir viagem pelo território peruano. Isso contribuiu para a formação de aglomerações na região, que, naquela ocasião, já se encontrava tensionada pela alta propagação do vírus e suas variantes nas comunidades (Figuras 6 e 7).

Tal como nas situações anteriores, ocorridas no início da pandemia, os imigrantes detidos chegaram ao Acre por via aérea, a partir de conexões em diversos aeroportos do país, e se deslocaram até a fronteira com o objetivo de sair do Brasil, passando pelo Peru. Grande parte deles residia e trabalhava nas regiões sul e sudeste, mas diante do desemprego e insuficiência financeira, estava decidida a regressar à terra natal ou buscar novos destinos, como Estados Unidos e Canadá, via México (SANCHES, 2021). Assim como o Brasil, naquele primeiro trimestre do ano, o país andino enfrentava o recrudescimento do número de infectados e mortes causadas pela Covid-19, em meio a uma séria turbulência política interna. Logo foi reativado o discurso de controle da pandemia por meio do bloqueio das fronteiras terrestres, e, com base nele, o governo peruano justificou as duras restrições referentes à mobilidade por seu território.

Nos diálogos entre os governos brasileiro e peruano, em vez da proibição de entrada, algumas medidas chegaram a ser sugeridas como mais adequadas para o impasse, como, por exemplo, a definição de um corredor sanitário entre os dois países, a adoção de quarentenas e aplicação de exames para as pessoas em trânsito. O Peru, no entanto, manteve posição firme quanto à manutenção

do bloqueio de sua fronteira. Os imigrantes, por sua vez, seguiram represados do lado brasileiro, aglomerados em situação precária sobre a ponte, dependendo da assistência de Assis Brasil, cuja prefeitura e comunidade lhes forneciam água e alimentação diariamente (DELFIN, 2021; RODRIGUES, 2021a; VALENTE, 2021).

**Figura 6** – Imigrantes detidos na Ponte da Integração, entre fevereiro e março de 2021, em virtude do bloqueio da fronteira peruana.



Foto: Assis Brasil (2021).

**Figura 7** – Centenas de imigrantes permaneceram dias concentrados em situação precária, sem condições mínimas de higiene e dependendo do fornecimento de comida e água pela prefeitura e comunidade de Assis Brasil.



Foto: Noronha (2021a).



Na manhã do dia 16 de fevereiro, após dias sem uma alternativa, suportando as intempéries do inverno amazônico em pequenas barracas improvisadas, além dos riscos de contaminação pelo vírus, os imigrantes tentaram ingressar à força no território peruano. Homens e mulheres, com suas crianças e bagagens de mão, decidiram avançar em grupo para o território peruano. A situação se agravou em um segundo bloqueio policial, já dentro da cidade de Iñapari, a 2 km da ponte binacional. Foi o suficiente para o início de um confronto com a polícia peruana, que reagiu com violência desproporcional, usando bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes, inclusive contra mulheres grávidas e crianças que formavam um escudo para o grupo. Ainda que os imigrantes tenham reagido, lançando paus e pedras contra as forças de segurança, os policiais peruanos conseguiram empurrá-los de volta na direção da ponte (Figuras 8 e 9) (RODRIGUES, 2021a; MUNIZ, 2021; PONTES, 2021).

**Figura 8** – No dia 16 de fevereiro de 2021, cenas da violenta atuação da polícia peruana contra imigrantes. Durante o confronto, uma mulher haitiana se sentiu mal e foi amparada por seu filho.



Foto: Noronha (2021b, 2021c).

**Figura 9** – No dia 16 de fevereiro de 2021, cenas da violenta atuação da polícia peruana contra imigrantes. Durante o confronto, uma mulher haitiana se sentiu mal e foi amparada por seu filho.

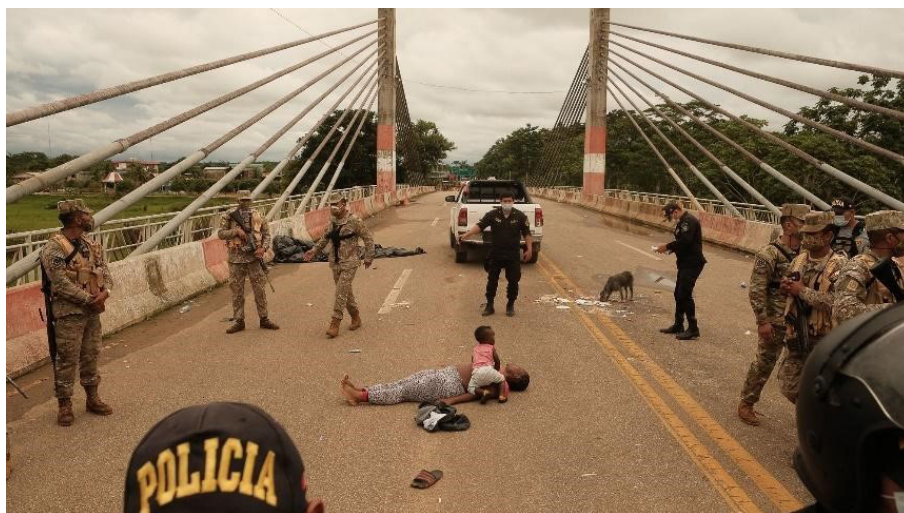


Foto: Noronha (2021b, 2021c)

Em razão da emergência humanitária, sanitária e financeira na região, o governo do Acre chegou a solicitar intervenção federal e isso motivou a visita emergencial de comitivas da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério da Cidadania e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que, no dia 19 de fevereiro, estiveram em Assis Brasil. Na fronteira, os agentes brasileiros dialogaram com os representantes do governo peruano, que permaneceu inflexível quanto à liberação da passagem dos imigrantes. As tratativas diplomáticas entre os dois países prosseguiram por quase duas semanas, sem uma solução<sup>12</sup>.

Para melhor compreensão das particularidades desse cenário, é preciso ressaltar que, naquele momento, o Acre vivenciava uma fase de aumento progressivo de casos de contágio e óbitos por Covid-19. A situação era especialmente delicada na região do Alto Acre, que abriga a tríplice fronteira<sup>13</sup>. A realidade local era de superposição de outras graves situações, pois o avanço da pandemia acontecia em paralelo a um surto de dengue, com estrangulamento dos sistemas de saúde público e privado, e inundações históricas dos rios, que atingiram diretamente dez cidades acreanas e cerca de 130 mil pessoas. Em conjunto, essas situações motivaram o governo acreano a decretar estado de calamidade pública no dia 22 de fevereiro, requerendo socorro financeiro da União para o enfrentamento da crise e a assistência humanitária à população, incluindo os imigrantes interditados na fronteira<sup>14</sup>.

Após uma semana da visita das comitivas a Assis Brasil, cujos objetivos foram frustrados, o governo federal substituiu a via da negociação pela judicial. Para

tanto, mobilizou a atenção de oito ministérios e, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), no dia 26 de fevereiro, ajuizou ação de reintegração de posse da ponte ocupada pelos imigrantes (VALENTE, 2021). A ação justificava o pedido em virtude dos prejuízos de desabastecimento ocasionados pela obstrução da via, que inviabilizava o trânsito regular de caminhões e mercadorias pela Interoceânica (RODRIGUES, 2021c). A Justiça, porém, negou a liminar e reconheceu o direito à manifestação dos imigrantes, ao mesmo tempo que solicitou posicionamentos da DPU e do Ministério Público Federal (MPF) sobre a situação.

Ambos se colocaram contra a reintegração de posse e cobraram, em caso de deferimento da ação, que o governo federal garantisse ao menos um processo pacífico, com tratamento digno aos imigrantes, durante e após o desbloqueio da área. O fato de o governo federal ter autorizado o uso da Força Nacional de Segurança Pública na região era um ponto de grande preocupação. A decisão final, divulgada em 8 de março<sup>15</sup>, autorizou a reintegração, que já era considerada uma questão de tempo pelos agentes envolvidos na tentativa de solucionar a questão. Durante a tramitação da ação, em diversas visitas de campo, representantes do poder público e da sociedade civil local articulavam um desfecho tranquilo e seguro para o protesto e condições para o retorno dos imigrantes às cidades brasileiras de onde partiram. Na mesma proporção em que o governo peruano mostrou-se irredutível, os migrantes encontravam-se desgastados depois de três semanas de mobilização em um ambiente inóspito, o que fez a decisão judicial ser cumprida mediante a saída voluntária deles (DELFIN, 2021).

Para autorizar a desocupação da ponte, a Justiça considerou o compromisso manifestado pela União de que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, com apoio técnico do ACNUR e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), trabalhariam conjuntamente. Também considerou o plano de remoção e reassentamento dos imigrantes, apresentado pelo governo e centrado em dois eixos, o primeiro englobando ações de desocupação da via, e o segundo, incorporando ações de assistência humanitária para acolhimento pós-desocupação.

Desde o início da pandemia, que se fez acompanhar por uma profunda crise socioeconômica, o governo do Acre e a prefeitura de Assis Brasil, com aporte financeiro da União, atuam na assistência emergencial aos imigrantes em trânsito pela fronteira, assegurando-lhes abrigo, alimentação, compra de passagens de ônibus e insumos em geral<sup>16</sup>. Quando restringida a mobilidade transfronteiriça, as possibilidades de trabalho nas cidades da região também se reduziram. Sem ocupação, recursos para alimentação, aluguel e itens de proteção contra o vírus, a vulnerabilidade dos imigrantes retidos se agravou. Desse modo, passaram a depender cada vez mais da assistência prestada pelo poder público em parceria com entidades assistenciais da sociedade civil (MAMED, 2020, 2021).

Há uma movimentação constante de migrantes nas cidades de Brasília, Epitaciolândia e Assis Brasil, os quais chegam à região na esperança de tentar cruzar a fronteira, mesmo diante dos bloqueios criados pela pandemia. Há

inúmeros relatos de pessoas e grupos que tentam, a partir do Acre, ingressar no Peru e Bolívia, por meio de redes de coiotagem<sup>17</sup>. Ainda que reconhecidas por explorar e vulnerabilizar demasiadamente os imigrantes, elas seguem ativas e até se fortaleceram diante das obstruções fronteiriças<sup>18</sup>. Os que não conseguem cruzar a fronteira, esgotam suas economias e passam a depender da assistência do poder público local, até que consigam retornar aos seus locais de origem ou se dirigirem a outras regiões do país.

De 2010 a 2016, o Acre manteve um abrigo público de imigrantes, que funcionou como estrutura básica de referência aos fluxos caribenhos e africanos ingressantes por sua fronteira. Depois do seu fechamento oficial há quatro anos, as situações afloradas pela dinâmica fronteiriça e migratória sempre evidenciaram a importância da retomada de espaços específicos para essa finalidade. Desde a chegada dos primeiros grupos venezuelanos, em 2017, mas principalmente após a pandemia, nas cidades de Assis Brasil e Brasília, assim como na capital Rio Branco, muitas foram as experiências de abrigos improvisados em espaços escolares para atendimento emergencial aos imigrantes. Desses, permanecem três funcionando na capital, um específico para indígenas Warao e outros dois para nacionalidades diversas. Diante da crise ocorrida em fevereiro de 2021 e sua ampla repercussão, o poder público decidiu montar uma unidade específica e apropriada de acolhimento em Assis Brasil, com a inauguração da Casa de Passagem Otonoel de Souza Martins Oliveira<sup>19</sup>, em 14 de maio de 2021<sup>20</sup>.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos dois momentos empíricos da realidade amazônica, reconstituídos neste texto, o objetivo foi registrar nuances significativas do fluxo migratório internacional pelos marcos da Amazônia Sul Ocidental durante a pandemia e, assim, oferecer um panorama sobre as práticas de controle de migração e fronteira da região. Contudo, por se tratar de uma realidade em constante transformação socioeconômica que, por conseguinte, afeta as dinâmicas dos deslocamentos migratórios regionais e internacionais, esse registro espera iluminar mas não esgotar o tema.

Com base na reconstituição apresentada, é possível notar, por exemplo, que as medidas de restrição à mobilidade tendem a ser enfáticas quando se referem às vias terrestres e aquaviárias, como as que predominam na Amazônia e pelas quais transitam imigrantes empobrecidos e indocumentados. Provenientes de países em crise ou em guerra, nos quais resta a migração como alternativa, eles viajam por rotas penosas e incertas, muitas vezes explorados por coiotes e redes bastante estruturadas. No outro polo está o desimpedimento à circulação de pessoas por via aérea, com visto de turismo, trabalho ou investimento. Para esse perfil de viajantes ou imigrantes, a maioria dos países, incluindo Brasil, Peru e Bolívia, têm se mantido

abertos e, nas diferentes fases da pandemia, adotaram medidas de controle, mas não impediram a circulação de pessoas (MAMED, 2021, 2022).

A crescente securitização das fronteiras amazônicas encontrou na crise sanitária condições para se intensificar, da mesma forma como se revigorou o tratamento historicamente diferenciado e seletivo dispensado pelos governos aos imigrantes: aos depauperados, oriundos do Sul Global, majoritariamente negros e indígenas, valendo-se da prerrogativa sanitária, a política assumiu caráter restritivo, violento e excludente; aos brancos e abastados, provenientes do centro capitalista, de países reputados como desenvolvidos, ela tendeu a ser ampla e condescendente, capaz de implementar procedimentos que conciliassem as preocupações sanitárias e a preservação do direito humano à mobilidade.

As circunstâncias de “crises” vivenciadas na Amazônia Sul Ocidental confirmam como políticas e práticas de controle da migração exacerbaram-se nas fronteiras latino-americanas, assim como em todo o mundo. Especialmente nos dois primeiros anos de pandemia (2020 e 2021), o discurso engendrado por movimentos nacionalistas de extrema direita tentaram associar o vírus ao Outro que chega por meio das fronteiras, reforçando o receio da ameaça a uma suposta segurança nacional. Desse modo, o medo converteu-se, novamente, em uma competente tecnologia social, instrumentalizado para animar manifestações de ódio ao migrante.

Ao passo que, historicamente, as políticas de controle de fronteira têm buscado equiparar o tema das migrações com o combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado ou ao terrorismo internacional, nesse momento observou-se também uma crescente escalada de discursos sanitaristas, com a finalidade de conter a circulação de corpos potencialmente infectados pelo vírus. No entanto, conforme demonstrado, esse discurso não se dirigiu a todos indistintamente, mas apresentou como alvo determinadas raças/etnias e classes.

No contexto sócio-histórico particular da pandemia, mesmo em uma região que apresenta uma mobilidade transfronteiriça como parte do seu cotidiano e, nesse sentido, menos vigiada, as “crises” endossaram o processo de construção da condição de ilegalidade migratória. A partir de então, revitalizaram-se argumentos de controle centrados na gestão de fluxos, quase sempre fadados a segregar, criminalizar e debilitar os já vulneráveis e periféricos. Logo, os impactos desse processo sobre os imigrantes que circulam pelas fronteiras terrestres e aquaviárias da região são sentidos no padrão precário de sua inserção no mercado de trabalho.

Em suma, a operacionalização das fronteiras na Amazônia Sul Ocidental assume um comportamento dual típico das fronteiras periféricas do mundo neoliberal: de um lado, mostra-se passiva perante a mobilidade de capitais; por outro, excessivamente rígida e seletiva frente à mobilidade humana, entendida como uma ameaça, que demanda regulamentação e ordenamento, e cujos desdobramentos afetam diretamente os trabalhadores e trabalhadoras imigrantes do Sul Global.

## NOTAS

<sup>1</sup> Corresponde aos trabalhadores ocupados da extração de látex da árvore seringueira e encarregados da sua conversão artesanal em borracha. Compõem a base da economia gomífera, organizados em colocações (pequenas unidades produtivas) no interior do seringal (grande unidade produtiva) e disciplinados pelo sistema de aviamento (vínculos de endividamento) com o seringalista (proprietário do seringal).

<sup>2</sup> Conforme o último mapeamento territorial e divisão regional definido pelo governo estadual, visando à execução direcionada de políticas públicas de desenvolvimento. Sobre isso, consulte-se: ACRE. Governo do Estado. Zoneamento ecológico-econômico do Acre. Fase II: documento síntese. Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2010.

<sup>3</sup> Refere-se às ações organizadas por seringalistas e caucheiros (proprietários dos seringais e caucherias), que em bandos invadiam aldeias, matavam homens e aprisionavam mulheres e crianças para posterior comercialização. Esse foi um expediente comum nos momentos de ascensão da economia gomífera, em que os brancos tomavam as terras indígenas e expulsavam ou escravizavam populações tradicionais. A respeito disso, recomenda-se: IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.

<sup>4</sup> A maior parte da obra foi executada por um consórcio de empreiteiras brasileiras, sendo a construtora Odebrecht responsável sozinha pelos trechos II e III (líder do consórcio), ao tempo que Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão pelo trecho IV. De acordo com o contrato definido como “construção, operação e transferência”, essas empresas detêm por 25 anos a concessão de exploração e cobrança de pedágio nos trechos da rodovia sob sua responsabilidade, desde o início das obras, em agosto de 2006 (DOUROJEANNI, 2006; PRADO FILHO, 2018).

<sup>5</sup> É pertinente destacar que, por “uma visão geográfica de domínio e controle dos territórios”, a IIRSA e os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) do governo brasileiro assumem a mesma orientação de integração competitiva e adotam um modelo de modernização baseado em megaprojetos de investimentos. Articulados, coordenados e complementares, um de seus principais eixos são os “corredores bioceânicos”, entendidos como “pressuposto da inserção sul-americana no mercado global” (CASTRO, 2012, p. 48).

<sup>6</sup> Recorte temporal definido pela autora, em conformidade aos dois momentos focalizados para análise: meados de 2020 e início de 2021, nos quais houve excepcional retenção de imigrantes na fronteira.

<sup>7</sup> Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de uma pandemia de Covid-19 decorrente da disseminação do novo coronavírus (Sars-CoV-2). Naquele momento, o mundo registrava mais de 118 mil infecções, 4.291 mortes e a presença do vírus em 114 países (ONU, 2020).

<sup>8</sup> Decreto Estadual/Governo do Estado do Acre nº 5.465, de 16 de março de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado em 17 de março de 2020. Disponível para consulta no link: <<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/DO12760COVID.pdf>>.

<sup>9</sup> Ao passo que o governo brasileiro logo determinou o fechamento de suas fronteiras terrestres e aquaviárias para evitar a circulação de pessoas, o mesmo não aconteceu em relação ao



espaço aéreo. Na faixa terrestre, a primeira fronteira interdita foi com a Venezuela, em 18 de março (Portaria/Casa Civil/Presidência da República nº 120/2000), que à época ocupava o quarto lugar no número de casos confirmados (33) entre os países fronteiriços e possuía apenas situações importadas da doença. Em contraste, naquele mesmo momento, Peru (86), Argentina (65) e Colômbia (45) já registravam os maiores números de casos confirmados com transmissão local. No dia seguinte, em 19 de março, uma ampla portaria interministerial proibiu a entrada de estrangeiros, por meios terrestres e aquaviários, vindos de outros vizinhos sul-americanos: Argentina, Peru, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Guiana e Suriname (Portaria/Casa Civil/Presidência da República nº 125/2000). O Uruguai foi integrado a esse rol no dia 22 de março (Portaria/Casa Civil/Presidência da República nº 132/2000) (PÊGO et al., 2020).

<sup>10</sup> A respeito da atuação da DPU, sob o prisma da defesa dos imigrantes no curso da crise socio-sanitária, consulte-se: CHAVES, João. A atuação da Defensoria Pública da União em favor de imigrantes durante a pandemia de COVID-19: um relato de campo. Museu da Imigração, São Paulo, 16 out. 2020. Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/a-atuacao-da-defensoria-publica-da-uniao-em-favor-de-imigrantes-durante-a-pandemia-de-covid-19-um-relato-de-campo>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

<sup>11</sup> Logo após à deflagração da pandemia, é significativo ressaltar as recomendações editadas acerca dos temas migração e refúgio pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por meio da Resolução nº 1/2020 – Pandemia y Derechos Humanos em las Américas (CDIH, 2020); pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), reforçando os direitos dos solicitantes de refúgio, especialmente quanto à importância de se preservar o instituto e a possibilidade de ingresso (ACNUR, 2020); e pela OMS, quanto a necessidade de adaptação dos sistemas de saúde ao atendimento de migrantes e refugiados, assim como seu tratamento em pontos de fronteira e a manutenção de garantias de acesso ao território (OMS, 2020).

<sup>12</sup> No curso desses acontecimentos, o sistema de saúde integrado do Acre registrou o falecimento de uma imigrante haitiana de 30 anos. Ela foi inicialmente atendida na cidade de Assis Brasil, quando se identificou contaminação por Covid-19. Dada a gravidade do caso, a paciente foi transferida para o hospital geral da cidade de Brasília, e depois para a unidade de maior porte do Estado, o Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco, onde deu entrada no dia 19 de fevereiro de 2021. Seu óbito foi anunciado em 3 de março e, tendo em vista que o serviço de assistência social não localizou parentes ou amigos da imigrante na região e nem em sua terra natal, nessa mesma data aconteceu seu sepultamento em cemitério público da capital (RIO BRANCO, 2021).

<sup>13</sup> Desde o dia 1º de fevereiro daquele ano, o Comitê Estadual de Acompanhamento Especial da Covid-19 mantinha todas as três regionais do Acre classificadas na fase de emergência, representada pela cor vermelha, considerando que, entre outros fatores, as unidades de saúde apresentavam quase 100% de ocupação dos leitos. Conforme a Secretaria de Estado de Saúde, por meio do boletim de 21 de fevereiro, o Acre registrava 968 mortes; uma taxa de incidência de 6.145 casos para cada 100 mil habitantes e letalidade de 1,8%. A maior taxa de contaminação para cada 10 mil habitantes era justamente a da cidade de Assis Brasil, com 1.385 casos (ACRE, 2021b; RODRIGUES, 2021b).

<sup>14</sup> Decreto Estadual/Governo do Estado do Acre nº 8.084, de 22 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado na mesma data e disponível para consulta no link: <<https://agencia.ac.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/DO16140183667617.pdf>>. (ACRE, 2021c).



<sup>15</sup> O processo nº 1001055-87.2021.4.01.3000 foi julgado pela 2ª Vara Federal Cível e Criminal da Seção Judiciária do Acre/Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e a decisão está disponível para consulta no link: <<https://www.conjur.com.br/dl/justica-determina-desocupacao-ponte.pdf>>. (CONJUR, 2021).

<sup>16</sup> De acordo com o Ministério da Cidadania, no ano de 2021, por meio das portarias ministeriais nº 369, de 20 de abril, e nº 468, de 13 agosto, o estado do Acre recebeu inicialmente recursos para emergências ocasionadas pela Covid-19, e depois recursos específicos para emergências com imigrantes e refugiados. Somando os dois repasses, o governo estadual dispôs, em fevereiro de 2021, de mais de R\$ 800 mil para proteção social (abrigo, alimentação, prevenção contra a Covid-19 etc.) dos imigrantes na fronteira, bem como o auxílio a famílias afetadas pelas enchentes. No mesmo período, a prefeitura de Assis Brasil possuía, individualmente, saldo de R\$ 176.881,95 (28% do repassado) para utilização em ações socioassistenciais demandadas pela crise na cidade (BRASIL, 2021).

<sup>17</sup> Em agosto de 2021 o noticiário regional divulgou a história do imigrante haitiano Jacquene Bosquet, de 36 anos, que ficou paraplégico após ser obrigado a se jogar da Ponte da Integração, que conecta as cidades de Iñapari (Peru) e Assis Brasil (Brasil). Às autoridades acreanas, o imigrante relatou ter chegado à Assis Brasil com três companheiros, na esperança de passar para o lado peruano e seguir viagem até o Chile. Assim como tantos outros imigrantes, o grupo tentou realizar o percurso por rotas alternativas, conduzidos por coiotes, já que a ponte permanecia fechada pelas forças policiais do Peru. Ao chegar a Iñapari, ele se desencontrou dos companheiros, foi detido e mantido em cárcere. Dias depois, segundo descreveu, os policiais o levaram até a ponte e, após sofrer ameaças, pulou e caiu em uma área de mata. Na queda, ficou muito machucado e por isso teve dificuldade para se locomover. Passou dias arrastando-se pela mata, quando foi avistado por moradores brasileiros da área, que acionaram os bombeiros para resgatá-lo. O imigrante permaneceu acolhido por nove meses em um abrigo de imigrantes de Rio Branco, até que o serviço de assistência social localizasse familiares residentes no Brasil que pudessem acolhê-lo (GADELHA, 2021c).

<sup>18</sup> Durante o represamento e protesto de imigrantes na divisa entre Brasil e Peru, que perdurou cerca de três semanas, entre fevereiro e março de 2021, o Grupo Especial de Fronteira do Acre (GEFRON/AC) realizou a prisão de cidadãos peruanos acusados da prática de coitagem na Interoceânica (GADELHA, 2021a), assim como a Polícia Federal deflagrou a operação Advenus, com o cumprimento de mandados de busca e apreensão na região, também para reprimir redes de coiotes que haviam intensificado o aliciamento de imigrantes com a promessa de travessia da fronteira (VENICIOS, 2021). Cinco meses depois, no início de julho, a Polícia Federal deu continuidade à essa ação com a operação Advenus II, cumprindo novos mandados de busca e apreensão nas cidades de Rio Branco, Brasília e Assis Brasil (VITOR, 2021).

<sup>19</sup> O nome do abrigo é uma homenagem ao secretário municipal de Assistência Social, que atuou ativamente durante os principais momentos de interdição de imigrantes na fronteira, e faleceu em 7 de abril de 2021, após contrair Covid-19 no exercício das suas atividades profissionais.

<sup>20</sup> Para estruturação de uma política migratória local, atinente às particularidades da fronteira acreana, um passo significativo foi a constituição, em 27 de novembro de 2020, do Comitê Estadual de Apoio aos Imigrantes, Apátridas e Refugiados (CEAMAR/AC), conforme o Decreto Estadual/Governo do Estado do Acre nº 7.357, de 26 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial de 27 de novembro de 2020, disponível para consulta no link: <<http://www.legis.ac.gov.br/detalhar/4145>>. O comitê possui competências consultiva, deliberativa e propositiva, reunindo representantes de diversas instâncias do Executivo e Judiciário, além de muitos setores da sociedade civil (ACRE, 2020b).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE. Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Mulheres Seadsdm/AC. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre.** Dezembro/2010 a Março/2021. Rio Branco (AC): [s.ed.], 2021a.
- ACRE. Boletim Covid-19. Secretaria Estadual de Saúde. **Agência de Notícias do Acre**, Rio Branco, 21 fevereiro 2021b. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/boletim-sesacre-deste-domingo-21-sobre-o-coronavirus-2/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ACRE. Governo do Estado. Decreto Estadual nº 8.084, 22 de fevereiro de 2021. **Diário Oficial do Estado**, Rio Branco, 22 fev. 2021c. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/DO16140183667617.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ACRE. Decreto nº 5.465, de 16 de março de 2020. **Diário Oficial do Estado**, Rio Branco, 17 mar. 2020a. Disponível em: <<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/DO12760COVID.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ACRE. Decreto nº 7.357, de 26 de novembro de 2020. **Diário Oficial do Estado**, Rio Branco, 27 nov. 2020b. Disponível em: <<http://www.legis.ac.gov.br/detalhar/4145>>. Acesso em: 20 jun. 2021>.
- ACRE. **Zoneamento ecológico-econômico do Acre.** Fase II: documento síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA, 2010. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/zee/>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- ARAÚJO NETO, D. V. de; ALVES, J. Mobilidade espacial dos indígenas venezuelanos Waraos para o Estado do Acre: trajetórias e as condições de vida na capital Rio Branco. **Uáquiri** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Branco, AC, v. 4, n. 1, p. 30-49, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/6167/3656>>. Acesso em: 2 set. 2022.
- ARRUDA, R. S. V. Fronteiras e identidades: os povos indígenas na trílice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, SP, n. 39, p. 159-178, jul/dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/5840>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- AQUINO, T. V. de. **Kaxinawá:** de seringueiro caboclo a peão acreano. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1980.
- ASSIS BRASIL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS). **Imigrantes detidos na Ponte da Integração.** 2021. 1 fotografia. 420 x 318 pixels. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-peru-barra-imigrantes-que-querem-sair-do-brasil/>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Governo Federal atua para resolver questão migratória na fronteira com o Peru e acolher desabrigados pela cheia do Rio Acre. **Governo Federal Notícias**, 20 fevereiro 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/>>

noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-atua-para-resolver-questao-migratoria-na-fronteira-com-o-peru-e-acolher-desabrigados-pela-cheia-do-rio-acre>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Segurança pública nas fronteiras**. Sumário executivo. Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. Brasília (DF): Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

BORGES, A. Trilhos começam a sair do papel com investimentos privados de R\$ 13 bi. **Estadão**, São Paulo, SP, 17 agosto 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2020/08/17/capital-privado-assume-novas-ferrovias.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2021

CARDOSO, R. Fronteira do Acre com a Bolívia tem grande fluxo de veículos depois de reabertura. **AC24horas**, Rio Branco, AC, 13 setembro 2020. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2020/09/13/fronteira-do-acre-com-a-bolivia-tem-grande-fluxo-de-veiculos-depois-de-reabertura/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CÁRITAS Diocesana do Acre. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes no Estado do Acre**. Rio Branco (AC): [s.ed.], 2021.

CASTELO, C. E. F. Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a “florestania” e outras histórias. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 51, p.117-132. jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6451>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/NZSbnDJdKLMvfNgtDKcp3jb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CHAVES, J. A atuação da Defensoria Pública da União em favor de imigrantes durante a pandemia de COVID-19: um relato de campo. **Museu da Imigração**, São Paulo, 16 outubro 2020. Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/a-atuacao-da-defensoria-publica-da-uniao-em-favor-de-imigrantes-durante-a-pandemia-de-covid-19-um-relato-de-campo>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CIDH – COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Pandemia e Direitos Humanos nas Américas**. Resolução nº 1/2020. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-1-20-pt.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Dossiê Acre** – o Acre que os mercadores da natureza escondem. Documento especial para a Cúpula dos Povos na Rio+20. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <[https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossie-acre\\_2012.pdf](https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossie-acre_2012.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CPI-AC – COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. **Os isolados na fronteira Acre-Peru**. Mapa de índios isolados. Ano 2019. Disponível em: <<https://cpiacre.org.br/indios-isolados/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

- CONJUR. Justiça determina desocupação de ponte que liga Brasil ao Peru. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, SP, 8 março 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-mar-08/justica-determina-desocupacao-ponte-liga-brasil-peru>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- COSTA, G. V. L. O muro invisível: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, v. 25, n. 2, p. 141-156, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/LTWhzRQFrxjRtJ9HMrdyRdh/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- COSTA, S. O. da; OLIVEIRA, C. M. de; SILVA, P. da; SILVA, S. R. da; SANTOS, J. P. de O.; BARJA, A. L. de L.; ANDRADE, F. do N.; GUERREIRO, I. R.; MELO, P. G. **Diagnóstico participativo sobre a proteção humanitária de refugiados Warao no Estado do Acre**. Rio Branco (AC): Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE-AC); Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi-Ufac); Rede de Formações para Mulheres Negras Afroindígenas e Indígenas do Acre (MulherAções), 2021. Disponível em: <<http://condege.org.br/wp-content/uploads/2021/09/DIAGNOSTICO-PARTICIPATIVO-SOBRE-A-PROTECAO-HUMANITARIA-DE-REFUGIADOS-WARAO-NO-ESTADO-DO-ACRE-2.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- DA SILVA, S. S. Das “microrregiões geográficas” às “regionais de desenvolvimento”: regionalizações das terras acreanas e as possibilidades de novos rearranjos no princípio do século XXI. **Uáquiri** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Branco, AC. Edição especial: publicações históricas, v. 1, n. 1, p. 43-69, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/3110>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Imigrantes venezuelanos na ponte entre o Brasil e o Peru**. 2020a. 1 fotografia. 420 x 318 pixels. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/justica-libera-entrada-de-venezuelanos-que-ficaram-semanas-presos-em-ponte-entre-brasil-e-peru.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Grupo de 36 imigrantes, entre elas crianças e bebês, ficaram retidos por mais de três meses na ponte**. 2020b. 1 fotografia. 420 x 318 pixels. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/justica-libera-entrada-de-venezuelanos-que-ficaram-semanas-presos-em-ponte-entre-brasil-e-peru.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- DELFIN, R. B. De forma pacífica, migrantes deixam ponte no Acre após decisão da Justiça. **MigraMundo**, São Paulo, SP, 9 março 2021. Disponível em: <<https://migramundo.com/de-forma-pacifica-migrantes-deixam-ponte-no-acre-apos-decisao-da-justica/>>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- DEL RÍO, J. M. V.; CARDIA, L. M. Etnografias das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. **Scripta Nova** – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales de Universidad de Barcelona, Barcelona, v. XIII, n. 292, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-292.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- DOUROJEANNI, M. J. **Estudio de caso sobre la carretera Interoceánica en la Amazonía sur del Perú**. Conservación Internacional Perú. 2006. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Marc-Dourojeanni/publication/266499470\\_Estudio\\_](https://www.researchgate.net/profile/Marc-Dourojeanni/publication/266499470_Estudio_)

de\_caso\_sobre\_la\_carretera\_Interoceánica\_en\_la\_amazonia\_sur\_del\_Peru/  
links/558030c008ae21ac9bf38294/Estudio-de-caso-sobre-la-carretera-Interoceánica-en-  
la-amazonia-sur-del-Peru.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2021.

GADELHA, A. Haitiano que ficou paraplégico ao ser obrigado a se jogar de ponte no AC recebe alta e vai para abrigo. **G1-ACRE**, Rio Branco, AC, 16 agosto 2021c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/08/16/haitiano-que-ficou-paraplegico-ao-ser-obrigado-a-se-jogar-de-ponte-no-ac-recebe-alta-e-vai-para-abrigo.ghtml>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

GADELHA, A. Com mais de 60 indígenas venezuelanos no AC, novo abrigo é alugado para estrangeiros que estão há um ano no estado. **G1-ACRE**, Rio Branco, AC, 3 abril 2021b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/04/03/com-mais-de-60-indigenas-venezuelanos-no-ac-novo-abrigo-e-alugado-para-estrangeiros-que-estao-ha-um-ano-no-estado.ghtml>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

GADELHA, A. Peruano suspeito de atuar como “coiote” de imigrantes do Brasil para o Peru é preso no interior do Acre. **G1-ACRE**, Rio Branco, 16 fevereiro 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/16/peruano-suspeito-de-atuar-como-coiote-de-imigrantes-do-brasil-para-o-peru-e-preso-no-interior-do-acre.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Assis Brasil**. IBGE-Cidades e Estados, Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac/assis-brasil.html>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga relação dos municípios na faixa de fronteira. **Agência IBGE**, Brasília, DF, 16 julho 2020b. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28009-ibge-divulga-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira>>. Acesso em: 10 set. 2020.

IGLESIAS, M. M. P. **Os Kaxinawá de Felizardo**: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.

IIRSA – INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA. **IIRSA 10 anos depois**: seus logros e desafios. Buenos Aires: BID/INTAL, 2011.

IIRSA – INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA. **Plan de acción para la integración de la infraestructura regional en América del Sur**. Montevideo: Comité de Coordinación Técnica, 2000.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Bolivia**: proyecciones de población, según departamento y municipio, 2012-2022. Revisión 2020. Disponível em: <<https://www.ine.gob.bo/index.php/censos-y-proyecciones-de-poblacion-sociales/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

INEI – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. **Perú**: perfil sociodemográfico. Informe Nacional. 2017. Disponível em: <<https://www.inei.gob.pe/biblioteca-virtual/publicaciones-digitales/>>. Acesso em: 25 ju. 2021.

- LIMA, A. **Imigrantes no posto da Polícia Federal em Assis Brasil**. 2013. 1 fotografia. 476 x 317 pixels. Disponível em: <<https://www.oaltoacre.com/governo-federal-acaba-com-limite-de-concessao-de-vistos-a-haitianos/>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- LIMA, E. O. de; MAMED, L. H. Trabalho e precarização na Amazônia acreana. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA-ALAS, 29., 2013, Santiago. **Anais...** Santiago, Chile: ALAS, 2013.
- LISSARDY, G. A polêmica ferrovia que a China quer construir na América do Sul. **BBC Brasil**, São Paulo, SP, 19 maio 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518\\_ferrovia\\_transoceanica\\_construcao\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovia_transoceanica_construcao_lgb)>. Acesso em: 27 jun. 2021
- MAISONNAVE, F. Com centenas de imigrantes abrigados, cidade na fronteira do Acre com Peru pede socorro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 28 março 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/com-centenas-de-imigrantes-abrigados-prefeito-na-fronteira-do-acre-com-peru-pede-socorro.shtml>>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- MAMED, L. H. **Caminhos encruzilhados** – a imigração haitiana pela Amazônia e o labor da carne no Sul do Brasil (2010-2020). Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2022. No prelo.
- MAMED, L. H. Fontié ki kwaze: a imigração haitiana e os desafios à política humanitária no Brasil. In: LOPES, C. M. S.; PAULA, P. M. de (Orgs.) **Migrantes e refugiados: uma aproximação baseada na centralidade do trabalho e na justiça social**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2021. p. 309-348. Disponível em: <[https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/livros/migrantes-e-refugiados/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/livros/migrantes-e-refugiados/@@display-file/arquivo_pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- MAMED, L. H. Imigrantes internacionais no Estado do Acre e a pandemia de Covid-19. In: FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (Coords.). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2020. p. 78-109. Disponível em: <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos\\_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- MAMED, L. H. **Amazônia Ocidental (1870-1970): o processo de incorporação do artesanato pela grande indústria na formação social do Acre**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2005.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.
- MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social** – Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, v. 8, n. 1, p. 25-70, mai. 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/87HYbTyy3WqHht49HTWJNj/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

- MISSE, M.; ADORNO, S. **Mercados ilegais, violência e criminalização**. São Paulo: Alameda, 2018
- MORAIS, M. de J.; MANCHINERI, A. S. da S.; MANCHINERI, S. de S. B. Povo Manchineri e a tríplice fronteira do Brasil, Bolívia e Peru: o viver do lado de cá (Acre) e do lado de lá (Pando e Madre de Dios). **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, RS, v. 47, v. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/view/102479>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- MP-AC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Relatório de informações de indicadores prioritários de violência e criminalidade 2007-2019**. Rio Branco (AC): Núcleo de Apoio Técnico (NAI) / Observatório de Análise Criminal, 2019.
- MUNIZ, T. Imigrantes voltam para o Acre após invadirem cidade peruana e entrar em conflito com a polícia. **G1-ACRE**, Rio Branco, AC, 16 fevereiro 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/16/imigrantes-voltam-para-o-acre-apos-invadirem-cidade-peruana-e-entrar-em-conflito-com-a-policia.ghtml>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- NORONHA, A. C. **Imigrante Yocouba Guigma, 19 anos, vindo de Burkina Faso, está entre os represados na tríplice fronteira**. 2021a. 1 fotografia. 1170 x 750 pixels. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-haitianos-desistem-do-brasil/>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- NORONHA, A. C. **Confronto da polícia peruana com imigrantes na fronteira de Assis Brasil com Iñapari**. 2021b. 1 fotografia. 1170 x 750 pixels. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-com-forca-policial-peru-expulsa-imigrantes-para-o-brasil/>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- NORONHA, A. C. **Durante confronto, mulher haitiana passa mal e fica deitada na ponte da fronteira, ao lado do filho**. 2021c. 1 fotografia. 1170 x 750 pixels. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-com-forca-policial-peru-expulsa-imigrantes-para-o-brasil/>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Preparedness, prevention and control of coronavirus disease (COVID-19) for refugees and migrants in non-camp settings**. Genebra, Suíça, 17 abril 2020. Disponível em: <[https://www.who.int/publications-detail/preparedness-prevention-and-control-of-coronavirus-disease-\(covid-19\)-for-refugees-and-migrants-in-non-camp-settings](https://www.who.int/publications-detail/preparedness-prevention-and-control-of-coronavirus-disease-(covid-19)-for-refugees-and-migrants-in-non-camp-settings)>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia. **ONU News**, Genebra, Suíça, 11 março 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 34, n. 99, p. 1-19, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MnH57mtDTqqwzgvB8LhXMnz/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- PAULA, E. A. de; MORAIS, M. de J. Nos labirintos das fronteiras amazônicas. In: VALENCIO, N.; PAULA, E. A. de; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Processos de territorialização e identidades sociais**. Volume I. São Carlos: Rima, 2010.



- PAULA, E. A. de. **(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**. Rio Branco: Edufac, 2005.
- PÊGO, B. et al. **Pandemia e fronteiras brasileiras**: análise da evolução da Covid-19 e proposições. Nota técnica (DIRUR/IPEA) n. 16. Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais-DIRUR/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10039>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- PONTES, F. Caos na Pandemia: Com força policial, Peru expulsa imigrantes para o Brasil. **Amazônia Real**, Manaus, AM, 16 fevereiro 2021. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-com-forca-policial-peru-expulsa-imigrantes-para-o-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- PONTES, F. Mula não faz quarentena – em tempos de epidemia, fronteira fechada no Acre reduz, mas não interrompe tráfico de drogas. **Revista Piauí**, São Paulo, SP, 28 abril 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/mula-nao-faz-quarentena/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- PRADO FILHO, C. R. S. **Do isolamento à integração desgovernada da Amazônia**. A “febre do ouro” e o “outro estado dentro do Estado” no caminho da rodovia Interoceânica por Madre de Dios: um estudo dos primeiros anos de impacto socioambiental da rodovia Interoceânica na Amazônia do Peru. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), São Paulo, São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152902>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- RIBEIRO, V. **Imigrantes no abrigo público de Brasília**. 2013. 1 fotografia. 423 x 317 pixels. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/04/imigrantes-de-outras-nacionalidades-nao-terao-atendimento-especial.html>>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- RIO BRANCO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMCTAS). Divisão de Benefícios Assistenciais. **Declaração de responsabilidade por solicitação de auxílio funeral (urna e jazigo)**, de 4 de março 2021. Rio Branco: SEMCTAS, 2021.
- RODRIGUES, I. Mais de 130 caminhões seguem retidos em ponte ocupada por imigrantes há 15 dias e prejuízo é calculado em mais de R\$ 600 mil. **G1-ACRE**, Rio Branco, AC, 1 março 2021c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/03/01/mais-de-130-caminhoes-seguem-retidos-em-ponte-ocupada-por-imigrantes-ha-15-dias-e-prejuizo-e-calculado-em-mais-de-r-600-mil.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- RODRIGUES, I. Comitê mantém Acre na bandeira vermelha após estado registrar 96 mortes em 21 dias. **G1-ACRE**, Rio Branco, AC, 22 fevereiro 2021b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/22/comite-mantem-acre-na-bandeira-vermelha-apos-estado-registrar-96-mortes-em-21-dias.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- RODRIGUES, I. Após confronto com polícia no Peru, sete imigrantes são atendidos em hospital no AC e 130 continuam acampados em ponte. **G1-ACRE**, Rio Branco, AC, 17 fevereiro 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/17/>>

- apos-confronto-com-policia-no-peru-sete-imigrantes-sao-atendidos-em-hospital-no-ac-e-130-continuam-acampados-em-ponte.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- RODRIGUES, Iryá. Ponte entre Brasília e Bolívia é reaberta após seis meses fechada devido à pandemia. **G1-ACRE**, Rio Branco, AC, 22 setembro 2020b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/09/22/ponte-entre-brasileia-e-bolivia-e-reaberta-apos-seis-meses-fechada-devido-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- RODRIGUES, I. Covid-19: fluxo de imigrantes aumenta na fronteira do AC e prefeito de cidade do interior pede intervenção. **G1-ACRE**, Rio Branco, AC, 20 março 2020a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/03/20/covid-19-fluxo-de-imigrantes-aumenta-na-fronteira-do-ac-e-prefeito-de-cidade-do-interior-pede-intervencao.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ROSSI, A. Guerra de facções torna Rio Branco, no Acre, a capital onde homicídios mais aumentam no Brasil. **BBC Brasil**, São Paulo, SP, 29 janeiro 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42783116>>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- SANCHES, M. Haitianos deixam Brasil em meio à crise econômica e fake news sobre fronteira aberta nos EUA. **BBC Brasil**, Washington, DC, 11 março 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56342515>>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- SHERMA, M. A. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n. 22, p. 65-77, jan./abr. 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6735/1/BEPI\\_n22\\_Defesa.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6735/1/BEPI_n22_Defesa.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- STEIMAN, R. Zona de fronteira e cidades gêmeas. In. BOTÍA, C. G. Z. **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/10410>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- STEIMAN, R. **Áreas protegidas em zonas de fronteira**: para onde!?, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 2, nov. 2011. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/24463>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- VALENTE, R. Governo mobiliza 8 ministérios para desfazer protesto de imigrantes no Acre. **UOL**, Brasília, DF, 27 fevereiro 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/02/27/fronteira-acre-crise-ponte-integracao-governo-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- VENICIOS, M. PF faz operação e prende coiotes acreanos na capital e interior. **AC24horas**, Rio Branco, AC, 26 fevereiro 2021. Disponível em: <<https://ac24horas.com/2021/02/26/pf-cumprer-4-mandados-de-busca-apreensao-contracoioetes-acreanos-na-capital-e-interior/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- VITOR, L. PF realiza Operação “Advenus” e cumpre mandados no Acre. **AC24horas**, Rio Branco, AC, 9 julho 2021. Disponível em: <<https://ac24horas.com/2021/07/09/pf-realiza-2o-fase-da-operacao-advenus-e-cumprer-mandados-em-tres-cidades-do-acre/>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

## RESUMO

Em uma ponta está a cidade de Assis Brasil, no estado do Acre, Brasil; na outra, Iñapari, no Departamento de Madre de Dios, no Peru; entre as duas está situada a cidade de Bolpebra, no Departamento de Pando, na Bolívia. Na Ponte da Integração, que conecta os países, em um dos principais eixos da Rodovia Interoceânica (Amazônia Sul Ocidental), imigrantes de diversas nacionalidades são barrados pelo fechamento das fronteiras, política reiterada pelos países vizinhos durante a pandemia de Covid-19. A situação ganhou especial visibilidade em meados de 2020 e no início de 2021, dois momentos em que o volume de pessoas e o período de tempo de sua retenção sobre a ponte ampliaram as dimensões humanitárias da crise sanitária. Adotando como ponto de partida essas duas circunstâncias empíricas da realidade amazônica, o artigo reflete sobre a produção da condição de ilegalidade migrante, discorrendo sobre os regimes de fronteira praticados na região, cujos desdobramentos potencializam a vulnerabilidade social e laboral dos imigrantes no decurso da pandemia. Trata-se de uma investigação social empírica, guiada pelo referencial crítico da sociologia, mediante combinação de pesquisas bibliográfica e documental, com aporte na etnografia. A despeito das normativas existentes de defesa dos direitos humanos dos imigrantes, circunstâncias como a pandemia reforçaram as adversidades para sua efetivação e implicaram em recrudescimento do controle policial nas fronteiras, que, em nome da prerrogativa de proteção sanitária, tornou-se mais restritivo, violento e excludente, notadamente em relação aos imigrantes indígenas e negros empobrecidos que circulam pelas fronteiras amazônicas.

**Palavras-chaves:** Imigrantes; Fronteiras; Amazônia Sul Ocidental; Pandemia.

## ABSTRACT

At one end is the city of Assis Brasil, in the State of Acre, Brazil; in the other, Iñapari, in the Department of Madre de Dios, Peru; between the two is the city of Bolpebra, in the Department of Pando, in Bolivia. On the Integration Bridge, which connects countries, on one of the main axes of the Interoceanic Highway (South-Western Amazon), immigrants of different nationalities are barred by the closing of borders, a policy reiterated by neighboring countries during the Covid-19 pandemic. The situation gained special visibility in mid-2020 and early 2021, two moments in which the volume of people and the period of time they were held over the bridge expanded the humanitarian dimensions of the sanitary crisis. Taking these two empirical circumstances of the Amazon reality as a starting point, the article reflects on the production of the condition of migrant illegality, discussing the border regimes practiced in the region, whose consequences enhance the social and labor vulnerability of immigrants during the pandemic. It is an empirical social investigation, guided by the critical framework of sociology, through a combination of bibliographic and documental research, with a contribution of ethnography. Despite the existing regulations for the defense of the human rights of immigrants, circumstances such as the pandemic reinforced the adversities for its effectiveness and implied in the intensification of police control at the borders, which in the name of the prerogative of health protection became more restrictive, violent and excluding, notably in relation to impoverished indigenous and black immigrants who circulate along the Amazonian borders.

**Keywords:** Immigrants; Borders; South Western Amazon; Pandemic.



# Migración y salud: reflexiones a partir de una etnografía en centros de salud en São Paulo, Brasil, y Buenos Aires, Argentina, durante la pandemia de COVID-19

Eugenia Brage\*

## 1 INTRODUCCIÓN

*Recibo un mensaje de whatsapp de una colega boliviana: “Eu sei, por algumas pessoas, que tem gente pensando em voltar para Bolívia, não sabem como será sem trabalho e contas a pagar... alguns donos de oficina provavelmente terão que dispensar seus funcionários (...). Por isso alguns estão tentando voltar para a Bolívia, para não ter que ficar na rua”.*

*Bolivia se encuentra atravesando un momento crítico, luego del golpe de estado de Octubre del 2019 (...). Mesmo así, personas que hace años viven en Brasil y que han construido sus vidas aquí, deciden retornar. Varias personas me preguntan si yo también pienso en volver a Argentina. ¿Es acaso esto una señal? ¿Qué va a suceder en Brasil con esta pandemia? (Diario de campo, 26 de marzo de 2020)*

Un mes después de la confirmación del primer caso de COVID-19 en América Latina, en São Paulo, Brasil, el 26 de febrero de 2020, los países de la región del Cono Sur adoptaron medidas y restricciones destinadas a reducir la propagación del virus y hacer frente a crecientes infecciones. Las principales medidas estuvieron direccionadas al cierre de fronteras, cuarentenas y restricciones de circulación, entre otras. Estas medidas, no obstante, no fueron pensadas en clave regional, más bien, todo lo contrario, mostraron el carácter fragmentado de las lógicas Estado-céntricas. Además de haber sido sumamente dispares, teniendo en cuenta las desigualdades que caracterizan a los países del Cono Sur y de haberse combinado con crisis políticas y económicas en cada uno de estos países, estas medidas dejaron a la población migrante en una situación de espera e inmovilidad (BRAGE, 2020), traducidas en la imposibilidad de cruzar

---

\* Centro de Estudos da Metrópole (CEM, Cepid FAPESP), Universidade de São Paulo (USP), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Processos Fapesp nº 2019/13439-7 y 2021/09697-0] Rede Milbi+

la frontera, en términos materiales y simbólicos, el confinamiento – inviable e imposible – y la incertidumbre a largo plazo, todo lo cual tuvo repercusiones en la salud integral de estas personas. Pero no sólo esto. Muchas de estas personas, que viven y dependen de las economías populares, se vieron en una situación de extrema vulnerabilidad que, combinada con el riesgo a la contaminación y muerte por COVID-19 al que tuvieron que exponerse (BRAGE, 2022a), generaron efectos que aún hoy persisten. “¿Qué va a suceder en Brasil con esta pandemia?”, me preguntaba aquel marzo de 2020. Pareciera que la respuesta ya estaba en el aire.

Un año después, Brasil se ubicaba en segundo lugar en el mundo en número de muertes (LOTTA, SCHATAN COELHO y BRAGE, 2021). El ambiente de indefinición e inseguridad, creado por la permanente minimización de la pandemia por parte del presidente Jair Bolsonaro, generó un clima de mayor inestabilidad social y política con consecuencias que hasta hoy se hacen notar. La falta de liderazgo para combatir la pandemia por parte del gobierno federal generó un clima de tensiones y discrepancias con los Estados y dejó, a su vez, librado al propio juicio y posibilidades la capacidad de cuidar de sí y de otros<sup>1</sup>.

En Argentina, a diferencia de Brasil, las medidas sanitarias fueron inmediatas y rígidas, habiendo, inicialmente, acuerdo entre el gobierno nacional y los gobiernos provinciales (BRAGE et al, 2022). El 20 de marzo, mediante el Decreto presidencial N° 297/20, se dispuso el “aislamiento social, preventivo y obligatorio” (ASPO), decreto que aplicó a todos los habitantes del país y para las personas que se encontraran transitoriamente en él (Boletín oficial).

Empecé este artículo con un fragmento de mi diario de campo, diario que, como menciona Guber (2021), se inicia mucho antes que la propia salida al campo. Releyendo mis registros en los cuales volqué reflexiones en el vacío, atravesada por un estado de espera, inmovilidad e incertidumbre, me encontré con este fragmento que no tenía recuerdo de haber escrito. Así como también con innumerables reflexiones que emergieron en ese momento tan particular que fue el inicio de la pandemia de COVID-19. Hoy, dos años y medio después, pareciera como si el tiempo se hubiera escurrido. Sin embargo, aquí estamos, a pesar de las pérdidas, los dolores y las muertes evitables, intentando poner palabras a esto que nos pasó como sociedad. Si, por un lado, esta pandemia, que se convirtió en el centro de los debates mundiales, dejó marcas indelebles, desnudó las injusticias sociales y dejó al descubierto las desigualdades estructurales, potenciándolas y exacerbándolas (BRAGE, 2021), por otro lado, mostró las estrategias de resiliencia desarrolladas (PARRA, GONZÁLEZ ZEPEDA y DÍAZ, 2021) por estas poblaciones, así como la enorme capacidad popular y comunitaria de hacer frente a las crisis (BRAGE, 2022b). Esto se expresa en la capacidad de organización y gestión en territorios y espacios a través de procesos colectivos de organización, prácticas solidarias, redes de apoyo y cuidado mutuo y el rol estratégico de las economías populares (NEJAMKIS y GAVAZZO, 2021). Se destaca, asimismo, el papel de las organizaciones y movimientos sociales en el

enfrentamiento, lo cual, una vez más, muestra la ausencia estatal en la resolución de problemas cotidianos y estructurales.

El objetivo de este artículo es analizar la relación entre migración y salud en el contexto de la pandemia COVID-19, basándome, para ello, en el papel que tuvieron los centros de atención primaria en los barrios en donde llevé a cabo la investigación. Tomando como base empírica el barrio Bom Retiro, en la ciudad de São Paulo, Brasil, y el Bajo Flores, en la CABA, Argentina, procuro establecer algunas comparaciones entre ambos contextos en lo que respecta a los temas que atravesaron las vivencias de las personas migrantes.

En primer lugar, apuntaré algunas de las problemáticas que emergieron como más relevantes durante el desarrollo de la investigación. En segundo lugar, me interesa dar cuenta de que estos centros de salud, así como las personas que allí trabajan, se convirtieron, en el contexto de la pandemia, prácticamente en la única interlocución posible con el Estado durante los primeros meses de la pandemia. Esto, según pretendo mostrar, se dio por dos motivos. El primero de ellos, por la fuerte articulación territorial que estos centros de salud tienen y las acciones comunitarias que realizan. El segundo, por tratarse de los dispositivos que continuaron activos, mientras que todos los otros cerraron la atención al público y disminuyeron su capacidad de atender situaciones concretas.

En estos contextos, la salud comunitaria y del llamado “primer nivel” tuvo, a pesar de la escasa prioridad que se le otorgó en el enfrentamiento a la pandemia por parte de los estados (LOTTA, COELHO y BRAGE, 2020), un rol fundamental, conteniendo situaciones de todo tipo. Lejos de restringir la noción de salud al sistema sanitario, lo que me interesa destacar es, justamente, lo contrario. La salud no puede ser pensada de manera fragmentada y aislada de los territorios y los mundos sociales en los cuales las personas desarrollan su vida y esto incluye tanto dimensiones materiales como simbólicas, culturales y sociales.

La investigación comparativa tuvo inspiración en los resultados de mi investigación postdoctoral desarrollada a lo largo de la pandemia con mujeres bolivianas residentes en São Paulo, entre julio de 2020 y diciembre de 2021, a partir de un trabajo de campo etnográfico que abarcó diferentes escenarios en el barrio de Bom Retiro, región central de São Paulo: una Unidad Básica de Salud (UBS)<sup>2</sup> y los domicilios particulares de algunas de estas personas, así como también, y como resultado de las adaptaciones pandémicas, un proceso cooperativo de trabajo, es decir, una cooperativa creada en julio de 2020 frente a la situación de emergencia sanitaria y que hoy en día aglutina a 16 mujeres bolivianas (BRAGE, 2022b).

A continuación, entonces, presento algunos resultados preliminares que emergen de la investigación llevada a cabo en ambas ciudades en el contexto de la pandemia COVID-19. El material que aquí analizo fue recabado por medio de observaciones, entrevistas informales y conversaciones, tanto con migrantes, en su mayoría mujeres (cis)<sup>[2]</sup> bolivianas, como con trabajadorxs de la salud que se desempeñan en el la UBS y en el CeSAC.



## 2 UNA INVESTIGACIÓN PANDÉMICA

Cuando comenzó la pandemia me encontraba iniciando una investigación etnográfica con migrantes bolivianas en São Paulo. Me proponía analizar los itinerarios terapéuticos de estas personas en el marco de sus procesos migratorios más amplios, buscando comprender las diferentes formas de interacción de estas personas con los servicios públicos, particularmente, de salud, a la vez que sus mundos cotidianos. La investigación contemplaba la articulación de los niveles macro (políticas) con las micro experiencias subjetivas, considerando, a su vez, el nivel “medio” de las instituciones (FASSIN, 2016), en este caso UBSs, priorizando los escenarios en que estas personas desarrollan su vida cotidiana. Partí de la premisa de que en esta articulación macro-medio-micro se vislumbran distintas problemáticas que migrantes y refugiadxs enfrentan, tanto vinculadas a acceso a derechos y a servicios públicos, como a situaciones de violencias, xenoracismo, entre otras que viven, sea en las propias instituciones como en sus ámbitos de circulación cotidiana.

Ante la imposibilidad de realizar trabajo de campo, mi proyecto inicial se vio alterado, no solo por el contexto sino también por desplazamientos teóricos, epistemológicos y metodológicos que se produjeron. Basada en mis investigaciones previas y en mi experiencia en la investigación-acción (BRAGE et al)<sup>3</sup>, fui construyendo un campo empírico, resultado de mi involucramiento en acciones específicas con la comunidad, particularmente nucleadas en un centro cultural comunitario del barrio y en la UBS. Las acciones desarrolladas por parte del centro cultural, articulado con movimientos, organizaciones sociales y dispositivos públicos, se abocaron a la resolución de problemas que se presentaban en el cotidiano de las personas que residen en el barrio, en su mayoría migrantes, personas de baja renta, población en situación de calle, trabajadoras sexuales, usuarixs de drogas, entre otrxs. En este marco y delante de un panorama cada vez más trágico, relacionado al aumento exponencial de casos y muertes por COVID-19, los frentes de acción se orientaron hacia la recepción de donaciones y distribución de alimentos, abrigo e insumos de higiene, tapabocas y alcohol en gel así como también a brindar información sobre derechos básicos y trámites para acceder al ingreso de emergencia, para lo cual eran necesarios ciertos requisitos vinculados a la actualización de documentos fundamentales para cualquier ciudadanx brasileñ.

Las demandas específicas de la población migrante del barrio comenzaron a tornarse visibles a partir de la creciente presencia de personas bolivianas, muchas de las cuales se encontraban en situación de irregularidad migratoria, a pesar de los años que llevaban viviendo en Brasil y de las legislaciones vigentes. Estas personas, en su mayoría mujeres cis<sup>4</sup>, se aproximaban en busca de “cestas básicas” (canasta básica) y ayuda para obtener el beneficio social de emergencia, tras enterarse “de boca en boca” sobre las acciones del

centro cultural. Fue deste marco que se originó la cooperativa de mujeres bolivianas, proceso de gestión colectiva del trabajo que acompaño desde su inicio (BRAGE, 2022b).

Mi etnografía pandémica se basó, entonces, en encuentros y conversaciones con las mujeres de la cooperativa y con otras que fui conociendo a través de las visitas domiciliarias que realicé junto a una agente comunitaria de salud (también boliviana)<sup>5</sup>. Estos encuentros y escenarios compartidos, que constituyen mi campo empírico, abarcaron diversos ámbitos, desde la UBS, los hogares de estas mujeres, bares, restaurantes y el centro cultural en donde funciona la cooperativa, hasta acompañamiento en las búsquedas terapéuticas y en la realización de trámites administrativos relacionados a la irregularidad migratoria, entre muchas otras, todo lo cual me permitió aproximarme al conjunto de actividades que se articulan en estos contextos, incluyendo las políticas públicas a las que acceden o no estas personas y las alternativas y estrategias que van desarrollando en su cotidiano.

Como mencioné en la introducción, cuando me fue posible cruzar la frontera y retornar a mi país, y gracias a una beca<sup>6</sup> que obtuve, me propuse realizar una comparación en ambos contextos migratorios. Para ello, elegí el CeSAC 20, ubicado en el barrio de Flores, en donde reside y trabaja un gran número de población migrante de Bolivia.

Basándome en trabajos previos sobre la gestión de la salud y la organización del cuidado entre poblaciones migrantes, tanto en Brasil como en Argentina, y en los resultados de mi investigación postdoctoral, me propuse establecer comparaciones respecto de modos de enfrentamiento a la pandemia por parte de migrantes bolivianas en ambas ciudades, facilitado esto por mi doble pertenencia y por mi doble tránsito en mundos migrantes. Por un lado, años de trabajo e investigación en barrios del sur de la CABA con población migrante, por otro, años de migración, militancia<sup>7</sup> y trabajo académico con migrantes en São Paulo, particularmente, población boliviana. Fue así que, tras haber desarrollado una etnografía pandémica en São Paulo, me propuse establecer comparaciones en mi ciudad natal.

Fueron múltiples las razones para la elección de Argentina, y particularmente la CABA, para desarrollar estas comparaciones. En primer lugar, se trata de mi país de origen y en el cual crecí y me formé como antropóloga. A su vez, fue allí en donde inicié mis investigaciones (en la línea de la investigación-acción) con poblaciones migrantes, desde el año 2009. En segundo lugar, se trata del país de América del Sur que más migración recibe y el principal destino migratorio de bolivianxs. Por tanto, existe una vasta producción de conocimiento sobre estos fenómenos. Existe, por su parte, un fuerte vínculo (comercial, económico, comunitario y familiar) entre las dos ciudades de São Paulo y Buenos Aires (HINOJOSA, 2016). Las poblaciones inmigrantes presentan, a su vez, perfiles socio-epidemiológicos similares (GOLDBERG, MARTIN, SILVEIRA, 2015).

A nivel legislativo, tanto Argentina como Brasil cuentan con Leyes de Migración que representaron un cambio de paradigma en relación al reconocimiento del derecho humano a migrar, la Ley 25.871 (2004), en Argentina, y la Ley 13.445 (2017), en Brasil. En Argentina, la Nueva Ley Migratoria, sancionada en el año 2004, vino a poner fin a la Ley Videla que se mantenía en vigencia desde la última dictadura cívico-militar. En Brasil, en un proceso similar que recién ocurrió en el 2017 y fruto de muchos años de lucha de los movimientos sociales, logró la sanción de la Ley Nacional de Inmigración, la cual reemplazó el antiguo “Estatuto do Estrangeiro”, también vigente desde la última dictadura militar. En ambos casos, las leyes significaron un cambio de paradigma basado en la consideración del derecho humano a migrar. Como puede observarse, existe un lapso temporal significativo entre la sanción de ambas leyes, lo cual trae, desde mi punto de vista, algunas diferencias en el grado de implementación de las políticas públicas así como también en el grado de politización de las migraciones.

Es necesario señalar que tanto Brasil como Argentina cuentan con sistemas universales de salud caracterizados por una fuerte impronta que otorga prioridad en la atención primaria. En Brasil, el Sistema Único de Saúde (SUS) ofrece esta prestación de servicio de manera descentralizada, a través de las llamadas Unidades Básicas de Saúde (UBS) extendidas a lo largo y ancho de todo el territorio nacional. En su mayoría, estas UBS son gestionadas por Organizaciones Sociales, lo cual genera condiciones laborales diversas para sus trabajadorxs (LOTTA et al)<sup>8</sup>

En Argentina, el sistema de salud funciona también en niveles de atención, siendo la Atención primaria en Salud la estrategia prioritaria de abordaje para la mayor parte de los problemas de salud de las poblaciones. En la CABA, estos centros responsables de proveer los servicios se llaman Centros de Salud y Acción comunitaria (CeSAC) y se encuentran distribuidos en los diferentes barrios de la CABA respondiendo de manera directa al Ministerio de Salud del gobierno de la ciudad.

No es el objetivo de este artículo establecer comparaciones en torno al funcionamiento de los centros del primer nivel de atención en ambos países (aunque queda pendiente una descripción más detallada), sino, más bien, avanzar en el análisis sobre los puntos comunes, que emergieron durante la pandemia, con relación a la población migrante, dado que se trata de centros que poseen características similares en cuanto a los servicios que ofrecen regularmente y, en ambos casos, han sido centros que se mantuvieron abiertos a la comunidad a lo largo de la pandemia.

Mi llegada a Buenos Aires coincidió con la llegada de la variante Ômicron del coronavirus a la región. Es decir, pude acompañar los modos de enfrentamiento, las prácticas y los sentidos otorgados al virus, así como también los modos de testeo y los protocolos sanitarios sobre cómo proceder en cada caso (contacto estrecho con o sin síntomas etc.). Llegué, asimismo, en una fecha marcada por eventos que movilizan masivamente a la población, como los 20 años de

aquel 19 y 20 de diciembre de 2001. La avanzada progresista en América Latina (Boric ganaba las elecciones presidenciales en Chile) y las importantes conquistas recientes en Argentina, como el aborto legal y el cupo laboral trans, se combinaban, no obstante, con una Patagonia rebelde que le decía “no” a la mega minería, incendios a lo largo y ancho del país, el hambre que acecha en los barrios, la violencia policial, la clase media empobrecida y el acuerdo con el Fondo Monetario Internacional que ponía en primera plana una cuestión central: la deuda es con el pueblo.

Durante los meses que estuve realizando trabajo de campo en el Bajo Flores, pude conocer los lugares más profundos de la villa así como también a referentes barriales que trabajan en bachilleratos populares, merenderos y comedores, entre otras.

Me parece importante resaltar un punto que, si bien no será objeto de análisis de este artículo, vale la pena mencionar, relacionado a la politización de las migraciones. Las transformaciones que tuvieron lugar en Argentina de la mano de los movimientos feministas de base y la organización del primer paro feminista en marzo de 2016 (GAGO, 2020) repercutieron fuertemente en las luchas migrantes. Tal como señala Gavazzo (2018), los colectivos y redes de mujeres y disidencias migrantes consolidaron un “bloque migrante” que, bajo el lema “Ni una migrante menos”, crearon alianzas políticas intergeneracionales, reivindicando, al mismo tiempo, cuestiones de género, clase y étnicas/raciales. Por su parte, en este campo de las luchas sociales se destacan algunas demandas que articulan las economías populares y la economía feminista, permitiendo la valorización de las tareas que realizan las mujeres inmigrantes fuera de las economías asalariadas (GAGO, 2020). Esto último se observa en los barrios en donde son las mujeres bolivianas las que gestionan los merenderos y comedores comunitarios (ollas populares). Estos trabajos muestran, a su vez, que las mujeres y disidencias migrantes tienen un papel central como protagonistas en las luchas sociales y en el cuidado del medio ambiente y entorno/barrio en donde viven. Menciono este punto de manera muy breve, puesto que existe una diferencia significativa entre un país y el otro con relación a cómo se articulan las demandas de la población migrante. A su vez, esta politización de las migraciones es una característica que no puede pasarse por alto a la hora de analizar el contexto argentino.

### 3 MIGRACIÓN, SALUD Y PANDEMIA

Existen varios estudios que analizan los procesos de salud, enfermedad y atención de las poblaciones migrantes con foco en el acceso diferenciado a los servicios de salud pública (LOSCO y GEMMA, 2021) y los procesos de estigmatización a los que estas personas son sometidas (JELÍN, GRIMSON y ZAMBERLIN, 2006). Específicamente, relacionados con la comunidad boliviana,

algunos estudios muestran los impactos de la discriminación racial, nacional y de clase en los procesos salud-enfermedad (GOLDBERG, 2014, BRAGE, 2018, BUZZI y SY, 2020), así como las consecuencias de la violencia patriarcal y racista en salud de las mujeres (LINARDELLI, 2021) enfatizando en las estrategias para afrontar las tareas de cuidado (MAURE, LINARDELLI y ANZORENA, 2018).

En el campo de la salud colectiva, algunas investigaciones comparativas entre São Paulo y Buenos Aires son especialmente relevantes para el tema analizado en este artículo (GOLDBERG y SILVEIRA, 2013; GOLDBERG, MARTIN y SILVEIRA, 2015). Estas investigaciones muestran similitudes con relación a las situaciones de riesgo para la salud como consecuencia de los modos de vida y trabajo en las poblaciones migrantes de origen boliviano.

Para analizar los procesos de salud-enfermedad-atención y cuidados, parto de una noción amplia de salud que no sólo no se restringe a los sistemas sanitarios, sino que, además, se expresa en prácticas concretas, ancladas en tradiciones, saberes y conocimientos ancestrales. Llamo a esto de pragmatismo terapéutico, basándome en una visión praxiográfica, es decir, en los términos de Mol (2002), en “lo que se hace” en concreto para tratar y/o resolver cualquier malestar. En este sentido, arguyo que no es posible escindir los diversos procesos que las personas atraviesan en su vida cotidiana. Así, las tareas de cuidado, el trabajo remunerado, sea en el rubro que sea, la realización de trámites, el trabajo comunitario, las relaciones afectivas etc. no son cuestiones desvinculadas de los procesos de salud/enfermedad. Una mirada integral de la salud, en este sentido, supone entenderla con relación a los diversos procesos que hacen al desarrollo y sostenimiento de la vida (BRAGE, 2022a) y su relación con las estructuras sociales. Esto se ha tornado evidente en la pandemia, en donde prevenir la enfermedad y cuidar de la salud pasaron a ser un asunto cotidiano para la población, todo lo cual, a su vez, se combinó con las posibilidades o no de hacerlo. En este sentido, no estar percibiendo ingresos, no poder retornar al país de origen, no contar con subsidios estatales, no poder cuidar y/o acompañar a personas queridas, junto con el confinamiento y las situaciones de violencia doméstica potenciadas, entre muchas otras, se tornaron factores de riesgo para la salud.

Esto abre algunos interrogantes, ¿Cómo fueron resueltas estas cuestiones en los ámbitos de vida cotidiana de estas personas? ¿Cuáles fueron las estrategias que desarrollaron para resolver, tratar, curar y/o aminorar los problemas que percibían afectando su vida y su salud? ¿Qué redes institucionales y comunitarias se movilizaron?

Estos interrogantes, que ofician como disparadores de asuntos sobre los cuales me interesa indagar, no pretenden respuestas absolutas ni acabadas. Más bien, todo lo contrario. Pretenden abrir preguntas y ampliar el debate sobre estos cruces entre migración y salud.

## 4 BOM RETIRO Y BAJO FLORES

Los barrios en los cuales llevé a cabo esta investigación poseen algunas características similares con relación a la población que allí reside. Ambos barrios concentran un gran número de migrantes. En el caso de Bom Retiro, se trata de un barrio históricamente habitado por migrantes, primero europeas, luego coreanas y posteriormente, latinoamericanas, siendo la migración boliviana la que más se destaca. Con relación a esta población, vale apuntar que se trata de una migración de larga data, inserta principalmente, aunque no exclusivamente, en actividad económica vinculada a la costura. Al menos en este barrio, la gran mayoría reside en el mismo lugar en donde trabaja. Pese a que en los últimos años la migración boliviana se ha ido expandiendo hacia otras regiones y barrios de São Paulo, Bom Retiro constituye un lugar de importante articulación de redes migratorias, teniendo en cuenta que “los espacios transnacionales de larga data son piezas clave en las dinámicas migratorias” (BRAGE, 2020, p. 6).

Se observa, en este barrio, el amplio uso de servicios públicos por parte de la población migrante, principalmente salud y educación, así como un conocimiento del funcionamiento de las burocracias estatales, que, incluso así, representan importantes trabas para el acceso efectivo a los derechos.

La UBS Bom Retiro se ubica en la región central de São Paulo. Es una de las UBSs en la que funciona el programa “Estratégia Saúde da Família”, dependiente del Ministerio de Salud e implementado a través de las Unidades Básicas de Saúde, según lineamientos del Sistema Único de Saúde, con el objetivo de ampliar el acceso a la atención básica por medio de equipos multiprofesionales. Tal como apuntan Losco y Gemma (2019), en el caso específico de UBS Bom Retiro, la contratación de agentes comunitarias de salud (ACS) bolivianas representó una estrategia que contribuyó a garantizar el acceso y la inserción a los servicios de salud de las personas migrantes. Pude comprobar esto durante mi investigación dado que mi interlocutora principal en la UBS fue una agente comunitaria de salud boliviana. Con ella recorrí el barrio, entré a los domicilios, escuchamos juntas historias muy duras, hablamos sobre ellas, nos contamos historias etc. En las visitas, así como también en los recorridos por el barrio, era notorio el papel central que ella ocupaba. Todas en el barrio la conocían. Cuando la gerente de la UBS nos presentó, me dijo: “ella es una joya de oro”. Y de hecho, lo era.

Ahora bien, sin negar este papel central de las ACS, creo que es importante visibilizar el hecho de que las mujeres ocupan un lugar central en el cuidado y sostenimiento de la vida, y que son las principales gestoras del cuidado de la salud, así como las principales figuras de acción en el mundo burocrático, al articular saberes y prácticas en torno al acceso a la salud, el trabajo, la asistencia social y la educación. Con esto quiero decir que, si bien es importante reconocer el papel estratégico de las ACS, no se puede perder de vista este punto central.

En lo que respecta a la pandemia, mientras otras UBSs cerraron sus puertas o disminuyeron su capacidad de atención durante los primeros meses, esta se mantuvo siempre de puertas abiertas, aún con las restricciones que fueron adoptadas en función de los protocolos sanitarios.

El CeSAC 20, por su parte, se ubica en la Comuna 7 de la CABA en el barrio de Flores, más específicamente en la Villa 1-11-14, popularmente conocida como “Bajo Flores”[3] y localizada en la zona sur de la CABA.

Al igual que en Bom Retiro, en el Bajo Flores también predomina la población migrante de Bolivia de larga data. Este barrio constituye un tipo de asentamiento urbano que recibe la denominación de “villas” y en donde residen poblaciones de bajos recursos.

Este barrio ha sido foco de diversas políticas públicas a lo largo de los años, tanto de vivienda y hábitat, como de salud y educación, las cuales, en su mayoría, fracasaron en los objetivos que se propusieron. El barrio está dividido en manzanas y parcelas. Torres “es la zona más picante” (Conversación personal, trabajador de salud, febrero de 2022). Torres es como se le llama a la zona en donde se erige un habitacional construido por medio de una política pública que consistió en la asignación de viviendas a algunas familias. Por supuesto esto generó varios conflictos en la villa. “Lo que pasa es que demoraron en entregarlos y fueron ocupadas por gente que está hace mucho {sugiro, se possível, completar a frase dia pelo depoente: [...] por gente que está, hace mucho, esperando vacante en proyecto de vivienda (...). Las torres están ok pero no funcionan los ascensores, no hay ni un foquito de luz, abandono total. Ese es el tema con ese tipo de construcción. No hay nadie a cargo del mantenimiento” (Conversación personal, trabajador de salud, febrero de 2022).

Respecto del CeSAC, se trata de un centro construido como demanda de la propia comunidad, hace ya veinticinco años. Los equipos de salud realizan gran parte de sus intervenciones por fuera del centro, tanto en comedores populares como en instituciones educativas y las calles del barrio (CARARO FUNES, 2022). Estas actividades territoriales dependen muchas veces del día a día, dado que el barrio se caracteriza por situaciones de inseguridad permanentes y “balceras” que muchas veces impiden estos abordajes. Por este mismo motivo, el horario de funcionamiento del CeSAC es diferente a otros centros de salud (de 8:00 a 16:00 hs).

Este CeSAC fue uno de los pocos, si no el único, que no dividió a los equipos de salud durante la pandemia, es decir, mientras todos los centros establecieron un sistema de rotación de días y horarios, en este centro todxs lxs trabajadorxs continuaron desempeñando sus funciones, lo cual fue visto de manera muy positiva por todxs ellxs, tanto en lo que respecta a la atención brindada, como al fortalecimiento y apoyo mutuo generado en tanto equipo.

Ambos centros, pues, se caracterizaron por una fuerte articulación con la comunidad y por cumplir un papel central durante la pandemia. El compromiso



de las personas que allí trabajan es de destacarse, así como también las situaciones estresantes que atravesaron, tal como lo muestra la siguiente narrativa de una ACS:

“Estábamos desbordados, no sabíamos qué hacer (...) Acá no paramos de venir. Esperábamos hasta las 10, 11 de la noche una ambulancia (...). Le dábamos todo lo mejor a alguien que sabíamos que probablemente se iba a morir” .

Estas escenas reflejan las condiciones de trabajo en este contexto.

## 5 CRUCES ENTRE MIGRACIÓN, SALUD Y PANDEMIA

La pandemia COVID-19 representó un evento histórico y disruptivo a nivel global con serias consecuencias para la vida de miles de personas. Si bien nos atravesó a todos, no lo hizo de la misma manera. Sus impactos y consecuencias fueron bien diversas según el contexto en donde se vivió, así como también los modos de sobrellevarla. Para las personas migrantes la pandemia puso a jugar la dimensión material y simbólica de la espera y la movilidad/inmovilidad (BRAGE, 2020), reviviendo memorias y vivencias de sus propias trayectorias migratorias y afectando sus experiencias presentes así como las dinámicas de las redes transnacionales que operan en su cotidiano.

Los migrantes, principalmente mujeres y disidencias, se vieron particularmente afectados en este contexto. Algunas de las problemáticas que he podido acompañar tuvieron que ver con la irregularidad migratoria y la dificultad para acceder a las políticas públicas y beneficios sociales; la desarticulación de las formas de organización (reproducción / producción) de la vida cotidiana y la pérdida de ingresos; el impacto a nivel material y simbólico de los cierres fronterizos (BRAGE, 2020) y la sobrecarga de las tareas de cuidado, vinculado esto último al cierre de escuelas y otros dispositivos.

En Brasil, sumado al desconocimiento general de la Ley por parte de la población brasileña, la xenofobia y el racismo estructural, la pandemia de COVID-19 ha puesto de manifiesto que muchas de las dificultades enfrentadas por estas poblaciones están relacionadas con el hecho de la irregularidad migratoria. No obstante, esta no es una problemática exclusiva de Brasil dado que situaciones similares han sido narradas por parte del equipo de salud en Buenos Aires: “tienen muchos problemas con los documentos falsos, a veces porque le pagan a un gestor que les da un documento duplicado, y luego cuando intentan acceder a algún plan o lo que sea, no pueden” (Médicos, CeSAC, Bajo Flores, febrero, 2022).

Tal como señalan Canelo y Courtis (2022), los migrantes en Argentina sufren trabas administrativas vinculadas al hecho de haber cruzado la frontera de modo irregular, lo cual derivó en impedimento para solicitar el permiso de residencia, ya que el trámite requiere el sello que certifica el ingreso al país por un paso

habilitado y con el visto bueno de los agentes públicos de frontera. Las autoras cuestionan, no obstante el “valor “legitimador” del DNI” (CANELO; COURTIS, 2022, p. 77) en el acceso efectivo a los derechos. Sander y Torem (2020), por su parte, también ponen en cuestión el DNI centrismo que atraviesa el acceso a derechos por parte de personas migrantes en Argentina.

En ambos contextos emergieron narrativas similares por parte de lxs profesionales respecto de las problemáticas enfrentadas por las poblaciones migrantes. Asimismo, en las conversaciones con las propias mujeres bolivianas, también las vivencias narradas estuvieron muy próximas unas de otras.

Respecto de las situaciones narradas, algunas de ellas sucedieron tanto en São Paulo como en la CABA. “Me acuerdo de una señora que había venido a ver a la hija y de repente se tuvo que quedar (...) el marido estaba en Bolivia operándose de un cáncer en la cabeza y en ese contexto que por ahí se morían (...) (enfermera, CeSAC 20, febrero 2022). Otra mujer lloraba y decía: “Me quedó la pierna allá, la pierna (prótesis) no viajó”.

En São Paulo, observé situaciones muy similares. Una doña que manifestó estar deprimida debido a no poder volver a Bolivia: “yo no vivo acá, yo solo vine de visita” (Registro de campo, Bom Retiro, São Paulo) o un joven que quería viajar a Bolivia a llevar las cenizas de su padre recientemente fallecido de Covid y se veía impedido de hacerlo, todo lo cual le provocaba un enorme sufrimiento.

En ambos casos lxs profesionales reconocen la alta presencia de estas poblaciones en el cotidiano de los centros de salud: “lxs bolivianxs son la mitad de la población” (Enfermera, CeSAC 20, febrero de 2022). Esto también fue narrado en la UBS: “Aquí en la UBS atendemos a un público muy grande de inmigrantes, es el perfil de barrio” [traducción propia] (conversación personal, terapeuta ocupacional, UBS, noviembre de 2021).

Desde el punto de vista de lxs trabajadorxs de salud, las familias migrantes son vistas como “más cuidadosas y responsables”, en palabras de una trabajadora del CeSAC. Una psicóloga de la UBS también mencionó que “Tienen una adherencia muy alta con los cuidados, vienen mucho, se preocupan” [traducción propia]. (conversación personal, psicóloga, UBS, noviembre de 2021).

Según refieren lxs profesionales en ambos centros de salud, estas personas sufren aún hoy procesos de estigmatización, racismo y xenofobia por parte de las poblaciones nativas, entre las cuales narran diversas escenas que se dan entre la población nativa y la población boliviana, como la que me fue narrada: “ves cosas que son terribles, comentarios como ‘que espere ella, yo soy argentino, tengo prioridad’ o ‘volvete a tu país’”, (enfermera, CeSAC, febrero, 2022). Estas situaciones de racismo y xenofobia, por parte de la población usuaria del centro de salud, estuvieron más presentes en los relatos del CeSAC. En la UBS, estas actitudes fueron atribuidas a lxs propixs trabajadorxs de la salud y no así a la población en general: “hay un poco de estigma por parte de lxs profesionales de la salud” (terapeuta ocupacional, UBS, noviembre de 2022).

Con relación a las situaciones de riesgo para la salud, en ambos casos estas estuvieron relacionadas con los modos de vida y trabajo precarios, condiciones en las que también vive la población nativa en esos barrios. Sin embargo, según las narrativas, algunas enfermedades, como la tuberculosis, tienen una mayor incidencia en migrantes bolivianxs. En particular, esta enfermedad es un problema muy grande en el barrio del Bajo Flores, dado que fueron narrados problemas en la adherencia al tratamiento, lo cual da lugar a la circulación rápida entre familias que viven en contextos de hacinamiento.

A diferencia de mi trabajo de campo en São Paulo, en donde puede acceder a las viviendas-talleres de estas personas, junto a la agente comunitaria de salud, en Buenos Aires esto no fue posible. En primer lugar, porque las promotoras de salud no recorren los barrios, a no ser que sea junto a los equipos territoriales, debido a que “es muy peligroso” y, por otro lado, porque “es muy difícil que los bolivianos te dejen entrar, a no ser que realmente sea una emergencia o algo grave”, en palabras de una enfermera.

Esto último refleja una característica del barrio, en el cual operan diferentes talleres textiles. No obstante, la costura no es el único nicho laboral en el cual estas poblaciones se insertan: “Trabajan en kioscos y verdulerías y además en talleres, pero no hablan de eso, hablar de trabajo siempre es un tema, no cuentan nada” (Trabajadorx del CeSAC 20, febrero de 2022). Asimismo, un gran número de mujeres se desempeñan realizando trabajos comunitarios en los comedores del barrio. En São Paulo, en cambio, son pocxs lxs bolivianxs que se dedican a otros rubros por fuera del trabajo textil.

Las viviendas precarias son comunes en estos contextos. Mientras en Bom Retiro estas familias suelen vivir en “cortiços” (un tipo de vivienda precaria), en el Bajo: “Viven en esas casitas construidas una arriba de la otra”, lo cual también supone riesgos para la salud, como por ejemplo las “caídas de altura”, las cuales son muy frecuentes en el barrio.

Existe una notable diferencia en cuanto al vínculo con la comunidad entre la UBS y el CeSAC. También fue llamativo el nivel de implementación de algunas leyes como la Ley de identidad de género, siendo que en el centro de salud todos/as los/las profesionales utilizan el lenguaje inclusivo (fonema e). Asimismo, todos los carteles están escritos también en lenguaje inclusivo. Por su parte, la aprobación de la Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo (IVE) trajo cambios significativos en el accionar del centro de salud al poder garantizar el aborto legal seguro y gratuito de toda persona que no desee continuar con su gestación, siendo esto resuelto en el propio centro a través del uso de misoprostol (medicación abortiva) y con acompañamiento interdisciplinario. Para ejemplificar este cambio traigo brevemente una narrativa de una de las profesionales del cesac: “Las bolivianas ahora están abortando. Antes no, ni el DIU se ponían”.

## 6 EL PAPEL DE LOS CENTROS DE SALUD

Tanto en la UBS como en el CeSAC, la pandemia impuso nuevas dinámicas de trabajo y formas de organización, así como también nuevos horarios y tareas. En este sentido, ambos centros de salud modificaron la forma en que anteriormente recibían a lxs usuarixs, improvisando, en ambos casos, salas de espera externas. Prácticamente toda la dinámica de trabajo comenzó a girar en torno al virus, lo cual operó en detrimento de otras problemáticas que afectan a estas poblaciones.

Por citar un ejemplo, al momento de la pandemia, el Bajo Flores enfrentaba un brote de dengue. Tal como mencionó una enfermera: al principio era dengue, dengue, dengue... y luego explotó el covid (...) se morían de covid, si, pero se seguían muriendo de dengue”. Esto último también fue identificado por Sander y Torem (2020) con relación al CeSAC 19, ubicado también en el Bajo Flores.

Los centros de salud insertos en los barrios de residencia de estas poblaciones han mantenido un papel central como articuladores de soluciones, atendiendo no solo demandas vinculadas al virus sino a todas aquellas que con anterioridad solían ser recepcionadas por otros dispositivos.

Tal como lo expresó una trabajadora social del CeSAC: “todas las instituciones cerraron, las escuelas, la Defensoría, el Centro de Acceso a la Justicia... quedamos nosotros y la gendarmería” (CARARO FUNES, 2022). Fueron varios los relatos vinculados a la falta de servicios públicos disponibles durante la pandemia. Esto último sobrecargó más aún el trabajo de lxs profesionales de la salud quienes terminaron por contener situaciones diversas que anteriormente se resolvían de manera articulada con otros dispositivos. Las escuelas cerraron y las personas dejaron de circular en ese contexto, quienes continuaron trabajando, profesionales de la salud, se convirtieron en articuladores clave. Los dispositivos orientados al consumo problemático dejaron “en banda” a jóvenes que, a su vez, debieron lidiar con la violencia policial en las calles, vinculado esto a la prohibición de circulación. Tal como señaló una enfermera del CeSAC: “Los pibes quedaron tirados (...) antes había dispositivos pero en la pandemia se fueron todos (...). Sedronar<sup>9</sup> empezó a atender remoto (...)” (CeSAC, febrero de 2022, comunicación personal). En este sentido, junto a las organizaciones sociales y centros comunitarios, los centros de salud fueron los únicos dispositivos estatales que permanecieron abiertos a la comunidad y, a su vez, la única vía de comunicación con el Estado.

## 7 CONSIDERACIONES FINALES

En este artículo he intentado analizar de manera comparativa la relación entre migración y salud en el contexto de la pandemia COVID-19, puntualmente basándome en población migrante boliviana que reside en el barrio Bom Retiro,

São Paulo, y en el barrio Bajo Flores, CABA. Intenté explicitar los motivos que me condujeron a realizar esta comparación, fundamentado esto no solo en ser los países de la región que mayor migración boliviana reciben, sino también por mi doble pertenencia, dado que soy argentina residiendo en Brasil.

Me basé en algunas situaciones puntuales que pude acompañar buscando mostrar las semejanzas en las problemáticas narradas, vinculadas a la irregularidad migratoria, a la pérdida de ingresos y al cierre fronterizo y los problemas identificados por lxs trabajadores de la salud.

Por su parte, me propuse mostrar que, en el contexto de la pandemia, ambos centros de salud ocuparon un lugar central de recepción de demandas de estas poblaciones y único interlocutor entre las poblaciones migrantes y el Estado. Esto se correspondió con el cierre de otros dispositivos públicos. Tras haber observado y acompañado diversas situaciones en ambos centros de salud, creo importante destacar el rol fundamental de los mismos y, sobre todo, de algunxs profesionales que allí se desempeñan. Muchas líneas de fuga se abren a partir de este breve texto, las cuales espero poder continuar analizando en futuras publicaciones.

Es necesario remarcar que, ante las dificultades diversas enfrentadas por estas poblaciones durante la pandemia, han sido, fundamentalmente, las organizaciones de la sociedad civil y movimientos sociales quienes han tenido un papel central en el enfrentamiento a las dificultades acaecidas por estas poblaciones, garantizando, en muchos casos, la alimentación básica y artículos de primera necesidad, actuando, de este modo, como único apoyo para estas poblaciones.

## NOTAS

<sup>1</sup> En este texto he optado por el uso del lenguaje inclusivo como alternativa al lenguaje androcéntrico, binario y sexista y a fin de respetar la autopercepción de género. Utilizaré el morfema “x” por considerar el que mejor se adecúa al contexto etnográfico en cuestión a pesar de reconocer sus limitaciones con relación a personas con discapacidad visual.

<sup>2</sup> Las Unidades Básicas de Saúde (UBS) son la puerta de entrada al Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. El objetivo de estos centros es atender hasta el 80% de los problemas de salud de la población, sin necesidad de derivación a hospitales. Se encuentran distribuidos a lo largo y ancho del país garantizando el acceso a la salud pública a toda la población.

<sup>3</sup> La investigación-acción constituye un paradigma que busca romper con la tradición epistemológica que fomenta el sentido unidireccional del trabajo científico y una propuesta de participación, colaboración y vinculación con la problemática que se pretende abordar, interviniendo activamente.

<sup>4</sup> Por mujeres cis me refiero a personas que no son trans y que, por el contrario, se identifican con el género asignado al nacer.

<sup>5</sup> Lxs Agentes Comunitarixs de Salud son profesionales que integran el equipo multidisciplinario en los servicios de atención primaria de salud y desarrollan acciones de promoción de la salud y prevención de enfermedades, con foco en la educación en salud, en los domicilios y comunidades. Tienen un papel muy importante, ya que son personas que viven en las comunidades donde funcionan las UBS.

<sup>6</sup> BEPE-PD Fapesp. Processo 2021/09697-0

<sup>7</sup> Vale señalar que integro la Red MILBI +, de migrantes lesbianas, bisexuales, pansexuales.

<sup>8</sup> Con relación a este punto, vale señalar que en el mes de noviembre de 2021, la gestión de la UBS pasó a manos de una nueva organización social, lo cual culminó con la salida de la persona que estaba a cargo del centro de salud así como de otrxs trabajadorxs. Situaciones como estas reflejan la precariedad de lxs trabajadorxs de la salud, cuya continuidad laboral depende de las decisiones de las organizaciones sociales.

<sup>9</sup> La Secretaría de Políticas Integrales sobre Drogas de la Nación Argentina es el organismo a cargo de coordinar políticas públicas enfocadas en la prevención, atención, asistencia y acompañamiento de personas con consumos problemáticos de sustancias, en todo el territorio nacional.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETÍN OFICIAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **DNU 297**: Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio. Buenos Aires: República Argentina, 2020.

BRAGE, E. Tecidos comunitários durante a pandemia COVID-19 entre mulheres imigrantes bolivianas em São Paulo. 45º Encontro Anual da ANPOCS, Brasil, 19 a 27 de Outubro de 2021. **Anais**. ANPOCS, 2021.

BRAGE, E. Espera e imobilidade: agenciamentos cotidianos no espaço pandêmico transnacional. **Ponto Urbe** [Online], 27 | 2020, posto online no dia 28 dezembro 2020. URL: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/9857>>. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.9857>

BRAGE E. El trabajo “duro” de sostener la vida: reflexiones a partir de una etnografía con mujeres (cis) bolivianas que viven en São Paulo, Brasil en el contexto de la pandemia de Covid-19. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 30, n. 65, p. 33-56, 2022a

BRAGE, E. Tejidos comunitarios en un grupo de mujeres (cis) bolivianas durante la pandemia de COVID-19 en São Paulo, Brasil. **PERIPLoS**, Revista de Investigación sobre Migraciones, 7 [en prensa]

BUZZI, P e SY, A. Itinerarios terapéuticos de mujeres migrantes de origen boliviano en la ciudad de Buenos Aires. **Anthropologica**, 38(44), 187-208, 2020

EQUIPO DE SALUD DEL CESAC N°20 del Barrio Padre Ricciardelli en el Bajo Flores. **Pandemia en el Bajo** (1° ed.). Tipas Móviles Editorial, 2022

CANELO, B y COURTIS, C. Cuestión de papeles: Migrantes y acceso al DNI en tiempos pandémicos en Buenos Aires. **Cuestión Urbana**, N 11, 2022

- GAGO, V. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020
- GAVAZZO, N. “Ni una migrante menos”: generación y género entre las mujeres migrantes organizadas en Buenos Aires. P. 27-52. In. MEJÍA, M. R. G. (Org.) **Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental**. Lajeado: Ed. da Univates, 2018. 207 p
- GAVAZZO, N e NEJAMKIS L. “Si compartimos, alcanza y sobra”. Redes de cuidados comunitarios entre mujeres migrantes del Gran Buenos Aires frente al COVID-19. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 61, abr., p. 97-120, 2021
- GOLDBERG, A. Contextos de vulnerabilidad social y situaciones de riesgo para la salud: tuberculosis en inmigrantes bolivianos que trabajan y viven en talleres textiles clandestinos de Buenos Aires. **Cuadernos de Antropología Social**, nº. 39: 91-114, Instituto de Ciencias Antropológicas, Universidad de Buenos Aires. 2014
- GOLDBERG A; SILVEIRA C. Desigualdad social, condiciones de acceso a la salud pública y procesos de atención en inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo: una indagación comparativa. **Saude Soc**; 2(22):283-97, 2013
- GOLDBERG, A; MARTIN, D; SILVEIRA, C. Por um campo específico de estudos sobre processos migratórios e de saúde na Saúde Coletiva. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 19, 229-232, 2015
- HINOJOSA, A, Migración fronteriza bolivianxs en talleres textiles de Buenos Aires y São Paulo. **Cadernos Prolam/USP** 15 (28): pp. 97-107, 2016
- LINARDELLI, M. F. Mujeres migrantes y violencia en Argentina: experiencias e implicancias en la salud/enfermedad/cuidado. **Revista Katálysis**, Florianópolis, vol. 24 p. 342 - 352, 2021
- LOSCO, L.N, GEMMA S.F.B. Atenção Primária em Saúde para imigrantes bolivianos no Brasil. **Interface** (Botucatu). 25, 2021
- LOSCO L.N, GEMMA S.F.B. Sujetos de la salud, agentes del territorio: el agente comunitario de salud en la Atención Básica al inmigrante. **Interface** (Botucatu) 23, 2019
- LOTTA, G.; SCHATAN COELHO, V. y BRAGE, E. How COVID-19 Has Affected Frontline Workers in Brazil: A Comparative Analysis of Nurses and Community Health Workers. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, 23:1, 63-73, DOI: 10.1080/13876988.2020.1834857, 2021
- MAURE, G.; LINARDELLI, M. F.; ANZORENA, C. El trabajo de cuidar: experiencias de mujeres migrantes bolivianas en el cuidado de familiares enfermos/as. Pp-163-180. In. GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C.; COVIELLO, S. M. **Migração, refúgio e saúde**. Santos: Leopoldianum, 2018.
- PARRA GARCIA, H.; ZEPEDA, C. A. G.; DÍAZ, M. A. Presentación. In. PARRA GARCÍA, et al.; DÍAZ, M. E. (Coords.). **(Trans)Fronteriza: cuando los cuidados interpelan las fronteras: estrategias por el sostenimiento de la vida de las personas migrantes las (in)mobilidades en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.



ROSAS, C. Migrantes en Argentina. Desigualdades, luchas y cuidados en el contexto de pandemia. In. PARRA GARCÍA, et al.; DÍAZ, M. E. (Coords.). **(Trans)Fronteriza**: cuando los cuidados interpelan las fronteras: estrategias por el sostenimiento de la vida de las personas migrantes las (in)movilidades en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

SANDER, J.; TOREM, G. (Re)pensar las prácticas territorializadas en Bajo Flores. El equipo migraciones en tiempos de pandemia. **Redes de Extensión**, n. 7, p. 112-115, 3 dic. 2020.

SASSEN, S. **Contrageografías de la globalización**: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños; 2003

RAMÍREZ SORUCO, A. Vaivenes de los migrantes en tiempos de pandemia - mirada desde Bolivia. **(Trans)Fronteriza**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, N 2, 2020

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar, de manera exploratoria, las relaciones que se tejen entre salud y migración tomando como punto de partida el contexto de la pandemia COVID-19. A partir de una etnografía desarrollada en centros de salud del primer nivel en São Paulo, Brasil, y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA), Argentina, procuro, por un lado, reflexionar en torno de algunas problemáticas que afectaron a estas poblaciones. En segundo lugar, procuro dar cuenta del papel que ocuparon estos centros de salud en este contexto, al tornarse prácticamente las únicas vías de diálogo con el Estado durante los primeros meses de la pandemia.

**Palabras clave:** Migración; Salud; Brasil-Argentina; Etnografía comparativa; Pandemia.

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, de forma exploratória, as relações que são tecidas entre saúde e migração, tomando como ponto de partida o contexto da pandemia de COVID-19. A partir de uma etnografia desenvolvida em centros de saúde de primeiro nível em São Paulo, Brasil, e na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), Argentina, procuro, por um lado, refletir sobre alguns problemas que afetaram essas populações. Em segundo lugar, procuro mostrar o papel que esses centros de saúde tiveram, ao se tornarem praticamente os únicos canais de diálogo com o Estado durante os primeiros meses da pandemia.

**Palavras-chave:** Migração; Brasil-Argentina; Centros de Saúde; Etnografia comparada; pandemia.

# As casas de acolhida e os centros de atenção scabrinianos durante a pandemia: uma análise por meio de entrevistas qualitativas

*José Carlos Pereira\**  
*Paolo Parisi\*\**  
*Sidnei Marco Dornelas\*\*\**  
*Valéria Barbosa de Magalhães\*\*\*\**

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A pandemia de Covid-19 impôs ou fortaleceu novas formas de relação em diversas esferas da vida e serviu de trampolim para revitalizar velhas formas de controle social sobre os migrantes e outras populações marginalizadas, como as famílias sem teto, por exemplo. De acordo com Charleaux (2020), no contexto da COVID-19, a ONU mapeou 1.820 leis restritivas à imigração, instituídas por governos de todo o mundo. Além disso, o isolamento social criou obstáculos à produção de dados de pesquisas realizadas diretamente com imigrantes e agentes envolvidos no processo migratório.

O rápido avanço do coronavírus e a sua alta taxa de contaminação letal, devido ao pouco conhecimento científico sobre a Covid-19, a falta de vacinas, de leitos e outros equipamentos hospitalares, que pudessem reduzir a gravidade dos contágios, levaram instituições como a OMS – Organização Mundial da Saúde – e governos de diversos países a proporem e a adotarem medidas relativas ao uso de máscaras, álcool em gel, álcool a 70% e distanciamento

---

\*Doutor em Sociologia (Unicamp). Editor da Revista Travessia, CEM - Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, Brasil. josecarlos.pereira31@gmail.com

\*\*Coordenador da Missão Paz, São Paulo. paparise@hotmail.com

\*\*\*Centros de Estudios Migratorios Scabrinianos, Lima, Peru. sidneimdornelas@gmail.com

\*\*\*\*Docente da EACH/USP. Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Movimentos Sociais e Participação Social/USP. Doutora em História Social. Coordenadora do GEPHOM/USP (Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória/USP - www.each.usp.br/GEPHOM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6817-4192> . GEPHOM@gmail.com. Docente da EACH/USP. Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Movimentos Sociais e Participação Social/USP. Doutora em História Social. Coordenadora do GEPHOM/USP (Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória/USP - www.each.usp.br/GEPHOM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6817-4192> . gephom@gmail.com

social entre as pessoas, lockdown etc. como formas de diminuir as altas taxas de contaminação e mortalidade mundo afora. Essas medidas foram e continuam sendo fundamentais para diminuir a circulação do vírus e a contaminação das populações. Contudo, elas também representam obstáculos ao desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, econômicas, assim como de pesquisas que demandam métodos como o da história oral e encontros presenciais entre as pessoas, em vista de sua realização com resultados satisfatórios.

O Brasil é um dos maiores produtores de estudos que utilizam o método da história oral. Em especial, as entrevistas têm sido o método qualitativo mais utilizado nos estudos migratórios (MAGALHÃES, 2019; FERREIRA, 2002; D'ARAUJO, 2009; SANTHIAGO, 2008), além de vasta produção sobre o tema da história oral. Abrir mão desse recurso para o entendimento da realidade migrante durante a pandemia de COVID-19 teria ocasionado uma perda irreparável de informações e de fontes de pesquisa.

O objetivo deste texto é apresentar os resultados de um relatório sobre a atuação das casas scalabrinianas de acolhida de imigrantes, durante a pandemia, e que foi produzido pelo CEM (Centro de Estudos Migratórios, vinculado à Missão Paz de São Paulo) e pelo CEMLA (Centro de Estudios Migratórios Latinoamericano, vinculado à Congregação Scalabriniana, localizado em Buenos Aires) sobre as casas Scalabrinianas de acolhida de imigrantes, durante a pandemia.

Pretende-se relatar formas alternativas de abordagem a coordenadores de casas e centros de acolhida a migrantes, considerando o contexto de distanciamento social, que, se não impedia, bloqueava o acesso direto a potenciais entrevistados. Em outras situações, eles poderiam ser alcançados presencialmente como parte do processo de desenvolvimento e realização de pesquisas qualitativas, especialmente as que têm, como núcleo de sua metodologia, relatos e entrevistas com atores sociais diretamente envolvidos com a realidade dos migrantes. No caso da pesquisa que gerou este artigo, coordenadores de casas de acolhimento são os atores sociais diretamente envolvidos nas questões e temas escolhidos por nós como problema de a ser investigado. Nos limites deste texto, trataremos somente dos relatos dos referidos coordenadores.

Em artigo de 2020, Santhiago e Magalhães discutiram os problemas concernentes às entrevistas à distância (ausência da situação de corporalidade, por exemplo, evocada por diversos autores de história oral) e também os caminhos e ganhos dessa novidade metodológica, que foi potencializada pela pandemia de COVID-19. Analisando outros trabalhos, que discutiram as novas tecnologias no uso de entrevistas, os autores concluíram que a adoção de tecnologias à distância – na realização de entrevistas para trabalhos acadêmicos – veio para ficar; as experiências no uso de entrevistas em trabalhos acadêmicos com interlocuções on-line têm se mostrado bem-sucedidas e que a discussão sobre sua pertinência ou não deve ser suplantada pelos princípios éticos de produção de novas fontes de investigação:

O que nos parece é que, apesar de muitas questões ainda não respondidas, a entrevista virtualmente conduzida pode ser frutífera e até necessária, desde que as condições de sua produção sejam discutidas metodologicamente em termos de como elas impactaram o resultado final do relato (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 15).

A pandemia impôs ou reforçou mudanças no funcionamento das universidades, em especial, na atuação dos pesquisadores cujas fontes primárias de pesquisa são pessoas que prestam relatos, entrevistas, imagens, informações primordiais à análise e à compreensão mais profunda das vivências humanas e institucionais, que costumam e conferem algum sentido às tramas da vida social. No caso da Missão Paz, instituição scalabriniana de prestação de serviços e apoio a migrantes, as medidas sanitárias, dentre elas a de distanciamento social, impediam que buscássemos pessoalmente diferentes instituições e centros de acolhimento a migrantes, o que impôs limites à diversidade de atores sociais que poderiam ser entrevistados.

Nesse sentido, a interlocução foi direcionada aos coordenadores de casas de acolhida da Congregação Scalabriniana na América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai).

Os coordenadores de cada casa ou centro de acolhimento deveriam responder às perguntas enviadas com base na sua realidade local. Elas versavam sobre como cada casa ou centro se adaptou para garantir os serviços de acolhimento aos migrantes, levando em conta as necessidades e protocolos de distanciamento social, bem como sobre ações pessoais e coletivas que contribuíssem para a higiene dos espaços de convivência durante a pandemia; sobre diálogos com os migrantes no sentido de ouvir deles como, pessoalmente e coletivamente, estavam vivenciando a pandemia distante de seus familiares e de sua terra natal; sobre o comportamento do poder público em relação à migração e à pandemia; sobre o envolvimento de outras instituições sociais em projetos e ações de apoio aos migrantes.

Formuladas as perguntas, elas foram enviadas por e-mail a cada um dos coordenadores, que as devolveram também por e-mail. Foi estipulado o prazo de um mês para o envio das respostas. Depois, houve uma reunião para discutir e redigir um texto que pudesse dar conta das experiências de cada centro ou casa de acolhida, bem como apontasse para vivências e desafios singulares e/ou comuns entre si. A tarefa de sistematização foi dividida por temas entre os autores que subscrevem o presente texto.

O viés subjetivo de cada um desses narradores (coordenadores de casas de acolhida ou de centros de atenção) foi central para o trabalho. São todos religiosos, sacerdotes católicos, imbuídos de uma missão pastoral e um laço de fidelidade às orientações da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), da Igreja Católica. Suas informações estão condicionadas ao

seu contexto e são tensionadas pelo cotidiano de emergência humanitária e do envolvimento direto com o trabalho de acolhida aos migrantes. A realidade de contingência sanitária e suas medidas de isolamento apenas tornam essa tensão diária mais forte. A experiência subjetiva molda o ponto de vista desses narradores que estão na linha de frente de contato com os migrantes. Além desse olhar particular e privilegiado, ao tratar do seu contexto de atuação, recorremos a informações complementares fora das entrevistas.

## 2 NARRATIVAS SOBRE O ATENDIMENTO NOS CENTROS DE ATENÇÃO E NAS CASAS DE MIGRANTES NA PANDEMIA DE COVID-19

A Missão Scalabriniana na América do Sul é uma instituição sem fins lucrativos que conta com uma rede de casas de migrantes e centros de atenção ligados à Região Nossa Senhora Mãe dos Migrantes, da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), presente na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Nos últimos 15 anos, o processo de fundação e fortalecimento dos centros de atenção e casas de migrantes, e sua progressiva articulação em rede, foi consequência de um contexto de formação de corredores migratórios ao longo do continente, caracterizado por crescente número de migrantes de diversas nacionalidades, em situação de trânsito e grande vulnerabilidade social.

Tendo em vista a situação precária em que se encontravam os migrantes nas cidades, várias ações de assistência foram incorporadas, ao longo do tempo. A pandemia acentuou esse tipo de ação e expôs a relação entre o atendimento prestado aos migrantes acolhidos nas casas, realizado em seu interior, e os migrantes que residem em outros espaços da localidade e que passaram (ou continuaram) a receber o apoio da instituição.

As casas de acolhida, que contam com estrutura para hospedagem, estão assim distribuídas: 4 no Brasil (Cuiabá, Florianópolis, Manaus, São Paulo), 3 no Chile (duas em Santiago e uma em Arica), 2 no Peru (Lima e Tacna), 2 na Bolívia (La Paz), 1 no Uruguai (Montevideu) e 1 na Argentina (Mendoza). Durante a pandemia, 10 entre 13 casas de acolhida se viram obrigadas a seguir o regime de isolamento, adaptando-se à nova realidade e não aceitando mais pessoas. A de Arica, Manaus e a de Santiago optaram por fechar, buscando soluções alternativas para quem precisasse de abrigo. Em casos como o de Cuiabá, cuidou-se para que quem estava na casa fosse saindo progressivamente até esvaziá-la, e para que, posteriormente, se pudesse fazer um novo planejamento para orientações de biossegurança.

Nas casas que decidiram manter-se em funcionamento ficaram as pessoas que nelas já se encontravam. Foram adotadas medidas sanitárias e de reorganização do cotidiano, segundo as orientações de biossegurança. Foram programados momentos frequentes de conscientização; equiparam-se com material para

higienização; passaram a monitorar as práticas diárias de atenção básica à saúde e a corrigir hábitos que pudessem favorecer a disseminação do coronavírus. Os prazos de permanência das pessoas acolhidas foram estendidos. Um dos maiores desafios da convivência entre elas e com elas nesses espaços limitados foi a gestão do emocional, abalado pela falta de trabalho e, conseqüentemente, por elas não poderem ajudar as suas respectivas famílias nas regiões de origem ou de trânsito da migração. Em todas as casas, a situação foi amenizada com atividades lúdicas, culturais, com o apoio de psicólogos e estagiários.

Os protocolos de biossegurança passaram a regular a organização do cotidiano, a convivência, e puseram na ordem do dia o replanejamento do funcionamento das casas, fato explicitado mais claramente nos relatos de Cuiabá e Lima. Em Mendoza, houve a preocupação em acompanhar a entrada de novos hóspedes, sendo criado um espaço para a pré-admissão de migrantes, além de lista de espera. Com respeito à saída dos migrantes das referidas casas e centros de atenção, houve uma particular preocupação em acompanhar e encaminhar a sua inserção na comunidade local, como em Cuiabá, La Paz e Florianópolis.

A demanda por alojamento decorre da precariedade da inserção social dos migrantes. Daí, a necessidade de acompanhamento constante daqueles que saem e tentam residir no espaço urbano. Tentando planejar esse tipo de intervenção, surgiu a necessidade de conhecer os diversos grupos migrantes presentes na localidade. Ficou mais clara a relação de continuidade entre a condição daqueles que vivem no interior da casa e aqueles que buscam a inserção externa. Nesse sentido, em La Paz, São Paulo e Mendoza, por exemplo, com o apoio de assistentes sociais e outros profissionais, organizaram-se sondagens sobre os diferentes grupos de migrantes atendidos pela instituição.

A partir da procura pelas casas de acolhida, os centros de atenção constataram a falta de moradia e a precariedade da vida dos migrantes em geral. Isto levou a que se tomassem iniciativas de encaminhamento para outras formas de alojamento. Assim foi em Tacna, Arica e Santiago, que encaminharam os migrantes a alojamentos fora da própria instituição. Os referidos alojamentos pertencem a outras organizações não governamentais ou por elas são administrados, sendo algumas de caráter religioso. A pandemia evidenciou a absoluta e recorrente situação de precariedade laboral e vulnerabilidade social dos migrantes atendidos, o que fragiliza suas possibilidades de inserção social.

Por isso, todas as casas de migrantes e centros de atenção, junto a paróquias e outras entidades da sociedade civil, estabeleceram como prioridade a ajuda humanitária: desde a distribuição de cestas básicas até ajuda com pagamentos de aluguel. Os imigrantes em situação documental irregular receberam atenção especial por não estarem incluídos em programas estatais, auxílio ou transferência de renda emergencial, de ajuda a pessoas em situação de vulnerabilidade pandêmica. Essa situação evidenciou a condição vivida pelas mulheres com crianças.



Assim, em relação ao conjunto variado de migrantes, vivendo nas regiões em que atua a Missão Scalabriniana, os centros de atenção assumiram o papel de aglutinadores das ações humanitárias junto a esses diferentes grupos. Associados ou não às casas de acolhida, eles se distribuem geograficamente desta maneira: 7 no Brasil (Santo André, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Cuiabá, Manaus), 3 na Argentina (Buenos Aires, Bahia Blanca, Mendoza), 2 no Chile (Santiago e Arica), 2 no Peru (Lima e Tacna), 1 no Uruguai (Montevidéu) e 1 na Bolívia (La Paz). Todos foram modificando a forma de atuação com a progressão da pandemia, privilegiando as ações de ajuda humanitária e suspendendo os serviços presenciais, substituindo-os por outras modalidades de atenção e acompanhamento.

Quanto ao atendimento jurídico e outras formas de orientação, passaram a ser feitos de maneira remota, com vários funcionários e voluntários trabalhando na modalidade home office. Não se suspenderam as atividades e foram geradas formas criativas de envolvimento dos migrantes em ateliês, aulas de língua, assessoria jurídica, acompanhamento psicológico, entre outros. O acesso precário dos migrantes às mídias digitais foi um problema. Ficou confirmado o quão difícil é, mesmo em situações normais, fazer chegar a informação adequada aos migrantes.

Em São Paulo, a Missão Paz redimensionou e readequou todas as suas atividades, envolvendo uma gama ainda maior de meios e estratégias de comunicação. Em Buenos Aires, em escala menor, todo o trabalho de acompanhamento personalizado aos migrantes (cuja maioria era formada por bolivianos, mas contando também com a presença de venezuelanos, paraguaios, colombianos, chilenos, haitianos etc.) passou a ser feito por telefone, e os ateliês aconteceram nas redes sociais.

Se, de um lado, o isolamento social como prevenção à pandemia de COVID-19 paralisou alguns trabalhos voluntários, de outro, criou a oportunidade para outras formas de voluntariado e demonstrou como elas impactam na vida dos migrantes e refugiados. Muitos resultados expressivos no atendimento humanitário e social só foram possíveis graças à dedicação e solidariedade de inúmeros funcionários e voluntários. A articulação em rede e a sinergia com outras organizações de Igreja e da sociedade civil, no sentido de tornar mais eficiente e alargar o raio de ação junto aos migrantes, permitiram, inclusive, atingir outras regiões dos países, para além da própria localidade em que se encontravam. Esse foi o caso de Lima, onde uma ação coordenada com as Irmãs de Santa Ana pôde prestar assistência a milhares de venezuelanos em Tumbes, na fronteira entre Peru e Equador.

Entre os coletivos migrantes mais atendidos, destacaram-se os venezuelanos. Alguns em trânsito, outros alcançando seu destino, mas todos pertencentes àquela que pode ser definida como a diáspora venezuelana no continente latino-americano. Olhando, porém, mais atentamente a atuação dos centros de atenção, se percebe que a emergência sanitária

trouxe à tona a imensa vulnerabilidade social de muitos outros grupos de migrantes. Em São Paulo, houve diversos casos de migrantes já assentados, com emprego e moradias fixas, que, de um dia para outro, perderam seus empregos e moradia. Em La Paz, a multiplicidade de grupos e categorias de migrantes atendidos pela Missão mostrou que a vulnerabilidade social é o grande denominador comum de todos eles. Em Mendoza, as diferentes demandas surgidas evidenciaram a necessidade de buscar uma diversidade de modalidades de respostas. Em Manaus, a precariedade da situação dos migrantes fez com que a Pastoral do Migrante pusesse em segundo plano a determinação de “ficar em casa”, mantendo as atividades de geração de renda (produção de pães, picolés, artesanatos) e procurando observar todas as medidas de proteção, como uso de máscaras, uso de álcool em gel e álcool 70%, distanciamento físico etc.

Em Santiago do Chile, em caráter emergencial, a Missão Scalabriniana teve que lidar com a situação de vários grupos de trabalhadores sazonais bolivianos e suas famílias, que foram impedidos de retornar a seu país, devido à exigência da quarentena antes de atravessar a fronteira.

Casos semelhantes de famílias de migrantes temporários bolivianos foram acompanhados pelos scalabrinianos, em menor número, também em Mendoza e Bahia Blanca, na Argentina. Como em outras ocorrências nos últimos 10 anos em que estiveram envolvidos os scalabrinianos, as limitações pandêmicas revelam a singularidade da condição social dos migrantes diante da lógica da sociedade nacional e a precariedade em que vivem aqueles que se servem da migração para sobreviver. Os bloqueios criados na pandemia evidenciam novamente a crise de governança das migrações nos Estados nacionais, além do abandono e hostilidade para com os migrantes. Os depoentes ressaltaram o protagonismo das entidades da sociedade civil na suplência aos serviços estatais de assistência aos migrantes e a importância de sua articulação para fazer frente a situações agudas de emergência.

O exemplo do Chile, e dos demais centros de atenção e casas de acolhida, revela o papel fundamental, desempenhado por essas instituições, na mediação social e política entre a condição de vulnerabilidade, vivida pelos migrantes, e os órgãos do poder público e da sociedade civil. O recorrente relato sobre a necessidade de maior sinergia, cooperação e articulação entre as entidades deixa entrever a sua própria fragilidade na prestação desses serviços. Na medida em que as demandas aumentam, o fenômeno migratório se diversifica e ganha complexidade. A necessidade de articulação em rede se impõe, assim como o apoio financeiro, profissionalismo, planejamento, organização e maior sintonia nas relações com o poder público, agências de cooperação e a interação com outras entidades. Todo esse emaranhado de relações institucionais tende a condicionar a identidade e o perfil de atuação das casas.

### 3 NARRATIVAS SOBRE A RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Todos os informantes das casas de acolhida a migrantes e centros de atenção foram unânimes em realçar a importância da articulação com outras entidades de apoio aos migrantes, especialmente com o poder público. Esta interação se apresenta sob uma grande variedade de situações, trazendo à luz limitações, contradições e possibilidades inerentes à sua condição institucional.

O que se pode depreender dos diferentes relatos é que o quadro institucional de atuação das casas de acolhida e dos centros de atenção, nos países da América do Sul, se configura em um verdadeiro “campo de forças”<sup>2</sup>. Se existem similaridades entre as formas de articulação com outras entidades da sociedade civil nacionais ou internacionais, também se observam cenários distintos nos outros contextos dessas interações institucionais, principalmente com o poder público. Dentro dos limites estreitos deste estudo, não temos as condições necessárias para abordar em profundidade a complexidade das relações estabelecidas em cada contexto e nem o material de que dispomos permite esse aprofundamento. Porém, uma primeira visão do quadro institucional pode ser esboçada, permitindo algumas observações e problematizações sobre como se dão as relações, mediações e condições de atuação das entidades da Missão Scalabriniana, no contexto da pandemia de COVID 19.

Inegavelmente, a relação com o poder público é aquela que fornece o quadro institucional de base, que dá as coordenadas gerais que determinam e condicionam a atuação de cada um dos centros. Em todos os países, os centros de atenção e casas de migrantes respeitaram os decretos referentes à contenção sanitária como uma forma de diminuir a contaminação pelo novo coronavírus. Há diferenças entre cada entrevistado sobre o tipo de relação estabelecida com as autoridades ao longo desse período, conforme cada contexto, referente ao tratamento dado aos migrantes e às necessidades de cada entidade.

Com efeito, em alguns lugares onde a pressão das demandas dos migrantes era menos crítica e havia um diálogo mais consolidado com o poder público, as relações foram classificadas como “colaborativas”, de “intermediação”, de “complementaridade” e, mesmo, julgadas “satisfatórias”, como no caso de Santo André (SP), cuja casa, sede do centro de atenção, é concessão da municipalidade. De toda maneira, foi em resposta às exigências fixadas pelo poder público sobre a readequação das casas de migrantes que se reorganizaram os espaços e serviços, como em Lima e Cuiabá.

Ao mencionarem “complementaridade” e “intermediação”, pode-se também entender uma relação marcada por um constante esforço de negociações e mútuos serviços em que o poder público cria projetos e

parcerias, articulados com a Missão Scalabriniana, para disponibilização de vários serviços aos migrantes, como no caso das parcerias para apoio jurídico em Florianópolis. Em Mendoza, esse entendimento mútuo gerou uma disposição benéfica para ambas as partes:

respetando cada uno su naturaleza, se ha podido consolidar una relación en ayuda al migrante. Desde haber albergado por el lapso de dos años y medio a varias señoras con prisión domiciliaria a causa de sus criaturas, solución de temas de trámites y asistencia tanto hospitalaria, social (Coord. Centro de Atención ao Migrante, Mendoza, Argentina).

Apesar da busca de entendimento e articulação, o que realmente predomina é uma atitude crítica frente à atuação governamental e as relações estabelecidas, sobretudo nas grandes cidades e localidades de fronteira mais atingidas pelas consequências da pandemia. Mesmo quando se ressalta a colaboração mútua e o trabalho de intermediação em benefício dos migrantes, a constatação sempre é de que os “servicios se han saturado, congestionados y colapsados”. A intermediação se faz, principalmente, em relação aos trâmites de documentação, mas também em busca de atender a demandas quanto à ajuda emergencial, alimentos, serviços de saúde, entre outros. Por vezes, se chega a situações de impasse e bloqueio do diálogo, como as relatadas pelo diretor da casa de acolhida em Tacna, de que o governo se eximiu das responsabilidades em relação à acolhida de imigrantes.

A realidade criada pela emergência sanitária tornou mais evidente a dificuldade do poder público em gerenciar as situações recorrentes de crises humanitárias provocadas pela migração. As casas de acolhida e centros de atenção, com suas funções e espaços mais restringidos pelas normativas do poder público e reconhecendo as dificuldades das autoridades na governança das migrações, passaram a intensificar suas relações com outras entidades da sociedade civil. Em primeiro lugar, com seus parceiros mais próximos: os voluntários das paróquias, as outras pastorais, o Serviço Jesuíta para Migrantes (SJM), o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), os serviços das Conferências Episcopais, as Dioceses, as Pastorais Sociais e entidades de Congregações Religiosas e as organizações católicas com atividades e serviços afins, como a Cáritas, entre outras.

Foi principalmente o serviço prestado por inúmeros voluntários e a ajuda de grupos e entidades pertencentes às igrejas que permitiram o atendimento das necessidades básicas de milhares de famílias de migrantes. Por meio da articulação dessas redes de mediação eclesial, a Missão Scalabriniana, de maneira mais imediata, procura ampliar o alcance de sua ação e fortalecer sua posição nas negociações com o poder público. Em Montevideo, por exemplo, as relações com um Estado fortemente laicizado demandam que toda a ação seja

canalizada por meio da Conferência Episcopal, mesmo quando envolve um arco amplo de ONGs voltadas para as migrações. A mediação eclesial como forma de incidência também foi relatada em Lima. Esse tipo de articulação permite a realização de projetos para atender aos migrantes em diferentes pontos do território e um posicionamento como um interlocutor importante diante das autoridades governamentais.

O que foi mais ressaltado pelos informantes dos centros e casas de acolhida foi a importância de prosseguir e consolidar a articulação em rede de todas as entidades que se interessam pela defesa dos direitos dos migrantes. A atenção se volta para os grandes organismos nacionais e internacionais por meio de projetos para o financiamento de suas atividades e para a manutenção do funcionamento das entidades. Foram destacadas: a Organização Internacional das Migrações (OIM), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Cruz Vermelha, World Vision, PLAN Internacional, UNICEF, FASIC, INDH, entre outras. Na abordagem da rede de articulação com um arco amplo de entidades, destaca-se outro tema importante e constantemente frisado: os mecanismos e estratégias de incidência política, apontados por todos os entrevistados, em vista da criação e consolidação de políticas públicas para os direitos dos migrantes.

Em La Paz, depois de recordar como a Missão Scalabriniana é um sócio preferencial do poder público em inúmeras iniciativas referentes à população migrante, a direção da casa de acolhida ressaltou como a Missão se tornou a única ONG convidada pela

Dirección Nacional de Migraciones (DIGRMIG), a participar en la discusión y aportes a la definición de procedimientos para la aplicación de la Resolución Administrativa N° 148/2020 de la DIGEMIG, sobre ingreso, tránsito, salida y autorizaciones de permanencias transitorias especiales para padres, madres o tutores de menores de 14 años de nacionalidad venezolana.

A incidência política revela-se como um fator importante para as relações com os grandes organismos internacionais, tendo em vista sua relevância nos campos de “advocacy” ou na defesa dos direitos dos migrantes, e como sócios preferenciais de “fundraising”, que permitem financiar, ampliar e qualificar os serviços prestados aos migrantes. As grandes agências de cooperação vêm se articulando em rede com as casas de acolhida e centros de atenção e em torno da Scalabrini International Migration Network (SIMN). O período da pandemia foi particularmente importante para tornar mais visível a relevância social desta entidade, tanto em relação ao trato com o poder público, quanto como parceiros preferenciais dessas grandes agências internacionais no tocante aos temas migratórios. Ao passo em que a crise sanitária pôs em cheque os serviços públicos,

tornava-se visível a situação de abandono e vulnerabilidade dos migrantes e, por conseguinte, mais eram solicitados os serviços das casas de acolhida e centros de atenção nos pontos mais críticos de suas rotas de deslocamento.

A relevância crescente da incidência política e sua valorização no âmbito das organizações não governamentais vêm demandando da Missão Scalabriniana um esforço de qualificação e profissionalização nesse campo específico. A Missão Paz de São Paulo destacou, na entrevista, a atuação de sua “assessoria” de incidência política. Algo único entre as entidades que compõem a Missão Scalabriniana no continente, a criação de um setor específico para incidência política, com um profissional próprio para essa tarefa, tornou mais qualificada e deu maior alcance à influência da Missão Paz no campo de “advocacy”<sup>3</sup>.

O relato da Missão Paz de São Paulo mencionou atividades como a elaboração de “notas técnicas” sobre a situação de migrantes bloqueados nas fronteiras; pedidos de informação ou solicitações aos parlamentares no Congresso Nacional a respeito de projetos de lei envolvendo a garantia dos direitos dos migrantes; e ressaltou sua participação nas sessões das comissões de direitos humanos no Senado Federal e na Câmara Municipal de São Paulo. Em nível municipal, a atuação da assessoria de incidência política se articulou com outras entidades atuantes na cidade e participou de reuniões do Conselho Municipal de Imigrantes e do GT de Integração Local, criado para tratar dos impactos da pandemia do coronavírus na população imigrante na cidade, assim como em reuniões da Comissão Municipal para Erradicação do Trabalho Análogo a Escravo (COMTRAE). Enfim, a Missão Paz relata que todo esse conjunto de atividades se faz por meio do enlace criado por várias alianças entre entidades de defesa de direitos humanos, em especial a Rede Advocacy Colaborativo (RAC), junto ao Congresso Nacional.

Destaca-se a atuação do Instituto Católico de Migración (INCAMI), do Centro Integrado de Atención al Migrante (CIAMI) e da Fundación Scalabrini, em Santiago de Chile, no campo da incidência política. Esse exemplo, mais do que qualquer outro, visibiliza a importância e o significado da incidência política para o desempenho pastoral e social dos centros de atenção e casas de migrantes e justifica sua demanda como sócio preferencial diante das agências de cooperação e do poder público. Paradoxalmente, no Chile, foi durante a crise sanitária, causada pela pandemia, e em meio a outra grave crise institucional, que se revelou a fragilidade principal do INCAMI, enquanto financiado por inúmeros projetos oriundos do poder público e dessas agências, fato assim relatado por sua direção:

El INCAMI lleva más de 65 años al servicio de las personas migrantes más vulnerables (...) En todos estos años al servicio de las personas migrantes en Chile, tampoco nos enfrentamos nunca a una crisis económica institucional como la que estamos viviendo hoy, a raíz de la caída de los fondos nacionales e internacionales que nos permitían sostener nuestros servicios. En este momento en que las personas



más nos necesitan, nos vemos enfrentados a la decisión de desvincular personal y junto con esto, a reducir nuestra posibilidad de ayudar. Hasta la fecha se han desvinculado siete personas que al igual que nuestros participantes, estarán en situación de vulnerabilidad. Lo más difícil es ver que en el momento que más los migrantes necesitan, no tengamos personal suficiente para dar una respuesta a esta emergencia, por más limitada que sea (BOCCHI, 2020, p. 72).

O tema da sustentabilidade revela a grande fragilidade institucional dos centros de atenção e casas dos migrantes. Ao mesmo tempo em que se apresentam como instâncias críticas frente ao poder público e afirmam sua legitimidade diante das agências nacionais e internacionais, da Igreja e da sociedade civil, também se mostram extremamente vulneráveis e dependentes de financiamento externo, buscando incessantemente renegociar projetos em vista de sua manutenção. O tom pessimista do relato do Chile se revela como um contraponto à valorização da incidência política, ao deixar expostas as limitações institucionais e a dependência econômica das casas de migrantes e centros de atenção e seu permanente esforço de negociação para continuarem atuando na arena em que se desenrola o “jogo de forças” entre o poder público e as entidades da sociedade civil, em torno da realidade dos migrantes.

#### 4 RELATOS SOBRE AS LIÇÕES APRENDIDAS NA PANDEMIA E PERSPECTIVAS DE FUTURO

O texto de Bettin e Dornelas (2020) contava com a colaboração de todos os informantes dos centros de atenção e das casas de acolhida. Antes de sua publicação, alguns responsáveis pela articulação da SIMN (Scalabrini International Migration Network) manifestaram o desejo de que as lições nele aprendidas constassem de um relatório, acenando para as perspectivas de futuro. Foi enviado um questionário aos coordenadores dos centros de acolhida, visando a complementação de informações. E foi justamente nesses dois pontos que cada um dos informantes revelou como percebia a si mesmo e a sua atuação, tanto em relação ao fenômeno da pandemia como em seu posicionamento à frente da instituição, em seu relacionamento com os migrantes e sua formação humana.

Houve uma heterogeneidade de percepções que remetiam às incertezas que a sociedade em geral vivia na pandemia em todos os países, para além do que se passava no interior dessas entidades. No caso dos diretores, suas respostas se enquadravam em três posicionamentos: a) o de agentes de pastoral que atuam junto aos migrantes; b) o de administradores de projetos de uma organização de ajuda humanitária e integração social; c) a de agentes de mediação e incidência política. Muito frequentemente, a mesma pessoa incorpora alternadamente cada um desses posicionamentos.

Destacou-se, na maioria das respostas, a importância do contato presencial com os migrantes, mesmo durante a pandemia. Um dos diretores assinalou a diferença em relação a outras entidades de ajuda humanitária:

En nuestras casas de migrantes nosotros continuamos teniendo contacto directo con las personas mientras que la mayoría de agentes humanitarios optaron por el atendimento remoto y pidiendo que nosotros continuásemos con nuestro atendimento presencial.

Esse contato direto com os migrantes foi relatado como decorrente da dimensão motivacional dos informantes como agentes de pastoral, como sua marca religiosa, como sinal da sua empatia para com os migrantes atendidos pela organização. O aprendizado da experiência no período de urgência sanitária foi vivido sob a tensão das medidas de biossegurança e se realizou na busca de compreensão sobre o significado da convivência com os migrantes durante esse período.

De um lado, relatou-se como a pandemia foi experimentada pelos funcionários e voluntários atuantes na instituição. Houve muitas expressões de solidariedade e aprendizados quanto ao saber escutar, ter paciência e o desprendimento da parte daqueles que colaboram com a instituição. Houve um maior aprendizado sobre os próprios migrantes, as motivações que os levam a migrar, sobre sua capacidade de resiliência, de suportar e adaptar-se ao imprevisto e acatar as medidas de isolamento social. Por outro, ressaltou-se a valorização das estratégias dos migrantes para encontrarem soluções e criarem saídas para os problemas, se solidarizar, compartilhar esforços, orientar a ajuda recebida para os mais necessitados. Como perspectiva futura, destacou-se a importância de avançar na participação dos migrantes na execução dos projetos.

Foram também lembradas as dificuldades em atender os migrantes nessa situação de stress e crise humanitária; a necessidade de paciência para atendê-los, de saber escutar e integrá-los uns com os outros; e, também constatou-se que alguns voluntários se surpreendiam com a falta de compreensão por parte dos migrantes. Cabe observar que estes já estavam bem cansados devido as recomendações de distanciamento social. Por isso, uma exigência futura seria ajudar a criar um olhar mais sensível à condição de vida dos migrantes, sobretudo quanto à formação de funcionários e voluntários, principalmente para as situações de emergência.

O contato direto com os migrantes permitiu que se fizessem previsões para o cenário futuro. A perspectiva de curto prazo seria a de um prolongamento da crise e seu agravamento, com a continuação da retração da atividade econômica em todos os países da região. Um dos diretores ressaltou que “o trabalho está desaparecendo, e seria necessário reconstruir uma cultura em que todos possam produzir e contribuir com a sociedade, valorizar-se e se autossustentar”.

Por essa previsão, os migrantes necessitariam de mais ajuda institucional. Os planejamentos das casas de acolhida e centros de atenção deveriam se adaptar a essa nova realidade e às suas demandas. Diante dessas perspectivas, vários centros de atenção e casas de acolhida reafirmam a necessidade de intensificação da luta por políticas públicas mais efetivas para migrantes, de valorização da saúde pública, projetos para gerar renda, enfrentar o problema da dificuldade de acesso ou falta de moradia, alcançar maior estabilidade econômica para suas famílias e minimizar os efeitos da crise. Nas casas de acolhida, a proposta seria a de incentivar os ateliês de capacitação profissional e inserção laboral para os migrantes.

Nas entrevistas, observamos os coordenadores se posicionando como administradores da organização e, ao mesmo tempo, como agentes de incidência política no campo das migrações. Todos eles relatam que um dos principais aprendizados foi a realização do trabalho em equipe e a sinergia de esforços pela colaboração e entendimento entre os envolvidos. Destacou-se a necessidade da articulação em rede: “sozinhos somos muito pequenos, porém com auxílios, vamos abrindo horizontes e melhoramos nossa maneira de trabalhar”. Há a percepção da necessidade de trabalhar com projetos sustentáveis de longo prazo, mais flexíveis, para enfrentar as emergências e manter maior coordenação com as agências de cooperação.

Em relação às organizações que dirigem, eles apontam a necessidade de readequação dos espaços e dos equipamentos para fazer frente às novas necessidades, inclusive para atender às novas medidas sanitárias. No planejamento futuro, seria preciso repensar as estruturas das casas, as estratégias de contenção e apoio, e os centros de coleta, armazenamento e distribuição de gêneros de primeira necessidade. Em relação às formas de atendimento aos migrantes, as estratégias deveriam passar por uma revisão. A proposta de Tacna, por exemplo, vai no sentido da reestruturação interna das instalações e funcionamento da Missão, o que não é algo propriamente novo entre os scalabrinianos. Várias casas vêm alargando suas funções para se tornarem “centros integrados”, que concentrem e integrem uma variedade de serviços que funcionem de maneira simultânea.

Um aprendizado notável, adquirido durante esse tempo de quarentena em boa parte das casas de acolhida e centros de atenção, foi o uso intensivo dos instrumentos de mídia digital. Na Missão Paz de São Paulo, foi realçado que, no futuro, essa dimensão deveria ser intensificada:

Essa experiência permitirá, uma vez superada a pandemia, utilizar metodologias presenciais e on-line de maneira complementar; a transmissão das missas e de outras celebrações religiosas permitiu alcançar muitas pessoas que normalmente não estariam presentes fisicamente, ou nem conheciam a instituição (...); a colaboração entre os

diferentes atores da equipe da Missão Paz se tornou mais rápida e sinérgica; o costume de realizar reuniões não presenciais em muitos casos permitirá otimizar o tempo, sem precisar se deslocar.

O uso cada vez mais preponderante da “mediação tecnológica” no trabalho levanta reflexões sobre se isso poderia aumentar o isolamento dos migrantes, levando-os a uma maior reclusão em seus domicílios, com eventual prejuízo na sociabilidade. De um lado, foram feitas considerações sobre a necessidade de investir no “espírito religioso e na vida de fé” para “hacer puentes” entre as pessoas. De outro, essa evidência também leva a considerações mais pragmáticas, como a necessidade de “capacitação para lidar com o mundo virtual” ou mesmo a reivindicação de uma plataforma em que governo e organizações da sociedade civil possam compartilhar informações em benefício dos migrantes. Há quem considere que o trabalho remoto no funcionamento da organização seja uma limitação ao atendimento aos migrantes.

Enfim, como diretores que fazem a gestão interna e que buscam vínculos de cooperação com outras organizações, eles reafirmam a importância da incidência política. Devido ao contexto de cada país, existem diferentes avaliações sobre as perspectivas futuras de cooperação interinstitucional e com o poder público.

Outros assinalaram o despreparo do Estado para lidar, minimamente, com situações da magnitude desta emergência sanitária e sua tendência de descarregar o peso sobre as instituições de ajuda humanitária da sociedade civil. No entanto, por parte de todos os depoentes, se reafirmou que o grande desafio permanece sendo de “buscar a unidade entre as diferentes organizações em torno do mesmo objetivo”: a incidência voltada à conquista de políticas públicas para a garantia dos direitos dos migrantes e para capacitá-los a alcançar seu protagonismo nesse processo.

Assim, se mantém o compromisso de continuar a participar nas instâncias de diálogo interinstitucional, bem como manter contatos permanentes de articulação e coordenação dos trabalhos, a fim de “realizar intervenciones agiles y respuestas adecuadas”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PANDEMIA E AS ENTREVISTAS À DISTÂNCIA NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Chegado aqui, cabem algumas considerações sobre o uso das entrevistas on-line ou à distância com os coordenadores de casas de acolhida e dos centros scalabrinianos de atenção ao migrante, bem como sobre a realização de outras pesquisas qualitativas, baseadas em história oral, em um contexto social que impede o encontro presencial entre entrevistadores e entrevistados.

A experiência do CEM e do CEMLA com o relatório sobre as casas de acolhida, durante a pandemia de Covid 19, propõe algumas reflexões a respeito do uso de entrevistas em situações não presenciais, a mais evidente sendo esta:

- O conhecimento da realidade migrante durante a pandemia se beneficiou das entrevistas à distância?

A resposta é “sim”. Em contextos de emergência, a busca por alternativas de pesquisa se torna premente porque são situações que pedem que mais conhecimento seja gerado para a superação de suas próprias dificuldades. Em um mundo em que a vida gravita em torno das redes sociais, não é mais possível a produção de pesquisas alheias aos recursos virtuais.

Observou-se, na introdução deste texto, que o Brasil é um dos maiores produtores de estudos que utilizam o método da história oral; trabalhando com esse método, suas contribuições têm sido fundamentais para uma compreensão mais profunda das realidades dos migrantes. Portanto, descartar esse recurso metodológico representaria deixar na sombra, ou sem conhecimento, relações de socialização e sociabilidade relevantes na vida dos migrantes, bem como das instituições e organizações que lhes oferecem algum tipo de serviço, como as casas de acolhida e os centros de atenção scalabrinianos, cujos coordenadores foram entrevistados para a elaboração de relatórios e para este texto.

Considerando a ocorrência da pandemia de Covid-19, o distanciamento social como uma forma de mitigar o contágio pelo coronavírus, mas também a necessidade de levar adiante pesquisas apoiadas no método da história oral, adaptações precisaram ser feitas em contextos de distanciamento social e de alta circulação de internet; mas, como Santhiago e Magalhães (2020) ressaltaram, as entrevistas on-line em pesquisas acadêmicas vieram para ficar e seus usos têm se mostrado bem-sucedidos. Foi o que se constatou nesta pesquisa. Sem as entrevistas à distância durante a pandemia, não teria sido possível a compreensão das experiências e desafios que estavam sendo vivenciados e enfrentados pelas casas de acolhida e centros de atenção scalabrinianos, e, menos ainda, das vivências dos migrantes que delas fazem uso.

Entrevistas on-line, portanto, têm se revelado centrais nos estudos migratórios pós-pandêmicos. Se não são ainda predominantes no cenário metodológico, no mínimo, são frequentes e úteis.

## NOTAS

<sup>1</sup> Uma versão prévia expandida deste texto foi publicada, em espanhol, na Revista Travessia, Ano XXXIV, Nº 91 Maio-Agosto/2021 (PARISI; PEREIRA; DORNELAS, 2021). Além de estar em português, a presente versão propõe uma abordagem metodológica, a qual não foi discutida na primeira.

<sup>2</sup> O conceito de “campo social” como “campo de forças” foi desenvolvido por Pierre Bourdieu (1996).

<sup>3</sup> “O termo advocacy se generalizou ao longo do tempo em função do acelerado crescimento do Terceiro Setor em todo o mundo. O lobby – ou advocacy – é a utilização do poder e do status para se comunicar melhor e conquistar os objetivos pretendidos. Apesar de a palavra lobby ter sido usurpada por nossos malfadados governantes, o significado real dela é tão nobre quanto o objetivo do Terceiro Setor. Advocacy é, basicamente, um lobby realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. É na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro advocacy, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural. Um exemplo bastante fácil de entender: imagine uma comunidade cortada por uma rodovia, onde os moradores são obrigados a atravessar de um lado para outro de forma precária, por falta de uma passarela. A mesma comunidade tem como vizinhos uma fábrica ou qualquer outra empresa privada. Nessa comunidade existe uma ONG que representa os moradores do bairro e que sempre está pronta para tentar resolver qualquer tipo de questão. Por ser mais influente do que a comunidade avulsa, a entidade pressiona o poder público para a construção de uma passarela. Paralelamente, a ONG – por ser mais maleável e influente do que os órgãos governamentais – pode procurar o dono da empresa vizinha e pedir o financiamento da obra. E, sendo a representante-líder da comunidade, também pode realizar uma campanha para que as pessoas utilizem a passarela. Tudo isso é lobby, tudo isso é advocacy”. ZEPPELINE, Márcio. Advocacy: o lobby do bem. Ipea. Seção: Pesquisa. Ação social das empresas, 2006. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592#:~:text=Advocacy%20%C3%A9%2C%20basicamente%2C%20um%20lobby,como%20social%2C%20ambiental%20ou%20cultural>>. Acesso em 29/04/2022.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTIN, I.; DORNELAS, S. Comunicación sobre la actuación de las casas de migrantes y centros de atención scalabrinianas durante la pandemia covid-19. In: CEMLA; CEM; SIMN. **Actuación scalabriniana en la pandemia COVID 19 en Sudamérica**. São Paulo: CEM, 2020. Disponível em: <<https://simn-global.org/wp-content/uploads/2020/10/Libro-Actuaci%C3%B3n-scalabriniana-en-la-pandemia-COVID-19.pdf>>, acesso em 25/04/2022.
- BOCCHI, L. La pandemia y los migrantes en Chile. In: CEMLA; CEM; SIMN. **Actuación scalabriniana en la pandemia COVID 19 en Sudamérica**. São Paulo: CEM, 2020. Disponível em: <<https://simn-global.org/wp-content/uploads/2020/10/Libro-Actuaci%C3%B3n-scalabriniana-en-la-pandemia-COVID-19.pdf>>. Acesso em 29/04/2022.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.
- CEMLA; CEM; SIMN. **Actuación scalabriniana en la pandemia COVID 19 en Sudamérica**. São Paulo: CEM, 2020. Disponível em: <<https://simn-global.org/wp-content/uploads/2020/10/Libro-Actuaci%C3%B3n-scalabriniana-en-la-pandemia-COVID-19.pdf>>. Acesso em 29/04/2022.
- CHARLEAUX, J. P. Covid-19: os imigrantes na linha de frente na Europa e nos EUA. **Nexo Jornal**, 29/04/2022. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/31/Covid-19-os-imigrantes-na-linha-de-frente-na-Europa-e-nos-EUA>>. Acesso em 29/04/2022.
- D'ARAUJO, M. C. Como a História Oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo. **História Oral**, [S. l.], v. 2, 2009. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/15>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

- FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. **Topoi** (Rio de Janeiro) [online]. 2002, v. 3, n. 5 p. 314-332. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?lang=pt>>. Acesso em 29/04/2022.
- MAGALHÃES, V. B. A História Oral nos estudos das migrações do Nordeste para o Sudeste: relato de pesquisa. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 293-320, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/158715>>. Acesso em 28/04/2022.
- PARISE, P.; PEREIRA, J. C.; DORNELAS, S. La pandemia del coronavirus y la actuación de las casas de migrantes y centros de atención scalabrinianos en Sudamérica. **TRAVESSIA**. Revista do Migrante, [S. l.], v. 2, n. 91, 2021. Disponível em: <<https://revistatrabessia.com.br/travessia/article/view/997>>. Acesso em 29/04/2022.
- SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, [S. l.], v. 27, p. 1–18, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/102266>>. Acesso em 26/04/2022.
- SANTHIAGO, R. Da fonte à história oral: debates sobre a legitimidade da entrevista. *Sæculum*. **Revista de História**, [S. l.], n. 18, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11395>>. acesso em 28/04/2022.

## RESUMO

Este artigo visa apresentar resultados de uma pesquisa que investigou a percepção sobre as casas e os centros de acolhida scalabrinianos da América Latina por seus agentes envolvidos, durante a pandemia de Covid 19. A investigação foi feita pelo CEM (Centro de Estudos Migratórios, vinculado à Missão Paz de São Paulo) e pelo CEMLA (Centro de Estudios Migratorios Latino americano, vinculado à missão scalabriniana em Buenos Aires, Argentina); e foi baseada em entrevistas com coordenadores e migrantes dessas instituições. A realização das entrevistas foi adaptada para a situação excepcional de isolamento social. Na investigação, migrantes, refugiados e coordenadores de casas de acolhimento e centros de atenção foram os atores sociais protagonistas das questões eleitas por nós como problema de pesquisa. Nos limites deste texto, trataremos apenas do recorte dos coordenadores.

**Palavras-Chave:** Entrevistas qualitativas; Estudos migratórios; Pandemia de Covid; Migrações e refúgio; História oral.

## ABSTRACT

In this article, the authors discuss the results of their research on the perception of the directors of the Scalabrinian immigrant shelters and reception centers in Latin America about their institution's situation during the Covid 19 pandemic. The interviews were adapted to the situation of social distancing. The investigation included migrants, refugees and coordinators of shelters. Within the limits of this text, we will only present the perceptions of the directors of the shelters and centers.

**Keywords:** Qualitative interviews; Migration studies; Covid Pandemic; Migration and refugee; Oral History.



# Memória de migrantes nortistas e pandemia: tempos distintos, acontecimentos presentes

*Ícaro Vasques Inchauspe\**  
*Marilda Aparecida de Menezes\*\**

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Que diabos é isso?! É a pergunta que todos nós ainda nos fazemos em relação à pandemia do coronavírus, assim como o faz Edite Maria de Jesus, 90 anos, nascida em Serra Talhada. Ela e seu marido, José Cordeiro, de Buíque, 86 anos. Ambos do estado de Pernambuco, fazem parte do movimento migratório interno, ocorrido no Brasil entre os anos 1950 e 1980. Neste período de 30 anos, uma vasta literatura produzida sobre o tema nos permite contextualizar historicamente a ocorrência de um grande deslocamento de pessoas das mais diversas áreas rurais da região Nordeste para os centros urbanos das cidades, com destaque para a região Sudeste, e, no caso da presente pesquisa, mais precisamente para o estado de São Paulo (MENEZES, 2020,1985; FUSCO e OJIMA, 2014; BRITO, 2009; BAENINGER, 2005; FERRARI, 2005; SOUZA, 1980; SINGER, 1973; DURHAM, 1973).

Entre os inúmeros motivos apontados como fatores de migração interna, no século passado, os mais conhecidos estão a busca de melhores oportunidades de vida e trabalho, em virtude da concentração de terra, as precárias condições de trabalho e vida, e os períodos contínuos de seca que provocam, em certos momentos, epidemias, fome e sede.

O importante fluxo migratório entre a região Nordeste e São Paulo teve como contexto o desenvolvimento econômico paulista da época, graças ao papel de destaque que o avanço de sua industrialização teve no cenário nacional; a isto se combinaram fatores políticos e econômicos relacionados aos períodos das grandes secas em algumas regiões do Nordeste. A seca é constituinte do ecossistema do

---

\*Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC. E-mail: icaro.vasques@ufabc.edu.br

\*\* Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC; Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. E-mail: marilda.menezes@ufabc.edu.br

semiárido e acompanha a vida das famílias que vivem na região. As narrativas sobre os períodos de seca emergem com frequência nas memórias dos migrantes da região Nordeste como justificativa para o deslocamento.

Assim conta Edite Maria<sup>2</sup>, que trabalhou até os vinte e cinco anos nas terras da sua família, explicando que a seca foi um dos motivos que a levaram a migrar para São Paulo. Edite Maria e José Cordeiro se casaram em 1957, e a cerimônia foi celebrada na igreja de Serra Talhada<sup>3</sup>. Naquela época, a partir de uma rede mínima de acolhimento, por meio de seu irmão João Sérgio de Jesus, o casal migrou para Marília, interior de São Paulo.

Edite Maria morava com sua mãe e seu pai em Serra Talhada-PE, nas terras de seu finado avô, que, segundo ela, era muito rico naquela época. Comentava que “lá era cada um com seu “pedaço”. Seu pai era ourives<sup>4</sup>. Edite recorda, em uma de nossas conversas, com um semblante não muito feliz, que, esporadicamente, também comercializava artigos produzidos por seu pai nas feiras da região e dizia que era boa de venda.

Foi num desses encontros, no itinerário entre o Agreste e o Sertão pernambucano, que José e Edite se conheceram. À diferença de Edite, José não possuía terras; sua cidade, Buíque, localiza-se numa região montanhosa, rochosa e desértica, com alto índice de aridez. Não encontrando muitas oportunidades e condições de vida e trabalho, José passou a percorrer outras cidades de Pernambuco. Esteve nas frentes de trabalho<sup>5</sup>. Edite Maria comenta que suas terras eram próximas às margens do rio Pajeú<sup>6</sup>. Um “rio branquinho, transparente, cheio de peixe” de onde se alimentavam diariamente a partir da pesca.

**Figura 1:** Mapa geográfico do Estado de Pernambuco.



Fonte: SIGAS, PE. 2021

Mas o que a história de migrantes do século passado pode ter a ver com a pandemia do coronavírus em pleno século XXI? Pensando neste breve relato e na forma em que ocorre a migração, podemos compreender como essas situações acabaram por se tornar um fato extraordinário, do ponto de vista da experiência pessoal e coletiva, considerando-se, principalmente, a questão crucial da luta pela sobrevivência.

Declarada oficialmente no Brasil, em 2020, já com mais de 661 mil mortos (DATASUL, 2022), a pandemia da Covid-19 também pode ser considerada um fato extraordinário na vida desses mesmo migrantes – ainda mais se considerarmos a sua idade, ambos próximos dos 90 anos, e pertencentes ao grupo de risco. Embora tivessem passado por algumas epidemias no passado, a do coronavírus, pelo fato de serem idosos, lhes impôs muitos desafios ao longo destes dois anos.

Assim, traçamos um argumento que evidencia esses processos como constituintes e formadores da vida do casal; o primeiro, por meio da migração interna dentre os mais de 4 milhões de migrantes nordestinos ao menos para a cidade de São Paulo<sup>7</sup>; o segundo, por meio de uma pandemia promovida pela Covid-19 que assola, até o presente momento, milhões de pessoas no mundo.

Em um artigo sobre as pandemias e epidemias em perspectiva histórica, Hochman e Birn (2021) procuram interpretar essas situações como eventos desorganizadores e trágicos, que permitem desvelar e compreender as múltiplas faces de sociedades, em geral profundamente hierárquicas, injustas e desiguais. Elas possibilitam a análise das contingências, da pluralidade de possibilidades e dos interesses, da diversidade de escolhas possíveis dos indivíduos históricos, e das transformações e dúvidas permanentes da própria vida social.

Com o objetivo de articular os dois acontecimentos extremos na vida do casal, o presente artigo está comprometido em descrever como essa memória migrante vem sendo constituída durante pelo menos 60 anos vividos em São Paulo e como ela é mobilizada diante da pandemia de Covid-19. Neste trabalho, também é possível constatar como as memórias são mobilizadas a partir de momentos de solidão, quando o casal relembra seu casamento e a chegada a São Paulo, as sociabilidades criadas, bem como as lembranças familiares em seus espaços privados, casa e sítio, onde residem atualmente.

Nesse sentido, propomos analisar como os relatos sobre eventos, pessoas e situações são construídos, durante a pandemia, por meio da memória oral. Será possível também evidenciar os desafios e aberturas metodológicos que essa situação impõe.

Assim, nossa proposta é compreender como um fenômeno biológico e sanitário, que assume dimensões econômicas, sociais e culturais, assim como políticas, acabou atravessando a vida e o trabalho das pessoas, ao colocar grande parte da população em risco e, ao mesmo tempo, à prova de novas situações jamais vivenciadas.

A partir da extensa trajetória de vida de dona Edite e senhor José Cordeiro, e de todos os percalços enfrentados, , enquanto população migrante *nortista*<sup>8</sup> do

século passado, identificamos, ao longo do trabalho de campo, em conversações semanais com o casal, numa situação de pandemia, como suas memórias sobre perdas, lembranças e sociabilidades foram ativadas pelo período sanitário, mobilizando intensamente o processo de compreender como a memória é um fator importante para ressignificar e reposicionar a visão de e sobre o mundo desses migrantes diante de seu tempo.

A escolha desse casal, como protagonistas da pesquisa, se deu em razão da proximidade que um de nós (autores) – no caso, Ícaro Vasques Inchauspe – tem com uma neta, e que faz parte dessa rede familiar há, pelo menos, oito anos.. O texto apresentado faz parte da pesquisa de doutorado, iniciada em 2021, e desenhada desde 2019 com pré-observações do trabalho de campo. Ao longo desse tempo, com o olhar já treinado para observação, e participando ativamente das relações familiares, pudemos entender que havia toda uma dinâmica peculiar, vivida pelo casal, e que aparecia nas diversas conversas sobre a estrutura e criação da família e, principalmente, sobre as histórias de vida de ambos, casados há 65 anos. Dentre os eventos trazidos à tona pela memória do casal, surge uma produção de itinerários que remontam desde o seu deslocamento de Pernambuco para o interior e a capital de São Paulo até as sociabilidades produzidas no estado de São Paulo.

Dentre as histórias contadas durante a pandemia, foi possível resgatar fatos semelhantes, ocorridos em outros tempos, como o caso da epidemia de meningite nos anos 1970, que narramos no subcapítulo abaixo. Segundo narra dona Edite, o sr. José foi contagiado naquela ocasião e todo um episódio de terror se instaurou.

Como metodologia utilizamos a etnografia, por meio da observação participante do cotidiano no espaço de moradia do casal, sítio no município de Ibiúna, São Paulo, nos encontros presenciais e conversações digitais (*on* e *offline*). A etnografia foi associada ao campo da memória e história oral como instrumento de registro de textos e interpretação que busca identificar as construções sociais e simbólicas que dão sentido às suas práticas. Cabe destacar o papel de um dos autores<sup>9</sup>, enquanto membro da família, cônjuge da neta do casal.

Entre os recursos metodológicos, a autoetnografia também foi utilizada no desenvolvimento da pesquisa a partir do seu poder reflexivo no trabalho de campo. Gama (2020, p.190) aponta, nesse sentido, para a importância do fato de que “o pesquisador reflete sobre a trajetória de uma outra pessoa para analisar fenômenos socioculturais, ou a partir dela, para analisar questões da sociedade/cultura à qual pertence”. No caso em questão, um dos autores está efetivamente inserido num contexto de análise que envolve a trajetória de memórias do casal diante de um recorte de pandemia e sociabilidade.

Além disso, a autoetnografia assume um papel crítico diante do modelo proposto. Santos (2017, p. 219), ao discorrer sobre o panorama dos atuais usos da autoetnografia, destaca a “avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria experiência diante da pesquisa principalmente pelo fator intersubjetivo

com os sujeitos de pesquisa e na forma em que as experiências são os dados principais da investigação”.

Através da inserção no campo e das pessoas entrevistadas, obtivemos os dados e informações. Os nomes dos entrevistados são originais, respeitando na íntegra as informações, além de comum acordo e consentimento de forma oral de dona Edite Maria e do senhor José Cordeiro.

Para o presente artigo, o início da pesquisa se deu a partir de março de 2020 até o início de 2022, considerando ainda que a pandemia prossegue, mas agora de modo controlado devido ao desenvolvimento e aplicação de vacinas contra a Covid-19. Nesse período, foram realizadas diversas entrevistas informais, semiestruturadas, gravações audiovisuais, além do recurso a registros fotográficos, durante o período da pandemia, e de encontros presenciais. A ideia foi pensar nesses registros como ferramenta ativadora da memória daquele momento com a tentativa de trabalhar uma memória multimídia digital.

## 2 PANDEMIA, DISTANCIAMENTO SOCIAL E MEMÓRIA

Como já é conhecido e reconhecido, a pandemia da Covid-19 levou a óbito milhares de brasileiros. Óbito milhares de brasileiros. Isto se deu principalmente por conta da desastrosa gestão federal frente à pandemia, e de sua postura negacionista de não reconhecer as informações científicas já existentes a respeito do vírus e não acatar orientações dos organismos internacionais, como a OMS (organização Mundial da Saúde). O número poderia ter sido reduzido caso medidas mais restritivas fossem levadas com maior responsabilidade e atenção.

É a partir desse acontecimento extremo que, em março de 2020, foi oficialmente decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, principalmente no estado de São Paulo, obrigando toda a população a adotar o chamado distanciamento social, por meio do Decreto nº 64.881, de março de 2020. Em resumo, é um protocolo de isolamento que impede a circulação de pessoas, atividades comerciais ou cargas. Neste caso, foi utilizado para proteger as pessoas, com o objetivo de evitar o colapso do sistema de saúde local a partir do risco de contaminação e propagação rápida do vírus da Covid-19.

Conforme dados informados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em abril de 2020, tínhamos 3,9 bilhões de pessoas em *lockdown*, mais da metade da população mundial. Desse total, na América Latina eram aproximadamente 200 milhões de pessoas. Devido à recusa da gestão federal em organizar as ações do *lockdown*, e à divergência entre os demais gestores públicos sobre o papel de governadores e prefeitos, não há dados precisos sobre a quantidade de pessoas que, no Brasil, praticaram o isolamento social.

Fato é que, diante de todo o cenário imposto pela pandemia, o distanciamento social promoveu diversos desdobramentos no cotidiano das famílias e de indivíduos, principalmente nas camadas geralmente mais isoladas

e limitadas pelo avanço da idade, e, no caso da pesquisa, pela questão da mobilidade, especialmente o casal idoso com quem dialogamos. O isolamento acabou desenvolvendo problemas sociais e psicológicos, promovendo momentos intensos de solidão, levando a stress e a quadros de depressão.

No caso em questão, o casal de migrantes nortistas Edite Maria e José Cordeiro, em grande parte de sua vida, sempre conviveu com parentes, amigos, vizinhos, justamente pelo fato de sua rede de migração ser extensa. Assim como foram acolhidos pelo irmão de Edite Maria, em sua chegada a São Paulo, no início dos anos 1960, também acolheram em suas casas muitas pessoas que chegavam do Nordeste, sendo que o fluxo de acolhimento variava de meses até anos de moradia conjunta. Ao longo dos fluxos de deslocamento e acolhida entre parentes, amigos e desconhecidos, a noção de família foi sendo ampliada para além da consanguinidade. A criação de laços de amizade e vínculos afetivos externos foi constituidora da rede de acolhimento.

Portanto, foi estabelecida uma rede de migrantes nortistas que fizeram e fazem parte de toda a trajetória do casal. Entre as diversas redes, temos as sociabilidades, entendidas como atividades associativas de lazer, de ajuda e de cooperação entre si. Entre alguns exemplos que marcaram essa constituição, podemos citar desde a construção de moradias no bairro Grajaú, na periferia do extremo sul da cidade de São Paulo até a utilização do quarteirão de rua onde, residiam, como espaços de sociabilidade, de comemoração, onde ocorriam as festas de casamentos dos filhos do casal e que envolviam a vizinhança.

Nos encontros privados, promovidos nos períodos da tarde na casa de Edite Maria de Jesus, em algumas oportunidades, eram realizadas, pelas vizinhas, trocas de alimentos, roupas e utensílios domésticos pelas vizinhas, como forma de arrecadar recursos e prover uma certa independência financeira mínima para as mulheres que cuidavam da parte doméstica. A partir dessa mesma rede de vizinhas, acabou se criando uma rede de ajuda mútua de apoio e cuidados no pós-parto, cunhado, cognominado de “dieta” por Dona Edite. Como parteira, ela acabava mobilizando as mulheres para os cuidados pós-partos. Essa rede de dietas era um grupo específico de mulheres responsáveis pelo auxílio e cuidados diários das puérperas, desde a dieta alimentar da mãe e demais cuidados rotineiros com a casa, como a limpeza, bem como o cuidado com os recém-nascidos. Ela conta que essa prática era realizada no Norte (Serra Talhada), e em Marília (São Paulo). Os cuidados diários da casa com as mulheres, como alimentação, ficavam sob responsabilidade de dona Edite. Quando havia esses eventos, dona Edite realizava deslocamentos diários nas casas de suas vizinhas para se dedicar a esses cuidados tão essenciais no pós-parto.

Essas informações são memórias mobilizadas em outros momentos anteriores à pandemia, mas reforçadas ao longo do seu curso, em virtude de recordações que voltam a todo o tempo, quando dona Edite rememora sua trajetória. E eventos como estes são marcantes para ela por estarem relacionados à saúde e à vida.

Outro evento que dona Edite Maria rememora é o do “barrão” (principalmente com as suas filhas Maria do Socorro e Neide), devido aos morros altos e ondulares de terra na formação geográfica do bairro. Ela conta que, em dias de chuvas, formava o “barrão”, principalmente quando suas filhas Maria do Socorro, “Corrinha”, e Neide voltavam da escola com a roupa toda suja por conta do barro formado pelas chuvas. A nossa entrevistada complementa: “Era um córrego de barro. A Neide só tinha um uniforme escolar, então, tinha que lavá-lo todo dia depois que ela chegava da escola”. Num desses encontros mencionados acima, houve uma reclamação geral das mães sobre os uniformes brancos voltarem marrons. Dona Edite Maria conta que, se as mães fossem com ela na escola das filhas, ela falaria com a diretora para retirada do uniforme branco. Após o questionamento comandado por ela, a diretora acatou a solicitação e retirou o uniforme branco.

Este evento rememorado por dona Edite Maria sobre o “barrão” é mobilizado em suas memórias justamente por afirmar que também foi um evento de sofrimento, e que, de algum modo, pode ser interpretado como uma situação de risco familiar, que, ao longo do tempo, foi sendo superado; principalmente se levarmos em conta os seus relatos sobre a existência de um rio (que hoje foi canalizado e tornou-se córrego) próximo às casas, e que, em épocas de chuva intensa na periferia, “acabava levando tudo das pessoas”. Em uma dessas lembranças sobre as dificuldades vividas, conta que viu um homem morrendo dentro de um carro por causa das enchentes no bairro.

Vemos, a partir dos relatos de eventos no cotidiano de Edite Maria, que ela foi se tornando referência como liderança feminina na construção do bairro. Sem contar que era ela quem ficava responsável pelas finanças domésticas. Seu José Cordeiro lhe entregava o salário integral do mês para que realizasse essa gestão.

**Figura 2:** José Cordeiro e seu filho Jurandir na construção da casa da família em 1982.



Fonte: Acervo do autor, 2021.



**Figura 3:** Filho do casal no bairro Parque América - Grajaú. Dezembro de 1981.



Fonte: Acervo do autor, 2021

Já por parte de José Cordeiro, ele trabalhou durante trinta anos na Metalúrgica Brassinter, fundada em 1954, na região de Santo Amaro. Iniciou como auxiliar de limpeza e se aposentou como químico industrial. Dois anos após sua aposentadoria, em meados de 2004, com o FGTS, ele e a dona Edite Maria resolveram comprar um sítio em Ibiúna, interior de São Paulo, onde vivem até os dias de hoje. Foi uma escolha de José Cordeiro para que pudesse viver sua aposentadoria com a criação de uma pequena horta com aproximadamente 3 hectares, como antigamente fazia no Norte. Assim como construiu sua casa em São Paulo, a casa do sítio foi demolida e ele construiu uma casa maior, com dormitórios para os filhos, bem como com espaço para alojar membros das redes de parentesco e amizades construídas em suas teias de sociabilidade em São Paulo.

O processo de autoconstrução coletiva, de forma geral, e sobretudo nas periferias, foi um conhecimento já estabelecido em virtude de seus lugares de origem nas construções de suas próprias moradias, e foi sendo cultivado extensivamente nas periferias de São Paulo.

Como anfitriões da família e de amigos em São Paulo, a ideia foi continuar a sê-lo também em Ibiúna, mantendo e fortalecendo as redes sociais constituídas ao longo da trajetória de vida. Vários são os eventos e acontecimentos que marcam a construção social e cultural das redes como as fogueiras de São João, os churrascos com carne de bode, as ‘milharadas’ plantadas por José Cordeiro com a produção de pamonhas, curau, até aniversários de netos e de visitantes. Edite Maria conta que um primo da família, Cícero, certa vez, chegou no sítio com um ônibus de excursão somente com pernambucanos residentes em São Paulo.

De forma geral, ao passo que buscamos trazer alguns exemplos que sintetizam as passagens de dona Edite e do sr. José Cordeiro, realizadas enquanto casal de migrantes, desde a sua chegada no bairro/distrito Grajaú durante o

período de residência na região, e, após a aposentadoria, no sítio em Ibiúna, estamos delineando a trajetória de vida que constitui a construção identitária da dona Edite Maria, a do senhor José Cordeiro e os processos de construção da memória. É importante sinalizar que a organização dessas memórias, durante as conversas com o casal, foi quase sempre direcionada por dona Edite, pelo fato de ser mais comunicativa e falante. Ao passo que essa construção narrada foi se desenhando em nossas conversas, em alguns momentos, o marido, José Cordeiro, também intervinha, o que gerava uma breve discussão sobre os acontecimentos vividos pelo casal.

Quando se fala em memória seletiva, entendemos que seu conceito e prática não podem ser tratados de forma fixa, mas, sim, a partir de mudanças. Porém, também não podemos sair fabricando novos conceitos sem discutir os já estabelecidos. O conceito de memória social para Halbwachs (1990) é, sobretudo, a coesão social. Essa coesão é pelo autor a partir da relação dos quadros sociais da memória como um sistema de valores que unifica determinadas redes, famílias, garantindo uma coesão de valores e costumes praticados no cotidiano dentro de um tempo e espaço.

Assim, Halbwachs (1990) define a construção de memória por meio da mobilização de quadros sociais considerados muito mais que referências para as lembranças. São, sobretudo, constituintes para a vida em sociedade e/ou para determinadas representações coletivas. Em outros termos, poderíamos dizer que não nos lembramos sozinhos. Há sempre um contexto, história, acontecimento, fato ou evento que mobilizam experiências e intermedeiam o ato de recordar. Já a memória seletiva, ou memória individual, é parte fundante que complementa os quadros sociais ou memórias coletivas, compreendendo que cada indivíduo e posição que ocupa é particular a partir de determinada condição social. Seria, então, a memória individual um caminho complementar para as “correntes de memória coletiva” (HALBWACHS, 1990).

Cabecinhas, Lima e Chaves (2006), ao tratarem do campo teórico da construção social sobre a memória, que depende das pertencas de e das redes sociais dos indivíduos, propõem a seguinte definição:

Vários fatores contribuem para o carácter social da memória: o processo de recordar é social, visto que é necessário que haja dicas de contexto que evoquem as recordações; os pontos de referência que cada indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar informação são definidos socialmente; e a memória individual não poderia funcionar sem conceitos, ideias, imagens e representações que são socialmente construídos e partilhados. Ou seja, a memória de cada indivíduo é social no seu conteúdo (factos, personagens, etc.) e no seu processo (codificação, armazenamento e recuperação) (CABECINHAS, LIMA e CHAVES, 2006. p. 4).

Diante desta construção social sobre a memória, a partir das representações sociais entre fatos e personagens, a linguagem surge como preponderante, por meio da palavra. Halbwachs (1994) aponta para o que chama de quadros coletivos da memória, sendo esta uma ferramenta coletiva para recompor uma imagem do passado a partir de determinado contexto imperativo diante do tempo social vivido.

Na construção da memória, durante o isolamento social imposto pela pandemia, em diversas conversas nossas, tanto virtualmente quanto em seu sítio em Ibiúna, dona Edite rememora com muita sabedoria um evento acontecido com seu esposo, José Cordeiro, em comparação ao surto de meningite<sup>10</sup> na década de 1970, em São Paulo<sup>11</sup>. Alguns jornais da época relatam como sendo uma epidemia.

O Zezinho teve essa doença [meningite]. Ficou hospitalizado quase um mês. Eu achei que ele ia morrer. Todo o dia eu ia ver o Zezinho. Deixava minhas duas filhas com o meu filho Jurandir. Aí teve um dia, que eu fui ver ele, e ele não estava no quarto. Achei que ele tinha morrido. Porque a quantidade de pessoas hospitalizadas era muita. Os corredores cheinhos. E aquele tanto de gente que morreu também. Eu fui procurar o Zezinho em todos os quartos daquele hospital. Até que uma hora, uma enfermeira boazinha me disse que o paciente daquele quarto tinha sido trocado. Aí ela me disse o número do quarto, e graças a Deus, estava lá o Zezinho. Depois de mais umas semanas ele foi para a casa e tudo certo (Edite Maria de Jesus, 12 de setembro de 2021).

José Cordeiro, ao falar do evento, lembra somente que sentiu uma dor de cabeça muito forte e desmaiou, ficou alguns dias em coma e, quando acordou, Edite Maria já estava no hospital. Cida e Jacó, outro casal de amigos acolhido por Edite Maria e José Cordeiro, também foram vítimas de meningite na época. Edite Maria também comentou sobre a perda de duas filhas suas no Norte antes de se deslocar para São Paulo. Uma recém-nascida e outra com quatro anos. Em muitos momentos, a relação da memória e o sentimento de perda eram reativados a partir de dois contextos trágicos. Assim, a pandemia reclama uma condição de atenção e cuidado essencial, ao trabalhar a memória das perdas.

A narrativa de Edite Maria sobre o evento da meningite, quase sempre repetidamente, aparecia em nossas conversas presenciais mensais, iniciadas em 2020, para a pesquisa do doutorado de um dos autores (Ícaro Vasques Inchauspe) e com a pandemia de Covid-19 já em curso. Cabe observar que, em momentos anteriores, já havíamos conversado sobre isso, porém não com tanta profundidade e fato não era do conhecimento de muitas pessoas. De 2020 até o momento, as nossas conversas foram intercaladas, por meio do formato híbrido, entre encontros presenciais e chamadas virtuais, por meio de *Whatsapp*.

Os relatos sobre eventos do passado começaram a ser cada vez mais recorrentes à medida em que o casal foi sendo obrigado a permanecer isolado durante a pandemia do coronavírus. O isolamento provocou a retomada dessas memórias a partir da cisão brusca das sociabilidades; algo jamais vivido em, pelo menos, dezessete anos da vida social do casal em seu sítio em Ibiúna.

Era visível o semblante de desgosto do casal pela suspensão temporária de suas relações e, especialmente, a partir do recebimento de ligações e notícias sobre as de pessoas próximas que fizeram parte da rede social de migrantes, a qual dona Edite Maria e o sr. José Cordeiro pertencem há pelo menos 60 anos. O semblante de desgosto do casal pela perda temporária de suas relações com seus familiares e amigos era visível. Desde ligações telefônicas, como chamadas por vídeos, principalmente com Edite Maria, a expressão de dor e sofrimento, tanto facial quanto vocal, era nítida a cada encontro. Por vezes, a conversa tornava-se muito mais um momento de conforto para ambos do que um trabalho de pesquisa. Posteriormente, as nossas conversas digitais acabavam ficando sem anotações, o que também, em alguns momentos, acabava ativando a memória do pesquisador.

Entre todas essas ativações da memória, que emergiam de dona Edite Maria e do sr. José Cordeiro, vinham as lembranças da reforma da casa, todo o 'sufoco' com a construção. Em outros momentos presenciais, havia a recordação no álbum de fotos de dona Edite Maria, de seus irmãos, casamentos de filhos, de sua mãe, de sua terra, além de demais pessoas que, em diversos momentos, atravessaram a memória tanto de dona Edite Maria quanto do sr. José Cordeiro, à medida que iam recebendo notícias sobre os óbitos e internações causados pela Covid-19.

Entre as perdas e internações foram primos de primeiro a terceiro grau, acolhidos de longa data, sobrinhos, ex-sogra e amigos de fábrica de José Cordeiro. Devido à idade avançada e à dificuldade de locomoção de dona Edite Maria, tampouco puderam ir ao enterro de nenhuma dessas pessoas. Muitas vezes, a filha mais nova, Neide, era a representante da família em virtude da aproximação dos laços da rede familiar e por residir, até os dias de hoje, na casa construída por José Cordeiro, próxima à moradia de parentes, amigos, e outras pessoas envolvidas nas redes sociais da família.

Para o histórico do casal migrante, que sente prazer em estar com diversos grupos de suas redes sociais, o distanciamento social obrigatório pode ser caracterizado como um prejuízo sociocultural para as suas sociabilidades e, conseqüentemente, para o seu estado emocional. Tempos de distanciamento sem receber seus filhos e parentes, sem realizar suas datas comemorativas nortistas, como a festa de São João com a grande fogueira no mês de junho para os netos e, atualmente, também os bisnetos.

Veremos, a seguir, maiores detalhes sobre os relatos e os desafios da pesquisa para a construção da memória num cenário de pandemia. Cabe mencionar que um dos pesquisadores, cônjuge da neta do casal e membro da família, tomando

os protocolos e cuidados devidos, acabou indo visitar dona Maria Edite e o sr. José Cordeiro, periodicamente, desde 2020, início da pandemia. Ficamos em *lockdown* durante quatro meses. Entre maio e junho de 2021, o pesquisador ficou por um mês inteiro, no sítio do casal, ajudando nas tarefas domésticas.

À medida que o distanciamento social se tornava obrigatório, a família também cuidava de proteger o casal, evitando aglomerações em sua casa. Os filhos organizaram entre si um rodízio de visitas para estarem mais próximos de dona Edite Maria e do sr. José Cordeiro, bem como ajudá-los nas tarefas domésticas, compra de remédios e cuidados de saúde.

**Figura 4:** Edite Maria e sua filha, Neide. Junho de 2021.



Fonte: Acervo do autor, 2021

Porém, à medida que se agravou a pandemia, ficamos (pesquisador e esposa) quase três meses isolados, sem realizar nenhuma visita ao casal. Nesses momentos, as ferramentas tecnológicas acessíveis, como ligações por vídeo, acabaram tornando-se o meio condutor para promover a continuidade das conversas durante a pesquisa. Durante a pandemia de Covid-19, o recurso ao uso de redes sociotécnicas e aparelhos digitais (MUZI, 2020) tornou-se recorrente e obrigatório como método de interação em pesquisas voltadas para as ciências humanas e sociais (ECKERT, ROCHA, 2008).

O telefone celular se tornou um meio de comunicação para afastar os momentos de solidão e foi de extrema importância para continuar com a pesquisa, principalmente nas conversas com dona Edite Maria, com quem um dos pesquisadores (seu genro) teve mais contato através de ligações por vídeo. Outro desafio interessante, diante do único recurso disponível no momento, foi

o de como ajudar uma senhora de 90 anos que nunca havia utilizado o telefone celular. Foram momentos de extrema paciência e, sobretudo, de desafio na relação intergeracional entre os sujeitos da pesquisa, já idosos, e o jovem pesquisador.

À medida que a pandemia tinha seus picos de altos e baixos, uma estratégia muito recorrente para diminuir a saudade do restante da família era a realização de chamadas por vídeo com a presença de uma das filhas do casal. Assim, era possível entrar em contato com demais filhos e filhas, amigos e parentes de longa data. E isto considerando que o sistema de comunicação do casal ainda era analógico ou apenas por áudio, sem imagens. Podemos interpretar este sistema como um modo tradicional do estilo de vida praticamente em toda a existência do casal.

Com o seu ciclo vacinal completo, a diminuição de infectados e de óbitos, além da liberação das atividades comerciais e profissionais de diversos segmentos, aos poucos, os eventos do cotidiano foram retomando, de alguma forma, o seu caminho. O casal recomeça a receber visitas e promover suas atividades junto à sua extensa rede social de amigos nortistas. Já foi possível perceber e presenciar diversas visitas de parentes e amigos que não os viam há mais de três anos. A retomada dos novos estreitamentos sociais já é visível e possível.

O impacto causado pela pandemia da Covid-19, nesses novos reencontros, tem sido por vezes duro e cruel, considerando que parentes e amigos próximos da rede do casal acabaram perdendo a vida – como os seus vizinhos do sítio ao lado – ou ainda ficaram com sequelas da doença, prejudicando a memória, como foi o caso da ex-sogra do casal, Lili. Assim, aos poucos, cautelosamente, os encontros também estão servindo para reorganizar o cotidiano de dona Edite Maria e do sr. José Cordeiro de forma a retomarem suas sociabilidades entre os familiares e, conseqüentemente, criar novos arranjos e sentidos que constroem os valores do casal com as demais gerações de sua rede que já conta com bisnetos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto procurou estabelecer ao menos dois caminhos de análise: o primeiro, analisar como a pandemia do coronavírus, apesar do isolamento social, tornou-se na vida social de dona Edite Maria e do sr. José Cordeiro uma experiência constituidora de sentidos e representações sociais em suas trajetórias de vida. Tal experiência reativou momentos, histórias, redes de sociabilidade, evidenciando o quanto o cotidiano de suas relações é importante para a produção de sentidos enquanto sujeitos pertencentes a uma determinada dinâmica social, com rede social duradoura e de lealdades formadas há mais de 60 anos, enquanto migrantes nortistas.

Já o segundo caminho, por meio da descrição da metodologia aplicada em relação ao distanciamento social, evidenciou as dificuldades nas ciências humanas e sociais ao propor novas entradas, e o quanto ainda falta promover

a interdisciplinaridade com as disciplinas da tecnologia da informação. Com a digitalização das dinâmicas sociais, inserida na era da informação, é urgente e necessária uma integração entre as disciplinas.

A partir das experiências vividas na pandemia entre migrantes nortistas idosos em São Paulo, podemos entender como os deslocamentos promovidos pela migração nortista também ocorreram como um evento que revelam as desigualdades sociais, as contingências, as pluralidades e transformações da vida, seja individual ou coletiva, contando com as incertezas e imprevistos no meio de seus caminhos em tempos distintos diante de acontecimentos presentes.

O trabalho da construção social da memória acabou se tornando indispensável no contexto apresentado, tendo em vista que não é um aspecto produzido de forma fixa, mas, sim, constituído ao longo do curso de uma vida. Partindo de um contexto pandêmico, as memórias de Edite Maria e José Cordeiro foram novamente mobilizadas e reativadas, promovendo uma reconstrução social de ser e estar no mundo, não somente do vivido, mas também de qual escolha e sobre o que vale ou não ser recordado, dizendo respeito ao futuro como um caminho aberto em construção.

## NOTAS

<sup>1</sup> O trabalho da pesquisa foi realizado por um dos autores, Ícaro Vasques Inchauspe, como parte do doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC. A elaboração do texto foi uma produção conjunta com sua orientadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC, Marilda Aparecida de Menezes.

<sup>2</sup> Em 1932, ano de nascimento de Dona Edite Maria de Jesus, outra estiagem iria devastar o semiárido nordestino. Foi nessa época que se tornou conhecida a indústria da seca: as oligarquias econômicas e políticas da região que usavam recursos do governo em benefício próprio, com o pretexto de combater as mazelas do fenômeno climático. Outras secas atingiriam o Nordeste nas décadas seguintes. A mais abrangente delas teve início em 1979 e durou quase cinco anos. Fome e saques se espalharam pela região. Estima-se que não houve colheita em nenhuma lavoura dentro de uma área de 1,5 milhões de km<sup>2</sup>. Dados oficiais dão conta de que, nessa época, morreram 3,5 milhões de pessoas por conta de enfermidades e desnutrição. Mais informações ver Barreto (2009).

<sup>3</sup> Edite explica que essa questão documental não tinha toda essa importância na época. O casamento no cartório ocorreu em 1961, recém migrados para Marília, interior de São Paulo.

<sup>4</sup> Trata-se de um metalúrgico especializado em produzir ou consertar artigos em ouro, prata e outros metais preciosos.

<sup>5</sup> Consistia em empregos temporários para auxiliar a sobrevivência. Anos antes de migrar para São Paulo, assim como muitos, fez parte da força de trabalho para construção de estradas ferroviárias e terrestres promovidos pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criada em 1959. Entre as controvérsias produzidas pela narrativa da



seca no Nordeste, cita-se uma passagem: Como causa imediata da criação do órgão, pode-se citar uma nova seca, a de 1958, que aumentou o desemprego rural e o êxodo da população. Igualmente relevante foi uma série de denúncias que revelaram os escândalos da “indústria das secas”: corrupção na administração da ajuda dada pelo governo federal através das frentes de trabalho, existência de trabalhadores fantasmas, construção de açudes nas fazendas dos “coronéis” etc. Ou seja, denunciava-se que o latifúndio e seus coronéis – a oligarquia agrária nordestina – tinham capturado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945, da mesma forma como anteriormente tinham dominado a Inspetoria de Obras Contra as Secas, de 1909.

<sup>6</sup> Pajeú é um termo Tupi-Guarani e tem o significado de rio curandeiro. O Rio Pajeú aparece na música “Riacho do Navio” de Luiz Gonzaga e foi percebido no dia a dia do casal em seu sítio em Ibiúna no interior de São Paulo.

<sup>7</sup> Segundo estudo de FUSCO e DUARTE (2021) em 2000 a Região Metropolitana de São Paulo contava aproximadamente 18 milhões de habitantes, e os nordestinos participavam de forma expressiva na população: 3,6 milhões, ou 21% dos residentes na Região Metropolitana de São Paulo eram nascidos num dos estados nordestinos.

<sup>8</sup> Podemos explicar a utilização do termo *nortista* de duas formas: a primeira por ser uma expressão habitual identificada entre as conversas do casal, as sociabilidades com sua família, e os diversos membros do grupo pesquisado sempre que referido ao nordeste. A segunda possibilidade que possa explicar o termo utilizado é justamente que em 1941, o IBGE elaborou uma proposta de regionalização baseada nas características fisiográficas do território nacional e respeitando as fronteiras administrativas estaduais. Na primeira regionalização, foram propostas cinco divisões, as regiões Norte, Nordeste, Sul, Leste e Centro-Oeste. Já em 1969, há revisão desta proposta, resultando na atual regionalização do Brasil (atualizada posteriormente devido a criação de novos estados). Esta nova regionalização levou em consideração, além das características fisiográficas e as fronteiras administrativas estaduais, características demográficas e socioeconômicas, oriundas do próprio levantamento estatístico do IBGE. Com base nestas divisões, os governos na época criaram as superintendências de desenvolvimento regional (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam; Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco; e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – Sudesul). Para mais informações ver IBGE (2014); Boscarol (2017) e Contel (2014).

<sup>9</sup> O autor Ícaro Vasques Inchauspe é casado com Bruna Cordeiros Lira, neta do casal.

<sup>10</sup> A partir do relato Edite Maria, pode-se propor uma análise interessante sobre como a epidemia de Meningite também foi tratada pelo governo militar como uma matéria de desinformação (fake news) publicada pela mídia assim como o Coronavírus. Matérias sobre o tema podem ser vistas nas publicações da Veja e Jornal do Brasil, entre 1970 em 1974. Links: <A epidemia de meningite dos anos 1970 – e como a ditadura militar a escondeu | Super (abril.com.br)>. e <Brasil, 1974: uma epidemia de norte a sul | Biblioteca Nacional (bn.gov.br)>.

<sup>11</sup> Segundo matéria publicada pelo Jornal Veja de 1974, o maior surto de meningite da história do Brasil foi nos anos 1970. Datando os primeiros casos em Santo Amaro, bairro da zona de São Paulo, bairro onde José Cordeiro trabalhava. E com o tempo outros infectados surgiram em bairros mais afastados até que a doença atingiu o centro da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, p. 84-96, 2005.
- BARRETO, P. H. **História – Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos**. 2009. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39)>. Acesso em: 10 de abr de 2022.
- BOSCARIOL, R. A. Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). In: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. da S. (Orgs.) **Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira**, livro 1 /. Brasília : IPEA : INCT, 2017. 245 p. : il., gráfs., mapas color. Disponível em: <[file:///C:/Users/josec/Downloads/Territ%C3%B3rios%20em%20n%C3%BAmeros\\_insumos%20para%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20a%20partir%20da%20an%C3%A1lise%20do%20IDHM%20e%20do%20IVS%20de%20munic%C3%ADpios%20e%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira\\_livro%201.pdf](file:///C:/Users/josec/Downloads/Territ%C3%B3rios%20em%20n%C3%BAmeros_insumos%20para%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20a%20partir%20da%20an%C3%A1lise%20do%20IDHM%20e%20do%20IVS%20de%20munic%C3%ADpios%20e%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira_livro%201.pdf)>. s/d de acesso.
- BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, v. 20, 2009.
- CABECINHAS, R.; LIMA, M.E.O. & CHAVES, A.M. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. pp. 67-92. In: MIRANDA, J. & João, M. I. (Eds.) **Identidades nacionais em debate**. Oeiras: Celta, 2006. pp. 67-92.
- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica [on-line], 3 | 2014, posto on-line no dia 26 agosto 2014, consultado o 11 abril 2022. URL: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>>. ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.990> . s/d de acesso.
- DATASUS. **Painel Coronavírus Brasil**. Ministério da Saúde, Brasil, 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 10 de abr 2022.
- DURHAM, E. R. **A caminho da cidade – A vida rural e a migração para São Paulo: Perspectiva**, 1973.
- FUSCO, W.; OLIVEIRA, R. V. de; MOREIRA, M. de M. Migração e mobilidade pendular em municípios do aglomerado de conecções das mesorregiões Agreste de Pernambuco e Borborema da Paraíba. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v.38, 1-36, e0150, 2021 <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0150>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/cC9zk8F3Xfs7BYbZ5vtjwkh/?format=pdf&lang=pt>> . s/d de acesso. OJIMA, R.; FUSCO, W. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve

- contextualização, p.11-26. In: OJIMA, R.; FUSCO, W. (Orgs.) **Migrações nordestinas no Século 21** – um panorama recente. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015. <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-04> . Disponível em: <file:///C:/Users/josec/Desktop/MIGRA%C3%87%C3%95ES%20NORDESTINAS%20NO%20SECULO%2021.pdf>. s/d de acesso.
- FERRARI, M. de M. **A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954)**– seca e desigualdades regionais. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCAR, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1498/DissMMF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. s/d de acesso.
- GAMA, F. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel. 1994.
- HOCHMAN, G.; BIRN, A-E. Pandemias e epidemias em perspectiva histórica: uma introdução. **Topoi** (Rio J), Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 577-587, set./dez. 2021 | [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org) . Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/5CBkgzdHNysd9DGCCrfjN3J/?format=pdf&lang=pt> >. s/d de acesso.
- MENEZES, M. A. de. Trabalho, família e migrações: uma relação afetiva e uma trajetória de pesquisa. **Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo**, N°7 enero-junio 2020.
- MUZI, D. et al. **Youtube-se**: circulação e condições de visibilidade de vídeos sobre saúde na internet. 222 fls. Tese de Doutorado, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde. Rio de Janeiro, 2020.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 64.881, de 22/03/2020**. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. Diário Oficial - Executivo - Suplemento, 23/03/2020, p.1. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64881-22.03.2020.html>>. Acesso em 10 de ago 2022.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras**: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. N. 21 (2008), 23 p., 2008.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.
- SOUZA, I. de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1980.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar como a pandemia do coronavírus, apesar do distanciamento social entre indivíduos e famílias, também promoveu processos de reconstrução social da memória. Como estudo de caso, observamos, desde o início da pandemia, em 2020, como um casal de migrantes nortistas, que chegou em São Paulo há cerca de 60 anos, mobilizou suas memórias como uma ferramenta de construção identitária e convivência no período de isolamento. Ao narrar essas memórias, relatam a criação de uma rede de migrantes que fizeram e fazem parte de diversos momentos de sua trajetória de vida. O método utilizado foi constituído a partir da memória e história oral, além de conversações remotas em formato digital impostas pela pandemia. Por fim, pudemos analisar como a experiência da pandemia entre migrantes nortistas possibilita-nos compreender a produção de sentidos mobilizados pela memória social em tempos distintos e nos acontecimentos presentes.

**Palavras-chave:** memória; migrantes nortistas; pandemia; coronavírus.

## ABSTRACT

The present work aims to present how the coronavirus pandemic, despite the social distancing of individuals and families, also promoted processes of social reconstruction of memory. As a case study, we observe from the beginning of the pandemic, in 2020, how a couple of northern migrants who arrived in São Paulo about 60 years ago mobilized their memories as a tool for identity construction and coexistence in the isolation period. In narrating these memories, they report the creation of a network of migrants who were and are part of several moments of their life trajectory. The method used was constituted from memory and oral history, besides remote conversations in digital format implied by the pandemic. Finally, we can analyze how the experience of the pandemic among northern migrants allows us to understand the production of meanings mobilized by social memory in distinct times and in present events.

**Keywords:** memory; northern migrants; pandemic; coronavirus.

# Mais vulnerabilidades e menos direitos: migração e pandemia na cidade do Rio de Janeiro a partir do olhar das organizações da sociedade civil

*Márcia Miranda Charneski\**  
*María del Carmen Villarreal Villamar\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

A declaração da primeira pandemia de coronavírus, por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, representou um ponto de inflexão nas nossas vidas (BARRAGÁN; BORSANI; VILLARREAL, 2021). Até maio de 2022, a OMS estima que a pandemia causou a morte de quase 15 milhões de pessoas, uma cifra muito superior aos 5.4 milhões de óbitos oficialmente registrados, devido a fatores como a má qualidade dos registros em algumas regiões e à falta de uma política de testagem (WHO, 2022). O estado de emergência decretado na saúde pública, devido à disseminação do vírus SARS-CoV-2, afetou também a economia mundial, que apresentou seus piores resultados desde a Grande e um aumento inédito da pobreza e das desigualdades (VILLARREAL; CASTELLS, 2020). Porém, os impactos da pandemia e as medidas adotadas pelos governos para combater seus efeitos foram especialmente sentidos pelos coletivos mais pobres, marginalizados e vulneráveis das sociedades, com destaque para as pessoas migrantes e refugiadas (MCAULIFFE; TRIANDAFYLIDOU, 2022).

---

\*Mestra em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Advogada e Consultora em Direito Migratório Brasileiro no Caminho 55. Pesquisadora do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) e do Projeto de Extensão Direitos Humanos, Cidadania e Migrações (DICIMI) da UNIRIO. Email: marciacharneski@hotmail.com

\*\*Professora Adjunta do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Ciência Política pela Universidad Complutense de Madrid. Coordenadora da iniciativa UNAI/UNIRIO, do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) e do Projeto de Extensão Direitos Humanos, Cidadania e Migrações (DICIMI). Pesquisadora do Projeto (I)mobilidade nas Américas e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). Email: mariavillarreal85@ufrj.br

Devido ao fechamento das fronteiras, às quarentenas e às inúmeras restrições de viagens impostas durante a emergência sanitária, a mobilidade humana foi severamente afetada. A imobilidade forçada se tornou uma realidade para milhões de pessoas, e diversos processos como as migrações laborais, o turismo e a reunificação familiar foram reduzidos a mínimos históricos (BENTON et al., 2021). Os Estados não abriram exceções nem para as pessoas que buscavam por proteção internacional. Ao contrário, durante a pandemia, os princípios básicos da proteção de refugiados foram postos à prova e desrespeitados em diversos casos, com a suspensão do direito das pessoas solicitarem refúgio (ACNUR, 2022). Neste contexto, aumentaram de forma inédita os controles migratórios, as detenções e os processos de deportação; também foram estabelecidas restrições e, em muitos casos, a exclusão das pessoas migrantes e refugiadas, impedidas de acessarem os serviços sociais e de saúde. Tais fatores, junto com uma perda dramática dos ingressos e meios de subsistência, fizeram com que migrantes e refugiados mergulhassem mais profundamente na pobreza e na miséria (BENTON et al, 2021; ACNUR, 2022).

No Brasil não foi diferente. Embora diversos trabalhos (FERNANDES; BAENINGER, 2020; ALMEIDA, 2020; CHARNESKI, 2021; ZAPATA; MOULIN, 2021) mostrem que as pessoas migrantes e refugiadas, mesmo com diversas dificuldades, foram incluídas nos programas de proteção e assistência social criados durante a pandemia, na prática, os efeitos da emergência sanitária sobre esta população foram invisibilizados pela falta de registros no Ministério da Saúde, ao passo que seus problemas e condições de vulnerabilidade social se aprofundaram. Para enfrentar estes desafios foi essencial o suporte de redes de solidariedade e o ativismo de coletivos de migrantes e organizações da sociedade civil (DEMARCHI; MOYA; TASCÓN, 2021; VILLARREAL; ECHART; CARBALLO, 2022). O país sofreu também retrocessos em termos de política migratória, com várias decisões e regulamentos baseados em uma abordagem de segurança e controle da mobilidade humana (CAVALCANTI et al, 2020; CHARNESKI, 2021).

Em um contexto de pandemia, no Brasil adquiriu especial relevância a atuação das organizações da sociedade civil no nível local, pois é nesta esfera que as pessoas migrantes e refugiadas vivem, têm acesso a direitos e serviços e experimentam dificuldades e desafios mais imediatos. A cidade do Rio de Janeiro constitui um bom exemplo desse processo e o presente trabalho analisa o papel das organizações locais da sociedade civil diante da situação das pessoas migrantes e refugiadas durante a pandemia de Covid-19. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa e resultado da revisão de bibliografia especializada, análise documental e de dados secundários, bem como da realização de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave de organizações da sociedade civil que trabalham no atendimento aos migrantes e refugiados na cidade do Rio de Janeiro. As entrevistas aconteceram de forma remota, entre maio de 2021 e junho de 2022.

Além da introdução e das conclusões, o presente trabalho está estruturado em três partes. Na primeira, são analisadas as principais características e transformações da mobilidade humana durante a pandemia. Na segunda, são descritos alguns dos efeitos da pandemia sobre as pessoas migrantes e refugiadas no Brasil. Por fim, a terceira seção analisa as consequências da emergência sanitária sobre as pessoas migrantes e refugiadas na cidade do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva das organizações da sociedade civil que atuam no atendimento a esta população.

## 2 A MOBILIDADE HUMANA EM TEMPOS DA COVID-19

A migração internacional é um fenômeno característicos de todas as sociedades, mas que, com o passar do tempo, sofreu mudanças significativas. Sendo uma realidade em contínua transformação, a mobilidade humana é um dos fenômenos mais dinâmicos dentre os analisados pelas ciências sociais (PORTES; BÖRÖCZ, 1998). Em relação à migração contemporânea, autores como Castles e Miller (2004) denominaram a época posterior à Segunda Guerra Mundial como a “era das migrações”, evidenciando que este fenômeno se caracteriza por cinco elementos essenciais: a globalização do fenômeno; a crescente politização do processo; a aceleração dos fluxos migratórios; a diversificação das figuras migratórias e das motivações que incentivam o deslocamento; e a feminização da migração. Contudo, a pandemia da Covid-19 marcou um ponto de inflexão, já que as medidas tomadas pelos Estados, com o fim de combater a propagação do vírus, restringiram de forma inédita a mobilidade humana, fazendo com que autores como Gamlen (2020) se perguntem se estaríamos assistindo ao fim da era das migrações.

Embora fenômenos prévios como a Guerra Fria, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e a subsequente “Guerra ao Terror”, declarada pelos Estados Unidos, também tenham provocado diversas transformações nas migrações, é indiscutível que o número de medidas e restrições impostas durante a pandemia alterou completamente algumas tendências da mobilidade humana (BENTON et al, 2021). A partir de um processo de securitização da pandemia e da declaração de um “estado de guerra” perante o SARS-CoV-2 (BASILE, 2021), desde o começo de 2020 as respostas governamentais para combater a emergência sanitária incluíram, em diversos níveis, *lockdowns*, quarentenas, protocolos sanitários e restrições de circulação. Só em 2020, foram impostas 108.000 restrições a viagens internacionais. Além disso, o número de passageiros aéreos diminuiu 60% em 2020 (1,8 bilhões) em comparação com 2019 (4,5 bilhões) (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2022, p. 35).

Como resultado da securitização da pandemia e do uso crescente de tecnologias e controles de circulação e de fronteiras, todas as formas de deslocamento foram afetadas, provocando situações de imobilidade forçada,



maiores níveis de vulnerabilidade, discriminação e estigmatização dos migrantes, além da imigração irregular em condições altamente perigosas como única alternativa (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2022).

As pessoas em busca de proteção internacional e os processos de reassentamento também foram impactados pela pandemia. Em 2020, o número total de solicitações de refúgio em primeira instância foi de 1,1 milhões. Em relação aos 2 milhões registrados em 2019, houve uma diminuição de 45%, o que representa a maior queda anual desde 2000, quando o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) começou a agregar pedidos de refúgio globalmente. Ao mesmo tempo, em 2020, foram admitidos para reassentamento, aproximadamente, 34.400 refugiados, uma cifra muito inferior aos 107.700 reassentados em 2019. Apesar de esse processo ser resultado de imposição de limites por parte da política migratória dos Estados Unidos, na prática, a redução de reassentamentos pode ser também parcialmente explicada como efeito da pandemia e das restrições impostas à mobilidade humana internacional (MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2022, p. 48).

Mesmo que de forma assimétrica, as migrações internacionais foram retomadas com a progressiva flexibilização dos controles sanitários e das medidas restritivas; autores como Gamlen (2020) e Benton et al. (2021) apontam que a pandemia contribui para a multiplicação de problemas estruturais como a pobreza, a exclusão social e a inserção precária no mercado de trabalho de milhões de migrantes e refugiados, bem como para a exacerbação da xenofobia, do racismo e do sentimento anti-imigrante em nível global. Embora as políticas públicas criadas pelos governos tenham incluído, em diversos casos, as pessoas migrantes e refugiadas, geralmente estas foram excluídas dos benefícios sociais e estigmatizadas e culpadas pela propagação do vírus (BENTON et al, 2021).

Cada contexto apresentou um cenário de problemas e desafios específicos, mas a sociedade civil e as pessoas migrantes e refugiadas não permaneceram passivas em relação às dificuldades criadas ou aprofundadas durante a pandemia. Ao contrário, globalmente foram ativadas diversas redes de solidariedade e processos de resistência e ativismo migrante, denunciando as condições de vulnerabilidade e reivindicando mais voz e direitos para estes coletivos (DEMARCHI; MOYA; TASCÓN, 2021; MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2022; VILLARREAL, ECHART; CARBALLO, 2022). Como veremos a seguir, este processo adquiriu características próprias no Brasil.

### 3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS NO BRASIL

Os impactos em diversos níveis, gerados pela pandemia de Covid-19, não podem ser subestimados. Tanto no âmbito material, quanto na saúde física e mental das pessoas migrantes e refugiadas, os efeitos da pandemia e, sobretudo,

da gestão que os governos fizeram dela foram profundos (BENTON et al, 2021; ACNUR, 2022; MCAULIFFE; TRIANDAFYLLIDOU, 2022).

No Brasil, a pandemia de Covid-19 chegou em fevereiro de 2020, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), um governo marcado pela desconstrução de direitos, escândalos de corrupção envolvendo a compra de vacinas e pela má gestão da emergência sanitária (VEIGA, 2021), levando a óbito mais de 660.000 mil<sup>1</sup> e à contaminação de mais de 31 milhões<sup>2</sup> de pessoas em todo território brasileiro. Foi um contexto de negacionismo da pandemia e de descrédito das vacinas, através da veiculação de informações mentirosas, que encontravam respaldo nas falas do presidente, sendo necessária a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19<sup>3</sup>. Também houve a publicação de portarias interministeriais em total desacordo com a normativa sobre proteção internacional de pessoas, e, em particular, com a Lei de Refúgio nº 9.474 de 1997.

Para além das dificuldades que a emergência sanitária trouxe à vida da população que habita o território brasileiro, muitas outras foram criadas por parte do governo federal através de dispositivos legais, na tentativa de remover e atacar direitos das populações migrantes por meio de portarias *contra legem*, publicadas entre 2020 e 2021. Inclusive, destaca-se o papel fundamental da Defensoria Pública da União (DPU) e das entidades da sociedade civil na luta para assegurar direitos através da judicialização por meio de ações coletivas<sup>4</sup>.

Amparado pela Lei nº 13.979, de fevereiro de 2020, e por justificativas sanitárias, o governo federal gerou restrições através de portarias publicadas a partir de março de 2020, como a nº 120, que impediu a entrada de pessoas advindas da Venezuela por rodovias e meios terrestres. Como também, em pleno contrassenso com a Lei de Migração (13.445 de 2017) e a Lei de Refúgio, no dia 25 de janeiro de 2021, entrou em vigor a portaria 652<sup>5</sup>, proibindo estrangeiros de todas as nacionalidades a adentrarem o Brasil por terra, estabelecendo várias exceções que não incluíam os venezuelanos, isto é, a população em maior processo de migração forçada na região e a principal afetada por esta medida. Surpreendentemente, um dia após tal publicação, a OIM (Organização Internacional para as Migrações) e o Ministério para a Cidadania do Brasil firmaram um acordo de cooperação técnica para ampliar a Operação Acolhida, evidenciando uma contradição na política migratória nacional, que repercutiu na vida de milhares de pessoas.

Inclusive, em 2021, o governo federal utilizou-se de um falso argumento de que haveria uma determinação sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)<sup>6</sup>, porém nunca existiu tal orientação de que venezuelanos não poderiam adentrar o território por conta da pandemia, isto é, as notas técnicas em tempo algum recomendaram a realização de segregação de país fronteiriço por motivo sanitário (CHARNESKI, 2021). Cabe elucidar que a Lei de Refúgio, em seus artigos 7º e 8º, permite a solicitação de refúgio a qualquer momento, além de assegurar que a entrada irregular não é causa para impedimento da solicitação (JUBILUT, 2007).

Diversas outras portarias de viés securitário foram criadas em meio à pandemia – em um curto espaço de tempo –, como a Portaria Interministerial nº 19, de 23 de março de 2021<sup>7</sup>, que veio simplificar a documentação para residência temporária dos nacionais de países fronteiriços não pertencentes ao Acordo Mercosul, mas excluindo aqueles que entraram no país por via terrestre durante o fechamento das fronteiras. Em outros termos, condenando os nacionais da Venezuela a permanecerem indocumentados e passíveis de deportação.

Essa dinâmica evidencia a política discriminatória do governo Bolsonaro<sup>8</sup>, ao escolher, através de portarias, quais nacionalidades adentrariam o país, pois, se por um lado permitia a entrada de turistas e investidores por via aérea portuária, por outro, mantinha os venezuelanos – que atravessaram a fronteira em busca do reconhecimento da situação de refúgio – em um limbo: sem documentação. Como resultado, foram discriminadas pessoas do êxodo venezuelano, que já adentram o país em situação vulnerável pela via terrestre, justamente por não possuírem recursos para custear uma passagem de avião (CHARNESKI, 2021). Em junho de 2021, publica-se a Portaria nº 655, restabelecendo a possibilidade de os venezuelanos serem acolhidos no Brasil, no entanto, mantendo-os na esfera do excepcional e temporário, condicionando o acolhimento e a documentação aos meios disponíveis, isto é, gerando insegurança jurídica para essas populações ao deixar de forma subjetiva o que seriam esses meios<sup>9</sup>.

Na verdade, não são apenas os venezuelanos que vêm sofrendo com os efeitos da política migratória brasileira; os haitianos se encontraram em situação parecida e, nos últimos anos, vêm enfrentando grande dificuldade em conseguir o visto humanitário e de reunião familiar através da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe<sup>10</sup>. Para corroborar, decisão recente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), de 22 de abril de 2022<sup>11</sup>, foi no sentido de que decisões que garantam o ingresso de haitianos sem visto no país estariam indo contra as normas legais e colocando em risco a política migratória nacional ao não verificar antecedentes e a cidadania, o que geraria lesão à ordem, economia, segurança e saúde pública.

Com o intuito de compreender melhor a situação das fronteiras do Brasil nos primeiros seis meses de pandemia, Cavalcanti et al. (2020) concluíram que elas foram fortemente impactadas, a julgar pelo número de entradas e saídas. Se, em 2019, representavam quase 2,5 milhões de pessoas, de abril e maio de 2020, os números giraram em torno de 90 mil, decrescendo para menos de 40 mil, nos meses de junho e julho do mesmo ano, ou seja, representando 75% a menos, se comparamos 2019 com 2020. Isto é, o fechamento das fronteiras terrestres brasileiras na região norte do país forçou a queda nas solicitações de refúgio, chegando a números anteriores ao êxodo venezuelano. Inclusive, houve o aumento do número de deportações de não nacionais, em função das portarias restritivas e discriminatórias, que criaram um ambiente de insegurança jurídica com impedimento de solicitação de documentação em solo brasileiro e autorização de deportação sumária.

É fundamental esclarecer que, durante 2020 e 2021, as Unidades da Federação foram impactadas de forma diferente pelas diversas portarias interministeriais que controlaram a entrada no Brasil; apesar de, juridicamente, esses instrumentos legais valerem para todo o território nacional, o controle das fronteiras se dava em função do poder aquisitivo e da nacionalidade da pessoa em trânsito.

Para ilustrar, em Pacaraima (RR) houve uma queda de até 70% nos registros de entrada, enquanto que, em municípios localizados na região sul, essa redução foi ínfima ou até inexistente, evidenciando o tratamento desigual. No caso específico do Rio de Janeiro, de 2019 a 2020, o estado e o município perderam entradas de pessoas em números muito similares, 56,8% e 57,7% respectivamente, e as solicitações de refúgio do estado sofreram um decréscimo significativo de mais de 80% (CAVALCANTI et al., 2020).

Para além do decréscimo das entradas, motivado pelas portarias, outro reflexo, que saltou a vista, foi o aumento do desemprego, da insegurança alimentar e das pessoas em situação de rua no cenário pandêmico nacional, como também regional (Rede PENSSAM, 2022; VILLARREAL; CASTELLS, 2020). Longe de ser algo vivenciado apenas pelas pessoas migrantes ou refugiadas, afetou também parcela significativa da população em território nacional durante uma recessão econômica com alta da inflação. Como reflexo, aqueles que se deparam com uma situação de maior vulnerabilidade são os mais afetados com o aumento do preço dos alimentos, o crescimento do desemprego e da informalidade do trabalho. Segundo a OIM (2020), as pessoas migrantes, em sua maioria, aceitaram, durante a pandemia, ofertas de trabalho pouco confiáveis, ficando vulneráveis à exploração e ao tráfico de pessoas, além de terem sofrido com os impactos econômicos negativos.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em seu relatório, traz o panorama social da América Latina de 2020, que se coaduna com o este pensamento de que a desigualdade e a pobreza atingem os mais vulneráveis, como as crianças, adolescentes, indígenas, afrodescendentes e pessoas com menor escolaridade. Outro dado alarmante é que a pobreza e a extrema pobreza na América Latina alcançaram, em 2020, números não vistos nos últimos 12 e 20 anos, houve a piora dos índices de desigualdade e a queda nas taxas de ocupação no mercado de trabalho. Isto é, com relação às taxas de pobreza, somente voltando para o ano de 2008 encontra-se um número semelhante, equivalendo a um retrocesso de 12 anos para a região. Já no que se refere à extrema pobreza, é ainda mais alarmante, pois as taxas encontradas equivalem às do ano 2000, representando um retrocesso de 20 anos. No que tange aos migrantes, 51% relataram terem perdido seus empregos durante a pandemia e 50% consideram mudar seus planos migratórios em razão do alto custo de vida no país de destino (CEPAL, 2021; OIM, 2020).

Com relação aos programas de distribuição de renda como o Bolsa Família<sup>12</sup> – transformado pelo governo Bolsonaro (2019-2022) em Auxílio Brasil –, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica de

Assistência Social (LOAS)<sup>13</sup>, e mais especificamente tratando-se de ações sociais para a pandemia, criou-se, em 2020, o Auxílio Emergencial, um benefício que visava garantir “renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da Covid-19, já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise”<sup>14</sup>. Programas estes que são políticas públicas em nível federal, podendo ser acessadas pela população imigrante e refugiada em qualquer cidade do Brasil, porém não possuem estas populações como destinatárias, o que pode ser visto no texto retirado do site do governo federal, ou seja, tais programas não levam em conta condições específicas tais como: pessoas em situação de rua, as que não têm acesso a um celular, as que não possuem endereço residencial nem documento como CPF (Cadastro de Pessoa Física), e as que não falam a língua local.

A pandemia escancarou as desigualdades sociais no Brasil: mesmo com o Auxílio Emergencial, soma-se mais da metade da população do país em insegurança alimentar e 33,1 milhões passam fome todos os dias (Rede PENSSAM, 2022). Vale lembrar que o Brasil voltou ao mapa da fome em 2018 – antes da pandemia – e que a fome tem gênero, raça e classe, além de ser maior entre quem tem emprego informal (Rede PENSSAM, 2022). Em mais de dois anos de pandemia, os preços da gasolina, dos alimentos e da conta de luz subiram 44%, 41% e 33%<sup>15</sup> respectivamente, além da inflação acima de 11,75%<sup>16</sup>, que vem impactando fortemente nas famílias de baixa renda.

Apesar de as pessoas migrantes e refugiadas não terem sido excluídas das ajudas sociais criadas pelo governo federal (ALMEIDA, 2020; BAENINGER et al, 2020; ZAPATA E MOULIN, 2021; CHARNESKI, 2021), na prática, as dificuldades que elas enfrentaram para acessar estes benefícios foram diversas. Neste cenário desfavorável, houve um aumento da xenofobia e dos problemas de acesso à documentação, bem como a existência de diversas formas de discriminação e de exploração no trabalho que agravaram as vulnerabilidades desses coletivos. Perante esta situação, as organizações de migrantes tiveram um papel ativo, visibilizando os efeitos da pandemia e promovendo diversas redes de solidariedade e campanhas de sensibilização e de regularização como a campanha #RegularizaçãoJá (DEMARCHI; MOYA; TASCÓN, 2021; VILLARREAL; ECHART; CARBALLO, 2022). Como veremos em continuação, as organizações da sociedade civil tiveram também uma atuação fundamental em meio ao agravamento das desigualdades sociais e das dificuldades enfrentadas pela população migrante e refugiada.

#### 4 MIGRAÇÃO E PANDEMIA NO RIO DE JANEIRO: O OLHAR DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

De acordo com Cavalcanti et al. (2019), o estado do Rio de Janeiro concentrava quase 10% do total de registros de imigrantes de longo termo, no período 2011-2018. Além disso, o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA)<sup>17</sup>, entre 1998 e 2014, revelou que a cidade do Rio de Janeiro era a segunda maior cidade de chegada no país, ficando atrás somente de São Paulo, com 19% dos refugiados entrando pelo Rio de Janeiro, e 12,4% lá permanecendo. Contudo, este cenário se transforma de janeiro de 2017 a agosto de 2020, como pode ser verificado na Plataforma Interativa de Refúgio em Números.<sup>18</sup> Assim, o estado do Rio de Janeiro passa da segunda para a sétima posição em solicitações de refúgio decididas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), traduzindo-se em 980 solicitações, sendo um total de 611 reconhecidos como refugiados.

Em pesquisa realizada com a população migrante no estado do Rio de Janeiro durante a pandemia, Almeida (2020) afirma que os migrantes e refugiados sofreram impactos multidimensionais com a política de isolamento decretada pelo governo fluminense: o trabalho, o salário, a inserção social e as experiências vitais dessas pessoas foram afetadas, em um cenário que incluiu também desinformação e restrições de acesso aos serviços de assistência social, saúde e educação. Além disso, diversos trabalhos têm apontado a insuficiência de políticas públicas específicas para as pessoas migrantes, refugiadas e suas famílias, na cidade do Rio de Janeiro (BRANDÃO; TAVARES, 2018; CIDADE, 2018; MOREIRA; 2014; THOMÉ, 2018; CHARNESKI, 2021). Tal insuficiência gera vulnerabilidades sociais, tanto para a população imigrante quanto para a autóctone, além de provocar competição entre elas para acessar os poucos recursos (MOREIRA, 2012; THOMÉ, 2018).

Com o intuito de melhor compreender os impactos gerados pela pandemia na vida das pessoas migrantes e refugiadas e a atuação das organizações da sociedade civil na cidade do Rio de Janeiro neste cenário, foi realizado um total de sete entrevistas semiestruturadas com informantes-chave. As entrevistas aconteceram de forma remota, entre maio de 2021 e junho de 2022, com representantes de organizações da sociedade civil de caráter religioso, laico e fundadas por imigrantes e refugiados. Especificamente, as organizações consultadas foram: o Centro de Proteção a Refugiados e Migrantes Internacionais (CEPREMI), a Associação Venezuela Global, o Centro de Atendimento aos Refugiados, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, a organização MAWON e a Organização Aldeias Infantis. Devido à sua destacada atuação com população migrante e refugiada, foi também entrevistada uma das coordenadoras das Cátedras Sérgio Vieira de Mello no território, vinculada ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

A partir dos diálogos mantidos com esses atores, ficou evidente que a pandemia impactou de forma significativa nas ações realizadas por todas as organizações, ao aprofundar demandas ou gerar novas necessidades. A organização Aldeias Infantis SOS<sup>19</sup>, por realizar o acolhimento de venezuelanos e venezuelanas, fruto do Projeto Acolhida, diferiu das outras organizações que trouxeram como questões principais a alimentação e o desemprego no período de pandemia. Segundo uma de suas coordenadoras<sup>20</sup>, as ações desenvolvidas

pela organização foram direcionadas ao acolhimento, higienização das mãos, conscientização sobre distanciamento e vacinação, enquanto as outras organizações da sociedade civil entrevistadas trabalharam sobretudo para conseguirem doações e distribuição de cestas básicas.

Uma das articuladoras locais<sup>21</sup> da população venezuelana na organização MAWON<sup>22</sup> esclarece que, com o início da pandemia em 2020, a organização distribuiu mais de 5.000 cestas básicas. Inclusive, houve o aumento do número de desempregados por conta da pandemia na região do Morro do Banco<sup>23</sup>, dado que a dificuldade em conseguir emprego vem ocorrendo para os brasileiros e, como reflexo, afeta também os refugiados. Justamente por esse quadro, algumas famílias têm optado por deixar o Rio de Janeiro e se dirigir para Santa Catarina em busca de melhores oportunidades. Com relação ao fato de os assistidos estarem sofrendo despejo e precisarem buscar abrigos municipais, explica que foram situações mais pontuais e acredita que seja talvez porque outra organização da sociedade civil – a Cáritas – esteja auxiliando famílias mais vulneráveis com aluguel social.

Conforme relato de uma das assistentes sociais<sup>24</sup> da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro,<sup>25</sup> uma das maiores dificuldades enfrentadas pela organização foi a emissão de documentos durante a pandemia<sup>26</sup>, gerando imigrantes e refugiados indocumentados e a consequente dificuldade em acessar serviços públicos, exceto o acesso ao SUS, pois é possível ser atendido independente de documentação conforme garante a Constituição Federal. Com relação ao tema educação, as ações de sensibilização foram paralisadas desde o início da pandemia; no entanto, são vitais para que não aconteçam dificuldades para os estudantes se matricularem nas escolas públicas, já que alguns casos chegaram ao conhecimento da organização, o que não ocorria antes. Um ponto crítico levantado foi o de imigrantes e refugiados que perderam o emprego durante a pandemia. Embora estas pessoas fossem consideradas integradas pelo fato de estarem empregadas, falando português e possuindo uma rede estabelecida no país, com a chegada da pandemia perderam o trabalho e a estabilidade e tiveram que buscar novamente a ajuda da organização, mostrando que “a integração não é uma coisa linear”.

Outra questão colocada foi o cenário de instituições sobrecarregadas com as demandas que a pandemia trouxe, pois:

[...] a gente está lidando com um fluxo que está chegando [...] e mesmo nessa situação o fluxo que já estava aqui há pouco tempo e não teve tempo de se estabilizar, chegou a pandemia e aí você não tem como se integrar porque está em crise e o pessoal que já era antigo que já estava integrado, mas que voltou para uma situação de vulnerabilidade (Assistente social da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Informação verbal)<sup>27</sup>.



A assistente social da Cáritas explicita que as demandas mais recorrentes foram a busca por alimentos e auxílio com pagamento de aluguel. No início da pandemia, ocorria mobilização para doação de cestas básicas por parte de pessoas físicas e jurídicas, existiram campanhas de arrecadação de dinheiro para ajudar as famílias, mas, com a extensão da duração da pandemia, vem sendo um grande desafio conseguir articular a quantidade de ações necessárias para auxiliar constantemente as famílias afetadas. Inclusive, o ACNUR possui seus critérios de ajuda financeira atrelados à questão orçamentária e burocrática, sendo impossível atender todos que necessitam (informação verbal)<sup>28</sup>.

O fundador e coordenador de origem venezuelana<sup>29</sup> da ONG Venezuela Global<sup>30</sup> menciona que também recebeu muitos pedidos de ajuda com relação ao auxílio emergencial, e, quando isso ocorria, encaminhavam para o Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes (CEPRI)<sup>31</sup>. Outra questão importante foi a necessidade de buscar parcerias para conseguir atender a alta demanda por cestas básicas, sendo mais impactados aqueles que tinham acabado de chegar ao Brasil. Justamente por não conseguirem fazer a regularização migratória, não podiam acessar o auxílio emergencial. Isto fazia aumentar a demanda por cestas básicas.

Por outro lado, a assistente social do Centro de Atendimento aos Refugiados<sup>32</sup>, localizado no bairro de Botafogo, afirma com propriedade que a pandemia repercutiu diretamente no processo de integração da população imigrante e refugiada, pois a instituição em questão foi a única de atendimento a migrantes que se manteve aberta desde o início da pandemia, enquanto tantas outras fecharam as portas. Explica que o fechamento dos espaços e o ensino remoto contribuíram negativamente para a integração:

Identificamos que muitos migrantes perderam os seus postos de trabalho, tiveram a sua renda profundamente afetada pela baixa do turismo, e a queda do poder aquisitivo da população que antes consumia produtos e serviços oferecidos por muitos desses migrantes que empreendiam como microempreendedores. Ademais, quando falamos de integração também contemplamos o direito à cidade nesse processo, ou seja, o direito de usufruir igualmente equipamentos e serviços, e com o isolamento social esse acesso foi atingido pelo esvaziamento e fechamento de espaços que eram essenciais nesse processo, como equipamentos sociais, locais culturais e as escolas, além do sucateamento dos transportes públicos. Outro ponto necessário nessa discussão consiste no fato do trabalho e o ensino remotos impactaram na comunicação do imigrante, que na maioria das vezes sofre com a barreira linguística. Por outro lado, devemos identificar ações que foram

desenvolvidas partindo tanto da sociedade civil como a distribuição de cestas básicas e outros itens necessários à subsistência, quanto do poder público, como o Auxílio Emergencial. **Entretanto, esse auxílio não foi acessível a muitos migrantes que ficaram fora do programa, seja pelo desconhecimento da existência do auxílio, seja pela negativa equivocada da garantia de direito** da população migrante por parte de profissionais que atuam na ponta. A situação segue delicada, tendo como principal foco daqueles que trabalham com esse segmento social a garantia dos direitos desse grupo no território brasileiro, viabilizando um recomeço digno daqueles que buscam no Brasil segurança e oportunidades (Assistente social do Centro de Atendimento aos Refugiados. Informação verbal)<sup>33</sup>(grifo nosso).

Em contraponto, uma das advogadas e coordenadora do CEPREMI<sup>34</sup>, que teve o atendimento totalmente voltado para o modelo remoto, explica que a demanda que mais recebeu em 2020 foi relativa à dificuldade dos assistidos em acessarem o auxílio emergencial, por isso narra os inúmeros desafios suportados para conseguirem acessar seu direito.

A pandemia mostrou uma falha prévia na integração de imigrantes e refugiados no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo. Temos uma lei de migração que tem cinco anos, que tem como princípio justamente a integração do migrante, e também do refugiado, já que a lei deve ser aplicada também aos refugiados em assuntos que não sejam contemplados pelos refugiados. E a pandemia e essa situação de crise demonstraram que a integração estava muito falha. Então trabalhando em uma clínica jurídica, que presta assistência jurídica a refugiados e migrantes, pude perceber que vários imigrantes foram impedidos ou tiveram dificuldade de acessar alguns direitos. Como exemplo, tiveram vários imigrantes que pediram o auxílio emergencial, ele foi concedido naquela análise eletrônica, feita pela plataforma, mas na hora de sacar esse dinheiro encontraram muitas dificuldades, pois chegavam ao banco, na Caixa Econômica Federal, um banco público em que os funcionários não reconheciam o direito, pois diziam que era imigrante então não tinha o direito, ou então não reconhecia o documento ou o protocolo de refúgio. No momento em que uma instituição pública não reconhece o direito dos refugiados e imigrantes acessarem certos direitos, demonstra o quão falha é essa suposta integração. Se não tem o reconhecimento desses direitos dentro de

uma instituição pública, o que dirá na sociedade. Não é de surpreender que possa ser percebido em outras instâncias da sociedade, não é um exemplo do Rio de Janeiro, mas em São Paulo um migrante que foi morto ao sacar seu auxílio emergencial em um ato de xenofobia. E essa xenofobia demonstra a falha do poder público em integrar (Advogada e coordenadora do CEPREMI. Informação verbal)<sup>35</sup>.

Para a advogada e coordenadora do CEPREMI, a pandemia evidenciou a falta de integração e aprofundou as desigualdades, além de o governo federal ter buscado flexibilizar direitos já conquistados pela população migrante e refugiada, como o direito de solicitar o reconhecimento da situação de refúgio a qualquer tempo.

Durante a pandemia quem acabou arcando, palavra que parece negativa, mas quem lidou com as demandas dos migrantes, como é fora da pandemia também, foi a sociedade civil organizada. Não se viu muitas políticas públicas voltadas para a população migrante, que era especialmente vulnerável em um momento de pandemia. A população brasileira estava em uma situação de vulnerabilidade, mas o imigrante e o refugiado têm essa vulnerabilidade adicional, de não estar no seu país de origem, de não ter uma rede de apoio, de não ter contatos, demitido, ou em uma situação de informalidade muito maior. E não teve uma política específica do governo para olhar para o imigrante, muito pelo contrário, o que vimos foi uma barreira imposta na entrada e de acesso a direitos (Advogada e coordenadora do CEPREMI. Informação verbal)<sup>36</sup>.

A gravidade da situação de muitas pessoas migrantes e refugiadas fez com que inclusive as Universidades, sobretudo aquelas que possuem Cátedras Sérgio Vieira de Mello (CSVVM) na cidade e no estado do Rio de Janeiro, fossem procuradas para funções que vão além dos seus objetivos. Como relata uma das coordenadoras, houve o aumento na procura por cursos de pós-graduação por pessoas refugiadas em busca de informação sobre edital de ingresso, como também pedidos de ajuda sobre como receber o auxílio emergencial (informação verbal).<sup>37</sup>

A partir destes relatos, é evidente que a quase inexistência de políticas voltadas à população refugiada e imigrante, em um momento crítico de pandemia, fez com que a solidariedade e o trabalho das organizações da sociedade civil fossem o ponto de apoio para essas minorias, evidenciando que o direito é tratado no nível de solidariedade e não de garantia. As organizações da sociedade civil vêm desempenhando um papel fundamental, tanto no acolhimento quanto

na integração, tendo em vista que o poder público do município do Rio de Janeiro não atende as reais necessidades dessas populações, o que acaba por sobrecarregar estas instituições, tendo como consequência direta uma situação de desassistência à população imigrante e refugiada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia e as respostas criadas formalmente com a intenção de combater a propagação do vírus transformaram de forma radical as nossas vidas. No entanto, os efeitos deste fenômeno foram maiormente sentidos por coletivos socialmente mais vulnerabilizados como as pessoas migrantes e refugiadas. Neste cenário, foi vital o papel exercido pelas organizações da sociedade civil e as redes de solidariedade criadas localmente.

Na cidade do Rio de Janeiro, em um contexto caracterizado pelo déficit de políticas públicas para pessoas migrantes e refugiadas, as demandas desta população, que se multiplicaram e aprofundaram durante a emergência sanitária, foram atendidas sobretudo pelas organizações da sociedade civil. Na sua multiplicidade de formas (religiosas, laicas e criadas especificamente por migrantes e refugiados), estas organizações distribuíram cestas básicas e realizaram atendimentos presenciais e sobretudo virtuais para responder às necessidades de alimentação, documentação, habitação e acesso às políticas de assistência social, saúde e educação. Como resultado das crescentes demandas e escassos recursos, foi essencial a cooperação dessas organizações com diversos atores públicos e privados, além do estabelecimento de parcerias.

Embora a lei brasileira permita a solicitação do Auxílio Emergencial e outras ajudas públicas por parte de migrantes e refugiados, a experiência do Rio de Janeiro mostra como, na prática, foram inumeráveis as dificuldades que tiveram para acessar estes benefícios, inclusive devido à desinformação e erros de interpretação por parte de funcionários como o não reconhecimento de documentos utilizados por pessoas migrantes. As barreiras enfrentadas por estes coletivos, que possuem redes de apoio e contatos limitados na cidade, incluem dificuldades de comunicação, sobretudo para os recém-chegados, e restrições de acesso a direitos, como a proteção internacional e a reunificação familiar.

A experiência das organizações deixa claro também que a política de isolamento, a perda de empregos, bem como o fechamento de espaços e o ensino remoto repercutiram negativamente no processo de inserção social e integração das pessoas migrantes e refugiadas, mostrando que a integração não é um processo linear e que, mesmo as pessoas empregadas e aparentemente bem inseridas antes da pandemia, enfrentaram retrocessos em diversas esferas. Prova disso é a busca de aluguel social e de vagas em abrigos da prefeitura, por parte de pessoas despejadas, bem como processos de reemigração até Santa Catarina e outros estados em busca de melhores oportunidades.

A xenofobia, a exploração e a presença de diversas formas de discriminação também se expressaram e, em muitos casos, se agravaram no contexto da pandemia, sobretudo em conexão com fatores como classe e raça. O assassinato de Moïse Kabagambe, em janeiro de 2022, foi um exemplo extremo destes fenômenos<sup>38</sup>. Além disso, as mulheres, as crianças, os indígenas, as pessoas idosas e as pessoas LGBTQI+ enfrentaram impactos diferenciados, mostrando a necessidade de um enfoque interseccional, isto é, uma perspectiva que leve em conta as diversas desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade, especialmente na hora de analisar as consequências da pandemia sobre a população migrante e refugiada.

A partir da repercussão internacional do caso Moïse Kabagambe e das necessidades identificadas na população migrante da cidade, no dia 14 de fevereiro de 2022, a Prefeitura do Rio publicou no Diário Oficial o decreto que cria o Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro (Compar-Rio)<sup>39</sup>. O Comitê ficará sob a gerência executiva da Coordenação de Direitos Humanos da Secretaria de Cidadania e tem assinado diversos acordos de cooperação com organizações internacionais como a OIM, o ACNUR e atores locais. Em um cenário em que a cidade do Rio de Janeiro se caracteriza pela escassez de dados e políticas públicas para a população migrante e refugiada, trata-se de uma boa notícia que, esperamos, possa corrigir estas deficiências e auxiliar as organizações da sociedade civil que antes, durante e depois da pandemia vêm desempenhando um papel essencial na atenção à população migrante e refugiada.

## NOTAS

<sup>1</sup> Dados de Junho de 2022, JHU CSSE COVID-19 Data.

<sup>2</sup> Dados de Junho de 2022, JHU CSSE COVID-19 Data.

<sup>3</sup> Em abril de 2022 o relatório final da CPI da Covid-19 encontrava-se estagnado na Procuradoria Geral da República. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/cpi-da-covid-empaca-na-pgr-e-investigados-entram-na-corrida-eleitoral.shtml>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/06/parabens-para-quem-migrantes-e-refugiados-no-brasil-da-pandemia.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-652-de-25-de-janeiro-de-2021-300740786>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-desconsidera-orientacao-da-anvisa-sobre-fechamento-de-fronteiras/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjisp/mre-n-19-de-23-de-marco-de-2021-310351485>>.

Acesso em: 10 mai. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://migramundo.com/nova-portaria-sobre-residencia-barravenezuelanos-que-chegaram-no-brasil-na-pandemia/>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/com-restricoes-governo-volta-a-acolher-refugiados-venezuelanos/>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/criancas-morrem-no-haiti-enquanto-esperam-visto-para-morar-com-os-pais-no-brasil.shtml/>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

<sup>11</sup> Suspensão de liminar nº 3092 – SC (2022/0099380-0)

<sup>12</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 07 mai. 2021.

<sup>13</sup> Um benefício assistencial para pessoas idosas acima de 65 anos ou com deficiência, e renda familiar *per capita* inferior a ¼ do salário-mínimo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em: 07 mai. 2021.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-2-anos-de-pandemia-supermercado-subiu-31-conta-de-luz-33-e-gasolina-44/>>. Acesso em: 10, jun. 2022.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=infla%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

<sup>17</sup> Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829\\_Refugio\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829_Refugio_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2020.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNTQ4MTU0NGltYzNkMi00M2MwLWFhZWMTM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBJLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>>. Acesso em: 10 out. 2020.

<sup>19</sup> A Aldeias Infantis SOS é uma organização da sociedade civil com unidade no Rio de Janeiro, localizada no Itanhangá que vem atuando em conjunto com o governo brasileiro na Operação Acolhida, força-tarefa federal criada em março de 2018 para receber imigrantes e refugiados venezuelanos. A colaboração acontece através do acolhimento de cidadãos venezuelanos interiorizados a partir da Estratégia de Interiorização. A entidade possui 50 vagas para acolhimento durante três meses, sendo estas vagas destinadas às famílias com filhos, mulheres solteiras, gestantes, pessoas LGBTI+, pessoas com problemas de saúde, além de outros casos que envolvem necessidade de proteção. Mais informações em: <https://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/onde-estamos/no-brasil/rio-de-janeiro>

<sup>20</sup> Entrevista concedida de forma remota em 15 de junho de 2021.

<sup>21</sup> Entrevista concedida de forma remota em 18 de junho de 2021.

<sup>22</sup> A Associação Mawon é um negócio social, sendo fundada em 2018 por um casal de imigrantes de origem franco-haitiana, Robert Montinard e Mélanie Montinard. Desde a sua fundação, a associação vem desenvolvendo projetos para viabilizar a integração de migrantes e refugiados através de três frentes de atuação: atendimento social e jurídico; aulas de português; e suporte para empregabilidade, ou seja, geração de renda por meio da qualificação profissional e de auxílio gratuito para que empresas contratem imigrantes. Mais informações em: <https://www.mawon.org/>

<sup>23</sup> É uma comunidade localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que concentra um grande número de venezuelanos vivendo no local, justamente por estar localizada ao lado da organização Aldeias Infantis SOS, responsável pela interiorização desta população na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>24</sup> Entrevista concedida de forma remota em 17 de junho de 2021.

<sup>25</sup> A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro está localizada no Maracanã e iniciou seu atendimento em 1976, durante o Regime Militar, através da iniciativa da Arquidiocese e, mais à frente, o arcebispo Dom Eugênio Sales decidiu instalar um serviço permanente de atendimento aos refugiados. A organização é membro do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e possui o PARES (Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio), uma iniciativa que vem auxiliando na integração dos refugiados. Para além do tema da integração, a organização também possui a Casa de Acolhida Papa Francisco, inaugurada em 2018 com o intuito de propiciar o abrigo temporário de mulheres venezuelanas em situação vulnerável, advindas da interiorização. Mais informações em: <http://www.caritas-rj.org.br/>

<sup>26</sup> Esta entrevista foi realizada antes da nova portaria, nº. 655 de 23 de junho de 2021.

<sup>27</sup> Entrevista concedida de forma remota em 17 de junho de 2021.

<sup>28</sup> Idem, 2021.

<sup>29</sup> Entrevista concedida de forma remota em 16 de junho de 2021.

<sup>30</sup> Organização sem fins lucrativos fundada em 2021 com o objetivo de contribuir para a integração de migrantes e refugiados no Brasil, principalmente venezuelanos, possuindo quatro áreas de atuação: regularização migratória; assistência social; integração econômica; pesquisa, documentação e divulgação. O diferencial desta organização é ter sido fundada por pessoas migrantes, especialmente oriundas da Venezuela, mas também de outros países da região. Mais informações em: <https://www.venezuelaglobal.org/>.

<sup>31</sup> Desde dezembro de 2020 não existe mais; para dar continuidade ao trabalho foi fundada uma ONG chamada CEPREMI.

<sup>32</sup> É um projeto de responsabilidade das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Foi desenvolvido pela necessidade de solidariedade, realizando um trabalho de assistência à população em situação de refúgio no Rio de Janeiro. Importante dizer que o projeto cresceu durante a pandemia. Mais informações em: <https://filhasdacaridadederj.org.br/responsabilidade-social/centro-de-atendimento-aos-refugiados-rj/>.

<sup>33</sup> Entrevista concedida de forma remota em 13 de junho de 2022.



<sup>34</sup> O CEPREMI (Centro de Proteção a Refugiados e Migrantes Internacionais) é uma organização da sociedade civil focada na proteção e promoção de direitos de pessoas em situação de refúgio e migrantes internacionais através do atendimento jurídico. Desde abril de 2022, atua em parceria com o Centro de Atendimento de Refugiados de Botafogo. Mais informações em: <<https://www.cepremi.org/>>.

<sup>35</sup> Entrevista concedida de forma remota em 13 de junho de 2022.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Entrevista concedida de forma remota em 12 de julho de 2021.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/entrevista-a-relacao-entre-xenofobia-e-racismo-na-morte-de-moise-kabagambe/>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://prefeitura.rio/cidadania/prefeitura-cria-comite-para-defender-e-promover-os-direitos-humanos-dos-refugiados-imigrantes-e-apatridas-na-cidade/>>. Acesso em: 29 jun. 2022. Acesso em: 29 jun. 2022.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados). **Tendencias Globales. Desplazamiento forzado en 2021**. Copenhague, ACNUR, 2022.

ALMEIDA, G. Imigrantes Internacionais no Estado do Rio de Janeiro e a Pandemia de Covid-19. In: FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (Org.). **17 Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil: resultados de pesquisa**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2020. 686 p.

BARRAGÁN, M.; BORSANI, H.; VILLARREAL, M. **El mundo poscovid-19: ¿cambio de paradigma?** Latinoamérica21, Fundación Konrad Adenauer, Montevideo. 2021.

BASILE, G. La salud en tiempos de pandemia. Las tres «d» de la epidemiología crítica del sars-CoV-2 en América Latina y el Caribe: determinación, dependencia y descoordinación. In: BARRAGÁN, M.; BORSANI, H.; VILLARREAL, M. **El mundo poscovid-19: ¿cambio de paradigma?** Latinoamérica21, Fundación Konrad Adenauer, Montevideo. 2021.

BENTON, M.; BATALOVA, J.; DAVIDOFF-GORE, S.; SCHMIDT, T. **COVID-19 and the State of Global Mobility in 2020**. Washington, D.C., and Geneva: Migration Policy Institute and International Organization for Migration. 2021.

BRANDÃO, H. C.; TAVARES, N. C. de O. Mulheres Refugiadas no Rio de Janeiro: mercado de trabalho, políticas públicas e reconstrução de vidas. In: **Anais, III Seminário de Imigração e Emigração Internacional e I Seminário do Observatório de Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais, 2018**; Belo Horizonte. Minas Gerais: PUC Minas, 2018; p. 111 – 127.

CASTLES, S.; MILLER, M. **La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas. 2004.

- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M.; PEREDA, L. **Resumo Executivo - Imigração e Refúgio no Brasil**: a inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no trabalho de mercado formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. 2019.
- CHARNESKI, M. M.. **Política de Integração Local para Pessoas Imigrantes e Refugiadas na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 2009 – 2021**: um olhar inclusivo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.
- CIDADE, N. da C. **Refugiados Urbanos**: estudo sobre a distribuição territorial de refugiados no Rio de Janeiro e seu impacto no processo de integração. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2018. 283 p. Mestrado em Urbanismo.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Panorama social de América Latina, 2020**. LC/PUB.2021/2-P/Rev.1. Santiago: Naciones Unidas, 2021.
- DEMARCHI, C.; MOYA, J.; TASCÓN, L. Colectivos de mujeres migrantes frente a la pandemia. El Equipo de Base Warmis y la campaña de Regularización Migratoria “Regularización Ya! **Revista Travessia**, v. 2, n.91, p. 61-80, 2021.
- FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (Org.). **17 Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil**: resultados de pesquisa. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2020. 686 p.
- GAMLEN, A. Migration and mobility after the 2020 pandemic: The end of an age? **Working paper**, n. 146, IOM, University of Oxford, 2020.
- JUBILUT, L. L. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007. 240p.
- MCAULIFFE, M.; A. TRIANDAFYLLIDOU (eds.). **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022**. Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra, 2021.

MOREIRA, J. B. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. [Tese de Doutorado]. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2012. Doutorado em Ciência Política. 377 p.

\_\_\_\_\_. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. jul/dez, 2014; Ano XXII, n. 43, p. 85-98.

OIM (Organización Internacional para las Migraciones). **Efectos de la COVID-19 en la población migrante**: principales hallazgos. Sondeo en América Central y México, San José. 2020.

PORTES, A.; BÖRÖCZ, J. “Migración contemporánea. Perspectivas teóricas sobre sus determinantes y sus modalidades de incorporación” In: MALGESINI, G. (comp.): **Cruzando Fronteras**: migraciones en el sistema mundial. Barcelona: Icaria. Fundación Hogar del Empleado, D. L, 1998.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN**: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. (Análise; 1) PDF ISBN 978-65-87504-50-6.

THOMÉ, R. G. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. **O Social em Questão**. Mai- Ago/2018; Ano XXI, nº 41, p. 177-198.

VEIGA, L. Comunicación política y el fenómeno de las fake news. In BARRAGÁN, M.; BORSANI, H.; VILLARREAL, M.. **El mundo poscovid-19: ¿cambio de paradigma?** Latinoamérica21, Fundación Konrad Adenauer, Montevideo, 2021.

VILLARREAL, M.; ECHART, E.; CARBALLO, M. La agencia migrante en el sistema migratorio de América Latina y Caribe. **En contexto** (No prelo), 2022.

VILLARREAL, M.; CASTELLS, D. Más allá del Covid-19. Efectos y desafíos para Latinoamérica. **Foreign Affairs en Español**, v. 20, p. 14-22, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **14.9 million excess deaths associated with the COVID-19 pandemic in 2020 and 2021**. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/05-05-2022-14.9-million-excess-deaths-were-associated-with-the-covid-19-pandemic-in-2020-and-2021>>. [30/05/2022].

ZAPATA, G.; MOULIN, C. ¿Desventajas sociales?: procesos in/exclusión social de la población migrante y refugiada en Brasil durante la pandemia de COVID-19. Documento de Trabajo **CAMINAR**, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.caminaramericas.org/documentos/04/05/2022>].

## RESUMO

O Brasil é um dos países mais afetados pela pandemia de Covid-19 que tem provocado impactos profundos e heterogêneos na sua população. O presente trabalho discute os efeitos da pandemia na população migrante e refugiada na cidade do Rio de Janeiro e a atuação das organizações locais da sociedade civil neste cenário. O estudo da escala local é relevante porque é nestes territórios que as pessoas migrantes vivem, têm acesso a direitos e serviços e experimentam dificuldades e desafios mais imediatos. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa e resultado da revisão de bibliografia especializada, análise documental e de dados secundários, bem como da realização de entrevistas semiestruturadas, realizadas em 2021 e 2022, com informantes-chave de organizações da sociedade civil que trabalham no atendimento aos migrantes e refugiados na cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Covid-19; migrações; refúgio; organizações da sociedade civil; Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

Brazil is one of the most affected countries by the Covid-19 pandemic since its beginning in 2020. However, it has profoundly and unequally impacted the population of this country. This paper explores the effects of the pandemic on the migrant and refugee population in the city of Rio de Janeiro and the actions of local civil society organizations in this scenario. The study of the local scale is relevant because it is in these territories that migrant people live, have access to rights and services, and experience more immediate difficulties and challenges in the urban fabric of a large city. Methodologically, the research is focused on a qualitative approach that brings a literature review of specialized bibliography, document analysis and secondary data, as well as semi-structured interviews, conducted in 2021 and 2022, with key informants from civil society organizations working in the care of migrants and refugees in the city of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Covid-19; migration; refugee; civil society organizations; Rio de Janeiro.



# Coletivo Conviva Diferente e a experiência do curso de português para migrantes em Guaianases/SP

*Alexandra C. Gomes de Almeida\**  
*Daniel V. Tapia Lira de Siqueira\*\**  
*Erika Andrea Butikofer\*\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo conta, atualmente, com migrantes de 203 nacionalidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2019) de diversas partes do mundo, dentre elas, Angola, República Democrática do Congo, Nigéria, Senegal, Líbia, Iraque, Paquistão, Colômbia, El Salvador, Turquia, Venezuela e Síria e que fazem parte de uma tendência mais específica dos principais grupos da migração contemporânea, que é a refugiada (NEPO/UNICAMP, 2018).

O perfil populacional de migrantes na capital paulistana é constituído em sua maioria por pessoas oriundas da Bolívia (20,8%), de Portugal (14,5%), da China e Japão juntos (14,4%). E destaca-se que, entre 2017 e 2019, houve um aumento da presença de haitianos (19%) e peruanos (17%), e uma redução de bolivianos (14%). Em seu conjunto, a população de imigrantes em São Paulo, em 2019, era constituída por cerca de 360.000 pessoas, segundo a base de dados da Polícia Federal (2017/2019) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2019).

Porém, a acomodação dessas pessoas na capital é diversa e sua redistribuição espacial, comumente em bairros periféricos, pode estar relacionada com uma hierarquia urbana internacional (BAENINGER, 2012), associada a marcadores territoriais étnico-raciais. Em relação à questão do acesso à moradia na cidade, destaca-se a concentração de migrantes nos bairros centrais como o Bom

---

\* Pós-doutoranda pelo Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM) da UFSCar. Atua no Coletivo Conviva Diferente desde 2016. ale.gomes.almeida@gmail.com (Unifesp)

\*\* Doutorando no programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte pela Universidade de São Paulo (USP). Atua no Coletivo Conviva Diferente desde 2016. daniel\_tapia@usp.br (USP)

\*\*\* Mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e especialista em Direitos Humanos, Diversidade e Violência pela mesma instituição. Cofundadora do Coletivo Conviva Diferente, em 2014. erika.butikofer@ufabc.edu.br (UFABC)

Retiro, Santa Cecília, República, Consolação, Bela Vista, Liberdade e Cambuci, que integram a subprefeitura da Sé. Mas há também uma população bastante significativa, e cada vez maior, na zona leste, com ênfase nos distritos de Penha, Artur Alvim, Itaquera e Guaianases (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2019). Trata-se, portanto, de uma população exposta e submetida a condições de vulnerabilidade em várias dimensões políticas e sociais, ora marcadas por experiências cotidianas de xenofobia e racismo.

Guaianases, por exemplo, é uma região que apresenta problemas estruturais típicos das periferias das grandes cidades brasileiras. Seus habitantes passam por diferentes privações de direitos básicos, como dificuldades de mobilidade, falta de saneamento básico, de ofertas de emprego formais, de lazer e políticas públicas. Além disso, a presença da violência endêmica no território são alguns dos problemas estruturais enfrentados pelos seus moradores (ROLNIK; FRÚGOLI, 2012). Boa parte das atuais comunidades migrantes se estabelecem no bairro referido, conseqüentemente, estão distantes da maior parte dos cursos de português e serviços de assistência migratória.

Embora muitos dos migrantes e refugiados dominem mais de um idioma ou dialeto (francês, espanhol, inglês, *creole*, *yoruba* etc.), o português, infelizmente, ainda não é uma língua dominada pela maioria. Assim, a língua portuguesa acaba se tornando mais uma barreira a ser enfrentada, comprometendo o acesso a serviços de assistência básica como o de saúde, por exemplo. O Coletivo acredita que, ao realizar um projeto de curso de português no território, afastado da região central, contribui para superar tais barreiras e, além disso, tal atividade amplia a oferta de uma rede de contatos, auxiliando no acesso às políticas públicas e sociais.

## 2 O COLETIVO CONVIVA DIFERENTE

O Coletivo surgiu da idealização de um Projeto Social apresentado no Curso de Gestão de Projetos Sociais no Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC), em 2014. O trabalho do grupo, à época, focou na elaboração e execução de um curso de português para migrantes.

Como resultado desse trabalho, o Coletivo desenvolveu o primeiro curso em parceria com a comunidade religiosa nigeriana *Christian Community Ministry International* (CCMI), localizada na região central de São Paulo<sup>1</sup>. O local, para além de uma instituição religiosa, também é um ponto de referência e acolhimento da comunidade nigeriana que foge das perseguições e ataques promovidos pelo grupo terrorista *Boko Haram*. A igreja desejava que os/as frequentadores/as tivessem alguma orientação sobre o acesso a alguns serviços sociais como: abertura de conta bancária, inscrição no CadÚnico, encaminhamento para entrevista de emprego ou para cursos profissionalizantes, orientação na solicitação de documentos de regularização migratória etc. E foi nesse ponto



que se consolidou a parceria com o Coletivo, que ofertou o curso de português e o trabalho do assistente social, voluntário naquele momento, que orientava algumas demandas dos/as alunos/as sobre o acesso a serviços públicos. A parceria com a comunidade da igreja nigeriana perdurou até dezembro de 2015.

A partir dessa experiência, o Coletivo ampliou o diálogo com organizações e instituições que atuam com migrantes na cidade de São Paulo<sup>2</sup>. A partir da expansão desses contatos, passamos a ministrar aulas no CIC Imigrante (Centro de Integração e Cidadania do Imigrante), localizado no bairro da Barra Funda, em 2016. Naquele momento, o espaço contava com a colaboração de muitos voluntários e um pequeno número de alunos atendidos. Por diversas vezes, perguntamo-nos sobre as razões dessa baixa adesão de alunos migrantes, já que o domínio mínimo da língua portuguesa, supúnhamos, era importante para que eles se estabelecessem melhor no país e para que pudessem obter a tão almejada colocação profissional no mercado de trabalho.

Constatamos que a não utilização desse equipamento público destinado para migrantes se devia, sobretudo, às dificuldades de acesso ao local. Isso decorria do fato de que parte dos alunos e alunas, ao saírem da situação de moradia temporária, em igrejas improvisadas ou casas de acolhida (normalmente localizadas na região central), mudavam-se para bairros periféricos do município de São Paulo, como por exemplo, Guaianases (BUTIKOFER, 2021), Artur Alvim (GALLO, 2011) e Itaquera, na zona leste da cidade, Perus, na zona noroeste, Grajaú e Jardim Ângela, na zona sul, ou em regiões da Grande São Paulo, como o município de Santo André (ARAÚJO, 2015).

Por isso, em outubro de 2016, o Coletivo transferiu suas atividades para Guaianases, com o objetivo de amparar aqueles que ainda aguardam serem contemplados por alguma iniciativa do poder público.

Observamos, ao longo dos anos, a partir de relatos em sala de aula e de questionários aplicados no momento de inscrição no curso, que muitos de nossos estudantes têm formação universitária e falam mais de um idioma e exerciam, em seus países de origem, suas profissões. Contudo, com o entrave do idioma e da dificuldade da legalização de seus diplomas, não conseguem exercer suas profissões aqui. Por questões de sobrevivência, submetem-se a subempregos alternativos, como trabalhos ambulantes.

Apesar de o Brasil ser um país constituído historicamente por migrantes internacionais, ainda são escassas as políticas públicas voltadas para o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Somente a partir do ano de 2018, a oferta de cursos de português para migrantes, na cidade de São Paulo, torna-se uma política municipal, com a criação do projeto *Portas Abertas: Português para Imigrantes*, fruto de uma ação entre a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), com o objetivo de oferecer curso de português gratuito, contínuo e permanente para migrantes na Rede Municipal de Ensino.

A iniciativa torna-se fundamental para o acolhimento dos migrantes recém-chegados, porém, sabemos das adversidades enfrentadas por alguns professores da rede pública municipal ao não terem motivação ou experiência no ensino de PLAc. Na escola municipal de ensino fundamental do CEU Jambeiro, por exemplo, funcionários e professores relataram aos professores/as do Conviva Diferente sobre a sobrecarga de funções, mas, ao saberem da oferta do nosso curso, encaminhavam estudantes para o nosso projeto, como um apoio e alívio para as atividades dos profissionais da rede municipal de ensino.

### 3 CURSO DE PORTUGUÊS EM GUAIANASES: ABRANGÊNCIA, TERRITÓRIO E PÚBLICO-ALVO

A proposta principal do Conviva Diferente é ministrar aulas de português e o diferencial desse projeto em relação aos demais cursos ofertados na cidade é por também atuar em outras vertentes como: auxiliar em demandas de empregabilidade, fazer mediação entre os alunos e alunas os serviços públicos e mobilizar mutirões para que os serviços de assistência a migrantes cheguem até Guaianases. Deste modo, pretende-se diminuir o abismo que separa esses migrantes do acesso aos serviços básicos e permitir-lhes encontrar mais e melhores oportunidades na metrópole paulistana.

O Coletivo foi o primeiro grupo a oferecer aulas de português na região e continua a ser um dos poucos<sup>3</sup>. Portanto, tornou-se pioneiro e referência na região ao perceber a demanda que há no território. A nossa iniciativa tem como missão proporcionar um curso de português com competência linguística e comunicativa, bem como informações sobre direitos e cidadania a essa população.

Nosso público-alvo são pessoas migrantes e refugiadas, independente de sua situação regulatória, de qualquer nacionalidade, faixa etária, gênero ou religião, moradoras de Guaianases, Lajeado e adjacências do extremo leste da cidade de São Paulo. E, desde que lá estamos, temos registrado uma média de 124 alunos e alunas que frequentaram o curso ao ano, e estima-se que as pessoas impactadas direta ou indiretamente estejam em torno de 300, entre estudantes fixos (e suas famílias) e a demanda flutuante.

A proposta de uma educação informal e inclusiva nos levou a realizar algumas ações, muitas vezes pelo ensaio e erro, devido à peculiaridade de nos propormos acolher cada estudante novo que nos procurava. A cada início de semestre, nos reunimos e discutimos as estratégias que foram adotadas, os sucessos e fracassos, para a elaboração do programa do semestre seguinte.

Outro ponto interessante a destacar é sobre as questões de gênero. Embora o percentual de mulheres a frequentar as nossas aulas seja menor, se comparado ao gênero masculino, ainda assim é um número expressivo e permite algumas importantes reflexões.

Em 2018, por exemplo, entre as pessoas cadastradas, 32% se identificavam com o gênero masculino, 17% com o feminino e 51% não manifestavam nenhuma opção de gênero. Em 2020, entre os 90 estudantes que preencheram a nossa ficha de cadastro, 70% assinalaram a opção do gênero masculino e 30%, feminino.

Assim sendo, o Coletivo é acessível para estas mulheres migrantes por questões estratégicas, tanto pelo fato de os encontros ocorrerem aos sábados, proporcionando flexibilidade de aulas fora do horário comercial, quanto por possibilitar a elas levarem suas crianças nas aulas, não as excluindo do processo de aprendizado; portanto, vemos que a oferta das aulas de português no território de Guaianases e o acolhimento dessas mulheres no curso atravessam questões de gênero, raça e classe.

Somado a isso, destaca-se que, desde 2021, o Coletivo começou a contar com a presença de uma integrante boliviana, moradora também do bairro (nesse mesmo ano, ela tornou-se conselheira suplente no Conselho Municipal de Imigrantes – CMI), e sua eleição contou com o apoio de integrantes e diversos alunos e alunas do Conviva Diferente. Esta integrante, por ser também uma líder comunitária no bairro, indica importantes direcionamentos para que o Coletivo possa ampliar o escopo de atuação, assim como também expandi-lo para migrantes recém- chegados (principalmente mulheres) à região e que necessitam criar uma rede de contato e apoio local. Desse modo, nossa equipe procura valorizar, como aponta Pereira (2017), os processos bidirecionais de integração de migrantes, criando espaços de fala, de troca e de aprendizados coletivos.

#### 4 EDUCAÇÃO INFORMAL E INCLUSIVA

Nossa prática pedagógica é baseada nos métodos de Paulo Freire (1996), pensando no migrante como o protagonista de sua história e fornecendo, a partir da linguagem, uma nova maneira de conhecer a realidade, e assim alcançar sua autonomia. O ensino, apoiado no pensamento do educador e filósofo brasileiro, não trata o migrante como um ser passivo e alienado, mas como protagonista de sua história e cultura. Essa pedagogia se contrapõe, conforme classificação de Freire, à chamada *educação bancária*, que é oferecida nas escolas, em que o professor *detentor do saber* deposita o conhecimento no aluno *receptivo e dócil*. Neste sentido, valorizamos as trocas culturais, incentivamos os alunos a trazerem tais elementos para as aulas e para os eventos de confraternização, seja através de datas comemorativas (Dia da Bandeira do Haiti), como culinária, danças e performances.

Nossa atuação com os estudantes proporcionou também espaços para a realização de atividades culturais como apresentação de talentos em eventos de confraternização com apresentação de dança, música, teatro, culinária típica dos

países aos quais nossos alunos e alunas pertenciam, e até mesmo a criação de um grupo artístico, Hai-Brasil. Nessa perspectiva, as aulas eram ministradas, muitas das vezes, de forma lúdica por meio de rodas de conversa, aulas bazares, trocas de cartas entre estudantes e brasileiros, e atividades externas, procurando criar, assim, espaços que proporcionam empoderamento e autonomia, bem como diálogos para troca de saberes a partir de experiências de vida dos indivíduos envolvidos.

Uma das características das aulas do Coletivo foi a inclusão de todos que nos procuraram, interessados em aprender português. Se, por um lado, tínhamos a ideia de acolhimento no sentido literal, por outro, isso nos causava outra questão: como agregar novos integrantes e avançar nos conteúdos abordados? Adotamos algumas estratégias; uma que se mostrou mais eficaz foi a divisão das aulas em grupos, uma sala para os alunos e alunas que já estavam há mais tempo e progredindo, e outra, na qual se juntavam os novos estudantes ou aqueles com dificuldade maior.

Ao oferecer uma turma de português intermediária, em 2019, tivemos a oportunidade de dispor de alunos monitores (que falavam o idioma da maioria – francês ou inglês), com a finalidade de enaltecer o importante trabalho que fazem ao longo do curso, ao nos auxiliarem com traduções e mediações com o grupo de educandos recém-chegados. O novo módulo nasceu com o propósito de exercitar ainda mais a conversação e a escrita de estudantes que nos acompanharam no decorrer dos anos. Com essa turma pudemos desenvolver competências e conhecimentos por meio de atividades que não poderíamos realizar com estudantes do nível básico, como clubes de leitura para fomentar discussões a partir de textos selecionados pelos professores, apresentações de seminários organizados pelos estudantes buscando incentivá-los a exercitarem a comunicação em português, pesquisando assuntos de seu interesse e produção de redações de temas variados<sup>4</sup>.

Mais do que aprender a gramática da nova língua, o curso de português como língua de acolhimento é um meio de trazer elementos culturais dentro e fora da sala de aula. À vista disso, temos no escopo de nosso projeto viabilizar atividades culturais, como passeios, aulas itinerantes e mutirões de serviços e de entretenimento.

O nosso trabalho tem sido reconhecido não só pelo tempo de atuação na região, número de pessoas alcançadas, mas também pelos parceiros que atuaram pontualmente no projeto. Um dos principais deles é o CEU Jambiro que nos permitiu a utilização de algumas de suas salas de aula e auditório para eventos e confraternizações. Por outro lado, nós divulgamos e incentivamos os estudantes a frequentarem outros espaços do CEU como a piscina, o cinema e a biblioteca.

Acreditamos que o projeto se tornou peculiar justamente nos diversos momentos em que se buscou valorizar e incentivar trocas culturais, como em datas festivas dos países de origem de nossos alunos, como a celebração do dia da bandeira haitiana, ou promovendo palestras e eventos organizados

pelos próprios estudantes. Ou, ainda, quando impulsionamos eventos onde migrantes pudessem falar sobre as suas trajetórias, conquistas, desafios e experiências laborais.

Nesse sentido, estamos de acordo com Barbosa e São Bernardo (2017) que afirmam que aprender a língua do país de acolhida promove a inclusão social e profissional daqueles que escolhem o novo país como sua morada. Esse conhecimento viria a trazer uma maior igualdade de oportunidades a todos, favorecendo o exercício da cidadania e proporcionando qualificações àqueles que aqui chegam e àqueles que os recebem.

## 5 ATUAÇÃO DO COLETIVO EM CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19

Na eclosão do surto de COVID-19, as aulas presenciais foram suspensas. No decorrer desse período, sem saber ao certo quando retornaríamos às nossas atividades presenciais no CEU Jambeiro, alunos e alunas nos perguntavam, pelo grupo de *WhatsApp*, a respeito do retorno das aulas de português. Nas semanas e meses seguintes, eles e elas passaram a contactar os integrantes do Coletivo para relatarem dificuldades pessoais que se acirraram em razão do isolamento social. A exemplo: demissões em razão da quarentena; impedimentos e entraves no recebimento e envio de remessas financeiras ao exterior; dúvidas se teriam direito ao auxílio emergencial; redução dos orçamentos familiares, inviabilizando pagamento de aluguel e a compra de mantimentos necessários à subsistência.

O Conviva se preocupou em prestar alguma assistência e, ao mesmo tempo, planejou o desenvolvimento do aprendizado de português no modo de ensino a distância, como veremos a seguir.

### 5.1 Projeto de cestas básicas e ensino a distância em meio à pandemia

Durante a pandemia, o Conviva Diferente contactou a rede de líderes comunitários de Guaianases a fim de obter mais informações sobre as condições de outros migrantes, refugiados e brasileiros, residentes no território. A partir disso, soube-se da mobilização de grupos civis e religiosos locais para captar recursos destinados à doação de cestas de alimentos e kits de higiene às famílias mais necessitadas naquele primeiro momento.

Inicialmente, o Coletivo organizou doação de cestas de alimentos através de um financiamento entre os próprios integrantes, amigos próximos, parcerias institucionais com o projeto social do Instituto *Accordes* e com entidades religiosas que cederam espaço para armazenamento e distribuição. Assim, no mês de abril de 2020, foram distribuídas 51 cestas de alimentos, sendo 29 custeadas pelo Coletivo e 22 pelo Instituto *Accordes*.

Contudo, para prestar apoio às ações das entidades e sociedade civil de Guaianases e região, o Coletivo elaborou uma Carta-Manifesto com o intuito de publicizar as precariedades e dificuldades que migrantes, refugiados e moradores de Guaianases vinham enfrentando, pois era cada vez mais manifesta a situação de vulnerabilidade social. O documento foi enviado às Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), Assistência e Desenvolvimento Social e da Saúde (SMADS), ao gabinete do prefeito de São Paulo e, por fim, para representantes do legislativo. A Carta-Manifesto serviu como base para criar o abaixo-assinado *Imigrantes e refugiados precisam de ação do poder público!*<sup>5</sup>, aumentando a pressão popular sobre este (BUTIKOFER, 2020).

A Carta-manifesto teve apoio de vinte e cinco entidades, entre organizações, igrejas, associações de migrantes, movimentos sociais, comunidades indígenas, cátedras e programas de diversas universidades (BUTIKOFER, 2020, p.563). Em pouco tempo, a prefeitura de São Paulo atendeu ao pedido da Carta-Manifesto e ao abaixo-assinado através da inclusão do Coletivo Conviva Diferente no programa **Cidade Solidária: Ação de Voluntariado de São Paulo contra o Coronavírus**, destinando cem cestas básicas para serem distribuídas à população migrante residente em Guaianases.

Para receber a doação era necessário ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); como o Coletivo não o possui (ainda não se constituiu como Organização Não Governamental, ONG) foi necessário estabelecer outra parceria. Sabendo de nossa situação, o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI) se responsabilizou por receber as cestas para depois repassar ao Coletivo. A nossa atuação sempre foi marcada por muitas dificuldades, tendo em vista a ausência de um espaço físico e carência de recursos financeiros. Assim, para garantir a distribuição das cestas, a igreja batista haitiana, localizada em Lajeado (bairro localizado nas vizinhanças de Guaianases), cedeu o espaço do seu salão para fazer a entrega das cestas, pois o local é conhecido por boa parte dos alunos e alunas.

Concomitante à entrega das cestas de alimentos, o Coletivo ofertou aulas de modo remoto, com aulas síncronas e assíncronas via *WhatsApp*. A criação dos grupos de *WhatsApp* visou estimulá-los a praticarem a língua portuguesa por meio de exercícios, conversas e elaboração de curtos diálogos com situações cotidianas, a fim de que, gradativamente, se ampliasse a aquisição de vocabulário. Infelizmente, muitos estudantes não conseguiram manter regularidade nas atividades em razão da dificuldade de acesso à Internet. Contudo, isso foi importante para que o grupo de estudantes e professores preservasse seus vínculos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de migrar traduz uma atitude de resiliência, ou seja, um ato de protagonismo, uma estratégia de busca por melhores condições de vida, individual e/ou para famílias, mas também é preciso notar a outra face da moeda: a vulnerabilidade e a maior exposição a condições de exploração (BOTEGA, 2018). E a vivência do Coletivo Conviva Diferente, durante a pandemia, presenciou o aumento, infelizmente, das vulnerabilidades sociais de quem é migrante (pobre, negro e oriundo do Sul Global).

Assim, pensar sobre a questão do domínio da língua portuguesa é importante para o Coletivo porque permite um primeiro acesso aos direitos e à cidadania dos migrantes. Ofertar cursos de português em equipamentos públicos e em bairros periféricos, onde há uma grande concentração dessa população, torna-se, então, uma forma de lhe proporcionar e estabelecer instrumentos socioculturais para sua sociabilização e acolhimento.

A partir de nossa inserção no bairro de Guaianases, percebemos que nosso trabalho não se consolidou apenas na oferta do curso de português para migrantes que esperam serem atendidos pelas políticas públicas ofertadas na cidade de São Paulo. Entendemos, hoje, que o trabalho do Coletivo é também pautar demandas (antes e durante a pandemia) e estabelecer uma interlocução com os atores sociais que atuam com esta população, mas que não exercem suas atividades no território.

Ademais, nossa chegada ao bairro fez com que outras instituições, coletivos e pesquisadores pudessem observar o local, a partir das várias reivindicações e carências da população que migra e ali se estabelece. Como exemplo, o êxito da Carta-Manifesto que possibilitou entregar mil e duzentas e quarenta sete cestas de alimentos para alunos/as e migrantes no território em 2020; em torno de mil e trezentas cestas em 2021; e trezentas e cinquenta em 2022. Foram 2 anos de mobilização, coordenação, cadastros e entrega mensal de cestas básicas para migrantes moradores de Guaianases, Lajeado, São Mateus, Corinthians-Itaquera, José Bonifácio e Ferraz de Vasconcelos. A possibilidade de parceiros e instituições ofertarem mutirões de serviços em Guaianases e Lajeado é outro exemplo das transformações recentes que pudemos constatar nos referidos bairros, desde que lá estamos.

Portanto, a presença do Conviva Diferente no território, desde 2016, e a intensa atuação durante a pandemia colaboraram para preservar e consolidar a rede de apoio aos migrantes e, principalmente, mantiveram ativa a interlocução entre os atores sociais e servidores públicos sobre as demandas e necessidades da população migrante num período social tão delicado, intenso e vulnerável em todos os âmbitos sociais.



## NOTAS

<sup>1</sup> O assistente social membro do Coletivo à época, que trabalhava no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) Barra Funda, ligado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura da Cidade de São Paulo, notou um aumento significativo no número de migrantes que chegavam ao equipamento para lhe pedir auxílio e informações sobre trabalho e moradia. Por intermédio desses atendimentos, constatou que muitos deles forneciam como endereço um mesmo lugar: o da igreja nigeriana.

<sup>2</sup> Entre elas: Missão Paz, Coletivo *Sí, yo puedo!*, Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), Instituto Cosmópolis e a Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

<sup>3</sup> Devido a ser um dos poucos grupos a atuar no extremo leste da cidade e o único em Guaianases, outras organizações nos procuravam para divulgar ou realizar ações em conjunto, como o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), Fontié Ki Kwaze-Fronteiras Cruzadas, Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) e SENAC Matarazzo. Além disso, atraímos muitos pesquisadores e estudantes interessados nos estudos migratórios, de modo que o Coletivo já foi mencionado em trabalhos acadêmicos e também foi objeto de documentário e curtas que participaram de festivais.

<sup>4</sup> Por meio de nossa ajuda e incentivo, conseguiram o ingresso no ensino superior ou encaminhamento para cursos técnicos ou de formação profissional. Em 2019, tivemos a notícia de que dois alunos continuaram seus estudos no ensino universitário, um, na Uninove, e outra, na Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>5</sup> O programa é uma iniciativa da prefeitura e de diversas entidades da Sociedade Civil Organizada para ajudar pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Segundo a página oficial do programa, a ação permanecerá ativa durante todo período de calamidade pública decorrente da COVID-19.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R.; FERNANDES, D. (Coords.) **Migração refugiada**. Atlas temático. Observatório das Migrações em São Paulo. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Nepo/Unicamp, 2018.

ARAÚJO, A. A. de A. **Reve de Brezil**: A inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo-Brasil. Santo André: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais -UFABC, 2015.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. 146p.

BARBOSA, L. M. A.; SÃO BERNARDO, M. A. do. Língua de Acolhimento. In: CAVALCANTI, L; BOTEGA, T; TONHATI, T; ARAÚJO, D. (Orgs.) **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

BOTEGA, T. **Dignidade humana e mulheres migrantes**. Brasília-DF: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2018. Disponível em: <<https://www.csem.org.br/wp-content/>

- uploads/2018/08/Dignidade\_humana\_e\_mulheres\_migrantes.pdf>. Acesso em: 27 mar.2021.
- BUTIKOFER, E. A. De vírus, máscaras e cestas básicas: imigrantes da periferia de São Paulo em tempos de pandemia. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coords.); ZUBEN, C. V.; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (Orgs). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19.**– Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2020.
- BUTIKOFER, E. A. **Entre fronteiras territoriais e culturais:** etnolocalidades e alteridades entre migrantes negros do Sul Global em Guaianases/SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais-UFABC. São Bernardo: UFABC, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALLO, F. B. G. **Refugiados congolezes em São Paulo:** sentidos e significados na Igreja Boa Nova Mensagem. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador-BA: UFBA, 2011.
- PEREIRA, G. O Português como língua de acolhimento e integração: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil. In: **Cadernos de Letras.** São Paulo, v. 17, n. 1, p. 118-134, jan./jun. 2017.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2019. Imigrantes na cidade de São Paulo: cinco anos de atendimento do Centro de Referência de Atendimento para Imigrantes - CRAI. **Informes Urbanos, nº41.** São Paulo: Urbanismo e Licenciamento, 2019. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes\\_Urbanos/41\\_IU\\_IMIGRANTES\\_final.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/41_IU_IMIGRANTES_final.pdf)>. Acesso em: 30 maio.2022.
- ROLNIK, R.; FRÚGOLI JR., H. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrópole**, [S.l.], n. 06, p.43-66, maio 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9268/6874>>. Acesso em: 22 abr.2019.

## RESUMO

O presente trabalho é um relato de caso sobre o Coletivo Conviva Diferente, uma equipe multidisciplinar de professores de português para migrantes, que atua no CEU Jambeiro, em Guaianases, desde 2016. A equipe voluntária faz parte do trabalho desenvolvido pelo Coletivo que atua desde 2014 com migrantes, principalmente haitianos e africanos de diferentes países. Analisando o processo de imigração, identificamos que uma das maiores barreiras, enfrentadas na chegada ao novo país, é a dificuldade de comunicação, ou seja, compreensão do idioma local. Esta dificuldade restringe o acesso às informações essenciais, condição primordial para sua integração e estruturação mínima no país para obter moradia e emprego dignos.

**Palavras-chave:** Português como Língua de Acolhimento; Equipe Multidisciplinar; Periferia.

## ABSTRACT

This paper is a case report about the Coletivo Conviva Diferente, a multidisciplinary team of Portuguese teachers for migrants that has been working at CEU Jambeiro, in Guaianases, since 2016. The volunteer team is part of the work developed by the Coletivo, which has been working since 2014 with migrants, mainly Haitians and Africans from different countries. Analyzing the immigration process, we identified that one of the biggest barriers faced upon arrival in the new country is the difficulty of communication, i.e., understanding the local language. This difficulty restricts their access to essential information, an important condition for their integration and minimum structuring in the country to obtain decent housing and employment.

**Keywords:** Portuguese as a Host Language; Multidisciplinary Team; Periphery.

# Observatório das Migrações em São Paulo: desafios das pesquisas de campo no contexto pandêmico

*Rosana Baeninger\**  
*Natália Demétrio\*\**  
*Jóice Domeniconi\*\*\**  
*Juliana Ribeiro\*\*\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 trouxe muitos desafios para a continuidade das pesquisas e seus levantamentos de campo, em particular quanto a decisões metodológicas sobre o uso de tecnologias remotas e a garantia de coleta de informações que correspondessem às expectativas de um trabalho de campo. De um lado, implicou em reconstruir processos para a relação de confiança entre entrevistador e sujeitos da pesquisa, e, de outro lado, fazer uso de encontros virtuais ou telefônicos para a realização de conversas e entrevistas.

Os primeiros meses da pandemia já anunciavam a grave situação para imigrantes e refugiados/refugiadas no contexto do confinamento e das restrições aos deslocamentos ao redor do mundo. No Brasil, as fronteiras imediatamente fechadas já em março de 2020, em especial as fronteiras terrestres, ocasionaram a abertura de novas rotas de entrada de imigrantes – em particular os que vinham da Venezuela – geralmente, por caminhos arriscados, perigosos e violentos. A gravidade da pandemia expôs, ainda, a vulnerabilidade da condição imigrante e refugiada e de sua inserção laboral, com o fechamento de serviços não essenciais, setor abriga grande parte dessa população.

Com o olhar atento de um Observatório<sup>1</sup>, mergulhamos nesse contexto para conhecer as condições de vida de imigrantes e refugiados/refugiadas no país<sup>2</sup>. Não poderíamos esperar a pandemia passar para voltarmos às pesquisas de campo, notadamente pela imposição à restrição das migrações internacionais desde o início do problema. A ousadia acadêmica nos exigiu

---

\*Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – NEPO/UNICAMP - baeninger@unicamp.br

\*\*Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – NEPO/UNICAMP - ndemetri@unicamp.br

\*\*\*Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – NEPO/UNICAMP - joiceosd@unicamp.br

\*\*\*\*Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – NEPO/ UNICAMP - jcrgeo@unicamp.br

adotar estratégias de pesquisa contemplando o fenômeno em movimento, tanto diante da emergência sanitária mundial, quanto da grave situação de imigrantes e refugiados/refugiadas no Brasil.

Esse artigo, portanto, busca apresentar as metodologias e caminhos utilizados para cinco pesquisas, com seis levantamentos de campo, realizados no decorrer da pandemia de Covid-19, entre maio de 2020 e março de 2022<sup>3</sup>. Os desdobramentos dos trabalhos de campo e as novas formas de abordagens metodológicas remotas adotadas garantiram a continuidade na produção científica e o maior conhecimento acerca dos impactos da pandemia na vida de imigrantes e refugiados/refugiadas nos diferentes contextos nacionais.

## 2 O OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO

Formalmente criado em 2008, o Observatório das Migrações em São Paulo é um programa de pesquisa alocado no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP) que sempre ajustou as definições de suas agendas de pesquisa-ensino-extensão às da organização em rede com a equipe de pesquisadores e demais grupos de pesquisa no contexto nacional. Originalmente com recursos da FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), fomentou parcerias institucionais com outras universidades paulistas e centros de pesquisa e extensão, conectando as linhas de atuação da equipe com a UNESP, UFSCar, Museu do Café e Museu da Imigração de São Paulo, além de parcerias dentro da UNICAMP, firmadas entre 2008 e 2018. Essas associações foram imprescindíveis para alavancar o eixo temático referente às migrações internas e internacionais no estado de São Paulo que, nesse momento, compunha uma das principais frentes de investigação da equipe (BAENINGER, 2012; 2013).

A partir de 2017, a ênfase na migração internacional contemporânea reforçou o diálogo estabelecido no âmbito da rede nacional de Observatório das Migrações e universidades alocadas em outras unidades da federação — em Santa Catarina, com a UDESC; no Paraná, com a UEL; no Ceará, com a URCA; na Bahia, com a UDESC e a UNILAB; no Acre, com a UNIR; no Amazonas, com a UFAM; em Roraima, com a UFRR; em Minas Gerais, com a PUC-Minas; no município de São Paulo, com a PUC-SP —, ampliando o diálogo com a sociedade a partir dos convênios com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e acompanhando as intensas reconfigurações espaciais desse fenômeno no território brasileiro. A cooperação com organizações não governamentais — marcadamente com a Missão Paz — também facilitou as pesquisas de campo, viabilizando uma série de estudos sobre a nova migração internacional para o Brasil (BAENINGER, 2017).

Em paralelo, a instalação do grupo de trabalho para implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Melo<sup>4</sup> na UNICAMP fomentou alianças com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/Ministério da Justiça e Segurança Pública) e com a Prefeitura Municipal de Campinas, pavimentando uma nova frente de investigação sobre políticas sociais e migrações internacionais (DEMÉTRIO et al., 2020; 2021).

Os convênios firmados com o MPT expandiram as agendas de pesquisa de todo o grupo, com importante ênfase nas atividades de extensão realizadas em cooperação com gestores públicos municipais e estaduais (BAENINGER et al., 2021)<sup>5</sup>. Essa nova parceria interinstitucional do Observatório das Migrações em São Paulo impulsionou a comunicação nas pontas das redes que dão sustentação à atuação da equipe, facilitando a busca por “informantes bem-informados” (MARGOLIS, 1994, p.19).

A pandemia de COVID-19 redefiniu e tonificou a conexão entre os diversos atores que compõem a rede do Observatório das Migrações em São Paulo. Desse modo, este artigo apresenta as estratégias metodológicas advindas das pesquisas levadas a cabo pela equipe durante a pandemia. Todas elas apoiam-se, em maior ou menor medida, em parcerias institucionais tecidas ao longo dos quase quinze anos de existência deste programa de pesquisa. Essa estrutura garante a promoção da produção científica do Observatório, sobretudo em um contexto tão adverso como o da crise sanitária.

### 3 PESQUISA “IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL”<sup>6</sup>

Esse estudo foi implementado pelo Prof. Dr. Duval Fernandes — Observatório da Migração Internacional no Estado de Minas Gerais (OBMinas/PUCMINAS), em maio de 2020, inicialmente em Belo Horizonte-MG. Em um segundo momento, a partir de parcerias interinstitucionais, foi possível ampliar e expandir a pesquisa pela rede nacional de pesquisadores e imigrantes. A operacionalização e a realização da pesquisa contaram com o envolvimento de 15 universidades, 11 instituições da sociedade civil, Ministério Público do trabalho e 22 imigrantes mediadores, e ocorreram entre maio e julho de 2020.

Por meio desta ampla rede, a investigação conseguiu mobilizar 2.475 participantes, de 60 nacionalidades diferentes, residentes em 23 unidades federativas do Brasil. As relações de confiança construídas renovaram os laços estabelecidos entre o Observatório das Migrações em São Paulo e diferentes lideranças imigrantes, sujeitos que passaram a mediar novas rodadas de trabalho, permitindo acompanhar a reconfiguração da migração venezuelana<sup>7</sup> em distintos momentos da pandemia.

**Figura 1** - Impactos da pandemia de COVID-19 nas migrações internacionais no Brasil



Foto: as autoras

Baseando-se na teoria do ator-rede e nos conceitos de agentes intermediários e agentes mediadores (LATOIR, 2012) foi realizada esta primeira pesquisa de campo. A consolidação de uma rede de pesquisadores em migração internacional no Brasil possibilitou a abrangência nacional do levantamento, tornando-os agentes intermediários da pesquisa e, a partir deles, conformaram-se nossos mediadores: imigrantes entrevistando outros imigrantes e refugiados.

O questionário completo foi disponibilizado em seis idiomas — português, inglês, francês, espanhol, árabe e crioulo haitiano — e contou com aproximadamente 56 questões, divididas em 6 módulos, que abordaram temas relativos à população imigrante, tais como: perfil sociodemográfico; condição de moradia e renda; chegada ao Brasil; status migratório; questões laborais; direitos sociais; acesso à saúde e mudanças nas condições de vida advindas da pandemia.

As análises dos dados a partir das especificidades regionais, realizadas pelos grupos de pesquisa e instituições parceiras no estudo, contribuíram para a produção do livro “Impactos da pandemia de COVID-19 nas Migrações Internacionais no Brasil”.



## 4 PESQUISA “MIGRAÇÕES DIRIGIDAS: ESTADO E IMIGRAÇÃO NO BRASIL/MIGRAÇÃO VENEZUELANA”<sup>8</sup>

Esta pesquisa constitui um desdobramento do estudo “Impactos da Pandemia de COVID-19 nas Migrações Internacionais no Brasil” e conta com a coordenação do Observatório das Migrações em São Paulo. Trata-se de metodologia continuada de levantamentos de campo, de modo a construir análises comparativas das condições de vida de imigrantes da Venezuela nas diferentes fases da pandemia no Brasil.

Assim, uma das agentes mediadoras (imigrante da Venezuela) com uma rede extensa com capilaridade de acesso e contatos com imigrantes, que participou do levantamento anterior, figurou novamente como entrevistadora para os levantamentos: entre agosto e dezembro de 2020 (com foco nas famílias imigrantes), 200 entrevistas; 2ª rodada da pesquisa anterior entre junho e setembro de 2021, com 1.195 questionários respondidos; e 3ª rodada entre setembro de 2021 e março de 2022, com 1.101 questionários. O questionário contou com aproximadamente 15 perguntas divididas em módulos referentes ao perfil sociodemográfico; formação; experiência profissional; condição migratória; local de residência no Brasil; contaminação e imunização contra COVID-19; constituição familiar; participação em programas de interiorização no Brasil e principais necessidades apresentadas.

A estratégia metodológica utilizada mostrou-se fundamental para o êxito da investigação, na medida em que tanto a seletividade de um levantamento pela internet pressupõe o alcance da tecnologia para este fim, quanto a ausência de compreensão geral da pesquisa, por parte dos entrevistados, impossibilita a criação de uma relação de confiança necessária à participação no estudo (FERNANDES; BAENINGER, 2020). Dessa forma, o desenho dessa investigação inova por basear-se no paradigma do sujeito-ator para o estudo das migrações internacionais, incluindo a dimensão da autonomia/agência dos sujeitos migrantes na construção dos resultados da pesquisa. As análises deste levantamento estão sendo realizadas e serão divulgadas e disponibilizadas em publicações e congressos.

## 5 PESQUISA “MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS QUALIFICADAS: O CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES SUL-SUL NO BRASIL NO SÉCULO XXI”<sup>9</sup>

Inserido no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo, esse estudo teve por objetivo analisar as migrações internacionais qualificadas recentes para o Brasil. Para tanto, a pesquisa analisou as migrações qualificadas à luz do Sul global, em sua complexidade e heterogeneidade, com distintas espacialidades e temporalidades, com base na categoria operacional dos imigrantes trabalhadores do conhecimento (MELLO, 2007; DOMENICONI, 2017;

2021), segundo um critério de elevada escolaridade e experiência profissional em setores voltados ao trabalho qualificado imigrante.

A pesquisa incorporou o uso de métodos mistos de análise ou de métodos de análise combinados (ARIZA; VELASCO, 2015) para o estudo das migrações qualificadas (ARISSE et al., 2012; GARRICK, 1991). As definições teóricas e conceituais utilizadas direcionaram esses diferentes procedimentos metodologicamente, com o uso de dados secundários, questionários e entrevistas semiestruturadas. A opção por trabalhar, tanto na aplicação de questionários on-line, como nas entrevistas, com informantes — empresariais e governamentais — e imigrantes bem-informados e inseridos no processo migratório, como desenvolvido em trabalhos de Margolis (1994) e Fernandes e Baeninger (2020), foi especialmente fortuita, pois esses informantes-chave, aqui definidos como “bem-informados”, foram diferentes de informantes “comuns”, à medida que dispunham de mais informações e experiências para compartilhar com a pesquisa e, muitas vezes, se mostram mais visíveis nos grupos de que fazem parte, até mesmo ocupando posições de autoridade (PAYNE; PAYNE, 2004).

**Figura 2** – Migrações internacionais qualificadas: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI



Foto: as autoras

Para o desenvolvimento do trabalho de campo e das entrevistas, escolheu-se a teoria do autor-rede (LATOUR, 2012). Participaram da pesquisa de campo, portanto, agentes intermediários, pessoal e institucionalmente representativos na reconstituição do percurso de associações sociais e redes apresentadas pelos diferentes níveis do fenômeno analisado e por seus atores — e não estabelecidas *a priori* pela pesquisa.

Diante deste aporte, as redes sociais e propostas metodológicas on-line de acesso aos diferentes atores envolvidos na dinâmica migratória dialogaram positivamente com o objeto de estudo (CRUSH et al., 2012; DEKKER; ENGBERSEN, 2012; LEWIS et al., 2008). Essa opção viu-se reforçada, especialmente, pelo cenário de pandemia e pelas imposições de isolamento social e controle da mobilidade vividas desde 2020 (VENTURA et al., 2020)<sup>10</sup>.

A especificidade do momento de realização da pesquisa, entre julho e dezembro de 2020, em particular no período inicial da pandemia, expôs um desafio ainda maior a ser enfrentado no desenvolvimento de estratégias on-line para aplicação de questionários ou entrevistas. Considerando-se a preocupação em garantir uma maior cobertura e representatividade nos estudos migratórios, em suas dimensões transnacionais, determinadas estratégias, como o uso da internet, foram fundamentais para o acesso às redes de comunicação — ou, nesse caso, às redes sociais como *Facebook e LinkedIn*.

Já o instrumento de coleta de dados qualitativos utilizado envolveu duas etapas principais, um questionário on-line e uma entrevista semiestruturada. Entre os profissionais de mobilidade global, foram contemplados aqueles que atuam diretamente com a mobilidade *Inbound*, a saber, “expatriação para o Brasil”, ou seja, com o processo de inserção de profissionais imigrantes no mercado laboral brasileiro. Tendo em vista o diálogo entre o campo e a pesquisa, destacou-se, nas entrevistas, o papel da Associação Brasileira de Especialistas em Imigração e Mobilidade Internacional (ABEMMI), a qual foi também incluída entre os agentes a serem considerados no constructo de relações e conexões analisadas.

No que tange às representações institucionais, foram contemplados os principais órgãos do governo federal de gestão das migrações internacionais no país<sup>11</sup>, com destaque para aqueles relacionados à imigração laboral. O trabalho considerou legisladores responsáveis pela gestão e por arranjos institucionais próprios às políticas migratórias brasileiras nos principais órgãos de referência em nível federal, no período de 2000 a 2020 (OTERO; LOTTA, 2020).

Dentre todos os respondentes do questionário on-line, foram selecionados 65 imigrantes internacionais que se aproximavam do perfil apresentado para os imigrantes trabalhadores do conhecimento. Destes, 8 aceitaram participar e realizaram entrevistas aprofundadas sobre os temas abordados no questionário inicial. No que se refere ao desenvolvimento das

entrevistas, o mesmo processo foi adotado junto aos dois outros grupos de interesse no trabalho de campo. A saber, foram quinze profissionais inseridos em setores de mobilidade global e responsáveis pela inserção sociolaboral de trabalhadores imigrantes no Brasil e três representantes do poder público brasileiro relacionados à gestão migratória.

As informações qualitativas produzidas no âmbito da pesquisa de campo contaram ainda com metodologias de análise de conteúdo — objetivas e subjetivas (CASTLES, 2012) —, particularmente consideradas desde a proposição teórica de acompanhamento das relações e conexões (LATOURET, 2012) entre os diferentes atores envolvidos no processo social e percebidas desde suas dimensões transnacionais (LEVITT; GLICK-SCHILLER, 2004).

Com isso, o estudo reforça a particularidade temporal de realização da pesquisa e a importância em se apreender o fenômeno migratório em sua face mais contemporânea; como descreve Castles (2012), isto exige uma postura permanentemente flexível diante das rápidas transformações sociais observadas na dinâmica migratória para o Brasil, mas também, adaptabilidade perante circunstâncias excepcionais estabelecidas, desde 2020, pela pandemia do novo coronavírus.

## 6 PESQUISA “A PRESENÇA BOLIVIANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE-MINAS GERAIS: DINÂMICA MIGRATÓRIA E (RE)CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL”<sup>12</sup>

Inserida no Programa Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP), esta pesquisa teve como objetivo conhecer as configurações e especificidades que processos imigratórios bolivianos assumem contemporaneamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais (RMBH-MG). A pesquisa apoiou-se na compreensão da produção e reprodução de dinâmicas demográficas, socioespaciais e laborais dos sujeitos pesquisados. Debruçando-se sobre a presença boliviana na RMBH-MG, investigou-se a dinâmica migratória desses sujeitos e a consequente (re) configuração territorial, que se concretiza na “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021).

Considerando-se que a migração Sul-Sul (PHELPS, 2014) boliviana se (re) configura a partir de “territórios circulatórios” (TARRIUS, 2009; 1993) nos quais se conectam, no âmbito de periferias metropolitanas, diferentes escalas — locais, regionais e globais — vinculadas ao nicho da costura (WALDINGER, 1994), a indústria têxtil impulsiona fluxos migratórios e mobiliza bolivianas e bolivianos rumo à migração transnacional. Uma vez no Brasil, ocorre a migração interna e a consequente “interiorização das migrações internacionais” (BAENINGER; OLIVEIRA, 2014).

**Figura 3** - A presença boliviana na região metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais: dinâmica migratória e (re)configuração territorial



Foto: as autoras

Minas Gerais e seu tradicional setor têxtil passam a contar com a presença de fluxos migratórios bolivianos que saem, em sua maioria, de São Paulo, por questões laborais, socioeconômicas e políticas, mas, também, diretamente da Bolívia (RIBEIRO, 2021). A aplicação de entrevistas qualitativas — em um primeiro momento realizadas de maneira presencial — permitiu a compreensão da construção social da vida desses sujeitos e da relação deles com a cidade, processo que identificamos e nomeamos como “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021) na RMBH-MG. Foram aplicadas 25 entrevistas, quando percebemos uma repetição das histórias contadas, o que demonstrou que elas eram suficientes para a análise qualitativa. Nelas, recorreu-se à história oral, resgatada junto aos migrantes por entrevistas semiestruturadas (ARIZA; VELASCO, 2015), gravadas e transcritas.

Como a pandemia instaurou-se durante o desenvolvimento deste estudo, seus impactos para os sujeitos da pesquisa foram investigados, permitindo uma análise sobre o contexto atual da condição de imigrantes

da Bolívia. Foram contatados, entre junho e novembro de 2020, por telefone — em função da imposição do distanciamento social —, quatro dos interlocutores, implementando-se novo recurso técnico para a continuidade das conversas. Neste caso, o prévio contato garantiu a relação de confiança estabelecida anteriormente, o que facilitou o desenrolar das entrevistas. A escolha destes participantes se deu pela desenvoltura que eles apresentaram durante as entrevistas anteriores. Em algumas delas, o espanhol prevaleceu, sobretudo naquelas em que a entrevistada ou o entrevistado tinham chegado há menos tempo no Brasil. As adaptações, com a inclusão de mais este momento na pesquisa, contribuíram para cumprir um dos objetivos do Observatório das Migrações em São Paulo: o olhar atento para as transformações em curso, com a incorporação de situações que impactam, sobremaneira, as condições de vida e as análises das migrações internacionais, como estamos experimentando nesta pandemia.

## 7 PESQUISA “RED JESUITA CON MIGRANTES – LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE: REALIDADES, PERSPECTIVAS Y RETOS PARA EL ACOMPAÑAMIENTO DE POBLACIONES EN CONTEXTOS DE MOVILIDAD”<sup>13</sup>

Esse estudo assenta-se em uma proposta do Boston College executada por 17 instituições de pesquisa e ensino da América Latina. No Brasil, a pesquisa ocorreu no âmbito da já consolidada parceria entre o Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO-UNICAMP) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e foi coordenada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosana Baeninger e pelo Prof. Dr. Duval Fernandes. O objetivo principal foi oferecer recomendações que pudessem contribuir na identificação de estratégias de ações e de incidência, com o fim de aperfeiçoar os atendimentos prestados pela Rede Jesuíta com Migrantes da América Latina e Caribe.

Dentre os diversos procedimentos metodológicos adotados, destaca-se o processo de escuta que envolveu o pessoal técnico do Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR) e os sujeitos atendidos pelos diferentes escritórios do SJMR. As entrevistas, realizadas remotamente com imigrantes e refugiados/refugiadas, couberam à equipe do Observatório das Migrações em São Paulo e foram realizadas a partir dos contatos fornecidos pelos escritórios do SJMR no Brasil. A equipe do Observatório das Migrações foi capacitada para uso da plataforma para inserção das entrevistas (REDCap) e do questionário. Sua aplicação foi realizada em espanhol, de forma remota, via *WhatsApp*, e elas foram gravadas e transcritas para alimentar o banco de dados na plataforma REDCap. Foram conduzidas 51 entrevistas — 16 em Boa

Vista-RR, 7 em Manaus-AM, 8 em Porto Alegre-RS e 20 em Belo Horizonte-MG — com migrantes e refugiados/refugiadas provenientes da Venezuela, de Gana, de Cuba e do Haiti.

Concluída a pesquisa de campo, a equipe dedicou-se à leitura dos dados coletados e produziu um amplo relatório-diagnóstico. Outro resultado do trabalho foi uma produção técnica, desenvolvida no formato de resumo executivo, intitulado “Red Jesuíta con Migrantes - Latinoamérica y el Caribe: Realidades, Perspectivas y Retos Para el Acompañamiento de Poblaciones en Contextos de Movilidad - REPORTE BRASIL - Resumo Executivo”; constitui uma síntese de todo o processo percorrido para desenvolvimento deste projeto, bem como de alguns resultados encontrados no recorte brasileiro. Ambos os produtos — o relatório-diagnóstico e o resumo executivo — foram escritos, primeiramente, em português e, para permitir maior alcance, foram traduzidos para o espanhol.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentou, de modo geral, os caminhos teórico-metodológicos para a continuidade das pesquisas de campo realizadas pelo Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP), desde o início da pandemia, nas suas diferentes fases. Resumindo, foram os seguintes levantamentos de campo realizados no decorrer da pandemia, entre maio de 2020 e março de 2022, a saber: **i)** Pesquisa “Impactos da Pandemia de COVID-19 nas Migrações Internacionais no Brasil” (FERNANDES; BAENINGER, 2020); **ii)** Pesquisa “Migrações Dirigidas: Estado e Imigração no Brasil/Migração Venezuelana”; **iii)** Pesquisa “Migrações internacionais qualificadas: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI” (DOMENICONI, 2021); **iv)** Pesquisa “A presença boliviana na Região Metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais: dinâmica migratória e (re)configuração territorial” (RIBEIRO, 2021); e, por fim, **v)** Pesquisa “Red Jesuíta con Migrantes – Latinoamérica y el Caribe: Realidades, Perspectivas y Retos para el Acompañamiento de Poblaciones en Contextos de Movilidad”.

No decorrer destes dois anos, o conhecimento acerca das migrações internacionais, produzido pelo Observatório das Migrações em São Paulo, contou — para conduzir as pesquisas e o diálogo com a sociedade — com os desdobramentos dos trabalhos de campo e do debate conceitual, com a centralidade das parcerias interinstitucionais estruturadas em âmbito nacional, com a importância de novas abordagens metodológico-operacionais de acesso remoto e com estratégias, sempre renovadas, na interlocução acadêmica e com sujeitos imigrantes.



## NOTAS

<sup>1</sup> As primeiras reflexões sobre os efeitos da pandemia de Covid-19 na dinâmica migratória mundial encontram-se presentes na obra “Migrações Internacionais e a pandemia de COVID-19”, lançada ainda em 2020, com coordenação de Rosana Baeninger (NEPO/UNICAMP), Luis Renato Vedovato (UNICAMP) e Shailen Nandy (Universidade de Cardiff). Disponível em: <[https://www.nepo.UNICAMP.br/publicacoes/\\_miginternacional.php](https://www.nepo.UNICAMP.br/publicacoes/_miginternacional.php)>.

<sup>2</sup> Foram também produzidos e publicados os seguintes atlas temáticos durante a pandemia: Atlas da Macrometrópole paulista, Regiões metropolitanas e Regiões administrativas; Atlas das Migrações Venezuelanas; Atlas das Migrações Internacionais na Região Sul e Atlas das Migrações Internacionais de Mulheres.

<sup>3</sup> Agradecemos aos professores, pesquisadores, alunos/alunas, imigrantes e refugiados/refugiadas, instituições parceiras que colaboraram com a idealização, desenvolvimento e análise das diferentes pesquisas realizadas ao longo desse período.

<sup>4</sup> “Conhecida como Cátedra dos Refugiados, essa iniciativa – uma parceria entre diversas universidades, agência da ONU para refugiados (ACNUR) e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/Ministério da Justiça) – tem por objetivo promover o ensino, a pesquisa e a extensão sobre temas relacionados ao refúgio. Na UNICAMP, foi a agenda de pesquisa do “Observatório das Migrações em São Paulo” (CNPq – NEPO/UNICAMP) que aproximou o diálogo entre as instituições acima descritas, congregando, ainda, representantes do Governo Municipal (via Departamento de Direitos Humanos) e do Governo Estadual (via Agência Metropolitana de Campinas)” (DEMÉTRIO et al., 2021, p.825-826).

<sup>5</sup> Vale mencionar que as atividades de extensão com gestores públicos são realizadas pelo Observatório das Migrações desde sua criação, no âmbito dos Programas de Capacitação em População, Cidades e Políticas Sociais desde 2010, sendo que em 2022, está em sua 25ª edição. A parceria com o MPT somente renovou essa iniciativa, congregando novos atores e temas.

<sup>6</sup> Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) - Protocolo CAAE 32032620.5.0000.5137.

<sup>7</sup> A pesquisa “Impactos da pandemia de COVID-19 nas migrações internacionais no Brasil” não restringiu nacionalidades, apesar de 1.209 de seus 2.475 participantes serem venezuelanos ou venezuelanas. Já a pesquisa “Migrações Dirigidas: Estado e Imigração no Brasil”, embora também pensada para diferentes grupos, limitou-se aos nacionais da Venezuelana nesse primeiro momento.

<sup>8</sup> Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Protocolo CAAE – 40685620.6.0000.8142.

<sup>9</sup> A pesquisa “Migrações internacionais qualificadas: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI”, trabalho de tese de Joice de Oliveira Santos Domeniconi (DOMENICONI, 2021), desenvolvida entre os anos de 2018 e 2021, constitui um trabalho de doutoramento realizado no Programa de Pós-graduação em Demografia, nível doutorado, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Protocolo CAAE – 30174020.7.0000.8142.

<sup>10</sup> A nova versão do coronavírus ou SRAS COVID-2 foi primeiramente reconhecida na China ao final de 2019 e logo se espalhou pelo mundo ganhando status de pandemia em março de 2020 (WHO, 2020). Esta doença e suas mazelas têm refletido em tensões políticas e embates sociais, especialmente no que tange à circulação de pessoas, bens, serviços e produtos em nível global (VENTURA et al., 2020). Destacam-se, portanto, as restrições impostas de formas particulares aos fluxos migratórios internacionais em suas diferentes modalidades (WENDEN, 2001).

<sup>11</sup> Cabe apontar aqui que nem todos os órgãos consultados retornaram os contatos realizados ou mesmo puderam ser sondados diretamente, dada a dificuldade de obtenção de contatos eletrônicos diretos com seus respectivos representantes institucionais.

<sup>12</sup> A pesquisa “A presença boliviana na Região Metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais: dinâmica migratória e (re)configuração territorial” constitui trabalho de tese de doutorado de Juliana Carvalho Ribeiro (RIBEIRO, 2021), desenvolvida entre os anos de 2017 e 2021, no Programa de Pós-graduação em Demografia, nível doutorado, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Protocolo CAAE – 00710918.4.0000.8142.

<sup>13</sup> Coordenador geral da pesquisa Prof. Dr. Alejandro Olayo-Méndez da Escola de Trabalho Social do Boston College. Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Boston College em 29 de julho de 2021.

## 9 ANEXOS

Veja, a seguir, imagens de alguns Atlas temáticos elaborados pelo Observatório das Migrações em São Paulo e seus parceiros durante a pandemia de Covid-19.

**Figura 4 - Migrações Internacionais – Mulheres**



Foto: as autoras

**Figura 5 - Migrações Venezuelanas**



Foto: as autoras

**Figura 6 - Macrometrópole Paulista - Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas**



Foto: as autoras

**Figura 7 - Migrações Internacionais - Região Sul**



Foto: as autoras

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISS, A. et al. Careers of skilled migrants: towards a theoretical and methodological expansion. **Journal of Management Development**, Inglaterra, v. 31, n. 2, p. 92-101, 2012.
- ARIZA, M.; VELASCO, L. (Coord.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica**: por los caminos de la investigación sobre migración internacional. México: UNAM/Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.
- BAENINGER, R. Cenários das Migrações Internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (Org.) **Demografia na UNICAMP**: um olhar sobre a produção do Neпо. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2017.
- BAENINGER, R. (Coord.). **Atlas Temático**: Observatório das Migrações em São Paulo. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2013.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2012.
- BAENINGER, R; OLIVEIRA, G. A interiorização das migrações internacionais: o caso dos bolivianos no Estado de São Paulo. In: **Anais...Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población**, 6. Lima-Peru: ALAP, 2014.
- BAENINGER, R. et al. (Coord.). **Populações vulneráveis**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2021.
- CASTLES, M. Understanding the relationship between methodology and methods. In: VARGAS-SILVA, C. **Handbook of research methods in migration**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, Cheltenham, 2012. p. 7-25.
- CRUSH, J. et al. Diasporas on the web: new networks, new methodologies. In: VARGAS-SILVA, C. **Handbook of research methods in migration**. Cheltenham, UK: Edward Elgar; Cheltenham, 2012. p. 117-136.
- DEMÉTRIO, N. et al. Direitos humanos e a política para migrantes internacionais: a experiência de Campinas, o papel da universidade e a importância dos registros administrativos locais. In: BAENINGER, R. et al. (Coord.). **Populações vulneráveis**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2021.
- DEMÉTRIO, N. et al. Políticas públicas e migração internacional: a experiência de Campinas/SP e o diálogo com a universidade. **Revista Internacional de Extensão da UNICAMP**, v.1, n.1, p.31-37, jul./dez. 2020.
- DEKKER, R.; ENGBERSEN, G. How social media transform migrant networks and facilitate migration. **IMI Working Paper Series**, [S. l.], n. 64, 2012.
- DOMENICONI, J.O.S. **Migrações internacionais qualificadas**: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI. 477 f. Tese (Doutorado). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2021.

- DOMENICONI, J.O.S. **Migração internacional qualificada: trabalhadores do conhecimento em São Paulo no início do século XXI**. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado em Demografia). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2017.
- FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (Coord.). **Impactos da pandemia de COVID-19 nas migrações internacionais no Brasil** – Resultados de Pesquisa. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.
- GARRICK, C. L. **A channels framework for the study of skilled international migration**. 1991. 298f. PhD thesis – University of Glasgow, 1991.
- LATOURET, B. **Reagregando o social**. Salvador, BA: EDUFBA, EDUSC, 2012.
- LEVITT, P.; GLICK-SCHILLER, N. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. **International Migration Review**, New York, NY, v. 38, n. 3, p. 1002-1039, 2004.
- LEWIS, K. et al. Tastes, ties, and time: a new social network dataset using Facebook.com. **Social Networks**, Amsterdam, v. 30, n. 4, p. 330-342, 2008.
- MARGOLIS, M. **Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- MELLO, L. F. **Trabalhadores do conhecimento e qualidade do lugar em Campinas-SP**. 2007. 217f. Tese (Doutorado). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2007.
- OTERO, G. A. P.; LOTTA, G. S. International migration and federative co-ordination in Brazil: São Paulo and Porto Alegre case studies between 2013 and 2016. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, RJ, v. 42, n. 2, p. 277-301, 2020.
- PAYNE, G.; PAYNE, J. Key informants. In: PAYNE, G.; PAYNE, J. (ed.). **Key concepts in social research**. London: Sage Publications Ltd, 2004. p. 134-137.
- PHHELPS, E. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist: A Collaborative International Migration Blog**, [S. l.], 2014.
- RIBEIRO, J. C. **A presença boliviana na região metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais: dinâmica migratória e (re)configuração territorial**. 2021. 467f. Tese (Doutorado). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2021.
- TARRIUS, A. Intérêt et faisabilité de l'approche des territoires des circulations transnationales. In: CORTES, G.; FARET, L. (dirs). **Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines**. Paris: Aarmand Colin, 2009. p. 43-51.
- TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. **Annales de la Recherche Urbana**, Paris, n. 59-60, p. 51-60, 1993.
- VENTURA, D. F. L. et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, n. 4, p. 2020. p. 1-5.

WALDINGER, R. The making of an immigrant niche. *International Migration Review*, New York, NY, v. 28, n. 1, p. 3-30, 1994.

WENDEN, C. W. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. *Hommes & Migration*, Paris, n. 1233, p. 5-12, 2001.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Coronavirus Disease (COVID-19) dashboard**. Geneva, 2020. Disponível em: <https://COVID19.who.int/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

## RESUMO

A condição pandêmica exacerbou vulnerabilidades, dificultando (ainda mais) a mobilidade e a sobrevivência de migrantes internacionais, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas. Ela também trouxe impactos para as pesquisas qualitativas, sobretudo pela imposição do isolamento social. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é debater sobre os desafios aos levantamentos de campo na pandemia de COVID-19. Para tanto, recorreu-se a cinco estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa “Observatório das Migrações em São Paulo” (NEPO/UNICAMP). A partir da breve apresentação de cada um deles e da exposição das suas respectivas metodologias, o presente estudo volta seu olhar para os principais desafios observados e apresenta as soluções adotadas para superá-los, mais especificamente os caminhos teórico-metodológicos para a continuidade das pesquisas de campo realizadas pelo Observatório das Migrações em São Paulo nas diferentes fases da pandemia, desde o início da crise sanitária.

**Palavras-chave:** Migrações Internacionais; Metodologia; Pandemia; Pesquisa de campo qualitativa.

## ABSTRACT

The pandemic condition exacerbated vulnerabilities, making it (even more) difficult for international migrants, asylum seekers, refugees, and stateless people to move and survive. It has also impacted qualitative research, particularly through the imposition of social isolation. Therefore, the objective of this article is to discuss the challenges to qualitative studies during the pandemic of COVID-19. To this end, we resorted to five studies developed by the research group “Observatório das Migrações em São Paulo” (NEPO/UNICAMP). After the brief presentation of each of them and the exposure of their respective methodologies, the present study turns its attention to the main challenges observed and presents the solutions adopted to overcome them, more specifically the theoretical and methodological paths for the continuity of the qualitative research carried out by the Observatory in the different phases of the pandemic, since the beginning of the health crisis.

**Keywords:** International Migrations; Methodology; Pandemic; Qualitative research.





# Segunda geração ontem e hoje: continuidades e transformações nas experiências sino-brasileiras

*Maria Victória Ribeiro Ruy*

Nos estudos sobre imigração, convencionou-se chamar de segunda geração da imigração aqueles indivíduos filhos de imigrantes, mas que nasceram e cresceram no país de destino. Crescendo entre dois mundos e cruzando diariamente a fronteira entre o lar da família e a sociedade ao redor, a segunda geração vive de maneira especialmente latente as contradições da imigração e a ela cabe a tarefa delicada de negociar o seu pertencimento nacional. No presente artigo<sup>1</sup>, trago as narrativas de vida de duas “segundas gerações” da imigração chinesa ao Brasil e proponho uma análise comparativa entre elas. O primeiro grupo de entrevistados é constituído por 8 sino-brasileiros<sup>2</sup> entre 40 e 60 anos de idade, cujas famílias se estabeleceram em Curitiba ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, onde abriram pastelarias e lanchonetes. Todos nasceram e cresceram no Brasil, com exceção de Sérgio, que nasceu em Moçambique e se mudou para o Brasil na infância, após viver por um breve período em Portugal, e de Lucilina e Pedro, que viveram por cerca de um ano em Hong Kong quando eram crianças, retornando para Curitiba em seguida. O segundo recorte é composto por Ronaldo, com 19 anos de idade no momento da entrevista, cuja família se mudou para o Brasil em meados da década de 1990 – Ronaldo nasceu no Brasil, sua família voltou à China após seu nascimento, para 3 ou 4 anos depois se estabelecer no Brasil novamente. Após passarem alguns anos em Minas Gerais, a família se mudou para São Paulo, onde apostou numa empresa de confecção de roupas masculinas, junto de um sócio. Hoje, eles continuam atuando no ramo por meio da marca de *streetwear*, fundada por Ronaldo em 2020, a SHUI.

Uma vez que sendo eu, de certa maneira, também objeto deste estudo, cabe aqui apresentar a mim mesma, o que, por sua vez, explicará como cheguei aos entrevistados. Sou terceira geração da imigração chinesa e, dentre do primeiro grupo, estão meu pai e dois tios. Os demais entrevistados são parentes mais distantes ou não têm qualquer laço familiar comigo, mas foram ou são amigos próximos de familiares meus, de maneira que os pedidos de entrevista não vieram de uma completa desconhecida. Porém, este foi o caso com Ronaldo.

Certo dia, navegando no *Instagram*, me deparei com a página da sua marca de vestuário *streetwear*, a SHUI, que, de imediato, me chamou a atenção pela articulação de elementos visuais chineses com a moda urbana típica da cultura *hip hop*. Interessei-me em entrevistar Ronaldo porque, neste primeiro olhar, ele

parecia fazer aquilo que não encontrei nos outros entrevistados: identificava-se de maneira positiva, ativa e consciente, como descendente de chineses, e isso não só é bem recebido pelo seu entorno como se transforma em algo rentável.

Eu poderia, ainda, ter feito essa análise comparativa a partir de entrevista com um ativista sino-brasileiro, um caminho que foi considerado. Há pelo menos 8 anos, o movimento asiático-brasileiro vem se desenvolvendo a partir, primordialmente, de estudantes universitários e de pesquisadores do tema. Porém, como sou militante neste movimento, considere que seria pouco interessante um entrevistado do mesmo local de fala que o meu (ou de um muito próximo), uma vez que o ponto de vista ativista já está presente, talvez mesmo privilegiado, no olhar de quem produz o trabalho. A diferença entre mim e Ronaldo, então, foi mais um motivo para considerá-lo como entrevistado. Uma distância de espaços e contextos nos quais nos constituímos, mas também de idade, uma vez que pelo menos 8 anos de idade nos separam — poucos anos, mas que foram suficientes para que ele tivesse uma experiência racial já distinta da minha, e mais ainda da dos outros entrevistados, como será discutido mais adiante.

As famílias dos entrevistados mais velhos chegaram a Curitiba em um período em que a cidade crescia rapidamente. Suas pastelarias e restaurantes ficavam localizados em pontos estratégicos no centro da cidade, como próximos à rodoviária, a pontos de ônibus, fábricas, prédios públicos, colégios ou dentro do Mercado Municipal. A onda constante de novos contingentes populacionais chegando à cidade, o crescimento e a complexificação de suas atividades econômicas e o conseqüente fluxo diário de pessoas no centro urbano criavam uma procura crescente por comida de rua, que, além de simples e barata, agradasse a freguesia. Essa demanda não poderia ser suprida pelos restaurantes e confeitarias tradicionais, seja pelo preço dos seus produtos, seja pelo constrangimento que poderiam provocar nas camadas sociais menos privilegiadas, pouco habituadas com esse tipo de espaço. Mais voltados a momentos especiais e eventos sociais, mesmo aqueles com maior poder aquisitivo não poderiam frequentá-los diariamente. Em contrapartida, estabelecimentos como pastelarias, lanchonetes ou restaurantes oferecem comida rápida, mas, por sua vez, necessitam de uma clientela numerosa para poderem sustentar seus negócios. Para além das oportunidades abertas pela urbanização, estes chineses conheciam uma tradição de comida de rua (muitos, senão todos, viveram em Hong Kong antes de imigrar), o que pode ter facilitado sua percepção dos negócios e inserção no mercado:

O pai sempre dizia, que [o pastel] era só farinha, água e sal. As três coisas mais baratas que tem, farinha, água e sal. Mais caro que ele usava era o azeite, mesmo assim, né. (...) A comida, ninguém, povo nenhum, como diz meu avô, minha vó dizia, povo nenhum vai deixar de comer. (...)

Comida ninguém vai deixar de comprar, então você pode inventar um monte de coisa, mas a comida é certa que dá dinheiro.<sup>3</sup>

O ramo provia uma margem de lucro considerável, mas que só era possível às custas de trabalho árduo. Lucilina conta que, nos cálculos de seu avô, o valor de venda de um pastel poderia ser até quatro vezes o valor do custo com ingredientes. Nessa conta, entretanto, ainda se somavam as muitas horas na produção dos pastéis e os longos expedientes nas pastelarias, que abriam de manhã cedo e só fechavam tarde da noite. Como explica Mei Qim:

E como a gente só sabia trabalhar nesse ramo de alimentação, era um comércio que você tinha o recebimento rápido do teu investimento. Só que investimento maior, eu entendo, na época, e não conheci uma vida diferente dessa, que era sempre trabalhar, trabalhar muito, né.<sup>4</sup>

O trabalho era realizado, primordialmente, pela família proprietária, sem poder dispensar a participação das crianças. Os entrevistados contam que eles e seus irmãos começavam a trabalhar por volta dos 7 ou 8 anos – alguns apresentaram certa dificuldade em apontar esta idade, já que gradualmente iam de acompanhar os pais e realizar tarefas mais simples (como avisar aos pais o momento de fervura do leite) a exercer funções de maior responsabilidade (como reabastecer geladeiras, operar o caixa, limpar o chão e mesmo operar a máquina de pastel ou cozinhar). À medida que a família se estabilizava, a tendência era de que as crianças fossem poupadas do trabalho (exercendo-o apenas nas férias escolares, por exemplo) e a participação de chineses contratados ou de funcionários brasileiros fosse mais significativa.

Uma reportagem do jornal *Diário do Paraná*, de título “Veja o exemplo dêste [sic] brasileiro”, de 1971, começa contando sobre um menino de 10 anos que chamou a atenção do jornalista pela sua habilidade exímia com o brinquedo bolim-bolacho. A entrevista, entretanto, toma outro rumo quando o garoto afirma que não poderia falar com o jornalista porque estava cuidando, sozinho, da pastelaria do pai e do sócio deste até a irmã de 14 anos chegar. O garoto é filho de imigrantes chineses e, “mesmo trabalhando todos os dias das 13 às 19 horas, ainda consegue se classificar entre os 10 primeiros alunos da classe”. O menino se revezava entre as duas pastelarias do pai, onde costuma trabalhar no caixa, “função que desempenha com eficiência. Nunca erra as contas, dois pasteis, uma sfiha [sic], dois quibes, duas Cocas e uma Fanta (diz um [cliente]). O menino olha pra cima um instante e já diz o preço”. Todos os irmãos e irmãs do menino trabalham, com exceção da mais nova, de quatro anos – um irmão de 6 anos “já ajuda o pai”.

A divisão de trabalho também se dava a partir das relações de gênero, ao menos entre os pais. Numa reprodução do ambiente doméstico, alguns relataram que as mães tinham menos contato com o público, tendo menos domínio do português<sup>5</sup>. Em algumas entrevistas, ainda foi mencionado que a mãe assumia a maior parte das responsabilidades na pastelaria, enquanto o pai não estava sempre presente. Entre os filhos, as tarefas eram por vezes partilhadas a partir de uma hierarquia etária: “é tipo cadeia né, os mais velhos que manda né [risada] sempre assim”<sup>6</sup>. As crianças e adolescentes se revezavam no caixa, abastecendo as geladeiras com garrafas, passando café, atendendo clientes, limpando o local, e passando a massa na máquina de pastel. O dia começava ao amanhecer quando preparavam a pastelaria com os pais para o dia – em seguida, alguns iam à escola de manhã, outros de tarde. Depois da escola, voltavam a trabalhar.

Quando a família chega a Curitiba, vinda de São Paulo, e abre um restaurante, Mei Qim conta que ela, aos 12 anos, e o irmão de 15 eram responsáveis pelo atendimento aos frequentadores – ela no balcão, e ele atendendo às mesas. Os pais ficavam na cozinha, e a família não podia arcar com funcionários naquela época: “a gente trabalhava tanto que [risada] de noite do jeito que deitava na cama, amanhecia, de tão cansado”<sup>7</sup>. Cerca de dois anos depois, a família já possuía dois restaurantes, sendo que a cozinha de um ficava sob responsabilidade da mãe, e a cozinha do outro, sob os cuidados de Mei Qim, aos 14 anos. A entrevistada conta que, nesse período, chegou a estudar em uma escola particular por esta ser mais próxima do restaurante e, assim, poderia frequentar as aulas pela manhã e chegar a tempo de trabalhar no almoço. Ela só almoçaria por volta das três da tarde, quando já não havia mais clientes para atender.

A participação dos filhos no comércio auxiliava os pais não só nas tarefas manuais, mas também cumprindo um papel fundamental na comunicação com clientes, fornecedores, entre outros. A geração nascida no Brasil via de regra tem melhor domínio do português – embora essa fluência (e também as habilidades sociais necessárias para tais interações) não tenha sido adquirida sem adversidades. O trabalho na pastelaria contribuía em igual medida ou até mais do que a escola para desenvolver maior habilidade com a língua portuguesa, segundo Lucilina:

Esse choque de cultura pra criança era terrível. Porque em casa você falava o chinês, e lá na escola você falava o português, né...e mas como eu e o Pedro [seu irmão] tínhamos, vamos dizer assim, ajudava meu pai também na pastelaria, então você tinha muito contato com pessoas diferentes né. E você acaba falando a língua natal, vamos dizer assim...então a gente acabava falando as duas, mas mais o português, por causa do contato com os fregueses. (...) Então muitas coisas o meu pai não entendia, às vezes o freguês falava, a gente explicava, “não pai, não é isso, era

isso que ele quis dizer, era isso que ele queria”, sabe...porque pra eles [os pais e avós] não sabendo a língua, trabalhar no comércio era, né, não era fácil, até aprender a língua.<sup>8</sup>

O aspecto penoso dessa rotina foi o mais enfatizado pelos entrevistados. Houve também menção às brincadeiras de criança e aventuras da juventude, mas que sempre aconteciam em contexto de fuga da rotina, e não como parte dela: “Era ficar na pastelaria e ir pra escola. Pastelaria e ir pra escola. Às vezes a gente fugia também, pra brincar de carrinho rolimã né. O pai deixava, ele sabia. Mas a infância foi assim”<sup>9</sup>. A maneira como os entrevistados percebem o trabalho infantil oscila entre uma relação amargurada, por conta das privações na infância, e a aceitação de que ele era moralmente necessário para a educação das crianças. Mas, sabem que a sociedade atual avalia de outra forma aquela realidade que viveram na infância. Eles reconhecem como certos trabalhos eram totalmente inadequados para crianças – as caixas que usavam para alcançar o caixa ou a máquina de pastel facilmente quebravam, eles com frequência se cortavam com garrafas quebradas ao abastecer as geladeiras e manejavam bebidas alcólicas sem supervisão. Foram empregadas expressões como “era puxado”, “infância interrompida”, “trabalho duro” e “ter de amadurecer rápido” para descrever esse período de suas vidas.

A resignação, por vezes, dá o tom dessas narrativas sobre a infância. A explicação de que o trabalho infantil foi necessário, não opcional à família, aparece em algumas das entrevistas. “Eu lembro, acho que tinha seis anos, sete anos, eu nem alcançava o caixa. O Pedro também, o pai fazia a gente trabalhar direto. Trabalho infantil né [risada]. Tinha que ajudar mesmo né”<sup>10</sup>. A indispensabilidade do trabalho infantil, entretanto, não é comum a todas as – ainda que nenhum dos entrevistados tenha condenado ou reprimido a atitude dos pais, há variações na forma como esta é percebida. Enquanto há quem veja o trabalho na infância como algo inevitável, e até mesmo engrandecedor e espontâneo por parte das crianças; há também os que carregam certo ressentimento no narrar, evitando estender-se em mais elaborações para além das descrições.

Na leitura de Mei Qim, o trabalho familiar mantinha a família unida, e imbuía os filhos de propósito e autoestima. Ela rememora se sentir responsável por e merecedora da segurança financeira conquistada pouco a pouco por eles, não atribuindo à relação pais e filhos um antagonismo, mas o contrário. Sem deixar de mencionar os sacrifícios, a entrevistada atribui à experiência o desenvolvimento apenas de aspectos positivos da sua personalidade, como a tenacidade e a perseverança. Ela tem a compreensão de que essa relação com o trabalho era, em parte, algo que a própria condição de imigrante exigia. A percepção era de que não havia espaço para o fracasso ou a desistência para a família deslocada – já que não teriam a quem pedir ajuda e nem outras formas de sobrevivência às quais recorrer, não havia outra saída senão voltar todos os esforços possíveis para manter-se pelo comércio:

Tipo assim, uma coisa que eu tenho muito clara na minha lembrança é que, quando o chinês, principalmente, que é o que eu conheço, sai de seu país, ele chega no outro país, não tem chance de errar. Não pode dar errado. Porque não tem como se manter, né, não tá no seu país de origem, então não pode dar errado. Daí é abaixar a cabeça e trabalhar mesmo.<sup>11</sup>

Ainda que, diferentemente destes entrevistados, Ronaldo não tenha trabalhado com os pais quando criança, de maneira semelhante a eles sua infância foi marcada por um latente senso de responsabilidade em relação à família e sua condição financeira. Após a vinda para São Paulo, os empreendimentos do pai não deram o resultado esperado, o que acarretou uma série de endividamentos – Ronaldo conta que sua família era muito pobre na China, e seus pais de baixa instrução, de modo que os negócios que conduziam no Brasil eram de risco considerável e concretizados graças a empréstimos e sociedades. Como ele me explicou, os empreendimentos de imigrantes chineses contemporâneos precisam fazer altas apostas e “avançar com tudo” para conseguir ocupar um lugar no ramo:

Porque os chineses, eles, tipo, na minha visão, eles focam muito em experiência própria, escolhem um nicho que querem atuar, de venda, e eles avançam com tudo. Por exemplo, nicho de vestuário, eletrônicos, ou restaurante, ou cosméticos...e quando eles escolhem bem certo o nicho eles investem com tudo. E fazem tudo sob escala.<sup>12</sup>

Os problemas financeiros e a rotina de trabalho intensa para tentar resolvê-los afetaram profundamente a dinâmica da família. Os pais brigavam muito entre si e podiam dar cada vez menos atenção ao filho, que, então, tinha entre 10 e 12 anos. Como consequência, Ronaldo chegou a ser reprovado no segundo ano na escola e ter notas ruins no ano seguinte. Mais de uma vez, ele descreve a si mesmo como “ingênuo”, à época, num tom que poderia ser de autocrítica, como quem esperava de si uma maturidade excepcional para a idade, demonstrando, assim como os outros entrevistados, a percepção de que ele, mesmo criança, tinha uma carga de responsabilidade para com a família.

Ronaldo conta que sua dificuldade na escola estava muito relacionada ao fato de que ele “não sabia o que fazer”. Sem acompanhamento dos pais (que, afinal, sabiam ainda menos), ele não sabia que lições deveria fazer, que livros ler ou o quê deveria estudar para provas. Um drama clássico da segunda geração da imigração, Ronaldo teve de aprender sozinho como navegar pela escola e outros espaços, isto é, se inserir na sociedade. Ele conta que seus pais não frequentavam as reuniões da escola, o que lembra o relato de Pedro, que chegou a fazer ele mesmo a sua matrícula na escola:

Que nem no colégio, o pai nunca foi no colégio, negócio de reunião dos pais, dia dos pais, colégio Hildebrando de Araújo, o pai nunca foi. Eu me lembro ainda quando tinha apresentação, abria a cortina lá encontrava o pai de todo mundo, menos meu pai e minha mãe. Então isso marca a gente né.<sup>13</sup>

Meus pais eles não iam em uma reunião, eles, tipo, não entendiam de nada, e a única coisa que eles falavam pra mim era “estuda, estuda bastante, eu quero que você seja rico quando você crescer”. Isso era só o que eles falavam.<sup>14</sup>

Em meio ao desamparo, Ronaldo ainda carregava a expectativa de que, pelo seu estudo, ele poderia enriquecer e, portanto, sua família também. Ele relembra um episódio no qual a mãe, chorando por conta das dívidas, lhe pede que estudasse muito pois esta seria a saída. Seria nessa época que ele começou a “a estudar muito e me dedicar muito na escola”, até que suas notas passaram a ser todas 8 ou 9. Concomitante à dedicação aos estudos, Ronaldo começou a se experimentar no empreendedorismo, inspirado pelo que aprendia ao observar os pais. Em dado momento do ensino fundamental, ele passa a comercializar facas *butterfly*, utilizadas para fazer manobras e apreciadas por ele e pelos amigos da escola. No auge das vendas, um garoto de outra escola chegou a ser seu revendedor e os rendimentos da empreitada somavam até 2 mil reais ao mês. Mais tarde, um desentendimento com outro aluno, que o acusou perante a diretoria de ter intenções de usar uma das facas para feri-lo, resultou na expulsão de Ronaldo daquela escola. Essas primeiras experiências empreendedoras serviram de base para sua entrada no mercado de revenda de *sneakers* e na fundação da sua marca de *streetwear*, às quais voltaremos mais tarde.

Mas uma dimensão da experiência escolar do entrevistado era a do *bullying*, com as consequentes brigas em que se envolvia e o comportamento agressivo que acabou por desenvolver. Ronaldo tem a compreensão de que o fato de ser “asiático chinês” e de imigração recente acentuava a discriminação que sofria – possivelmente, ele estava traçando uma comparação com os nipo-brasileiros, que, além de serem maioria entre os asiático-brasileiros, usualmente são terceira ou quarta geração da imigração, e, portanto, tendem a estar mais assimilados aos costumes brasileiros. Os episódios de *bullying* são algo que ele faz questão de ressaltar na sua narrativa:

Daí eu sempre brigava, brigava muito na escola. Eu era o único asiático chinês na escola, então por eu ser um asiático de geração mais nova, eu cheguei no Brasil com muitos costumes diferentes. Então eu sofria muito *bullying*, muito, muito *bullying*.(...) Enfim, era só um ponto que eu queria ressaltar que eu sofria muito *bullying*, segundo ano, terceiro ano, por ser o único asiático e tal...<sup>15</sup>



Entre os “costumes diferentes” que causavam estranhamento, ele menciona o hábito de emitir ruídos ao comer, normal para os chineses, mas considerado execrável pelos brasileiros. Quando pergunto se ele se recorda de outros choques culturais além deste, ele diz que “Eu não lembro agora. Porque hoje em dia eu tento esquecer ao máximo algo que me incomode”<sup>16</sup>. Ronaldo gostaria, então, de deixar para trás essas memórias e comportamentos, mesmo enquanto reconhece que o *bullying* foi definidor da sua infância e adolescência:

Eu, como eu era um menino muito isolado, e chinês, eu tenho um ego muito alto. Eu não gosto de sofrer *bullying* e deixar quieto, sabe. Eu sou uma pessoa que, se eu deixo quieto, eu fico guardando muito fortemente em mim, e se eu explodir eu explodo de uma vez só (...) Eu ficava bravo toda hora, na infância eu era uma pessoa bem explosiva.<sup>17</sup>

O *bullying* também foi mencionado pelos entrevistados mais velhos. Esther não hesitou em enfatizar como esses episódios eram comuns e se estendiam para além do espaço escolar. Seu irmão mais velho, como Ronaldo, se envolvia em brigas decorrentes das discriminações. Ela identifica o *bullying* como algo que hoje é combatido, mas que, na sua época, era ignorado por professores e outros funcionários – segundo o relato de Ronaldo, porém, percebe-se que essa mudança no ambiente escolar não se realizou plenamente. Esther detalha:

Nooossa, essa época, acho que tinha muito *bullying*, nossa, meu irmão chegava a brigar. Falavam aquele negócio de barata, não sei o que, sabe? Tinha até uma musiquinha naquela época lá. Então, assim, era muita encheção de saco, sabe? Era muito *bullying*. Tinha muito *bullying* na escola. Meu irmão que era mais, mais velho né, ao invés de pegar e deixar quieto, não, ele ia em cima, claro. Nossa, meu irmão ou batia ou ele apanhava, ali tinha bastante *bullying*. Hoje em dia se for *bullying*, já leva uma advertência, alguma coisa, naquela época não tinha nada. Tinha que ficar escutando coisa e ficar quieto (...) No ônibus também, não era só na escola, no ônibus também, no terminal. Era qualquer lugar que a gente ia, a gente escutava.<sup>18</sup>

Embora não seja o caso de Esther (talvez não por coincidência, uma das duas entrevistadas mais jovens deste grupo), os demais entrevistados que usam o termo *bullying* o fazem num tom que beira o irônico – possivelmente, ressaltando o anacronismo em chamar de *bullying* episódios que aconteceram nas décadas de 1960 e 1970. Definido como “atos de agressão e intimidação repetitivos contra um indivíduo que não é aceito por um grupo, geralmente no ambiente escolar”, o termo *bullying* foi forjado ao fim da década de 1970 e

só passa a ser largamente utilizado no Brasil ao longo da década de 1990. Como Esther menciona, então, à época em que esses entrevistados eram crianças ou adolescentes, não havia espaço, mecanismos ou legitimidade para denunciar essas agressões – e como a narrativa de Ronaldo demonstra, mesmo hoje, por vezes, ainda não há. Restava, então, as opções de brigar (ou se impor, como Lucilina coloca no trecho seguinte) ou ignorar (ou superar, também nas palavras dela). Lucilina conta que ela sabia “se impor” e “revidar”, e também “não dar bola”:

Eu acho que muito, muito, muito quando era muito pequena, acho. Né. “Ô japonesa, ô japonesa, ô olho rasgado”. Mas...superava, superava. Eu me impunha bastante também. Então eu me lembro de umas épocas de escola quando riam, eu já revidava, não ficava quieta não, né. Então também não dava bola, né. Isso quando a piazada queria mexer com você, né. Você também deve ter passado por isso.<sup>19</sup>

À diferença de Ronaldo, alguns dos entrevistados mais velhos se esforçam em amenizar esses episódios quando os relatam, além de buscar justificar as ações de quem proferia os insultos. As ocorrências são tratadas como meras brincadeiras, sem más intenções, inofensivas ou fruto da baixa instrução das pessoas, como relata Pedro:

Não é só adulto não, na adolescência, criança, na infância. Na infância, no colégio, era assim. Não era muito, mas era mais tirar sarro. Chegava ali era, não sei se porque tava em três, quatro, chegava e falava “ô japonês da cara chata, come queijo com barata”. E daí continuava amigo do mesmo jeito. Aí chamava japa, olho rasgado, mas nunca falava em uma frase ofensiva. Era mais para tirar sarro, né. Então nunca fui assim, de ofender. Pegavam no pé bastante. Mas não discriminava, né.<sup>20</sup>

Se o termo *bullying* estava na boca de entrevistados de todas as idades (ainda que em graus distintos de legitimidade), apenas Ronaldo falou em racismo. Sendo a percepção do racismo como uma das indagações que eu tinha para as entrevistas, tomei o cuidado de não usar o termo antes do entrevistado, a fim de poder notar se ele o usaria espontaneamente. Ele o fez quando falávamos sobre o *meme*<sup>21</sup> do “pastel de *flango*”, um tropo que representa os chineses como desonestos nas relações comerciais, inassimiláveis e de hábitos alimentares repugnantes (mas que, segundo Ronaldo, “tinha *memes* até piores, antes”) e que é frequentemente usado contra pessoas de origem asiática, na internet e fora dela:

MV - Você tem a impressão que você ouve menos esse tipo de coisa hoje em dia?

RP - Eu acho que, desde a minha infância até hoje em dia, alguns tipos de racismo foram encarados como cada vez piores, mais como coisa, como algo péssimo. Mas que acabou, ainda não, continua bastante. O que ajudou bastante, na verdade, foi, por mais engraçado que seja, foi os *doramas* e os BTS.

MV - Ah, imagino.

RP - O *K-Pop* que veio pro Brasil ajudou muito a fama dos asiáticos.<sup>22</sup>

Os *doramas* aos quais Ronaldo se refere são as novelas coreanas, também chamadas de dramas coreanos ou *K-Drama*, que estouraram entre o público brasileiro pouco após a chegada do *K-Pop*, a música pop coreana. Estima-se que o gênero musical começou a ser consumido, no Brasil e no Ocidente como um todo, por volta de 2015. O *debut* do grupo BTS (mencionado pelo entrevistado e principal representante do *K-Pop* atualmente) na TV estadunidense foi uma performance durante a cerimônia do *American Music Awards*, no fim de 2017, e marca o reconhecimento do fenômeno por parte da indústria da música ocidental. Em 2019, na quarta vinda do grupo ao Brasil, o BTS realizou dois shows no Allianz Parque, em São Paulo, cada um deles para um público de 40 mil pessoas<sup>23</sup>, e, em 2021, foi o terceiro grupo musical mais ouvido no *Spotify*, a maior plataforma de *streaming* de música do mundo. Não é de espantar que Ronaldo relacione a influência do *soft power* coreano com sua própria experiência racial – talvez pela primeira vez no contexto ocidental, rostos masculinos asiáticos são amplamente considerados atraentes<sup>24</sup>, ainda que este fenômeno se concentre nas gerações mais jovens.

Mesmo recém-saído da adolescência, o entrevistado já constata, em sua experiência de vida, uma transformação perceptível na consciência geral sobre discriminações raciais. Seguindo nessa linha, comentei que tenho a impressão de que a geração de nossos pais ouviu coisas ainda piores do que “nós” (eu e Ronaldo), ao que ele concordou: “Nossa, muito mais. E eles enxergavam alguns certos racismos como se fosse algo normal”<sup>25</sup>. Ronaldo fala em racismo sem titubear ou sentir necessidade de explicar-se, e aqui percebi uma diferença entre nós dois. Para que eu nomeasse de racismo os episódios de ofensa racial que experienciei, foram necessárias leituras, longas conversas (com pesquisadores, ativistas) e rodas de debate. Ainda assim, dependendo do interlocutor, sinto a necessidade de explicar que asiáticos (ou amarelos) são também sujeitos racializados, no receio de não ser compreendida. Ainda que, claro, não seja possível inferir que todos os jovens asiático-brasileiros da idade de Ronaldo tenham a mesma leitura que ele, acredito ser essa uma demonstração da emergência da pauta racial no debate público, o que naturalmente impacta em especial as gerações que vivem seus anos formativos nesse contexto.

Essa distância é maior ainda em relação aos entrevistados mais velhos, cujas narrativas se assemelham em muito às dos entrevistados pela psicóloga e pesquisadora Laura Ueno (2020), em sua pesquisa a respeito dos relacionamentos

interraciais entre amarelos e brancos e amarelos e negros. Ueno notou entre os participantes uma “etiqueta social tácita de não falar de raça nem racismo”, e que, quando perguntava a eles se imigrantes amarelos sofreram preconceitos no Brasil, quase todos simplesmente “não reconheciam a validade” da pergunta, mesmo após a entrevistadora repeti-la. Ela considera, então, que

Isto leva-me a constatar que a discriminação institucionalizada contra chineses e japoneses no Brasil permanece como uma espécie de segredo reprimido. O apagamento de parte traumática da história e da memória do próprio grupo foi um projeto muito bem-sucedido (UENO, 2020, p. 133).

Os entrevistados por Ueno também mencionaram estereótipos e insultos raciais que os acompanham desde a infância, e, da mesma maneira, buscaram “interpretar estas situações como brincadeiras inofensivas, suprimindo eventuais constrangimentos”. A partir da pensadora Gislene Aparecida dos Santos (2004), Ueno aponta que, no racismo brasileiro, a subjetividade é definidora do que configura um episódio racista ou não: “Para Santos (2004), na sociedade brasileira, algo que permite que o racismo se imponha é a permanência de um espaço gradativo definido não pelos fatos, mas pela subjetividade, para se avaliar o que é de fato considerado um acontecimento racista e violento” (UENO, 2020, p. 130). Essa elaboração encontra consonância nas falas de alguns de nossos entrevistados, como quando um deles diz que “nunca fui assim, de [me] ofender” – não importa o que lhe fosse dito, sua postura era de não reconhecer a ofensa. O real conteúdo dos disparates, portanto, não é tão importante quanto a escolha do sujeito racializado em considerá-los ofensas raciais ou não – e, quase sempre, não fazê-lo é o que socialmente se espera, o que aparentemente melhor preserva as relações interpessoais e o que parece ser a estratégia mais interessante ao próprio alvo da ofensa, na avaliação deste. Porém, Ueno alerta que “a supressão psicológica não é uma estratégia adaptativa interessante em termos de transformação social, traz prejuízo à memória e à saúde mental” (UENO, 2020, p. 134).

O entendimento das motivações socio-históricas da discriminação (ou as que atravessam o contexto familiar) cumpre um papel importante para a compreensão de si e para que o sujeito recupere sua noção de agência, uma vez que explica que tais situações não são resultados de falhas pessoais mas condicionadas por um contexto maior. A função da objetivação de sua própria realidade e a de sua família para a segunda geração da imigração é tratada pelo sociólogo Abdelmalek Sayad (1998), que nomeia esse processo de socioanálise. O autor desenvolveu seu texto *Filhos ilegítimos* a partir de entrevistas com Zahoua, uma jovem filha de imigrantes argelinos, nascida e criada na França. Se, em um primeiro momento, a contradição fundamental da imigração (na definição de

Sayad, a situação que se pretende temporária mas que é, de fato, permanente) é relativamente possível de ser ignorada, esta se torna absolutamente evidente quando a segunda geração entra na idade adulta e se revela definitivamente “estrangeira” aos pais (da mesma maneira, os pais se tornam estrangeiros perante os filhos). Zahoua identifica a quebra de expectativa de seus pais na sua conduta como jovem mulher, nas suas escolhas de vestimenta, de não casar e de ingressar no ensino superior. Nas narrativas dos entrevistados, conflitos semelhantes foram mencionados, em especial em relação ao casamento, e, em alguns casos, à educação, especialmente no caso das mulheres. Lucilina conta que o pai e a avó não viam razão para que ela seguisse estudando após o ensino básico, e que o plano deles para ela era arranjar-lhe um casamento com um rapaz chinês de “boa família”:

“Pra que que você vai estudar?” Minha avó, principalmente, e ele [o pai]. “Por que você quer estudar? Você não tem mãe. Você tem que casar bem.” E a minha avó me levava para São Paulo para conhecer várias famílias, ah fulano, ó siclano. Ela tava arranjando uma boa porta pra mim, em chinês ela dizia, tô arrumando uma boa porta para você, né...ela falava em chinês...*hao men hao*...quer dizer, uma boa porta.<sup>26</sup>

Quando perguntei à Lucilina se ela então tinha algum interesse nesses arranjos, ela me respondeu prontamente: “Nenhum!”. Ela recorda se sentir especialmente revoltada com a ideia do dote, que seria pago pela família do noivo à sua família. Posteriormente, Lucilina cursou faculdade e se casou com um “brasileiro”. Ela dá a entender que esse período, entre o fim da sua adolescência e início da vida adulta, foi marcado por muitos “bate-bocas” com o pai e a avó. Nem todas as famílias tinham a mesma opinião sobre as vantagens dos estudos dos filhos. Nos casos de Suzana e Sérgio, os pais faziam questão de que todos completassem um curso superior, ainda que alguns destes também dessem continuidade às atividades comerciais familiares.

Já quanto aos matrimônios, todos os entrevistados mencionaram alguma expectativa de casamento intraétnico por parte dos pais. Mei Qim deu ênfase especial à questão dos estudos: ela conta que se esforçava em tirar boas notas para que pudesse apresentá-las ao pai e convencê-lo a não tirá-la da escola. Esse conflito se acirrou até ela fugir de casa, aos 16 anos, e buscar refúgio na casa do irmão. Não muito tempo depois, ela se casa com outro sino-brasileiro (como desejavam os pais), conquistando, assim, uma autonomia como casada que ela não tinha como filha, conseguindo continuar com seus estudos e concluir a faculdade. Suzana, a mais nova de quatro irmãos, nota que essa “pressão” por um “casamento chinês” foi muito maior para seus irmãos mais velhos, em especial para o irmão que, como único rapaz, ficaria encarregado de dar continuidade

ao nome da família. Enquanto a avó de Lucilina a levou para conhecer famílias e potenciais noivos em São Paulo, a mãe de Suzana chegou a levar o irmão da entrevistada para conhecer moças na China. É bastante pertinente pensar que, como sugeriu Suzana, os primogênitos recebessem maior carga de expectativas por um casamento intraétnico – nas palavras dela, “acho que eles já estavam meio cansado dessa história”<sup>27</sup>. Zahoua, a entrevistada de Abdelmalek Sayad, também é a caçula da família, e conta que com ela os pais desistiram, ou nem iniciaram, certos enfrentamentos.

Podemos pensar que essa tensa negociação entre pais e filhos começava com os primogênitos, com mais intransigência por parte dos pais e, à medida que se conformavam ou se deparavam com os custos desses embates, a margem de negociação para os mais novos se alargava. Percebemos nas narrativas que alguns filhos dão a entender que simplesmente desistiram dessa negociação, por vezes rompendo os laços familiares, enquanto outros buscaram certa conciliação. Lucilina conta que sofreu mais resistência por ser a “pioneira” nos relacionamentos interétnicos na família, mas que a rejeição foi vencida, pacientemente, na base da convivência ao longo de muitos anos – em alguns casos, os pais dos entrevistados levaram 10 ou 15 anos para “aceitar” os genros e noras “brasileiros”. Sayad explora o fosso entre os dois mundos, o argelino e o francês, e como, para a comunidade e para a família de Zahoua, a exogamia (ou casamento interétnico) é considerada uma traição à família. Os “filhos da França”, isto é, aqueles crescido em território francês, são considerados “maus filhos” e estão “fora” da comunidade. Uma percepção semelhante aparece internalizada por um de nossos entrevistados, após contar que não tinha interesse em se casar com uma das “chinesas” apresentadas pelo pai: “não sei se eu que era bicho ruim”.

Com o passar dos anos, entretanto, Sayad diz que o pai “evolui” e se torna mais tolerante. As filhas conseguem, aos poucos, se impor e conquistar autoridade – em parte, por conseguirem cumprir o papel de trazer dinheiro à família, função que se esperava que fosse cumprida pelos filhos. Zahoua é levada a objetivar sua situação, isto é, conferir a ela uma existência concreta para além da dimensão subjetiva, para poder compreendê-la – fazê-lo é quase uma necessidade vital para a jovem. Dividido entre dois universos de significados, as contradições que o imigrante carrega em si se projetam em todas as coisas, e, em especial, na relação infeliz entre pais e filhos. Graças a essa compreensão objetiva da identidade social dos imigrantes, a socioanálise, Zahoua alcançou um “equilíbrio mais feliz”, compartilhado por seu pai. A socioanálise, então, tem uma “função de libertação”, permite “viver melhor o sistema de contradições da imigração” e “contribui para restaurar a integridade de uma identidade que a emigração deslocou” (SAYAD, 1998, p. 233).

A afirmação “é cultural” apareceu em mais de uma entrevista para explicar as diferenças com os pais. No trecho a seguir, Mei Qim descreve a si mesma como alguém formada pelo entrecruzamento das culturas chinesa e

brasileira; a primeira, aprendida em casa, e a segunda, aprendida “da porta pra fora”, que, quando trazida por ela para dentro do lar, produzia o choque entre dois mundos:

Então eu acho que a cultura chinesa ela segue uma linha, e a cultura brasileira, ela tem outra linha. E eu me sinto uma pessoa misturada, com as duas formações né. Por que? Porque eu tinha uma formação dentro de casa, e da porta pra fora, eu tinha um contato com outra cultura. E eu, de certa forma, eu trouxe isso pra dentro de casa. Eu sempre fui uma pessoa que questionava muitas coisas. Questionava posturas, pensamentos.<sup>28</sup>

Mesmo que a relação entre Mei Qim e o pai tenha sido, ao que pareceu, uma especialmente tensionada (a ponto de, na leitura, ela ter mais liberdade como esposa do que como filha), ela conta que conseguiu compreender a forma de pensar do pai, estabelecer um diálogo e uma relação feliz com ele, o que considera uma grande sorte. Lucilina descreve esses conflitos como algo da juventude, e que a distância entre o pai e a avó e ela, que ambos os lados percebiam como algo tão grande, rapidamente, com a idade e o passar dos anos, diminuiu, ou, nas palavras dela, “evoluiu”:

Hoje você dá razão, pra muita coisa, muita coisa, né... quando se é nova, a cabeça ah né, “você tá atrasado, você não sei o quê”, só que o tempo passa tão rápido, tua idade vem tão rápido, que na minha cabeça, e na cabeça deles, a distância é muito grande, né...só que a evolução também é rápida, né. (...) Então se você vê, pô, meu pai é um herói. Só que na época, quando eu tinha a tua idade, nossa “que ultrapassado, você é papapa”...entende? Claro que batia boca.<sup>29</sup>

A socioanálise também compõe a narrativa de Lucilina quando ela estabelece comparações com outras imigrações ao Brasil. Ao observar senhoras de origem japonesa, Lucilina compreende que o deslocamento faz com que os imigrantes “parem no tempo” em relação ao costumes, vivendo numa temporalidade outra, que também não existe na terra natal. De certa maneira, essa percepção também reconhece nela uma adaptabilidade que é menor ou ausente em seu pai e em sua avó:

Então, vamos dizer assim, duas gerações atrás ou três gerações atrás trouxeram aquilo, permaneceram. Então o holandês, o italiano, todos os povos que vieram para o Brasil né, pararam no tempo. O chinês também, o japonês também. Se você pisa no Japão hoje, não tem nada a ver com as velhinhas que vieram de lá em 1940, né. Então pra elas lá, aqui o que trouxeram de lá pararam, né.<sup>30</sup>



O passar do tempo e o amadurecimento, então, abriram espaço para apaziguar conflitos, para sentir orgulho do pai e valorizar seus ensinamentos. Ainda mais importante, assim como Mei Qim ao se definir a partir das duas culturas, Lucilina percebe que a influência do pai faz parte de quem ela é: “Então muita coisa hoje, com a idade que eu tenho, voltando atrás, os ensinamentos que ele me passou foi muito útil, nossa. Principalmente o comércio, família, culturas, né...exemplo, atitudes. Então tudo isso...*fez você, né.*”<sup>31</sup>.

Sendo esse um tema tão presente nas entrevistas com o primeiro grupo, não poderia deixar de perguntar sobre isso para Ronaldo. Ele confirma que os pais também têm essa expectativa, e explica de maneira especialmente lúcida a contradição que vive entre querer contrariar os pais e, ao mesmo tempo, ser profundamente influenciado por eles:

Eh, meus pais, eles sempre me pressionaram a me casar com chinesa. E tipo, é...eu sou uma pessoa que sou muito teimosa, eu não gosto de ouvir meus pais, só que eu sempre acabo ouvindo e acabo inconscientemente querendo isso, a mesma coisa que eles. Por exemplo, eles falam assim “ah come essa batata”, na frente deles eu vou cuspir a batata no prato, mas a hora que eles forem embora eu vou comer toda a batata. Eu sou muito assim.<sup>32</sup>

Em seguida, Ronaldo conta que está namorando uma “brasileira”; seus pais não chegaram a ser “contra” isso, ainda que prefiram uma “chinesa”. O fato de Ronaldo estar garantindo boa parte do sustento da família faz com que seus pais não tenham espaço suficiente para se opor ao relacionamento. Não fosse por isso, a situação seria diferente: “se eu fosse um estudante de 19 anos, só na escola, e eles fossem super ricos agora, eu tenho certeza que eles iam me proibir de namorar com brasileira”<sup>33</sup>. É em especial no terreno dos negócios que a narrativa de Ronaldo indica que ele possui uma adaptabilidade, a qual falta aos pais. O negócio da família estava entrando em um bom ritmo quando foi duramente impactado pela pandemia de Covid-19, em 2020. O entrevistado entende que lhes faltou “flexibilidade” para enfrentar a crise:

O ruim dos meus pais serem chineses muito conservadores, é que eles só vendem pra chineses. Eles tavam fazendo roupa feminina e só vendiam pra chineses. Então o problema é que com a pandemia, os próprios chineses só tinham negócios físicos, então meu pai que só vendia pra chinês, que só tinha negócio físico, acabou quebrando de novo. Porque ele não tinha flexibilidade no negócio dele. Então as lojas fecharam por conta da pandemia e meu pai não tinha pra ninguém vender, sabe. Então acabou falindo, e foi nessa hora que eu decidi fazer minha marca de roupa.<sup>34</sup>

Diante da crise financeira dos pais, Ronaldo uniu sua paixão pelo *streetwear*, seus conhecimentos sobre esse tipo de moda e sua influência nas redes sociais, para fundar a SHUI, em 2020, cujas primeiras peças eram estoque parado do pai, e as seguintes, produzidas na fábrica dele. O ritmo frenético de conduzir a marca, marcar presença *on-line* e revender *sneakers* colocou os estudos em segundo plano – Ronaldo cursou o terceiro ano do ensino médio no ensino remoto, devido à pandemia, e não entrou para a faculdade, o que seus pais lhe “imploram” até hoje para fazer. O entrevistado considera essa insistência dos pais nos seus estudos mais um sinal de sua percepção limitada do contexto em que vivem. Comparando as possibilidades abertas pela faculdade e pelo empreendedorismo, Ronaldo considera que, no segundo, o “esforço e retorno é muito maior”. Sem sequer cogitar cursar o ensino superior, ele conclui que empreender “é a forma mais dolorosa e mais rápida” de ganhar dinheiro.

Num dado momento, o entrevistado esclarece que não despreza os pais, pelo contrário, reconhece seus conhecimentos e experiências nos negócios, mas que, simultaneamente, sabe que precisa superar as limitações do pai e da mãe:

Não é, tipo, desprezando meus pais. Eu amo eles (...) eles me deram também muitos ensinamentos muito bons, porque eles trabalhavam com empreendedorismo por muitos anos. Então eles já passaram por muita coisa, sofreram muita coisa, eles já são mais ligeiros, então eles sabem de muita coisa. Então eu aprendi muito as coisas com eles também. Só que eles não pegaram esses conhecimentos mais profundos de pessoas que eu vi que ganharam muito dinheiro.<sup>35</sup>

O desapontamento com o conservadorismo e “cabeça fechada” dos pais vem acompanhado da certeza de como seu trabalho é fundamental para a família: “porque se um dia eu não acordar mais, eu não trabalhar mais, eu ficar doente por meses, minha marca parar de rodar, o negócio do meu pai vai quebrar de novo, não vai ter outra coisa pra fazer”<sup>36</sup>. Mais uma vez, a segunda geração tem um nível de responsabilidade para com a família que é atípico para a idade, como o próprio entrevistado percebe: “Então, realmente é um peso muito grande nas minhas costas, isso tudo. Apesar de eu ter 19 anos”<sup>37</sup>. Se prover o sustento dos filhos costuma estar no centro do projeto da imigração dos pais, como mencionado por Sayad, para Ronaldo os pais também são a força motriz de seus projetos: “eu faço isso tudo pelos meus pais”<sup>38</sup>.

Ronaldo se inspirou na famosa frase de Bruce Lee, “seja como água, meu amigo”, para batizar a SHUI – o nome significa “água” em chinês mandarim, e a logo da marca é o caractere chinês correspondente. Além da homenagem ao ídolo das artes marciais, o nome também deseja para a marca a flexibilidade que o entrevistado crê que faltou aos pais, e a tantos outros empreendedores,

durante a pandemia de Covid-19: “porque a água ela é muito flexível, ela se molda ao formato, se tá num copo ela vira um copo, se tirar ela passa por rachaduras, ela entra nas rachaduras”<sup>39</sup>. Se no início do empreendimento Ronaldo lançava as peças que julgava mais demandadas pelo público do *streetwear*, como calças cargo, com o desenvolvimento da marca passou a apostar em coleções com referências asiáticas, que se fazem presentes nos cortes inspirados pela *streetwear* chinesa (a que ele tem acesso por plataformas como a versão chinesa do aplicativo *TikTok*), além da própria logo da marca e nos modelos que apresentam as peças, em sua maioria amarelos. Na entrevista, ele contou que, para o ano seguinte, planejava coleções que seguirão nesta mesma linha e, em agosto de 2022, Ronaldo anunciou nas suas redes sociais que uma loja física da SHUI está prevista ser aberta nos próximos meses, no bairro da Mooca, em São Paulo, no segundo andar de um restaurante chinês. Na intenção de entender melhor a relação dos clientes da SHUI com a identidade da marca, perguntei ao entrevistado:

MV - E as referências asiáticas vão ser uma coisa que você vai continuar apostando então? Você acha que é um negócio que a galera curte?

RP – Sim, que eu vou investir cada vez mais e vou incluir cada vez mais na minha marca. Porque é uma coisa diferencial, apesar de tipo, a minha marca ter esse nome, ninguém sabe por que tem esse nome de Shui. Pessoal mais gosta porque vê um símbolo asiático e acha legal. Quanto menos eles entenderem o significado mais legal eles vão achar [risada].<sup>40</sup>

Na análise dele, então, ao mesmo tempo que a identidade asiática é um diferencial da SHUI, esta muitas vezes é destituída de significado, da mesma maneira como tantas vezes a iconografia chinesa ou asiática são empregadas comercialmente. Quando proponho que esse uso indiscriminado e vazio de caracteres chineses e outros elementos talvez esteja em decadência, ao menos entre o público considerado, ele concorda: “Sim, hoje em dia, o pessoal da moda, eles gostam muito de lançamento ou criações de conceitos e coleções com significados. Com uma história por trás. Os designers em si, os mais renomados, todas as coleções que eles fazem têm uma história”<sup>41</sup>. De fato, a história de vida dos criadores tem importância especial para o público do *streetwear*, com predileção pelas trajetórias de superação, das marcas criadas “do zero” por sujeitos tradicionalmente excluídos da alta moda. Isso está evidente no sucesso da grife *Off-White™*, de Virgil Abloh<sup>42</sup>, talvez a principal representante do alto *streetwear* hoje; e mesmo na *AMBUSH®*, da coreano-americana Yoon Ahn<sup>43</sup>. Ronaldo menciona ainda, entre suas referências, a brasileira *PACE™*, fundada em 2017 pelo neto de imigrantes okinawanos, Felipe Matayoshi, e que já acumula colaborações com grandes marcas de tênis como *New Balance* e *Vans®*.

Ainda que em meio a muitas continuidades, é inegável que o contexto de Ronaldo oferta um leque maior de significados possíveis à existência sino-brasileira, quando comparado ao primeiro grupo de entrevistados. Alguns destes demonstram sentir orgulho da trajetória particular dos pais e avós como imigrantes e empreendedores, porém, o seu “ser chinês” parece não carregar qualquer significado positivo a que seja interessante associar-se<sup>44</sup>. Como um desses entrevistados contou sobre o que “ouve” por ser “chinês”: “Piada suja né que a gente tem que escutar, não assim de coisa boa, piada assim saudável, só falam coisa errada. Que nem é bom falar na entrevista isso [risada]”<sup>45</sup>. Via de regra, esses entrevistados buscam afirmar-se como brasileiros, por vezes até com certa insistência e justificativas (a exemplo, um deles me disse que, se eu falasse por telefone com ele sem conhecê-lo, jamais diria que ele é “chinês”). Suas identificações (ou não identificações) se aproximam do que Jeffrey Lesser (2008) chamou de diáspora descontente<sup>46</sup>: uma etnicidade que não implica uma identidade positiva com a China, que reivindica o Brasil como seu centro nacional, e cuja etnicidade é mais afirmada pelo meio do que pelo sujeito em si.

Segundo a teoria da assimilação segmentada, a assimilação não é um processo linear para todos os grupos imigrantes, podendo levar a trajetórias ascendentes ou descendentes, condicionadas por fatores como ocupações profissionais dos pais, constituição ou não de comunidades coétnicas e discriminação racial (PORTES et al., 2008). O tipo de aculturação que, na maioria das vezes, leva à “assimilação para baixo” é a que os autores chamam de aculturação dissonante. Nesta, os filhos rapidamente rejeitam a cultura dos pais à medida que introjetam a da sociedade de imigração, e, como consequência, há uma quebra na comunicação entre as duas gerações, tanto por questões linguísticas quanto emocionais, uma vez que, nesta ruptura, os filhos passam a ver a cultura dos pais como inferior ou embaraçosa. Portes acena para os efeitos subjetivos dessa ruptura nos filhos: “a americanização total tem o efeito de desconectar os jovens de seus pais e privá-los de um ponto de referência cultural a partir do qual podem basear seu senso de identidade e dignidade pessoal” (PORTES et al., 2008, p. 36).

Vivendo em um tempo em que a China (e demais países asiáticos, como a Coreia), ocupa papel geopolítico fundamentalmente distinto do que ocupava durante a juventude dos primeiros entrevistados, e em que o Brasil e o mundo passam por uma transformação cultural sobre raça (e que é antecipada por movimentos de vanguarda, como o *streetwear*), parece que Ronaldo encontra um contexto pelo menos um pouco mais favorável à sua existência fronteiriça do que os demais entrevistados. Não sem o considerável custo emocional de pertencer a uma família atravessada por esta fronteira e longe de desconhecer hostilidades racistas e xenófobas, suas condições de negociação permitem integrar-se ao Brasil sem abandonar uma identificação chinesa.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo é uma apresentação de resultados preliminares da pesquisa de mestrado em andamento.

<sup>2</sup> Nenhum dos entrevistados se autoidentifica como sino-brasileiro, sendo o uso deste termo uma escolha minha. Nas entrevistas, eu me referia a eles como filhos ou descendentes de chineses. Eles, por sua vez, identificam-se a si mesmos (e aos seus pares de segunda geração) prioritariamente como brasileiros, mas, por vezes, também como chineses, dependendo do que demandava o contexto daquela fala em específico (se era necessário, por exemplo, identificar aquele sujeito como filho de chineses, ele é chamado de chinês). Enquanto isso, quando necessário diferenciar os chineses, estes são chamados pelos entrevistados de “chinês de verdade” ou “chinês da China”. Aqui, a minha escolha é nomear chineses apenas aqueles indivíduos nascidos na China, a fim de evitar incorrer no constante problema da estrangeirização dos descendentes de imigrantes leste-asiáticos, que, como ficou evidente em certos momentos, causa incômodo a pelo menos parte dos entrevistados. Ou então, quando estiver citando os entrevistados, usarei os termos “chinês” e “brasileiro” entre aspas.

<sup>3</sup> Entrevista Lucilina.

<sup>4</sup> Entrevista Mei Qim.

<sup>5</sup> O pai ou o avô dos entrevistados migraram sozinhos em um primeiro momento e, após se estabilizarem, propiciaram a vinda do restante da família. Por isso, costumavam ter maior domínio do português do que suas esposas. A divisão do trabalho, ao que parece, por vezes aprofundava essa diferença.

<sup>6</sup> Entrevista Milton.

<sup>7</sup> Entrevista Mei Qim.

<sup>8</sup> Entrevista Lucilina.

<sup>9</sup> Entrevista Pedro.

<sup>10</sup> Entrevista Lucilina.

<sup>11</sup> Entrevista Mei Qim.

<sup>12</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>13</sup> Entrevista Pedro.

<sup>14</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>15</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>16</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>17</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>18</sup> Entrevista Esther.

<sup>19</sup> Entrevista Lucilina.

<sup>20</sup> Entrevista Pedro.

<sup>21</sup> *Memes* podem ser definidos como peças de humor na forma de imagem, vídeo, porção de texto, entre outros, que são copiados (às vezes com alguma variação) e disseminado repetida e rapidamente por usuários da internet.

<sup>22</sup> Entrevista Ronaldo. Legendas: RP - Ronaldo, MV - Maria Victória (entrevistadora).

<sup>23</sup> Agradeço à Mariana Felipe pela ajuda para contextualizar o *K-Pop* no Brasil.

<sup>24</sup> Explicando como se tornou um fenômeno nas redes sociais, Ronaldo chega a considerar que “ser asiático que fez eu bombar mais fácil”.

<sup>25</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>26</sup> Entrevista Lucilina.

<sup>27</sup> Entrevista Suzana.

<sup>28</sup> Entrevista Mei Qim.

<sup>29</sup> Entrevista Lucilina.

<sup>30</sup> Entrevista Lucilina.

<sup>31</sup> Entrevista Lucilina. Grifo nosso.

<sup>32</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>33</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>34</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>35</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>36</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>37</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>38</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>39</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>40</sup> Entrevista Ronaldo. Legendas: RP - Ronaldo, MV - Maria Victória (entrevistadora).

<sup>41</sup> Entrevista Ronaldo.

<sup>42</sup> Abloh fundou a *Off-White™* em 2012, e, em 2018, foi nomeado diretor artístico de

moda masculina da *Louis Vuitton*, sendo a primeira pessoa negra a ocupar o cargo e um dos poucos diretores negros à frente de uma grande *maison* francesa. Sua nomeação também simbolizou a diluição da fronteira entre o *streetwear* e o *high fashion*, ou alta moda. Abloh faleceu em novembro de 2021, aos 41 anos.

<sup>43</sup> Yoon Ahn fundou a *AMBUSH*® em 2008, junto de seu marido, o *rapper* japonês Verbal. Em 2018, Ahn assumiu o cargo de *designer* de joias da *Dior Homme*.

<sup>44</sup> Suzana foi a única entrevistada a mencionar o estereótipo de que chineses, ou “orientais”, seriam inteligentes – o que ela identifica como um essencialismo e portanto, uma associação limitadora e não benéfica. Ainda, ela descreveu de maneira feliz a sua cerimônia de casamento, realizada ao estilo tradicional chinês, o que ela considerou positivamente “diferente”, como a lhe conferir autenticidade. Podemos dizer que sua narrativa, portanto, se dissocia das demais nesse sentido. Porém, ainda diferente de Ronaldo, essa identificação não demonstra estar associada aos significados sociais da descendência chinesa, mas à sua experiência particular.

<sup>45</sup> Entrevista Milton. Mesmo quando confirmei que este não seria um conteúdo adequado à entrevista, ele preferiu não explicar o conteúdo das tais piadas sujas.

<sup>46</sup> Na referida pesquisa, Lesser (2008) tratou dos nipo-brasileiros envolvidos com o meio artístico e militante nas décadas de 1960-1980.

## RELAÇÃO DE FONTES

*Esther*. Entrevista I. [maio 2022]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2022. 1 arquivo .mp3 (50 min.).

*Lucilina*. Entrevista I. [jun. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2021. 1 arquivo .mp3 (126 min.).

*Mei Qim*. Entrevista I. [ago. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2021. 1 arquivo .mp3 (68 min.).

*Milton*. Entrevista I. [jul. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2021. 1 arquivo .mp3 (61 min.).

*Pedro*. Entrevista I. [jul. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Curitiba, 2021. 1 arquivo .mp3 (70 min.).

*Ronaldo*. Entrevista I. [jan. 2022]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2022. 1 arquivo .mp3 (100 min.).

*Suzana*. Entrevista I. [set. 2021]. Entrevistadora: Maria Victória Ribeiro Ruy. Videochamada, 2021. 1 arquivo .mp3 (70 min.).

SAMPAIO, Ayrton. Veja o exemplo dêste brasileiro. **Diário do Paraná**, Curitiba, n. 4865, p. 10, 26 de set. de 1971.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LESSER, J. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PORTES, A. et al. (2008). Filhos de imigrantes nos EUA hoje. **Tempo Social**. Vol. 20, pp.13-50.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

UENO, L. S. **Amores (des)racializados**: um estudo psicossocial dos casamentos de “amarelos” com negros e brancos em São Paulo. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

### RESUMO

O presente artigo apresenta as narrativas de vida de duas “segundas gerações” da imigração chinesa ao Brasil e proponho uma análise comparativa entre elas. O primeiro grupo de entrevistados é constituído por 8 sino-brasileiros entre 40 e 60 anos de idade, cujas famílias se estabeleceram em Curitiba ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, onde abriram pastelarias e lanchonetes. Todos nasceram e cresceram no Brasil, com exceção de Sérgio, que nasceu em Moçambique e se mudou para o Brasil na infância, após viver por um breve período em Portugal, e de Lucilina e Pedro que viveram por cerca de um ano em Hong Kong quando eram crianças, retornando para Curitiba em seguida. O segundo recorte é composto por Ronaldo, com 19 anos de idade no momento da entrevista, cuja família se mudou para o Brasil em meados da década de 1990 – Ronaldo nasceu no Brasil, sua família voltou à China após seu nascimento, para 3 ou 4 anos depois se estabelecer no Brasil novamente. Após passarem alguns anos em Minas Gerais, a família se mudou para São Paulo, onde apostou numa empresa de confecção de roupas masculinas, junto de um sócio. Hoje, continua atuando no ramo por meio da marca de *streetwear*, fundada por Ronaldo em 2020, a SHUI.

**Palavras-chave**: sino-brasileiros; segunda geração; trabalho; discriminação étnica e racial; cultura

### ABSTRACT

This article presents the life narratives of two “second generations” of Chinese immigration to Brazil and proposes a comparative analysis between them. The first group of interviewees consists of 8 Chinese-Brazilians between 40 and 60 years old, whose families settled in Curitiba during the 1950s, 1960s and 1970s, where they opened pastry shops and snack bars. All were born and grew up in Brazil, with the exception of Sérgio, who was born in Mozambique and moved to Brazil as a child after living briefly in Portugal, and Lucilina and Pedro, who lived for about a year in Hong Kong when they were children, returning to Curitiba afterwards. The second cut consists of Ronaldo, aged 19 at the time of the interview, whose family moved to Brazil in the mid-1990s – Ronaldo was born in Brazil, his family returned to China after his birth, for 3 or 4 years later settle in Brazil again. After spending a few years in Minas Gerais, the family moved to São Paulo, where they invested in a menswear manufacturing company, together with a partner. Today, he continues to operate in the business through the streetwear brand, founded by Ronaldo in 2020, SHUI.

**Keywords**: Chinese-Brazilians; second generation; work; ethnic and racial discrimination; culture

# Muito orgulho e sem rivalidade: atletas olímpicos brasileiros nascidos na Argentina

*William Douglas de Almeida\**  
*Katia Rubio\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

A participação em um evento esportivo internacional, como os Jogos Olímpicos, é marcada por muito simbolismo. Apesar da característica individual da competição, o atleta carrega consigo o caráter de representação nacional, uma vez que a vinculação a um comitê olímpico nacional é um dos critérios de elegibilidade para os atletas. Kostakopoulou e Schrauwen (2015) adotam o termo *homo nationalis* para definir a importância da nação para o atleta olímpico. Outros autores, como Mac Allon (1981), destacam que os Jogos Olímpicos mesclam momentos de representação individual, nacional e universal.

Apesar de se entrecruzarem em vários momentos, a nacionalidade civil e a nacionalidade esportiva não são conceitos indissociáveis. Nicolau (2017) destaca que a unicidade da nacionalidade esportiva é um critério adotado por quase todas as entidades de administração do desporto, havendo regras específicas para atletas que desejem representar mais de uma nação ao longo da construção da carreira atlética. Por outro lado, em um mundo marcado pelo fluxo cada vez mais intenso de pessoas, as trocas de nacionalidade e a existência de pessoas com mais de uma nacionalidade civil tornam-se cada vez mais comuns.

No Brasil, a premissa básica para a concessão da nacionalidade brasileira é o *jus soli*, ou seja, todas as pessoas nascidas em território nacional têm direito à nacionalidade brasileira. Ao longo dos últimos anos, houve uma série de ajustes na lei, e também é possível ter a nacionalidade brasileira originária por meio do critério de *jus sanguinis*, ou seja, com base na ascendência de pai ou mãe brasileiros. A outra forma de se tornar brasileiro é por meio da naturalização.

Desde 1920, quando enviou uma delegação aos Jogos Olímpicos pela primeira vez, até os Jogos Olímpicos de Tóquio, realizados em 2021, o Brasil foi representado por 55 atletas que nasceram em outros países, mas que se tornaram brasileiros. Destes, quatro são originários da Argentina: o jogador

---

\*Pós-doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

\*\*Professora associada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

de basquete Antônio Salvador Sucar, o canoísta Sebastián Cuatrin, o tenista Fernando Meligeni e o jogador de hóquei sobre a grama Joaquin Lopez. Com quatro atletas, a Argentina é o quarto país com maior número de emigrantes que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, atrás de Estados Unidos (oito), Alemanha (seis), e França, (cinco) (ALMEIDA, 2021 e COB 2021).

Este artigo tem como objetivo apresentar a história de vida de atletas olímpicos brasileiros nascidos na Argentina, debater o movimento migratório que os trouxe até o Brasil, a construção do processo de naturalização e as consequências da representação olímpica na formação do processo de identidade desses atletas. Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo, pautado na memória dos atletas, e não apenas em dados quantitativos sobre o número de atletas - nascidos em território estrangeiro - participantes nas delegações brasileiras.

Ao debater este tema, veremos que o esporte não é uma simples ferramenta de *soft power*, mas um fenômeno conectado a questões identitárias e sociais, como os movimentos migratórios que ocorreram entre os países. Clubes e entidades de prática esportiva são um espaço social importante, e podem servir para colocar migrantes em contato com as pessoas em um novo país, mas também para a manutenção de laços com os locais de origem – haja vista o grande número de agremiações e entidades fundadas por imigrantes. A relação entre fluxos migratórios e esporte é amplamente debatida em todo o mundo (AGERGAARD, RYBA, 2014; CARTER, 2011; HOULIHAN, ZHENG, 2013; JANSEN et al, 2017; POLI, 2007; POULTON, MAGUIRE, 2012). No Brasil, podemos citar os trabalhos de Freitas (2022), Marques e Marchi Júnior (2020), Ribeiro et al. (2013), Kilpp (2012), Faggiani et al. (2016) e Tertuliano (2016).

O texto está estruturado da seguinte maneira: detalhamento da metodologia de pesquisa utilizada; debate sobre a construção da rivalidade entre Brasil e Argentina; apresentação da trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa; discussão com base nas aproximações e distanciamentos entre a vida dos atletas e trabalhos acadêmicos sobre migrantes argentinos no Brasil; e elaboração das considerações finais.

## 2 NARRATIVAS BIOGRÁFICAS – O ATLETA COMO PROTAGONISTA DO ESPORTE

Apesar de parecer elementar, é preciso recordar: sem o atleta, o esporte é apenas uma abstração. Compreender o fenômeno esportivo por meio de seus protagonistas, os atletas, é um desafio que pode ser encarado de diferentes maneiras. Este artigo baseia-se na metodologia das Narrativas Biográficas, desenvolvida por Rubio (2014, 2015, 2016). As entrevistas utilizadas neste artigo compõem o banco de histórias da pesquisa “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros” (Rosina, 2022), desenvolvida ao longo de anos pelo Grupo de Estudos Olímpicos da Universidade de São Paulo (GEO/USP).

Foram ouvidos mais de 1,3 mil atletas que representaram o Brasil em edições dos Jogos Olímpicos. A metodologia das Narrativas Biográficas trabalha com a premissa de que todos os encontros entre pesquisadores e atletas comecem com um mesmo convite: “por favor, conte sua história de vida”. Assim, parte-se da narrativa do atleta – a quem cabe definir os pontos principais, os momentos de destaque, as aproximações e distanciamentos entre a carreira atlética e a trajetória pessoal. Temas como a iniciação esportiva, as principais conquistas, a participação olímpica e a transição de carreira são narrados. Ancorado na memória (HALBWACHS, 1990), este tipo de metodologia não visa a mera reprodução da história, mas, de certa maneira, procura captar detalhes identitários, algo definido por Tonon (2022) como a busca pela “alma” dos atletas. Das quatro entrevistas que compõem este trabalho, três foram realizadas por um pesquisador e uma por outro, todos membros do GEO/USP.

### 3 A RELAÇÃO ENTRE VIZINHOS

Diversos autores trabalham com dados quantitativos e qualitativos sobre a migração entre Brasil e Argentina, dentre os quais destacamos Sala (2005), Winand (2015), Fernandez (2011) e Brandalise (2011). Sala (2005) aponta que o número de pessoas provenientes de países do Cone Sul vem crescendo: com base nos últimos dados públicos disponíveis, eram mais de 27 mil argentinos, à época da publicação, vivendo no Brasil. Baeninger (2012) aponta que os argentinos eram a maior comunidade estrangeira da América do Sul no Brasil e que, em 2010, havia, também, um grande número de brasileiros que viviam em território argentino: 33.748, representando a quinta maior comunidade estrangeira daquele país.

Historicamente, o número de argentinos vivendo no Brasil já foi maior. Segundo Fernandez (2011), há uma estimativa de que, em agosto de 1980, havia cerca de 30 mil refugiados latino-americanos vivendo em São Paulo, a maioria deles argentinos, mas sem registros oficiais. Naquele momento, apenas 50 deles estavam sob proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). O autor pontua que, na década de 1970, a Argentina viveu uma grande onda emigratória.

Durante 1975 e 1976, os fatores de expulsão da Argentina se potencializaram mais ainda: por um lado, a ação do medo instaurado de forma generalizada na sociedade, por causa do terrorismo exercido clandestinamente desde o Estado, mas também da escalada da violência guerrilheira [...] por outro aspecto, evidenciava-se no país o agravamento dos problemas no cenário político, econômico e social (FERNANDEZ, 2011, p.159).

Mesmo em um contexto político de ditadura, o Brasil vivenciava, naquele momento, o chamado “milagre econômico”, tornando-se um país atrativo para os argentinos, principalmente aqueles que tinham grande qualificação técnica e que deixavam o país de origem, num fenômeno conhecido como “fuga de cérebros”. Apesar da aparente prosperidade econômica e da proximidade geográfica, Fernandez destaca que a inclusão dos argentinos na sociedade brasileira foi um processo que também encontrou barreiras sociais, que foram reveladas por meio de entrevistas realizadas com migrantes. Em diversos depoimentos, o autor pôde constatar passagens nas quais os argentinos foram vítimas de xenofobia e exclusão, algumas delas relacionadas à rivalidade esportiva. O relato de um dos entrevistados, chamado Daniel, é bastante claro.

Para ele, o futebol se revestia desse caráter de conflito binacional. Contudo, na sua experiência vivida, o conflito representado no jogo não era apenas ‘simbólico’ ou abstrato, mas se transformava em um embate concreto cujos resultados influíam direto no seu microcosmo cotidiano [...] Assim, a cada aproximação de um jogo Brasil x Argentina, Daniel recordou que sentia uma enorme pressão do seu imediato entorno social: a escola. Para seus colegas de classe, a figura de Daniel ‘transformava-se’, nos momentos prévios ao ‘combate simbólico’, na encarnação do ‘inimigo’ e no receptáculo de todo um conjunto de representações sociais (negativas) sobre a Argentina. Em suma, convertera-se, a contragosto, em um representante quase ‘oficial’ da nação argentina, sobre quem cairiam as chacotas (no caso da derrota argentina) ou uma possível ação punitiva, como vingança frente a uma vitória da seleção celeste e branca (FERNANDEZ, 2011, p.523).

O esporte também aparece como um dos principais elementos de rivalidade entre Brasil e Argentina no trabalho realizado por Brandalise (2011), que coloca o fenômeno ao lado de questões políticas e econômicas. Para a autora, o discurso de conflito entre as duas nações é amplificado pela mídia, e não apenas pelos programas noticiosos, mas também por peças publicitárias e programas humorísticos. É preciso, porém, buscar compreender o processo de formação da rivalidade entre as duas nações. Para isso, nos amparamos nos estudos de Winand (2015). A autora sintetiza a formação da animosidade entre as nações em dois tópicos.

1. Brasil e Argentina reconheceram-se como rivais a partir da percepção que cada um tinha sobre sua representação territorial e, posteriormente, sobre o papel de cada um no entorno geopolítico.

2. Estabeleceu-se, portanto, um padrão de rivalidade essencial aos dois futuros Estados independentes, pautado no fato de que o logro de uma parte significaria o fracasso da outra. Valor que foi incorporado pelas elites dirigentes de cada país (WINAND, 2015, p.70).

Ainda segundo a autora, no período entre as duas grandes guerras mundiais, as tensões entre os dois países aumentaram e, posteriormente a isso, outros episódios deixaram claro o clima de tensão nos ambientes político e econômico entre os dois países.

O conflito trazia à tona a antiga disputa entre Brasil e Argentina pela influência sobre o Paraguai que perpassa o incidente da Colônia de Sacramento e o litígio em torno do território das Missões. Ou seja, Itaipu é um legado da mais remota origem das questões platinas (WINAND, 2015, p.80).

Como fenômeno social, o esporte acaba sendo um campo profícuo para evidenciar distanciamentos e conflitos. Bayce e Pinto (2018) destacam que há uma demanda reprimida com relação a estudos sobre o comportamento de torcedores argentinos, brasileiros e uruguaios. Estudos como os de Brandalise (2011, 2020) também destacam o esporte como elemento importante na relação entre os países. Deste modo, conhecer a trajetória de atletas que nasceram em uma dessas nações, mas que optaram por defender a outra, é um elemento importante.

#### 4 A ESCOLHA PELO BRASIL

A seguir, apresentamos a trajetória de vida dos atletas que nasceram na Argentina e representaram o Brasil em edições olímpicas, dando destaque às falas que pontuam momentos importantes da sua relação com os dois países.

Antes, porém, cabe fazer um adendo histórico que também conecta os dois países. Nas primeiras edições olímpicas da Era Moderna, a inscrição de atletas era realizada de maneira individual, tendo em vista que os comitês olímpicos nacionais ainda não haviam sido estabelecidos. Em 1908, Horácio Tertuliano Torromé, da patinação artística, que vivia na Inglaterra, país sede dos Jogos, usou de fatores hereditários para declarar-se argentino e competir nos Jogos Olímpicos. Horácio, porém, era nascido no Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2021). Ou seja, a conexão entre portenhos e brasileiros no movimento olímpico é histórica.

#### 4.1 Sucar (basquete 1960, 1964 e 1968)

Sucar nasceu na província de Tucumã, no norte da Argentina, em 1939. Os pais de Sucar eram sírios e haviam migrado para a América do Sul, onde trabalhavam como comerciantes de roupas. A migração da família ocorreu na década de 1920, de navio, e, antes deles, alguns tios de Sucar haviam migrado para a América do Sul – parte para o Brasil e parte para a Argentina. A decisão de trocar o país vizinho pelo Brasil ocorreu após um lance de sorte:

Meu pai, por um desses acasos da sorte, jogava na loteria argentina. E ganhou. A tríplice coroa. Então, nessa altura do campeonato, a minha mãe, uma irmã dela que morava no Brasil, casada com um tio meu, queria que ela viesse pra cá, elas se comunicavam muito por carta. E meu pai pensou que nós morávamos numa cidadezinha pequena, chamava Lulis, chama-se Lulis. Uma cidade bem pequena. E ele pensou ‘o quê que eu vou fazer aqui com seis filhos homens? E mais quatro mulheres?’ Então acabou resolvendo, vindo pra São Paulo, isso foi assim que acabou a guerra, a Segunda Guerra Mundial, 1946, eu tinha 7 anos. (Comunicação oral, Antônio Salvador Sucar, 2016).

Em São Paulo, a família de Sucar estabeleceu um comércio na região da rua 25 de Março, ponto tradicional da comunidade árabe. Paralelamente a isso, Sucar passou a frequentar o clube Sírio, onde foi apresentado ao basquete. Com 2,02 metros de altura, Sucar logo se destacou na função de pivô e tornou-se um dos principais jogadores do país. No ano de 1959, ele chegou a treinar com a seleção brasileira, mas, como não havia concluído o processo de naturalização, não pôde ser convocado para o Campeonato Mundial. A naturalização ficou pronta em 1960, a tempo de Sucar ser convocado para os Jogos Olímpicos de Roma, quando o Brasil conquistou a medalha de bronze.

Um dos momentos mais marcantes com a camisa da seleção brasileira ocorreu quando Sucar jogou um campeonato sul-americano, justamente no território argentino.

Eu fui jogar o sul-americano em Córdoba, na Argentina. Saiu no noticiário que eu era argentino de nascimento e tudo. Então os caras ficaram chateados comigo, mas eu era brasileiro, já era brasileiro, entendeu? O meu basquete sempre foi brasileiro. Então eu ganhei o Sul-Americano contra a Argentina. Nós estávamos perdendo por 55 a 54, e fizeram uma falta em mim, faltavam 7 segundos [...] E eu emboquei os dois lances livres e nós ganhamos da Argentina. Por 56 a 55. (Comunicação oral, Antônio Salvador Sucar, 2016).



Como atleta, Sucar representou o Brasil em três edições olímpicas (Roma, 1960; Tóquio, 1964; e Cidade do México, 1968), ganhando duas medalhas de bronze. Por clubes, além do Sírio, ele vestiu a camisa do Palmeiras, e defendeu o Club Atlético Taboré, do Uruguai. Retornou ao Sírio e encerrou a carreira como jogador em 1973. O vínculo com a instituição foi mantido, tendo ocupado cargos diretivos, tendo sido por duas oportunidades o vice-presidente de esportes. Ele morreu em São Paulo, em 31 de dezembro de 2018.

#### **4.2 Sebastián Cuatrin (canoagem 1992, 1996, 2000 e 2004)**

Nascido na cidade de Rosário em 6 de setembro de 1973, Sebastián Cuatrin migrou para o Brasil aos seis anos de idade. A família trocou a Argentina por Governador Valadares, no interior de Minas Gerais.

A gente veio pro Brasil em função de uma crise econômica na Argentina. Meu pai era engenheiro civil e recebeu um convite para dar aulas em Governador Valadares. Ele veio na frente por um período pra ver se estava tudo certo e minha mãe veio logo na sequência. E a gente se mudou pra Valadares que eu chamo minha terra de coração. (comunicação oral, Sebastián Cuatrin, 2016).

Foi no interior de Minas Gerais, no rio Doce, que Sebastián conheceu o esporte que o levaria a quatro edições olímpicas pelo Brasil: a canoagem. Por conta do esporte, Cuatrin passou por vários processos migratórios dentro do Brasil, sempre acompanhando a seleção brasileira. Nesse processo, ele viveu em várias cidades – São Paulo (Capital), São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), Piraju (interior paulista), Londrina (interior do Paraná) e Rio de Janeiro. Durante um período, ele morou na Polônia, onde estava radicado um treinador conhecido como um dos melhores do mundo.

Tendo iniciado a prática da canoagem no Brasil, o esporte teve um papel fundamental na decisão de Cuatrin de se naturalizar.

Fiz ela [a naturalização] por causa do esporte, porque eu não podia competir em 1991. Eu não podia competir os Jogos Pan-Americanos, sendo atleta nascido não natural, não naturalizado brasileiro. Então, meus pais fizeram super esforço na embaixada, consulado tudo. Todo mundo foi super solícito e consegui me naturalizar a tempo para que eu pudesse participar dos Jogos. Eu me naturalizei em 1990. (comunicação oral, Sebastián Cuatrin, 2016).

Como atleta, Cuatrin participou de quatro edições olímpicas pelo Brasil (1992, 1996, 2000 e 2004). Ele conquistou onze medalhas em Jogos Pan-Americanos, sendo a última de ouro, no Rio de Janeiro, em 2007. Formado em

educação física, após a aposentadoria como atleta, Sebastián trabalhou como técnico e em funções administrativas na Confederação Brasileira de Canoagem. Quando o Brasil foi escolhido como sede para os Jogos Olímpicos de 2016, o canoísta assumiu um novo desafio: gerenciar as instalações esportivas que sediaram as provas de canoagem de velocidade e slalom.

Sobre a condição de naturalizado, Sebastián diz que os comentários sobre sua origem argentina sempre existiram e eram encarados por ele com normalidade.

Nunca me incomodou. O que me incomoda é quando essa coisa começa se tornar uma espécie tipo de uma pequena forma de te agredir e tal. Mas, nunca me incomodou. As pessoas falavam assim: ‘Ah, ele é Argentino, naturalizado’. Eu até brinco bastante com essa rixa que tem [...] E por ter nascido lá, eu carrego no sangue algumas características muito peculiares do povo argentino, que aquela coisa aguerrida. Mas, as pessoas falam a influência da cultura na vida das pessoas, né? Se eu tivesse lá eu teria outra forma de ser e quando você está acolhido, porque o povo brasileiro é um povo acolhedor, um povo muito simpático, um povo muito família, né? Nessa questão de ser dócil, de ser menos exaltado. A cultura brasileira me moldou um pouquinho diferente do que eu vejo os meus amigos da Argentina (Comunicação oral, Sebastián Cuatrin, 2016).

Mesmo com tantas conexões com o Brasil, a família de Cuatrin também mantém laços com o país vizinho. O irmão mais novo do canoísta, que nasceu no Brasil, mudou-se para a Argentina, vinte anos após a família ter feito o caminho oposto.

### **4.3 Fernando Ariel Meligeni (tênis, 1996)**

Fernando Meligeni nasceu em Buenos Aires, em 12 de abril de 1971. Quando ele tinha cinco anos de idade, o pai, que era fotógrafo, recebeu uma proposta de trabalho em São Paulo e decidiu mudar-se com a família para o Brasil. Foi na capital paulista que Fernando teve o primeiro contato com o tênis. Aos quinze anos de idade, ele recebeu uma proposta do pai: voltar sozinho para a Argentina, considerada então o principal polo do esporte na América do Sul, para treinar. Caso estivesse entre os três melhores do país após um ano, poderia continuar se dedicando à modalidade.

Meligeni conseguiu atingir o objetivo e manteve-se na Argentina, mas com os pais e a irmã radicados na capital paulista. Ele conseguiu se tornar o líder do ranking mundial juvenil de tênis. Diferentemente de outros esportes, no tênis a nacionalidade não é um critério de elegibilidade para se atuar no circuito mundial e/ou nos principais torneios, os Grand Slams. Todavia, para a disputa da

Copa Davis é preciso representar um país, assim como para os Jogos Olímpicos – evento no qual o tênis voltou a ser disputado em 1996, após anos de exclusão.

A decisão pela naturalização não foi apoiada pelos familiares de Meligeni, o que retardou o processo, que só pôde ser feito após ele completar os 18 anos de idade.

Minha mãe me obrigou, entre aspas, a me naturalizar depois que eu fizesse 18 anos, para que eu fizesse a naturalização, e não ela. Para que ela não assinasse nada. Tipo, é uma responsabilidade tua se você mudar de país, de bandeira [...] Ela nem no despachante levava os documentos. Eu estava viajando: ‘Mãe, leva esse documento lá?’. ‘Por que, naturalização? Tô fora! Vai você! Quando você voltar, você vai!’. Tanto que minha naturalização demorou três anos, dois anos e pouco pra acontecer. (Comunicação oral, Fernando Meligeni, 2011).

Superada a resistência familiar, Meligeni teve de encarar uma relação complexa com a imprensa brasileira, com parte dos torcedores e até mesmo com programas humorísticos de televisão, que satirizavam a sua escolha por defender o Brasil.

Por que esse cara, um argentino quer virar brasileiro, pra que? Deve ser por dinheiro, né?, Aí eu falo: ‘Cara, o que eu ganho no Brasil, de grana, não é nada!’. É porque, realmente, eu vim muito cedo pra cá e virei brasileiro, né? Abriu muito esse campo das pessoas entenderem que era o que eu queria, que era meu desejo. A partir daí, ficou tranquilo, mas, eu acabei ficando muito mais conhecido por causa daquele resultado (quarto lugar nos Jogos Olímpicos), muito mais querido e abriu muito mais portas, né, ficou mais fácil ser. Anteriormente era mais complicado, era uma briga diária, de brincadeira, de gozação no Casseta e Planeta, falando que eu era argentino, e que isso, querendo ou não, se você escolhe uma coisa, as pessoas não querem aceitar. Dói em você. (Comunicação oral, Fernando Meligeni, 2011).

Apesar das dificuldades encontradas no âmbito familiar e com alguns meios de comunicação, Fernando Meligeni indica que a participação em eventos como os Jogos Pan-Americanos e os Jogos Olímpicos, nos quais ele atuou não apenas como um atleta individualmente, mas representando o Brasil, serviu como fator de aproximação dele com os torcedores, que passaram a reconhecê-lo como um brasileiro. Um sentimento de pertencimento que, para ele, era natural, já que a mudança para o Brasil ocorreu ainda na infância. Fernando Meligeni encerrou a

carreira de atleta com a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de 2003. Após isso, chegou a exercer o posto de capitão do Brasil na Copa Davis (principal torneio entre nações no tênis mundial) e tornou-se comentarista da modalidade.

#### **4.4 Joaquín Eduardo López (hóquei sobre a grama, 2016)**

Joaquín López nasceu em Neocam, na Patagônia, em 12 de fevereiro de 1990. Ele começou a jogar hóquei sobre a grama aos 12 anos de idade, no Independiente, clube de sua cidade natal. Paralelamente às atividades no hóquei, ele também atuou como jogador de futebol, chegando a integrar as categorias de base do Boca Juniors, equipe tradicional da cidade de Buenos Aires.

Após ser preterido no futebol, Joaquín decidiu focar-se no hóquei sobre a grama e mudou-se para a França, onde morou por dois anos. No ano de 2013, ele retornou à Argentina, quando um amigo brasileiro comentou sobre a possibilidade de a seleção brasileira de hóquei conquistar uma vaga para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, que seriam realizados três anos depois – como país-sede, o Brasil teve a condição de classificação facilitada e dependeria apenas de um bom resultado nos Jogos Pan Americanos de 2015.

Joaquín decidiu, então, escrever para o técnico da seleção brasileira de hóquei sobre a grama.

Eu mandei um e-mail para o Cláudio Rocha, hoje treinador olímpico da seleção, e naquele momento ele era treinador do Carioca (equipe no Rio de Janeiro). E falei: ‘minha intenção é virar brasileiro e viver aqui pra jogar e tal’. E ele respondeu com a maior sinceridade: ‘Não. Você não pode virar brasileiro, não tem mãe, não tem pai, não tem ninguém brasileiro na sua família’. Falou não. Bom, eu vi igual. (Comunicação oral, Joaquín López, 2016).

Mesmo desencorajado pelo técnico da seleção, o atleta decidiu mudar-se. Como o hóquei sobre a grama é uma modalidade semiprofissional no Brasil, Joaquín conciliou as atividades no clube Carioca com o trabalho de garçom em bares no Rio de Janeiro. Depois, conseguiu assumir a função de treinador de equipes femininas de hóquei. O desejo de se naturalizar e participar dos Jogos Olímpicos ainda existia, mas só tomou forma nos últimos instantes, como narra o próprio jogador.

Como virei brasileiro? No Natal, dezembro de 2015, eu não sabia como eu ia virar brasileiro. Eu estava com minha namorada, e morando com ela já. Chegou um amigo aqui e falou: ‘Joaquim, você pode fazer tal, tal e tal coisa’, tem que ir a um escritório e um cartório e tal’. Falei: ‘beleza, vou copiar mensagem pra minha

namorada’. Ela olhou assim e me falou: ‘Nossa, que romântico que você é, me tá propondo casamento?’ Eu não sabia que era casamento isso, mas, então eu falei: ‘Será?’. ‘Sim, essa convocação é uma união estável e tal e tal. Dá direito e obrigação pra você’ [...] foi um princípio do sonho olímpico pra mim. Depois consegui fazer o documento com ajuda também da Confederação, que me recomendou no Ministério da Justiça. Foi um tempo, de dezembro de 2015 até agosto de 2016, quando cantei o hino e jurei. Como nasce um brasileiro. O juiz ainda falou: eu nunca assinei uma naturalidade tão rápida. (Comunicação oral, Joaquín López, 2016).

Com o apoio da namorada e da Confederação, Joaquín conseguiu a naturalização às pressas e foi convocado para representar o Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Além dele, a equipe do Brasil de hóquei sobre a grama tinha mais cinco atletas que nasceram em território estrangeiro (três na Holanda, um na Inglaterra e um na Austrália). Após os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, Joaquín seguiu carreira no esporte, tendo atuado em equipes como o Royal La Rasante (Bélgica) e o Barcelona (Espanha). Mesmo vivendo no exterior, ele segue representando a seleção brasileira.

Sobre o fato de ter defendido um país diferente daquele em que nasceu, Joaquín não se mostra incomodado, uma vez que a mudança de nacionalidade lhe permitiu realizar um sonho.

Nesse momento que apitou o juiz eu disse assim: ‘eu agora, no momento da minha vida, aconteça o que aconteça, vou ser um atleta olímpico’. Esse apelido, ou o sobrenome que ganhei de atleta olímpico, foi a maior conquista pra mim, profissional. (Comunicação oral, Joaquín López, 2016).

## 5 DISCUSSÃO: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DA NACIONALIDADE

A construção identitária é cada vez mais móvel e adaptável a diferentes tipos de discursos e conveniências. Segundo Bauman (1999), em tempos de liquidez, não são apenas as pessoas que se movem – lugares e comunidades, em si, passam por mudanças constantes. Alguns atletas, que trocam de nacionalidade, enfrentam uma nova instância de julgamento no momento de uma grande competição: a contestação do público e dos meios de comunicação, como ocorreu com o tenista Fernando Meligeni, que teve de se explicar ao ser questionado por que um argentino estava representando o Brasil. Do mesmo modo, anos antes, Sucar sofreu cobranças da torcida argentina ao defender o país rival. A fala do ex-jogador de basquete deixa claro que ele nunca sequer

havia praticado o esporte no país natal, que toda a sua formação atlética era brasileira, mas isso não minimizou a contestação de algumas pessoas diante dele.

Montagna (2017, p.113) defende que “nossa identidade se plasma no contato com o outro, se configura e reconfigura na interação com o entorno”. Sob esse prisma, é possível compreender que, muito além do local de nascimento, a formação identitária de pessoas como Sucar, Meligeni e Cuatrin foi construída no contato com os demais brasileiros. Mais que uma simples representação em um torneio esportivo, eles são pessoas que se enxergam como brasileiros e que, por isso, decidiram adotar a nação. Nestes três casos, estamos falando de pessoas que migraram para o Brasil ainda na infância por razões econômicas de suas famílias – os pais de Meligeni e Cuatrin receberam propostas de emprego no Brasil, e a família de Sucar viu na mudança para uma cidade maior (São Paulo) uma melhor oportunidade.

Outro fator que deve ser observado é que a migração de Meligeni tem um caráter pendular. Mesmo após se estabelecer no Brasil, ele retorna para a Argentina, onde participa de treinamentos de tênis em um centro de referência e mora por um período com a avó. O fato de ter migrado não significa um “divórcio” total com a pátria de nascimento, mas a construção de uma relação híbrida, multifacetada. Do mesmo modo, é possível observar que a relação da família de Sucar não era apenas com a Argentina, mas também com a Síria, nação de origem de seus pais, que migraram para a América do Sul. Os laços de ancestralidade foram importantes no momento em que eles se estabeleceram no Brasil: a escolha por montar um comércio na rua 25 de Março, tradicional reduto da comunidade síria na capital paulista, e também o fato de frequentar o clube Sírio, não são escolhas casuísticas.

Marcados por algumas semelhanças, os processos migratórios também são fenômenos individuais e, por isso, dotados de particularidades. Enquanto Cuatrin teve o apoio familiar no momento da naturalização, Meligeni narra que a própria mãe não o auxiliou durante o processo burocrático, deixando a ele as atribuições relacionadas ao caso. Além do apoio familiar, vale ainda notar os papéis das instituições esportivas nos diferentes processos. O tenista narra que não encontrou apoio e que demorou quase três anos para mudar de nacionalidade. Já o jogador de hóquei sobre a grama, Joaquín López, conta que teve o apoio da confederação brasileira da modalidade, com uma “recomendação no Ministério da Justiça” o que ajudou a acelerar o processo.

O caso de Joaquín, aliás, insere-se em um processo diferente em relação aos outros três atletas. Mesmo tendo retornado à Argentina para se aprimorar, Meligeni fez a iniciação esportiva no Brasil. Sucar diz textualmente que “seu basquete era brasileiro”, e Sebastián Cuatrin teve o primeiro contato com a canoagem no rio Doce, em Governador Valadares. Mesmo o hóquei sobre a grama sendo uma modalidade amadora no Brasil, o caso de Joaquín caracteriza-se como uma migração motivada pelo movimento de profissionalização do esporte, no qual a concessão de nacionalidades de maneira instrumental

tornou-se uma ferramenta utilizada por vários países para poder contar com mão de obra especializada de países nos quais há um excedente qualificado. Para Joaquín, conseguir a classificação olímpica pelo Brasil foi um processo mais “simples” que obter a qualificação pela Argentina, país que detém maior tradição no esporte. É importante destacar que, em momento algum, Joaquín cometeu alguma ilegalidade ou feriu o processo – sua naturalização seguiu os protocolos previstos e é legal. Em um mundo com fronteiras mais fluidas (Bauman, 1999) é possível que o trabalhador qualificado deixe seu país e migre em busca de oportunidade de trabalho. No caso de Joaquín, a oportunidade laboral juntou-se a um desejo pessoal: o de ter o “sobrenome” olímpico.

Outro ponto passível de discussão é o papel desempenhado pelos meios de comunicação. Imerso em uma seleção na qual seis jogadores não eram nascidos no Brasil, Joaquín passou “despercebido” da mídia brasileira e não relata ter sofrido resistência ou enfrentamentos, mesmo tendo vivido poucos anos no país, antes de obter a nova cidadania. Já Fernando Meligeni, mesmo tendo uma vivência maior no país, teve enfrentamentos com os meios de comunicação. Destaque-se ainda que o tenista cita nominalmente não apenas as coberturas jornalísticas, mas o programa humorístico “Casseta e Planeta” que fazia esquetes sobre a questão da nacionalidade. Brandalise (2011) aponta que os meios de comunicação têm um papel importante na construção da rivalidade entre Brasil e Argentina, seja por meio das propagandas ou dos programas humorísticos. Ainda segundo a autora, o futebol tem um papel especial na construção dessa imagem, mimetizado principalmente nos maiores expoentes de cada nação: Pelé e Maradona.

Compreendemos que brasileiros e argentinos reconhecem que os dois jogadores são símbolos de suas respectivas nações. Observamos que o discurso de nossa amostra também está entranhado de uma rivalidade que, para eles, ‘nunca vai acabar’ ou ‘não tem fim’. (BRANDALISE, 2011, p.359).

Mesmo participando de uma modalidade individual, e na qual havia o poder de escolha pela nacionalidade, Meligeni precisou reafirmar, em muitos momentos, o motivo de ter escolhido o Brasil – desconstruindo assim uma visão dualista e um conceito no qual argentinos e brasileiros seriam figuras antagônicas. Afinal, ele mesmo, um argentino de nascimento, era um legítimo representante do Brasil, por opção.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DA RIVALIDADE À CONSTRUÇÃO

Conhecer as trajetórias individuais de quatro pessoas que nasceram na Argentina e que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos é um processo que nos ajuda a compreender melhor a relação entre os dois países; e entender a



construção de um processo identitário, que passa pelo contato com amigos, e a formação de redes de apoio e o momento de uma escolha definitiva – afinal, não houve para estes atletas a opção de “reversão” da nacionalidade após a naturalização.

As conexões entre Brasil e Argentina existem e são importantes nos âmbitos político, econômico e social. O esporte, como fenômeno multifacetado, não fica fora disso, e discutir as relações entre os países apenas pelo prisma da rivalidade traria grandes perdas para a compreensão de um fenômeno complexo e multifacetado. Foram questões econômicas que trouxeram milhares de argentinos ao Brasil – como os pais de Meligeni e Sucar, mas também escolhas que envolveram processos de migrantes que ficaram temporariamente em um país e seguiram rumo a outro – o caso de Sucar, de origem libanesa, nascido no território vizinho e radicado no Brasil. De outro modo, Joaquín López é um personagem que mostra as novas relações e a diluição de fronteiras ocorrida por meio do esporte, dando ao processo migratório também um caráter de representação e escolha.

Como passos futuros, é importante observar que o número de atletas que nasceram em um país – e que representaram outro em Jogos Olímpicos – aumentou ao longo dos últimos anos, mas que esse é um fenômeno muitas vezes estudado apenas sob a ótica econômica e com ênfase em movimentos rumo a países desenvolvidos. A circulação de pessoas entre países sul-americanos, ou mesmo entre outras nações do Sul Global já é uma realidade, mas é incipiente no âmbito esportivo, em especial nos Jogos Olímpicos. É preciso ficar atento para que uma leitura ampla seja feita e não se limitem os estudos de troca de nacionalidade a uma questão meramente comercial. Identidades fluidas e móveis também fazem parte do universo esportivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGERGAARD, S.; RYBA, T. V. Migration and Career Transitions in Professional Sports: Transnational Athletic Careers in a Psychological and Sociological Perspective. **Sociology of Sport Journal**, v. 31, n. 2, p. 228–247, 2014.
- ALMEIDA, W. D. de. **Brasileiros, por que não?** Trajetória e identidade dos migrantes internacionais no esporte olímpico do Brasil. São Paulo: Laços, 2021.
- BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In. BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p.
- BAYCE, R.. Trad. Júlio Pimentel Pinto. A rivalidade Argentina-Brasil-Uruguai no futebol. **Revista USP**, São Paulo, n. 117, p. 53-67, abril/maio/junho 2018.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

- BRANDALISE, R. **A televisão brasileira nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai**. Um estudo sobre como as representações televisivas participam da articulação das identidades culturais no cotidiano fronteiriço. 2011. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2011.
- BRANDALISE, R. As relações Argentino-Brasileiras no telejornalismo Brasileiro, a partir do estereótipo da rivalidade e os desacordos do Mercosul. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 38640-38650, 2020.
- CARTER, T. F. Re-placing sport migrants: Moving beyond the institutional structures informing international sport migration. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 48, n. 1, p. 66-82, 2013.
- COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. **Guia do Time Brasil Jogos Olímpicos Tóquio 2020. COB, 2021**. Disponível em <<https://www.cob.org.br/pt/documentos/download/b161bc1264f02/>>. Acessado em 10/08/2022.
- FAGGIANI, F. et al. O fenômeno do expatriado no contexto esportivo. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 36 n°3, 738-747, Jul/Set. 2016.  
DOI: 10.1590/1982-3703001832016
- FERNÁNDEZ, J. C. **Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)**. 2011. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FREITAS, G. S. P. de. A aproximação do Movimento Olímpico com os novos tempos: o caso dos fluxos migratórios e a Equipe Olímpica de Refugiados. **Olympianos-Journal of Olympic Studies**, v. 6, p. 129-143, 2022. ISSN-e 2526-6314
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HOULIHAN, B.; ZHENG, J. The Olympics and elite sport policy: Where will it all end? **The international journal of the history of sport**, v. 30, n. 4, p. 338-355, 2013.
- JANSEN, J.; ENGBERSEN, G. Have the Olympic Games become more migratory? A comparative historical perspective. **Comparative migration studies**, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2017.
- KILPP, C. E. **O Turnen e o esporte nas associações teuto-brasileiras de Estrela/Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- KOSTAKOPOULOU, D.; SCHRAUWEN, A. Olympic citizenship and the (un) specialness of the national vest: Rethinking the links between sport and citizenship law. **International Journal of Law in Context**, v. 10, n. 2, p. 143-162, 2014.
- JOHN, J. M. A. This great symbol: Pierre de Coubertin and the origins of the modern Olympic Games. **University of Chicago Press**, v. 98, p. 272, 1981.
- MONTAGNA, P. Alma migrante. **Revista USP**, n. 114, p. 109-118, 2017.
- NICOLAU, J. E. B. **Direito internacional privado do esporte: estudos sobre uma disciplina em construção**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

- POLI, R. The denationalization of sport: De-ethnicization of the nation and identity deterritorialization. **Sport in Society**, v. 10, n. 4, p. 646-661, 2007.
- POULTON, E.; MAGUIRE, J. Plastic or fantastic Brits? identity politics and English media representations of 'Team GB' during London 2012. **JOMEC journal**, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012.
- RIBEIRO, C. et al. Tem um queniano correndo entre nós: atletismo e migração no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, p. 401-410, 2013.
- ROSINA, D. Estilhas da narrativa em História Oral - A experiência de escrita sobre a participação brasileira nos Jogos Olímpicos do México em 1968. (pp.113-138). In. RUBIO, K.; ALMEIDA, W. D. de. (Orgs.). **Narrativas biográficas no esporte: reflexões e aplicação**. São Paulo: Laços, 2022.
- RUBIO, K. **Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos**. São Paulo: Laços, 2014.
- RUBIO, K. **Atletas olímpicos brasileiros**. São Paulo: Sesi-SP, 2015.
- RUBIO, K. **Narrativas biográficas: da busca à construção de um método**. São Paulo: Laços, 2016.
- SALA, G. A. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte; UFMG, 2005.
- TERTULIANO, I. W. **Processo de expatriação de voleibolistas: concepções bioecológicas**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista - Rio Claro. Rio Claro: UNESP, 2016.
- TONON, L. “Nada menos que a alma”: a plenificação das narrativas. (pp. 57-70). In. RUBIO, K.; ALMEIDA, W. D. de. **Narrativas biográficas no esporte: reflexões e aplicação**. São Paulo: Laços, 2022.
- WINAND, É. C. A. A rivalidade como sentimento profundo: origem, evolução histórica e reflexos contemporâneos do padrão de rivalidade entre Brasil e Argentina. **História e Cultura**, v. 4, n. 1, p. 68-95, 2015.

### **Entrevistas**

- CUATTRIN, S. Entrevista. Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. **Entrevista [2016]**, 1 arquivo mp4 (53 min.).
- LÓPEZ, Joaquín Eduardo. Entrevista. Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. **Entrevista [2016]**. 1 arquivo mp4 (24 min.).
- MELIGENI, FERNANDO. Entrevista. Entrevistador: Paulo Nascimento. São Paulo (SP). **Entrevista [2016]**. 2 arquivos mp4 (1h11min).
- SUCAR, Antônio Salvador. Entrevista. Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. **Entrevista [2016]**. 1 arquivo mp4 (24 min.).

## RESUMO

Ao longo da história, quatro atletas que nasceram na Argentina representaram o Brasil em Jogos Olímpicos. Antônio Salvador Sucar, Sebastián Cuattrin, Fernando Meligeni e Joaquin Lopez, por diferentes motivos, optaram pela bandeira verde-amarela. Mais que uma simples representação, a participação em um evento esportivo de primeira grandeza está conectada a um sentimento de construção identitária dos sujeitos. Baseado na metodologia das Narrativas Biográficas, essencialmente qualitativa, esse artigo apresenta as histórias de vida desses quatro atletas e discute a relação entre os mesmos e o movimento migratório entre Brasil e Argentina. Conclui-se que a opção de nacionalidade brasileira pelos atletas esteve ligada ao processo de formação esportiva, à construção e identificação individual de cada um e, no caso de um deles, à oportunidade proporcionada pelo Rio de Janeiro ser o país sede dos Jogos Olímpicos em 2016.

**Palavras-chave:** Imigração e emigração; Jogos Olímpicos; esporte; identidade.

## ABSTRACT

Throughout history, four athletes born in Argentina have represented Brazil at the Olympic Games. Antônio Salvador Sucar, Sebastián Cuattrin, Fernando Meligeni, and Joaquin Lopez, for different reasons, opted for the green-yellow flag. More than a simple representation, participation in a major sporting event connects to a feeling of identity construction of the subjects. Based on the methodology of Biographical Narratives, essentially qualitative, this article presents the life stories of these four athletes and discusses their relationships with the migratory movement between Brazil and Argentina. Concludes that the choice of Brazilian nationality by the athletes was linked to the process of sports training, to the construction and individual identification of each one, and, for one of them, to the opportunity provided by Rio de Janeiro to be the host country of the Olympic Games in 2016.

**Keywords:** Immigration and emigration; Olympic Games, sports, identity.



# Tradução intercultural e aprendizagem em diáspora: senegaleses em Campo Grande, Mato Grosso do Sul

*Silvana Colombelli Parra Sanches*

## 1 INTRODUÇÃO

A inserção no grupo social dos senegaleses residentes em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, estado do centro-oeste brasileiro, inicia-se em setembro de 2019, quando conheci dois senegaleses em uma festa de aniversário de uma amiga que trabalha na Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande. O aniversário aconteceu na sede do Teatral Grupo de Risco, uma companhia de teatro bem antiga da cidade, e estavam lá pessoas que participam do movimento negro na região, além de pessoas ligadas à Igreja Católica e imigrantes das mais diversas origens. Os senegaleses se esforçaram para me explicar características de seu país através de vídeos gravados no celular de cada um deles. Simpáticos e pacientes com a minha ignorância, me conquistaram.

Aos poucos, amadureci a ideia de trabalhar com esse grupo social em minha tese de doutorado “Name nala<sup>1</sup> em diáspora: a presença senegalesa em Campo Grande, Mato Grosso do Sul”, da qual este artigo faz recorte.

Com uma população predominantemente de jovens, o Senegal, país africano, está localizado na região subsaariana, banhado pelo Oceano Atlântico, e faz fronteira com vários países: Gâmbia, de colonização inglesa, Guiné-Bissau, de colonização portuguesa, dentre outros. Seu povo pertence, majoritariamente, à religião muçulmana, com prevalência do sunismo. Neste, o Alcorão e a Sunna (transmissão oral de saberes religiosos) são considerados as principais fontes da lei islâmica. A religião islâmica significou uma prática de liberdade diante do imperialismo/colonialismo francês (BRIGNOL e COSTA, 2018). As principais confrarias são: Mouride, Tidjane ou Tidiane, Khadre, Layéne, Niasane ou Nyanene.

Além do Wolof, há pelo menos vinte etnias no Senegal: Manding, Tuculeur, Lébou (subgrupo Wolof), Diola, Sossé, Manjak, Sereer, Soninké, Mancagne, Bambará, Sarakhoule, Peulh, entre outras. Em vários países para onde migram na contemporaneidade, jovens muçulmanos senegaleses são chamados de *modu-modu*, palavra que veio de Mohamed<sup>2</sup>, depois Mamadou<sup>3</sup> e, ao final, passou a ser oralizada como *modu-modu* nos países de destino desses migrantes.

*Modu-modu* atualmente é uma palavra utilizada na diáspora para denominar os homens senegaleses da confraria muçulmana Mouride, que estudaram nos Daara (escolas corânicas no Senegal) e são ex-taalibé (alunos dos Daaras), com vestimentas e músicas específicas de culto ao Serigne Bamba (principal líder Mouride). Posso dizer que os *modu-modu* são nômades pós-modernos, que saem do seu país para trabalhar, principalmente, como comerciantes. Totalmente inseridos na sociedade capitalista neoliberal, muitos falam várias línguas mas delas não dominam a escrita e, para sobreviver, são extremamente hábeis na obtenção de lucro via transações comerciais transnacionais, segundo os colaboradores da pesquisa.

A partir de algumas conversas com senegaleses, eles passaram a me convidar para festas, reuniões internas, celebrações, rituais, o que traz conhecimentos e saberes para mim e, em troca, comecei a auxiliar na construção e produção de projetos da Associação Senegalesa de Mato Grosso do Sul, de cuja Diretoria participei como primeira secretária, em 2020 e 2021. Entre 2019 e 2022, tive contato com dezenove senegaleses que residiram ou residem em Campo Grande. Em 2022, alguns deles migraram para outras cidades brasileiras e também para outros países.

## 2 AMARRAÇÃO TEÓRICA

Como mulher branca, tenho consciência de meu lugar de fala, privilegiado e, como Ribeiro coloca: “[...] falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer se pensem” (RIBEIRO, 2020, p. 83). Em relação aos estudos afrocêntricos, defende Moore (2008) que: “[...] os estudos africanos não atendem apenas a uma demanda exclusiva do movimento social negro, mas de toda a sociedade” (MOORE, 2008, p.17) É uma ontologia necessária para, inclusive, a renovação do campo das ciências humanas, assim como o faz também o pensamento ameríndio.

Desta forma, todo conhecimento é, em certa medida, coletivo e intersubjetivo. As civilizações da oralidade, como as africanas, têm sua filosofia reconhecida no universo acadêmico apenas recentemente, em processos de negociação e abertura epistêmica (HOUNTONDJI, 2010).

Almeida (2019) afirma que há três concepções distintas de racismo que atravessam nossa sociedade: a individualista (mais visceral e interpessoal, ocorre no bojo dos acontecimentos); a institucional (vinculada às relações desiguais de poder que existem em organizações, empresas, Estado e afins); e a estrutural (mais sutil e verificável em estatísticas como as de violência e criminalidade, inserção de estudantes nas escolas e universidades, indicadores de pobreza e miséria, dentre outras).

Maldonado-Torres (2010), por sua vez, conceitua um outro tipo de racismo que ele denomina racismo epistêmico: “O racismo epistêmico descarta a capacidade de certos grupos de pessoas. Pode basear-se na metafísica ou na ontologia, mas os resultados acabam por ser os mesmos: evitar reconhecer os outros como seres inteiramente humanos” (MALDONADO-TORRES, 2010, p.405). Santos (2010b) escreve que: “[...] não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. [...] É preciso um novo pensamento, um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2010b, p.49-50).”

Assim, pensar, pesquisar na diferença é formar uma espécie de textura; é sentir e agenciar as potências dos corpos que pesquisam; demarcar sentidos-conceitos de forma a abarcar a multiplicidade e diferenciar a partir da repetição. Pesquisar na diferença é considerar “[...] que as nossas escolhas são, de algum modo, enquadradas pelo tipo de corpo que habitamos e pelo contexto social em que nos inserimos” (MAMA, 2010, p. 608-609).

### 3 (ANTI) MÉTODO DA CARTOGRAFIA E DO RIZOMA

Neste tipo de pesquisa, a autoria, o pesquisador munido de verdades científicas, é menos importante do que o acontecimento, que é sempre um produto da coletividade. O agenciamento maquínico “[...] opera as coadaptações de conteúdo e expressão num estrato, assegura as relações biunívocas entre segmentos de ambos, [...] assegura a relação [...]” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.111). Essa máquina de produção de subjetividades agencia o fazer da pesquisa através da esquizoanálise. Ela não se debruça sobre fatos, mas acontecimentos.

A esquizoanálise faz conexões, estabelece relações de movimento. Pressupõe desconstruir a lógica cartesiana ao negar-se a aceitar “[...] a resposta mais clara, mais fácil, [...]” que “[...] é dada por um modelo arborescente, centralizado, hierarquizado, linear, formalizante” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 146).

Dispositivos, um conceito de Foucault (2000), são complexos novos políticos, conjuntos multilineares móveis que produzem verdades, subjetividades e sujeitos, maquinaria política concreta, ao mesmo tempo conceito e prática. É peça central da política moderna.

Cartografar, um conceito de Deleuze e Guattari (2012), é desemaranhar as linhas de um dispositivo, compondo, atravessando, e arrastando-o. Dispositivos se comportam como uma rede de elementos heterogêneos que articulam saber-poder como os discursos (o dito e o não dito), instituições e aparelhos diversos (visíveis e invisíveis), leis, conceitos científicos, entre outros. Rolnik (2016), sobre este fazer cartográfico, poetiza:

[...] pouco importam as referências teóricas do cartógrafo.  
[...] teoria é sempre cartografia - [...]. Todas as entradas  
são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso o



cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não escritas e nem só teóricas. [...] O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado (ROLNIK, 2016, p. 65).

O cartógrafo quer participar, interessando-se pelos afetos, mergulhando em territórios existenciais e produzindo pontes de linguagem.

Os dispositivos marcam os corpos, exercem controle, normalizam condutas, governam as vidas cotidianas. A cartografia é o antídoto para a ação dos dispositivos, a possibilidade de um olhar estratégico, rizomático. Rizoma, inspirado na botânica, abre-se a múltiplas conexões, interpretações e ações, se estende e se desdobra de forma descentrada, opera no subterrâneo das relações, multiposiciona o problema da pesquisa. A pesquisa como uma eterna provocação e recriação, reinvenção de todos os imbricados como um novelo em linha degradê, um rizoma de experiências humanas, escrita nômade e não segmentada, em perpétua ramificação e produção de microfendas. O nomadismo pós-moderno dos colaboradores da pesquisa combina com o trajeto nômade de uma pesquisa ancorada na cartografia, bricolagem e rizoma.

As cartografias sociais são produzidas por meio de derivas, cartografias emocionais, críticas, coletivas e de experiência, não pela posse, mas pelo estranhamento de si e do outro, não pela descrição pura e simples, porém pela composição imagética e artística, imprevisível, daquilo que se estuda.

#### 4 DIÁSPORA E INTERCULTURALIDADE: POR UM CONCEITO AMPLO DE EDUCAÇÃO

É desafiador observar a interculturalidade como ação deliberada, biopotente, contínua e insurgente. A bricolagem é o processo de produção da identidade na contemporaneidade. E os senegaleses não fogem à regra neste quesito. Não obstante, como africanos, negros e imigrantes, são extremamente coletivos e suas ações são ligadas pela religiosidade e ancestralidade.

Ancorada teoricamente nos filósofos e nas filósofas da cartografia social, rizoma e esquizoanálise, nos autores do grupo modernidade e colonialidade, nos intelectuais afrodiaspóricos e africanos e, especialmente nas mulheres feministas negras que pensam a pós-modernidade de uma maneira singular e avançada, comecei a me aventurar nos diálogos com os senegaleses. Um deles, certo dia, me falou, de maneira poética, sobre o mapa do Senegal.

Bomani<sup>4</sup> foi me explicando: “Olha, a Gâmbia é a língua, a capital Dacar é o nariz, Ziguinchor é o queixo, Saint-Louis são os olhos, se pensar que o Senegal é uma cabeça do leão de perfil.” O devir-leão é a metáfora de um *modu-modu* que se projeta para o mundo. O território senegalês se projeta para

o mundo como uma força da natureza, ativa, pronta para enfrentar todas as adversidades. A partir desta fala, elaborei uma composição imagética, que segue abaixo.

**Figura 1:** Devir-leão. Fruição artística produzida a partir da cartografia verbalizada por Bomani. Material: Papel *Canson* com impressão de mapa e imagem sobreposta, tecido wax e lápis-de-cor diversos. Tamanho: 20x15 cm.



Fonte: Elaboração própria. Produção em: abril/maio de 2022.

Conforme Deleuze e Guattari (2012, p. 127), um território é um corpo: é ritmo, percepção, é meio, é desejo. A utilidade de um mapa devir-leão é menos importante que sua capacidade de expressar uma interculturalidade pesquisadora-senegalês. O devir-leão é a metáfora de um *modu-modu* que se projeta para o mundo.

O comércio informal é uma atividade a que se dedicam os africanos, como vendedores ambulantes; ela configura a posição social na qual se inserem muitos dos senegaleses, no Brasil. Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, entre 2019 e 2022, essa atividade foi dificultada pelas inúmeras obras realizadas no centro da cidade, como a revitalização total da rua 14 de julho, além do impedimento real em época da pandemia do novo coronavírus, que se estendeu durante quase todo esse período.

**Figura 2** – Colaborador da pesquisa no centro de Campo Grande-MS, local onde praticava o comércio ambulante antes da revitalização.



Fonte e fotografia: Colaborador da pesquisa. Data: 17/10/2019.

De acordo com Kaly (2005), a rua, nas cidades africanas, é a prolongação da casa, visto que as cidades não foram planejadas para a modernização rápida e desenfreada, e as casas, por sua vez, são pequenas para a confraternização de famílias extensas. As festas religiosas, rituais fúnebres, casamentos acontecem, em grande parte, no cenário das vias públicas, com a presença de pequenas multidões. Os senegaleses estão acostumados a ocupar as ruas de forma, por assim dizer, doméstica. O comportamento espontâneo destes africanos nas ruas de Campo Grande demonstra esse traço cultural. É interessante constatar que a higienização social, muitas vezes perpetrada por prefeituras brasileiras, não é observada nestes termos pelos *modu-modu*, simplesmente porque eles vieram de uma outra realidade na qual as políticas públicas não são atravessadas pelos mesmos tipos de gentrificação existentes no Brasil.

Não obstante, muitos diálogos com os senegaleses ocorreram no interior das repúblicas. Foi durante as reuniões internas que o *ethos* deste grupo social se apresentou a mim. Essas reuniões são chamadas *dahira*, que pode ser tanto a reunião em si, que geralmente é realizada aos domingos à tarde entre senegaleses em diáspora no mundo todo, como pode significar a associação religiosa entre eles (ROSSA, 2019).

O *dahira* do dia 24 de maio de 2020 começou com o lanche, depois as rezas em árabe voltadas para Meca, depois rezas com dizeres em Alcorão (impresso ou lido no celular), alguns seguram o *Courouss*<sup>5</sup> e vão seguindo a reza. As vozes se misturam e tornam-se assimétricas, gerando ondas vibratórias tranquilizantes. Depois deste momento, há uma conversa com pauta definida anteriormente. Um copo d'água ao centro da reunião, o orador toma um pouquinho da água e depois o copo vai passando de mão em mão e todos tomam e também falam.

Estas reuniões, assim como as festas e outros eventos em que os senegaleses são protagonistas, em terras brasileiras, podem ser vistas metodologicamente como heterotopias, um conceito foucaultiano, por oposição às utopias. São lugares reais, delineados pela instituição da sociedade, onde diferentes posicionamentos se refletem. “O impossível não é a vizinhança das coisas, é o lugar mesmo onde elas poderiam avizinhar-se” (FOUCAULT, 2000, p. 11).

As referidas reuniões e festas também podem ser vistas como máquinas de guerra, conceito de Deleuze e Guattari (2012b). Um conceito em Deleuze e Guattari (2012c) que se aproxima do conceito de heterotopia de Foucault é o de máquina de guerra, que são espaços transgressores que se colocam antagonicamente ao chamado aparelho de Estado. “Para qualquer Estado, não só é vital vencer o nomadismo, mas controlar as migrações e, mais geralmente, fazer valer uma zona de direitos sobre todo um exterior” (DELEUZE e GUATTARI, 2012b, p. 63) [grifo dos autores].

As heterotopias se diferem das utopias por conterem posicionamentos da sociedade espacializados. O tecido social não é apenas formado por instituições disciplinadoras, normalizantes, de controle, mas também por espaços de fuga e resistência. A polícia federal e o cartório são partes do aparelho de Estado, enquanto os Dahiras, as feiras Afro, festa do Magal de Touba, entre outros espaços de resistência, são as máquinas de guerra.

Certa vez, fui ao Shopping Campo Grande para assistir à estreia do filme dirigido por Lázaro Ramos, intitulado *Medida Provisória*, e encontrei Jafari comercializando artefatos em cerâmica, roupas e máscaras africanas no hall central do shopping. Ele agora faz parte de uma feira itinerante, e outros comerciantes também estavam lá com seus produtos. Jafari se mostrou feliz em me ver e conversamos um pouco. A estreia de *Medida Provisória* foi em 14 de abril de 2022. No elenco do filme, atores negros como Seu Jorge, Tais Araújo e Alfred Enoch. A história ficcional consiste em uma iniciativa racista camuflada por motivo de reparação pelo passado escravocrata. O governo brasileiro decreta uma medida provisória que obriga os cidadãos negros a se mudarem para a África

definitivamente. No filme, que se passa em um futuro próximo, a palavra *negro* é substituída por *melanina acentuada*. Os que não aceitam são exterminados e a ação policial é comemorada em rede nacional. Os que conseguem fugir se refugiam em versões de quilombos pós-modernos, chamadas no filme de *afrobunkers*.

Os *afrobunkers* do filme são espaços de resistência e os interpreto aqui como heterotopias (nos moldes de Foucault [2000]) ou máquinas de guerra (nos moldes de Deleuze e Guattari [2012b]) se opondo às utopias normalizantes e ao aparelho de Estado que reprime e tende ao fascismo. Aproximo os fictícios *afrobunkers* dos *dahiras* senegaleses. Ambos são espaços transgressores, pois são formados por grupos humanos negros afrodiaspóricos com culturas, religiosidades e formas de pensamento pluriculturais, lugares onde se unem para tratar estrategicamente de seus próprios assuntos.

*Afrobunkers* e *dahiras* também remetem ao aquilombar-se de Abdias Nascimento (2009), um conceito que expressa a consciência negra e o sentimento quilombista que, numa sociedade estruturalmente racista como no Brasil, se perpetua por entre as gerações como forma de enfrentamento.

Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba e gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém, tanto os permitidos quanto os “ilegais” formam uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A esse complexo de significações, a essa *práxis* afro-brasileira, eu denomino quilombismo [grifo do autor] (NASCIMENTO, 2009, p. 203).

Nascimento (2009) escreve que o quilombismo segue atuando como uma ideia-força em território brasileiro, unifica as lutas e, ao mesmo tempo, diversifica-se conforme as necessidades estratégicas e táticas dos agrupamentos negros através do meio geográfico e do contexto histórico. Enquanto instrumento conceitual operativo, o quilombismo enriquece a capacidade de luta e desconstrói o racismo epistêmico.

Deleuze e Guattari (2012b, p. 70) escrevem que “[...] a máquina de guerra é como a consequência necessária da organização nômade.” O agenciamento nômade coletivo é o mesmo para um guerreiro nômade e um operário ambulante, itinerantes trans-históricos e artesãos geográficos, se inventam a partir da potência e da cultura do afeto. “Aprender a desfazer, e a desfazer-se, é próprio da máquina de guerra: o não-fazer do guerreiro, desfazer o sujeito (DELEUZE

e GUATTARI, 2012b, p. 85). Desta maneira, os colaboradores da pesquisa transitam em um sistema-mundo monocivilizacional, mesmo que policultural (RAMOSE, 2010). E, para sua constante reinvenção como ferramenta de sobrevivência, se reúnem em coletivo, reavivando os saberes tradicionais e as identidades de origem.

Outro momento de resistência, abordado pela pesquisa, são as festas e celebrações dos senegaleses imigrantes. O Magal de Touba, que corresponde ao 18 Safar do Calendário Muçulmano, é uma festa anual dada pelos senegaleses em todos os lugares para onde migram. Fui convidada para esta festa em 2019 e 2021. Em 2020, ela não foi realizada por motivo da pandemia de Covid-19. Em 2019, no momento em que os colaboradores da pesquisa colocaram os seus livros sagrados na mesa (Alcorão e Khassida), eu fui até os objetos e os manuseei. Este meu ato provocou desconforto. Eles conversaram rapidamente entre si e fui advertida por um deles, o Kwane, que não poderia fazer isso. Pedi desculpas e eles me olharam com afeto. Entenderem minha curiosidade, entretanto, disseram que eu não poderia mais fazer isso. É bom que se diga que todos os momentos do Magal de Touba são relacionados ao sagrado, à religiosidade vivida pelos imigrantes mourides.

Em muitas cidades nas quais há imigrantes senegaleses, estes começam o Magal de Touba com uma espécie de procissão com imagens dos grandes líderes mourides em estandartes e ao som de tambores e cânticos religiosos. É o caso de São Paulo-SP e Caxias do Sul-RS. Mas, no caso de Campo Grande-MS, essa procissão não foi uma opção porque não há quantidade suficiente de pessoas para empreender tal ato coletivo, segundo os colaboradores da pesquisa.

Na pós-modernidade, ao observarmos o país Senegal, pode-se notar que são poucos os jovens que conseguem emprego e esta realidade os move ao fenômeno migratório. Também é interessante destacar que, de acordo com Gonçalves e Sangalli (2018), ainda se tem alto índice de evasão escolar nas zonas rurais do Senegal em razão da necessidade de se priorizar a substância das famílias. Esta realidade favorece uma política de imigração em benefício das empresas transnacionais instaladas no Brasil, que contratam africanos com baixos salários e carga horária de trabalho exorbitante.

Constata-se que o aspecto central na vida do senegalês diaspórico é ser arrimo de comunidade. Cada um é, do ponto de vista identitário, porque está inserido em uma comunidade, uma etnia, uma confraria, em um coletivo que ficou no Senegal, e eles têm consciência disso. Não basta mandar dinheiro para a sua família extensa no Senegal. Conhecidos e outros membros da comunidade podem, esporadicamente, ligar para os senegaleses que estão no Brasil pedindo doações específicas.

Sobre a pandemia de Covid-19, muitas foram as conversas e discussões entre eles. O Bomani se mostrou preocupado com a capacidade de seu país em lidar com a pandemia:



Não temos materiais hospitalares em quantidade suficiente! Além disso, nos cumprimentamos tocando a face um do outro e comemos juntos sem talheres na mesma vasilha, principalmente os mais velhos! Meu avô mesmo, já falecido, nunca usou um talher para se alimentar. Se avançar em nosso território, a doença trará muitas mortes! (Bomani, imigrante senegalês em relato para a pesquisa).

Outros senegaleses me relataram que os africanos muçulmanos da confraria Mouride, principalmente os Bay Fall, têm uma forma peculiar de se cumprimentarem, tocando a face e depois o ombro de seus amigos. Este gesto reforça os sentimentos de solidariedade desse grupo social.

O sistema político democrático deixou de discutir alternativas ao hipercapitalismo, fato que permitiu à pandemia tornar-se uma alegoria que gera medo e mortes sem fronteiras, causadas por um inimigo invisível (SANTOS, 2020). A pandemia tem seus alvos, e os nossos colaboradores da pesquisa, enquanto imigrantes, pretos, não fluentes na língua portuguesa, com costumes culturais singulares, com pouca ou nenhuma documentação, sem qualquer acúmulo de bens materiais, estão entre esses alvos.

Não obstante, as interações sociais são interessantes, informais e inusitadas no dia a dia dos senegaleses. Em um determinado dia, eu andava com alguns senegaleses no centro da cidade de Campo Grande, quando algumas moças passaram por nós, na calçada, e, rindo, comentaram: “Olha os negões ali”. O Bomani me disse que a palavra *negão* é rebatida com a palavra *rongonop*, isto é, *oreille blanche* – orelha branca, em Wolof. Ele falou rindo para mim: se nós somos negões, elas são *rongonop*. Você é *rongonop*. Depois disso, todos riram. Neste momento, minha sensibilidade se aguçou e logo senti a potência da metáfora da orelha.

A fabricação dos desejos depende de uma condição de simulação de si (ROLNIK, 2016), de desempenhar um papel: *rongonop*, senegalês, negão ou *toubab*. Quem sou eu e quem é o outro a partir da condição de fala e escuta. Trabalhar com noções de cor, raça e etnia a partir do olhar do senegalês diaspórico é um desafio para orelhas brancas como as minhas, urgentes em desconstruir as alegorias humanas de “outros”, as correntes eurocêntricas e saberes narcísicos que a matriz colonial moderna racista cis-heteropatriarcal capitalista do sistema-mundo me ensinou desde a infância, discussão feita por Akotirene (2020).

Acredito que, mais do que poder falar, para parafrasear Spivak (2010), os subalternos precisam de pessoas que estejam dispostas a realmente dialogar com eles. Porque as soluções dos problemas da modernidade/colonialidade podem surgir nos resultados destes diálogos.

Em março de 2020, o Bomani me disse que conheceu um senegalês novo na cidade, morador de uma favela em Campo Grande, o Akachi. Passaram-se alguns dias, ele foi à minha casa com o rapaz. O Akachi abriu sua mochila e me

mostrou um mapa-múndi e o mapa do continente africano. Disse que mostra os mapas para todo mundo na ocupação onde mora. Falou que geralmente os brasileiros pensam que a África é um país. Lá na ocupação, Akachi é conhecido como Miguel, pois ninguém quis chamá-lo por seu nome verdadeiro. Está há cinco anos e meio no Brasil, tem 38 anos, morava em São José dos Campos-SP, mudou-se para Campo Grande em busca de emprego. Quando chegou em Campo Grande, comprou aquele espaço por mil reais e se estabeleceu.

Akachi, na área de ocupação onde mora, no período em que o conheci, fez o papel de um educador popular. É, de fato, o que o sociólogo Betinho chamou de ator social em seu livro *Análise de conjuntura*. Akachi age com sabedoria e paciência com os moradores daquele lugar, explicando o que pode sobre si mesmo e seu local de origem. Oferece seus conhecimentos gratuitamente e, assim, ajuda no avanço daquela sociabilidade. Ao ensinar saberes e conhecimentos sobre a geografia do continente africano, seus países e povos, culturas e línguas, produz práticas pedagógicas a partir das carências que verificou na interação social com brasileiros e brasileiras. Pensa a partir das fissuras, das falhas que a educação formal não foi capaz de alcançar em uma comunidade periférica no interior do Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que os senegaleses em Campo Grande-MS formam um sistema complexo de ligações e contatos que são o suporte para o exercício da tradução intercultural (MENESES, 2010). Eles vivem na ambivalência, em um espaço de fronteira, de múltiplas identidades e vozes em que dobras se desdobram revelando o inusitado, o detalhe, o insuspeitado, o oculto, como diria Garcia (2011). A conexão com os colaboradores da pesquisa aconteceu por meio de rizoma, da cartografia social não binária, pois o que se pretendeu foi “[...] o ‘e’ que se produz entre os elementos, entre os conjuntos, e que não pertence a qualquer dos dois, que lhes escapa e constitui uma linha de fuga” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 186). O tateamento da realidade, a captura da invenção, a produção de dados através do abraçamento da linguagem artística e gorgameo poético foram elos de ligação entre mim, enquanto pesquisadora, e os senegaleses contatados.

Há potência pedagógica na diáspora. Potência de ensino e aprendizagem de um outro mundo possível a partir do estranhamento de si e do outro nas novas relações que se estabelecem nesse deslocamento. Potências, existências e resistências decoloniais. A recriação de si na diáspora pode descolonizar. Ao produzirem novos espaços a partir do fenômeno migratório como os dahiras, ao pensarem e se expressarem de forma artística como o devir-leão e ao ensinarem aos brasileiros um pouco de seu continente e país, seus costumes e identidades, eles também se hibridizam, fortalecem e espalham o movimento negro e a luta antirracista pelo globo.



## NOTAS

<sup>1</sup> *Name Nala*, que significa saudades em Wolof. Se um senegalês se dirigir a você e dizer *name nala*, você deve responder *male raw fouf*, que quer dizer: senti sua falta também. Wolof, ou uélofe, é a língua nativa mais falada no Senegal. Wolof foi uma etnia monárquica que predominou sobre as demais etnias até o século XIX, quando a França passa a desestruturar seu poderio e colonizar todo o território. Brignol (2015), ao fazer a pesquisa com senegaleses no sul do Brasil, afirma que o Wolof é o idioma mais falado entre eles nas reuniões e nas conversas informais, mas também falam frequentemente o francês e o árabe, o que percebi em Campo Grande também.

<sup>2</sup> Transliteração árábica do nome Maomé, o principal profeta do Islamismo.

<sup>3</sup> Nome masculino bastante comum no Senegal.

<sup>4</sup> Foram utilizados nomes fictícios para todos os colaboradores da pesquisa.

<sup>5</sup> Os africanos muçulmanos utilizam um instrumento de reza muito parecido com o terço ou rosário do cristianismo, de proporção grande, feito de tiras arredondadas de madeira, pode ser feito de madeira ébano, chamado Courouss, sendo os da confraria Tidiane, menores, e os da Mouride, maiores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- BRIGNOL, L. D. O uso social das TICs em dinâmicas de transnacionalismo e comunicação migrante em rede: uma aproximação à diáspora senegalesa no sul do Brasil. **Revista Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v. 12, n. 35, set/dez, 2015, p. 89-109.
- BRIGNOL, L. D.; COSTA, N. D. Diáspora senegalesa e mediação tecnológica: entre tempos e lugares na observação de Magal de Touba. **Contracampo**. Niterói, v. 37, n. 1, abr/2018-jul/2018, p. 9-29, 2018.
- DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Trad. Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Coleção TRANS, 2a ed., São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 4. Trad. Suely Rolnik. Coleção TRANS, 2a ed., São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. Coleção TRANS, 2a ed., São Paulo: Editora 34, 2012b.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, Coleção Tópicos, 8a ed., 2ª tiragem, 2000.
- GARCIA, R. L. Para quem investigamos – para quem escrevemos: reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador. In: MOREIRA, A. F.; SOARES, M.; FOLLARI, R. A.; GARCIA, R. L. **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2011, p. 15-41.

- GONÇALVES, M. C. S.; SANGALLI, L. C. A abordagem biográfica das migrações transnacionais: os casos haitiano e senegalês no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**. Salvador, v.3, n.7, p. 91-108, jan/abr, 2018.
- GONZALEZ, L.: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, F.; L., MÁRCIA. **Por um feminismo afro-latino-americano** : ensaios, intervenções e diálogos 1a ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOUNTONDJI, P. J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 131-144.
- KALY, A. P. **Medo, vergonha, necessidade e protagonismo**: Os meninos de rua em Salvador/ Bahia – Brasil e em Dacar/Senegal. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005.
- MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 396-443.
- MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 603-637.
- MENESES, M. P. G. Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 221- 260.
- MOORE, C. Apresentação à nova edição. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.) **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, Sankofa 4, 2009, p. 17-19.
- NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.) **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, Sankofa 4, 2009, p 197-2018.
- RAMOS, L. **Medida provisória**. (longa-metragem) Drama. 94 min. Colorido. Brasil. 14/04/2022.
- RAMOSE, M. B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 175- 220.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra. Coleção Feminismos Plurais, 2020.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2ª ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 31-83.

SOUZA, H. J. de. **Análise de conjuntura**. 27ª edição, Petrópolis: Vozes, 1984.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNIONPEDIA. **Línguas nigero-congolesas**. Disponível em:

<[https://pt.unionpedia.org/L%C3%ADnguas\\_nigero-congolesas](https://pt.unionpedia.org/L%C3%ADnguas_nigero-congolesas)>. Acesso em: 14/07/2022.

## RESUMO

Esta pesquisa é parte da tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, através da qual lanço um olhar para mim e para o “outro”, considerando categorias importantes como classe social, gênero, condição cultural, enrijecimentos ontológicos, epistemológicos, permeadas por signos imagéticos, movimentos éticos, estéticos e políticos. Este “outro” são senegaleses residentes em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Inventa-se nesta pesquisa um platô pesquisadora-sujeitos, evitando resvalar no binarismo. Utilizando este apenas como ponto de partida, tem-se uma pesquisadora mulher-branca-feminista e africanos, imigrantes, pretos, heteronormativos colaboradores da pesquisa. O (anti) método utilizado é o do rizoma, da cartografia social e da esquizoanálise, através do qual se produzem dados a partir dos acontecimentos em campo e inventam-se platôs. Neste processo, percebo a comunidade senegalesa se hibridizando, por vezes, invisibilizada nas universidades, composta por atores sociais que se reinventam e se traduzem no cotidiano das interações sociais, convivendo ora com a hospitalidade curiosa, ora silenciados frente ao preconceito, diante de dificuldade de comunicação. Tais atores transgridem os marcadores estruturais do racismo à brasileira, ao permanecerem no comércio informal, ao produzirem espaços de resistência chamados dahiras, e ao dialogarem, de forma complexa e artística, com a sociedade brasileira e campo-grandense que os envolve.

**Palavras-Chave:** Senegaleses; Rizoma; Diáspora.

## ABSTRACT

This research is part of the doctoral thesis in the Postgraduate Program in Education at Universidade Católica Dom Bosco, through which I look at myself and at the “other”, considering important categories such as social class, gender, cultural condition, ontological, epistemological, permeated by imagery signs, ethical, aesthetic and political movements. This “other” are Senegalese living in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A researcher-subjects plateau is invented in this research, avoiding slipping into binarism. Using this only as a starting point, there is a female-white-feminist researcher and Africans, immigrants, blacks, heteronormative research collaborators. The (anti) method used is the rhizome, social cartography and schizoanalysis, through which data is produced from events in the field and plateaus are invented. In this process, I perceive the Senegalese community hybridizing, sometimes invisible in the universities, composed of social actors who reinvent themselves and translate into the daily life of social interactions, living sometimes with curious hospitality, sometimes silenced in the face of prejudice, in the face of the difficulty of Communication. Such actors transgress the structural markers of Brazilian-style racism, by remaining in informal commerce, by producing spaces of resistance called dahiras, and by dialoguing in a complex and artistic way with Brazilian and Campo Grande society that surrounds them.

**Keywords:** Senegalese; Rhizome; diaspora

# Inserção laboral de migrantes internacionais em Santa Rosa/RS: características e tendências

*Richelli Daiana Pinheiro\**  
*Natália Boessio Tex de Vasconcellos\*\**  
*Davide Carbonai\*\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram no âmbito doméstico e internacional na última década (2011-2020) produziram efeitos na dinâmica migratória brasileira. Juntamente com a crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 2007, países historicamente destinos de rotas migratórias implementaram políticas restritivas<sup>1</sup> às migrações (CAVALCANTI, 2015; SIMÕES; HALLAK NETO, 2021). Nesse período, o Estado Brasileiro se destacava pela expansão da política externa e breve ascensão econômica com melhoria dos indicadores sociais, tornando-se assim, um espaço migratório alternativo (CAVALCANTI, 2015; SIMÕES; HALLAK NETO, 2021).

No âmbito político-institucional, o Estado Brasileiro adotou medidas de regularização migratória, tais como, o Decreto nº 6.975 de 7 de outubro de 2009, referente ao Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL<sup>2</sup>, além de Bolívia e Chile; a Resolução Normativa nº 97 de janeiro de 2012, emitida pelo Conselho Nacional de Imigração e posteriormente a aprovação da nova Lei de Migração em 2017, propiciando a diversas nacionalidades o ingresso no mercado de trabalho formal (CAVALCANTI, 2015; BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2019; SIMÕES; HALLAK NETO, 2021).

Nesse contexto, o principal ponto de atenção está vinculado ao aumento nas taxas de inserção de migrantes no mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul, que passaram de 5,8% em 2011, para 11,3% em 2020 do quantitativo total de trabalhadores migrantes formalizados no país (SIMÕES; HALLAK NETO, 2021). De acordo com pesquisas, o aumento dos registros está associado à crescente demanda de trabalho na cadeia final do agronegócio<sup>3</sup>, demonstrando uma dimensão espacial dos processos migratórios em curso (CAVALCANTI,

---

\*Universidade Federal do Pampa

\*\*Universidade Federal de Santa Maria

\*\*\*Universidade Federal do Rio Grande do Sul

2015; SIMÕES; DEMÉTRIO, 2021; HALLAK NETO, 2021). Para Demétrio (2021), as mudanças na política migratória, juntamente com a valorização das *commodities* agrícolas e a inserção de pequenas e médias cidades na economia mundial, têm direcionado a inserção laboral dos trabalhadores migrantes em arranjos produtivos transescalares.

Dentro desse contexto, encontra-se o município de Santa Rosa, com estimativa de 73.882 habitantes em 2021 (IBGE, 2022), localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e que integra a faixa de fronteira do Arco Sul do Brasil (IBGE, 2022). Em relação a sua atividade econômica, embora tenha maior participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) na modalidade dos serviços, representando 71,64% em 2019, seguido da indústria com 23,93% e da agropecuária com 4,43%, é o segmento da indústria que mais se destaca devido ao crescimento e maior percentual<sup>4</sup> de participação em relação ao VAB do Rio Grande do Sul (IEDE, 2019).

Integrando uma região que engloba a cadeia produtiva do agronegócio (FEIX; JÚNIOR LEUSIN; BORGES, 2021), o município de Santa Rosa tem se destacado no volume de produção e exportações de carne suína (ZEN *et al.*, 2016), assim como na crescente presença de trabalhadores migrantes no Setor da Indústria de Transformação, frigoríficos – abate de suínos (PINHEIRO *et al.*, 2021). Embora não seja possível compreender os movimentos migratórios apenas pelo mercado de trabalho (*push-pull*), é esta dimensão que tem orientado a distribuição espacial da população migrante internamente. Cabe observar, todavia, que, posteriormente, ela vem sustentada pelo estabelecimento das redes migratórias (CAVALCANTI, 2015).

Tendo em vista o fato de que as maiores alterações do cenário migratório ocorreram após 2010 (OLIVEIRA, 2021), ano do último censo populacional, o qual permite identificar mudanças sociais em curso (CARMO; CAMARGO, 2018), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de caráter censitário oferece dados importantes sobre aspectos populacionais. Essas informações podem subsidiar o replanejamento das rotinas, a fim de atender às demandas que perpassam diferentes políticas públicas (CAVALCANTI, 2015), conforme o ciclo de vida da população migrante e as especificidades do território (CARMO; CAMARGO, 2018). Isso posto, o presente estudo responde a seguinte pergunta: como os movimentos migratórios vêm se apresentando no mercado de trabalho formal em Santa Rosa, entre o período de 2012 a 2020? Para isso, o texto está estruturado em quatro blocos, incluindo esta breve introdução. No segundo, é apresentado o percurso metodológico para a realização do estudo proposto. No terceiro, apresentamos o perfil dos trabalhadores migrantes inseridos no mercado formal, identificamos os setores econômicos e as principais características das suas ocupações. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa quantitativa exploratório-descritiva, desenvolvida por meio de um estrato dos microdados de 2012 a 2020 da base da RAIS

estoque, disponibilizada pelo Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra<sup>5</sup> (OBMIGRA, 2022b). A RAIS é vinculada ao atual Ministério do Trabalho e Previdência e, a partir de 2020, foi unificada ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial (OLIVEIRA, 2021; SIMÕES; HALLAK NETO, 2021; BRASIL, 2022).

De alcance censitário, a base permite a desagregação dos dados até a esfera municipal (OLIVEIRA, 2021; SIMÕES; HALLAK NETO, 2021). Suas informações, até 2020, são oriundas das declarações obrigatórias referente a vínculos empregatícios<sup>6</sup>, transmitidas anualmente até o dia 31 de dezembro por todas as modalidades de empregadores, conforme descrito na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 2022). Portanto, a base RAIS é a principal fonte de informações sobre o estoque de trabalhadores presentes no mercado de trabalho formal até o final de cada ano base.

Embora a identificação do código da Classe das Atividades Econômicas (IBGE, 2020) conste no *layout* da base harmonizada da RAIS estoque do OBMigra, foi necessária a busca na página da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (BRASIL, 2017) para a identificação dos códigos ocupacionais.

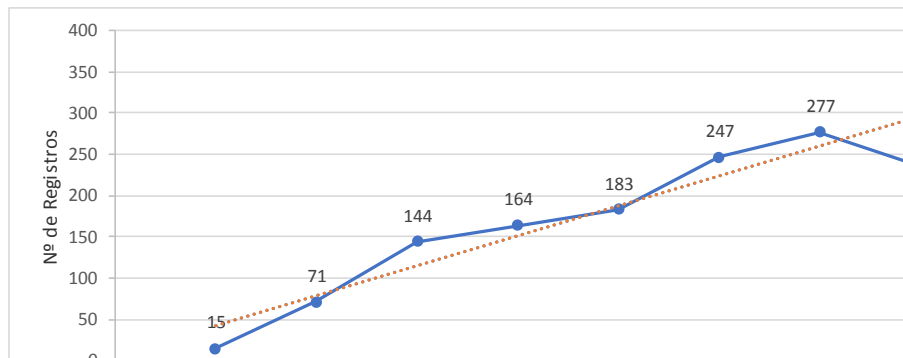
É importante enfatizar que mesmo sendo realizado um processo de lincagem entre as informações relativas à inserção de migrantes no mercado de trabalho formal, há limitações da base utilizada (OLIVEIRA, 2021). Em termos gerais, por se tratar de registros administrativos, não é possível captar informações de pessoas indocumentadas (CAVALCANTI, 2015; OLIVEIRA, 2021). Sobre a base RAIS estoque, as limitações concernem à captação de informações restritas a vínculos formais; à não captação dos registros de microempreendedor individual – MEI; às declarações com erros de preenchimento; e à transmissão de dados fora do prazo, implicando reajustes (OLIVEIRA, 2021).

Para a desagregação dos dados até a esfera municipal, utilizou-se a seleção vinculada à variável “município de localização do estabelecimento”, identificada pelo código municipal 4317202<sup>7</sup> (IBGE, 2021), referente ao município de Santa Rosa/RS. A análise descritiva dos dados foi realizada por meio do *software* STATA.

### 3 PERFIL DOS TRABALHADORES MIGRANTES EM SANTA ROSA/RS E CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS

Para estabelecer uma comparação dos dados informados no Gráfico 1, destacamos os registros do Rio Grande do Sul, apresentados por Simões e Hallak Neto (2021), publicados no Relatório Anual do OBMigra. De acordo com os autores, em 2015 havia 12.879 registros RAIS no Rio Grande do Sul, representando 10,1% dos dados nacionais. Em 2019 esses registros passaram para 15.776 (10,7%) e em 2020 chegaram a 20.459 (11,3%). Dessa forma, os registros RAIS de Santa Rosa em 2015, representam 1,27% dos registros do Rio Grande do Sul, passando a 1,49% em 2019, e chegando a 1,72% em 2020.

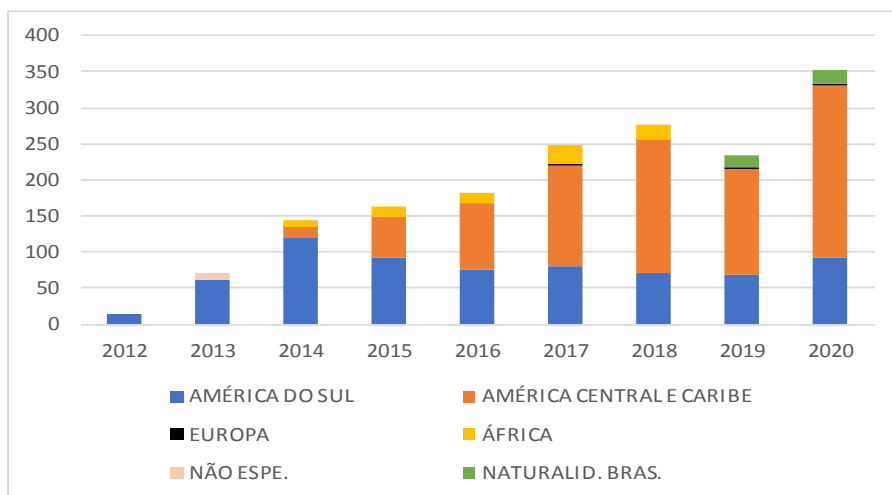
**Gráfico 1.** Número de migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, entre 2012 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

Entre os anos de 2012 e 2020 a intensificação dos registros laborais de migrantes é representada pelo aumento de 2.240%, ou seja, o número de trabalhadores foi ampliado em cerca de 23,4 vezes. No entanto, esse crescimento não contempla uma maior diversificação de continentes geográficos, como apresentado no Gráfico 2:

**Gráfico 2.** Número de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, por continentes, entre 2012 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

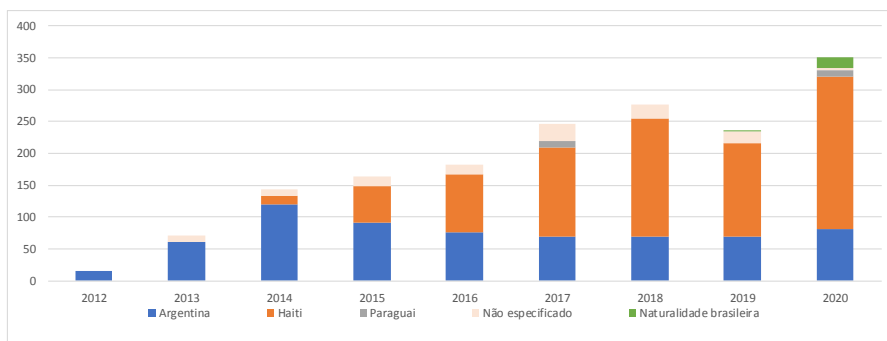
Em relação à distribuição por continente geográfico, verifica-se uma maior participação da América Central e Caribe, representando 51,75% dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, seguida da América do Sul, com 40,01%; da África, com 5,16%; e da Europa, com 0,30%. Por fim, os registros laborais referentes a não-especificados e de naturalidade brasileira<sup>8</sup> computam 2,79%.

Até o ano de 2015, a América do Sul era responsável por mais de 55% dos registros laborais. Iniciando em 2014, com 9,72% dos registros laborais, a América Central e Caribe passa a ser o continente que ocupa o maior percentual de vagas no município de Santa Rosa/RS, com 50,27% em 2016, chegando a 68,09% em 2020.

Quanto à inserção laboral dos trabalhadores do continente africano, os registros concentram-se entre os anos de 2014 e 2018; no entanto, tais registros não permanecem nos anos de 2019 e 2020. Segundo Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2019), a migração africana é acompanhada por uma diversificação de modalidades migratórias motivadas pela concessão de novos amparos legais. Em grande medida, esta migração reflete os acordos bilaterais e a atuação de empresas estatais nos países africanos.

Uebel (2019) contextualiza a migração africana para o Rio Grande do Sul a partir de 2014, enfatizando o período da Copa do Mundo.<sup>9</sup> No que se refere aos registros de trabalho formal no Rio Grande do Sul, o autor salienta que havia uma importante participação de migrantes senegaleses e de migrantes do oeste africano exercendo atividades em frigoríficos, especialmente aqueles do abate *hala*<sup>10</sup> (UEBEL, 2019). Quanto à estratificação dos dados com base na variável país de nascimento e ano (Gráfico 3), podemos observar como se delinea o perfil de migrantes:

**Gráfico 3.** Número de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, por país de nascimento, entre 2012 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

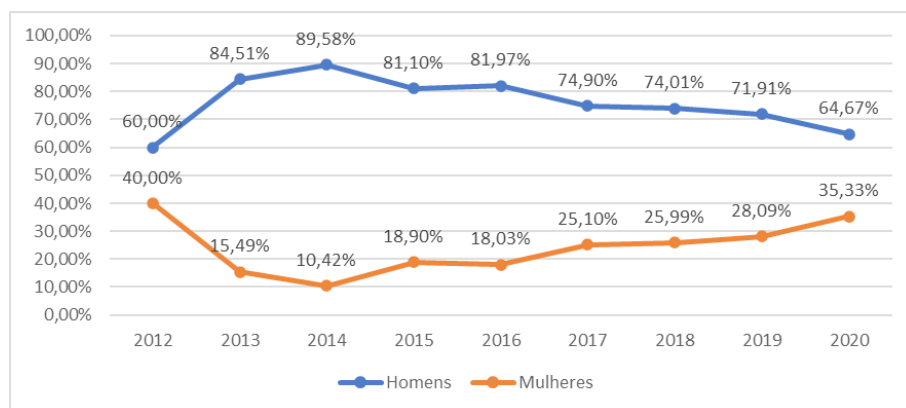


Até o ano de 2014, os registros demonstram que os argentinos representavam a maioria no mercado formal de trabalho imigrante, ocupando 83,3% das vagas, enquanto que os haitianos ocupavam apenas 9,72% das vagas. Essa disparidade reduz-se em 2015 e, a partir de 2016, os trabalhadores haitianos passam a ocupar mais de 50% das vagas do mercado formal em Santa Rosa, chegando a 68,09% em 2020, ou seja, os migrantes vindos da América Central e Caribe tornaram-se a maioria.

Em relação à taxa de crescimento ao longo dos anos, também são os trabalhadores haitianos que demonstraram um maior crescimento anual, com 83,14% em comparação à taxa de crescimento de 46,53% dos trabalhadores argentinos. A inserção laboral dos trabalhadores haitianos foi possibilitada devido a Resolução Normativa Nº 97/2012, voltada a regularização migratória (CAVALCANTI, 2015; SIMÕES; HALLAK NETO, 2021).

No que tange à proporção por sexo de trabalhadores migrantes inseridos no mercado de trabalho formal entre 2012 e 2020 (Gráfico 4), predominam os registros do sexo masculino, que apresentam uma taxa média de crescimento em todo o período, alcançando 93,56% dos trabalhadores em relação a 52,05% referente a registros do sexo feminino. Esses percentuais assemelham-se aos dados referentes a RAIS - 2019 de migrantes do Rio Grande do Sul, a qual apresentou uma proporção de 67,8% de registros de homens e 32,2% de mulheres (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

**Gráfico 4.** Proporção de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, por sexo, entre 2012 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

Cabe destacar que a discrepância de acesso ao mercado de trabalho formal entre homens e mulheres também é uma característica da população gaúcha, na qual, em 2019, “53,8% dos empregos formais eram ocupados por homens e

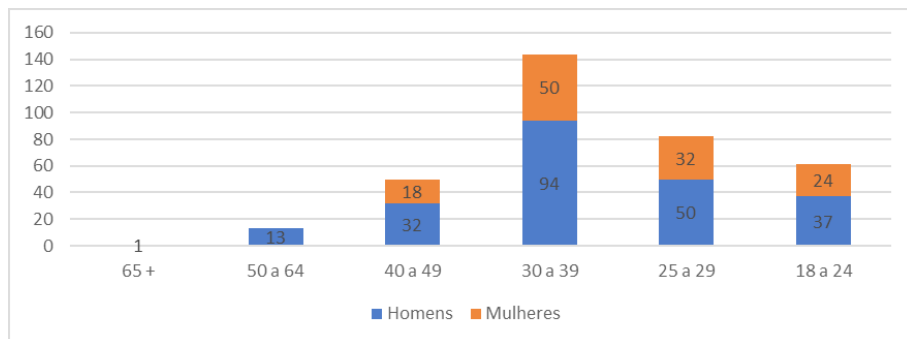
46,2% por mulheres” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, s.p). Por outro lado, há de se considerar o crescimento paulatino da presença das trabalhadoras migrantes por meio da análise da taxa de crescimento anual.

Embora as trabalhadoras migrantes tenham uma menor representatividade em termos de proporção no mercado de trabalho formal, em 2015, 2017 e 2020 houve uma inversão na taxa de crescimento anual em relação à predominância dos homens. É pertinente destacar que ambos os sexos apresentaram taxas de crescimento negativas em 2019, -17,56% para homens e - 8,33% para mulheres, não obstante, o ano de 2020, mesmo tendo como marca a pandemia, demonstrou uma maior abertura ao mercado de trabalho.

Em termos de crescimento anual no mercado de trabalho formal em relação a 2019, as mulheres se destacaram com um aumento de 87,88%. No entanto, os homens apresentaram uma menor taxa, de 34,32%. De forma geral, esse crescimento foi puxado, primeiramente, pelas trabalhadoras haitianas, seguido das trabalhadoras argentinas. Especificamente no ano de 2020, 72% dos empregos formais eram ocupados por haitianas. Nesse sentido, a crescente presença das mulheres migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa está em consonância com o processo de feminização das migrações (CAVALCANTI, 2015; DE HAAS; CASTLES; MILLER, 2020).

Além dos dados apresentados, é pertinente considerar outros elementos para a compreensão da inserção laboral de migrantes em Santa Rosa, tais como: a estrutura etária por sexo, a escolaridade por sexo, a composição racial, a renda média por sexo, os principais setores econômicos, as principais ocupações e média salarial por ocupações. A estrutura etária estratificada por sexo em 2020 é demonstrada no Gráfico 5:

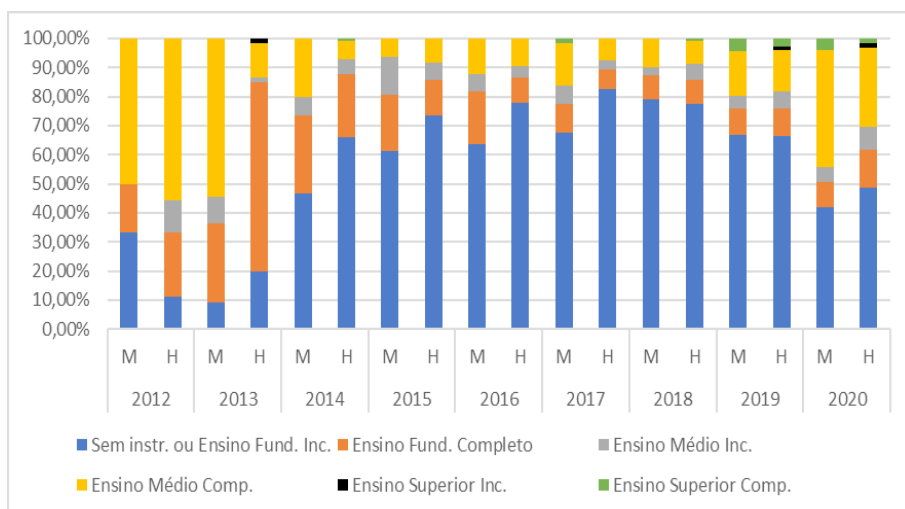
**Gráfico 5.** Número de trabalhadores migrantes em Santa Rosa/RS, por faixa etária e sexo, 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

Proporcionalmente, entre os homens, há uma maior participação de trabalhadores entre os 18 e 39 anos, representando 79,74% dos registros, aspecto também observado em sua totalidade nos registros das mulheres. Em termos gerais, observa-se o predomínio de pessoas na faixa etária considerada como população em idade ativa (PIA), entre 15 e 59 anos de idade (CARMO; CAMARGO, 2018). No tocante à escolaridade dos migrantes inseridos no mercado formal de trabalho em Santa Rosa, o Gráfico 6 expressa as seguintes informações:

**Gráfico 6.** Escolaridade dos trabalhadores migrantes em Santa Rosa/RS, por sexo, entre 2012 e 2020

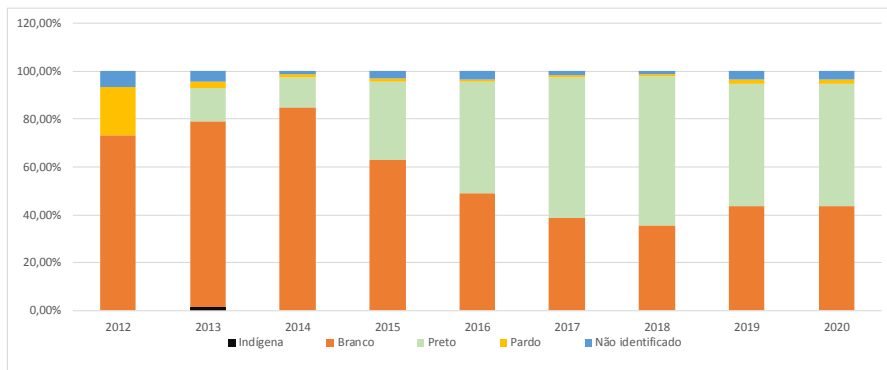


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

Percebe-se que, desde 2014, em ambos os sexos, há uma maior proporção de trabalhadores sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Porém, ao longo do período, quando estratificado por sexo, são as mulheres que apresentam uma maior escolaridade, com o ensino médio completo.

Quanto à distribuição da população migrante inserida no mercado de trabalho formal por cor ou raça<sup>11</sup>, o Gráfico 7 demonstra o crescimento dos trabalhadores pretos ao longo da série histórica.

**Gráfico 7.** Proporção de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, por cor ou raça, entre 2012 e 2020

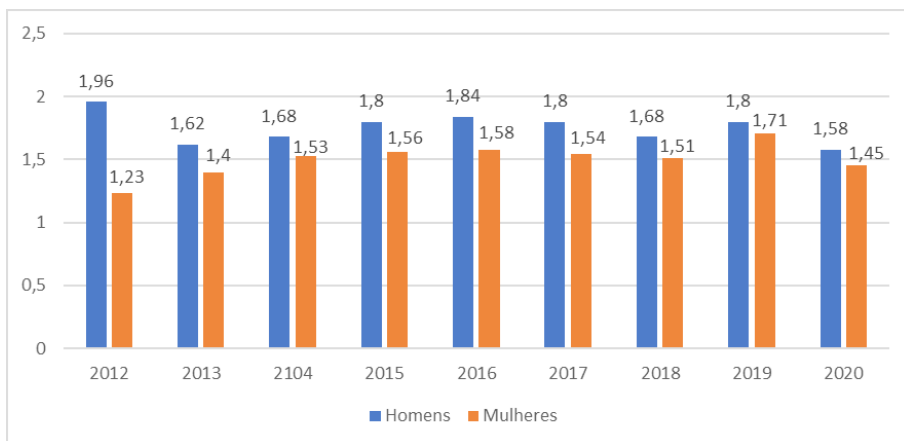


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

Em 2013 os trabalhadores pretos representavam 14,08% dos registros em comparação a 77,46% dos brancos. A partir desta crescente participação, a série histórica indica uma mudança no perfil dos trabalhadores devido à intensificação das migrações advindas do continente Africano e do Haiti. Nos anos de 2019 e 2020, os registros continuaram indicando a participação de 51,06% dos trabalhadores pretos e 43,83% dos trabalhadores brancos.

Ao compararmos a remuneração média do ano em salários-mínimos (SM) dos trabalhadores pretos e brancos ao longo do período, os dados indicam que os brancos possuem uma remuneração média de 1,72 SM em relação a 1,49 SM dos pretos. Outro aspecto importante a ser considerado refere-se à queda de rendimento apresentada por ambos os trabalhadores em 2020; no entanto, foram os pretos que sofreram as maiores perdas salariais. De acordo com as informações, em 2019 a remuneração média era de 1,72 (SM), passando a 1,41 (SM) em 2020. As diferenças de remuneração média anual por sexo são apresentadas no Gráfico 8:

**Gráfico 8.** Remuneração média anual por Salários-Mínimos (SM) dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, por sexo, entre 2012 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

As informações evidenciam que, mesmo apresentando uma redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres ao longo dos anos, a média salarial dos homens continua sendo maior que a das mulheres. Quanto à inserção laboral por grandes grupos econômicos, percebe-se que a concentração dos trabalhadores migrantes está na Indústria de Transformação, seguida do setor de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas e Construção, conforme disposto na Tabela 1:

**Tabela 1.** Número de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, por Setores Econômicos entre 2012 e 2020

Principais Setores Econômicos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indústrias de Transformação	6	62	127	143	163	221	237	184	290
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	4	5	5	8	4	7	19	17	21
Construção	2	1	6	7	6	4	9	5	8
Alojamento e Alimentação	0	0	0	1	1	1	3	5	7
Saúde Humana e Serviços Sociais	0	0	0	0	1	1	0	7	6
Outros	3	3	6	5	8	13	9	17	19
Total de registros no ano	15	71	144	164	183	247	277	235	351

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

Considerando a taxa média do crescimento de todo o período por setor, a Indústria de Transformação se destacou com a taxa de 142,85%. Observa-se ainda que, em todos os setores não há linearidade de crescimento e, em 2019, os principais setores de contratação, tais como a Indústria de Transformação; Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas e Construção apresentaram taxas negativas de crescimento.

Em relação às principais subclasses da Indústria da Transformação, somente foi possível identificar os dados a partir de 2017. Dessa classificação, há destaque para o frigorífico, abate e fabricação de produtos de carne suína (IBGE, 2020), relacionado ao final da cadeia produtiva do agronegócio (CAVALCANTI, 2017; DEMÉTRIO, 2021; SIMÕES; HALLAK NETO, 2021), concentrando 94,38% dos registros entre 2017 e 2020. Referente às exportações da carne suína, as demandas concentram-se na China, processo impulsionado em 2020 após um surto viral na produção de suínos do mercado chinês (FEIX; JÚNIOR LEUSIN; BORGES, 2021).

Na sequência das subclasses da Indústria da Transformação dentro do mesmo período de referência, está a fabricação de laticínios, com 2,25%; fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda, com 1,69%; fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação, com 1,24% e fabricação de esquadrias de metal, com 0,45%.

No tocante às principais ocupações dos trabalhadores migrantes, os registros indicam que, ao longo do período, a ocupação de alimentador de linha de produção representou 62,69%. Em menor proporção, está a ocupação de desossador, com 9,08% dos registros totais, conforme mostra a Tabela 2:

**Tabela 2.** Número de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, por ocupações entre 2012 e 2020

Principais ocupações - CBO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alimentador de linha de produção	1	48	95	96	111	169	187	133	231
Desossador	0	5	13	20	21	24	22	24	23
Servente de obras	1	1	5	4	4	2	6	10	6
Faxineiro	2	2	3	2	3	5	5	6	3
Operador de máquinas	1	2	4	9	7	6	2	2	6
Outros	10	13	24	33	37	41	55	60	82
Total de registros por ano	15	71	144	164	183	247	277	235	351

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

Dessas ocupações, destacamos a de alimentador de linha de produção e a de desossador, entre os anos de 2017 e 2020. Por meio da verificação das subclasses, observamos que essas ocupações estão majoritariamente vinculadas a frigoríficos, abate e fabricação de produtos de carne suína. Em termos percentuais, as ocupações de alimentador de linha de produção e desossador representaram, em 2017, 94,61% dos vínculos do setor de abate; em 2018, 95,87%; em 2019, 98,74% e em 2020, apresentaram uma leve redução, registrando 98,45%.

Essas informações indicam ainda, que em 2017, 67,36% dos trabalhadores das ocupações de alimentador de linha de produção e de desossador eram exercidas por haitianos. Em 2018 essa nacionalidade representou 94,27% dessas ocupações, passando para 69,43% em 2019 e 74,41% em 2020. Isso significa que os trabalhadores haitianos constituem quase a totalidade dos que exercem atividades de alimentador de linha de produção e desossador, conforme os registros RAIS.

Embora não façamos uma verificação por ano no município de Santa Rosa, o Boletim Informativo da Saúde da população migrante divulgado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul (2021a), por meio do cruzamento de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) com o cartão do CNS, apontou que os registros de acidente de trabalho grave dos trabalhadores haitianos aumentou significativamente no Rio Grande do Sul, e em Santa Rosa o número de registros entre 2010 a 2020 é referenciado entre 14 a 58 notificações. Em relação a média salarial dessas ocupações, a Tabela 3 indica a disparidade salarial da ocupação “faxineiro”:

**Tabela 3.** Média Salarial dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal em Santa de Santa Rosa/RS, por ocupações entre 2012 e 2020

Média salarial por ocupação - CBO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alimentador de linha de produção	1,36	1,48	1,60	1,74	1,79	1,70	1,68	1,79	1,57
Desossador		1,90	1,87	1,95	2,18	2,13	1,95	2,0	2,03
Servente de obras	1,21	1,15	1,23	1,26	1,24	0,93	1,22	1,15	1,16
Faxineiro	0,50			1,15	1,0	0,75	0,87	1,03	0,71
Operador de máquinas	3,0	1,72	1,78	1,97	2,12	2,15	1,74	2,64	2,12

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da base harmonizada RAIS-CTPS estoque (2012 a 2020), disponibilizada pelo OBMigra (2022b).

A ocupação “faxineiro” em sua totalidade refere-se à atividade exercida por mulheres e, ao verificarmos a escolaridade, os dados indicaram que 44% dos registros estão relacionados a mulheres com ensino médio completo. Esses dados, segundo Cavalcanti (2015), estão intimamente associados ao processo de precarização do trabalho feminino, devido à presença de mulheres em ocupações vinculadas à manutenção da reprodução social dos papéis de gênero. Esse processo é observado em todas as sociedades, em especial na feminização da migração laboral, relacionada ao aumento da participação das mulheres migrantes no mercado de trabalho, embora elas tenham se concentrado nos setores de cuidado e limpeza (DE HAAS; CASTLES; MILLER, 2020). Há de se destacar, ainda, o fato de pessoas com um maior nível de escolaridade serem alocadas em ocupações que exigem nível de escolaridade inferior ao que possuem (CAVALCANTI, 2015).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados levantados, observamos uma intensificação da participação dos migrantes no mercado de trabalho formal, representando ao longo do período de 2012 a 2020 um aumento de 2.240%. Em relação ao continente geográfico, houve uma inversão na qual predominaram até 2015 os registros dos trabalhadores da América do Sul oriundos da Argentina e Paraguai. Após o início da participação dos trabalhadores da América Central e Caribe em 2014, oriundos do Haiti, o ano de 2020 se encerra com 68,09% dos haitianos ocupando as vagas do mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS.

Os dados também demonstraram que apesar de uma maior proporção de homens inseridos no mercado de trabalho formal, o crescimento maior se deu nas taxas de participação das mulheres, em grande medida pela presença das trabalhadoras haitianas que em 2020 representaram 72% das mulheres nas vagas formais, embora possuam uma menor remuneração média em SM. No que tange à escolaridade, entre ambos os sexos há o predomínio de trabalhadores entre 18 a 39 anos, sem escolaridade ou ensino fundamental incompleto, porém, observando isoladamente, as mulheres apresentam maior escolaridade que os homens. Em termos de proporção por cor e raça, há uma maior participação entre 2019 e 2020 de trabalhadores pretos, representando 51,06% em relação a 43,83% das vagas ocupadas pelos trabalhadores brancos. Porém, quando apresentada uma queda de rendimento por ambos os trabalhadores em 2020, foram os pretos que sofreram as maiores perdas salariais.

Quanto às ocupações, majoritariamente vinculadas ao Setor da Indústria da Transformação, frigorífico, abate e fabricação de produtos de carne suína, com presença quase exclusiva dos trabalhadores haitianos, evidencia-se a formação de uma etno-estratificação ocupacional, “um nicho étnico” (WALDIGNER, 2005, *apud* DEMÉTRIO, 2021, p. 304). Processo que intersecta diferentes categorias



sociais e conduz a ocupações marcadas pela intensificação da produtividade, rotatividade, insalubridade, contratos temporários e baixos salários, refletindo-se na imobilidade social (DE HAAS; CASTLES; MILLER, 2020; DEMÉTRIO, 2021).

Dessa forma, as mudanças observadas no perfil dos migrantes inseridos no mercado de trabalho formal em Santa Rosa/RS, ao longo de 2012 a 2020 demonstram configurações transescalares (DEMÉTRIO, 2021). Na escala internacional, os macroprocessos intensificam a dinâmica populacional em diferentes países e inserem novas localidades aos espaços migratórios (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2019).

Na escala nacional, o Estado Brasileiro opera interrelacionando a política econômica, externa e migratória. Segundo Demétrio (2021), essas conexões condicionam a inserção laboral de migrantes em atividades vinculadas a frigoríficos de carne suína habilitados à exportação, os quais têm como principal destino, o mercado da China (DEMÉTRIO, 2021). Inserido em uma região com arranjos produtivos constituídos historicamente (ZEN *et al.*, 2016), o município de Santa Rosa compõe a cadeia produtiva do agronegócio interligando-se aos processos globais potencializados pela divisão internacional do trabalho.

## NOTAS

<sup>1</sup> Segundo Mármora (2004), os Estados que adotam políticas de restrição migratória buscam impedir a entrada de migrantes em seus territórios, para isso implementam diversos programas voltados ao controle e segurança.

<sup>2</sup> A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai constituem os Estados partes do MERCOSUL.

<sup>3</sup> Compreende-se por cadeia produtiva do agronegócio as atividades relacionadas à agropecuária, desde o abastecimento de insumos, o processo de transformação industrial, os serviços de comercialização e distribuição final (FEIX; JÚNIOR LEUSIN; BORGES, 2021).

<sup>4</sup> O VAB da Indústria de 2019 em Santa Rosa contribuiu com 0,71% no RS (IEDE, 2019).

<sup>5</sup> O Observatório das Migrações Internacionais é formado com base em um termo de cooperação instituído em 2013, inicialmente entre três atores públicos: o extinto Ministério do Trabalho, o Conselho Nacional de Imigração e a Universidade de Brasília, e posteriormente o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Segundo informações constantes na página, o Observatório tem como função a produção de pesquisas sobre imigração, emigração e a indicação de políticas públicas voltadas a esta temática (OBMigra, 2022a).

<sup>6</sup> Segundo informações constantes na página da RAIS, a transmissão das informações é obrigatória inclusive para pessoas jurídicas que não possuem empregados, denominada de RAIS Negativa (BRASIL, 2022).

<sup>7</sup> De acordo com o *layout* disponibilizado pelas bases, o código municipal até o ano de 2016 possui 6 dígitos e de 2017 em diante, 7 dígitos.

<sup>8</sup> Refere-se a nacionalidade derivada, ou seja, aquela que pode ser adquirida em qualquer etapa da vida depois do nascimento (CLARO, 2020). No sistema brasileiro, o processo de naturalização é de competência exclusiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública de acordo com os dispositivos da Lei de Migração Nº 13.445 de 2017 (BRASIL, 2017a) e sua norma de regulamentação, Decreto Nº 9.199 de 2017 (BRASIL, 2017b).

<sup>9</sup> O autor faz referência a diversas modalidades de vistos emitidos durante grandes eventos esportivos, fator associado a uma maior dinamização do cenário migratório. Entre os mais importantes, cita: os Jogos Pan-Americanos em 2007; a Copa das Confederações em 2013; a Copa do Mundo em 2014; os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 e a Copa América em 2019.

<sup>10</sup> Abate segundo os rituais islâmicos.

<sup>11</sup> Simões e Hallak Neto (2021), salientam que na base RAIS a informação referente a cor ou raça é fornecida pelo empregador, portanto não provém da autodeclaração do trabalhador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. et al. Espaços das Migrações Transnacionais: Perfil Sociodemográfico de Imigrantes da África para o Brasil no Século XXI. **REMHU**, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 27, n. 56, ago. 2019, p. 35-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005603>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. **Lei 13.445 de 24 de maio de 2017a**. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017b**. Regulamenta a Lei nº 13.455 de 24 de maio de 2017. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CARMO, R. L.; CAMARGO, K. C. Dinâmica demográfica brasileira recente: padrões regionais de diferenciação. **Texto para Discussão 2415**. IPEA, Brasília: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10199>>. Acesso em: 10 abr. 2022

CAVALCANTI, L. Novos Fluxos Migratórios para o Mercado de Trabalho Brasileiro. Desafios para Políticas Públicas. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 11, n. 16, p. 21-35, jun. 2015. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/35911](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35911)>. Acesso em: 8 out. 2021.

CLARO, C. de A. B. Do estatuto do estrangeiro à lei de migração: avanços e expectativas. Boletim de Economia e Política Internacional – **BEPI, IPEA**, nº 26, abr. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9820>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

DE HAAS, H.; CASTLES, S., et al. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 6Th Edition, Bloomsbury Academic, London, New York, Oxford, New Delhi, Sydney, 2020.

- DEMÉTRIO, N. B.. Migração internacional nos frigoríficos do Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs). **Populações Vulneráveis**: Unicamp e Ministério Público do Trabalho. Campinas, SP, 2021, p.292-307. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/popvulneraveis.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- FEIX, R. D.; JÚNIOR LEUSIN, S. et al. **Painel do agronegócio do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/painel-do-agronegoo-do-rio-grande-do-sul-2021.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação nacional de atividades econômicas**: subclasses para uso da administração pública. Versão 2.3. CONCLA, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101721.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Rio Grande do Sul Santa Rosa: Panorama População. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- INFRAESTRUTURA ESTADUAL DE DADOS ESPACIAIS (IEDE). **Produto Interno Bruto (PIB)**: Santa Rosa 2019. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://iede.rs.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/20f4a3818dbf49bb8ee7511ded77fb32>>. Acesso em: 03 maio 2022.
- MÁRMORA, L. **Las políticas de migraciones internacionales**. 1ª ed., 1ª reimp. –Buenos Aires: Paidós, 2004.
- OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMIgra). O Observatório. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração, mar. 2022a. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMIgra). **OBMIGRA**. Microdados, Bases de dados harmonizadas CTPS/RAIS/CAGED: RAIS-CTPS Estoque (2012 a 2020). Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração, 2022b. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged>>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- OLIVEIRA, A. T. R. de. Fontes de dados sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. et al. (Orgs). **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. OBMIgra, Brasília, DF, 2021, p. 24-52. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- PINHEIRO, R. D. et al. Migrações Internacionais em Santa Rosa/RS: notas sobre os registros de residência e movimentação laboral. In. **Anais do Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 131–142, 2022. Disponível em: <<https://ceeinter.com.br/ojs3/index.php/anaisseminariodepoliticaspUBLICA/article/view/302>> . Acesso em: 20 mar. 2022.

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Subsecretaria de Planejamento. Departamento de Economia e Estatística. O perfil dos imigrantes no RS segundo o Sismigra, a RAIS e o Cadastro Único. **Nota Técnica nº 40**, 24 de jun. 2021a. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202106/24142804-nota-tecnica-perfil-dos-imigrantes-do-rs-1.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2022.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. **Boletim informativo**: Saúde da população migrante internacional residente no Rio Grande do Sul. Organização Internacional para as Migrações (OIM), Universidade de Caxias do Sul – UCS, Rio Grande do Sul, out. 2021b. Disponível em: <<https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/19142256-boletim-informativo-saude-da-populacao-de-migrantes-no-rs.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- SIMÕES, A.; HALLAK NETO, J. A inserção do imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2011 e 2020. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. et al. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações: OBMigra, Brasília- DF, 2021, p. 118 - 154. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- UEBEL, R. R. G., RÜCKERT, A. A. Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno imigratório contemporâneo. Périplos: **Revista de Estudos sobre Migrações**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 92–110, 2017. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/5894](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5894)>. Acesso em: 5 abr. 2022.
- UEBEL, R. R. G. Imigração senegalesa e oeste-africana para o Brasil: novas notas de pesquisa e tendências político-migratórias futuras. In: TEDESCO, João Carlos (Orgs.). **Imigração senegalesa**: múltiplas dimensões. Porto Alegre: EST Edições, 2019, p. 77- 106.
- ZEN, S. et al. **Suinocultura de Santa Rosa (RS) se intensifica e alcança escala industrial**. Ativos Suinocultura, 4ª ed. ano 2, jan. 2016. Disponível em: <[https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/boletins/ativos-suinocultura-n4\\_0.39382100%201514916996.pdf](https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/boletins/ativos-suinocultura-n4_0.39382100%201514916996.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2022.

## RESUMO

Este estudo busca investigar como os movimentos migratórios se apresentam no mercado formal de trabalho em Santa Rosa/RS entre 2012 e 2020. Para isso, utilizou a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) estoque disponibilizada pelo Observatório das Migrações Internacionais. Os dados indicaram um aumento de 2.240 %de migrantes inseridos no mercado formal de trabalho entre 2012 e 2020. Com a maioria das vagas ocupadas por trabalhadores argentinos até 2015 o crescimento está associado à inserção laboral de migrantes haitianos superando os trabalhadores argentinos a partir de 2016 e concentrando-se em ocupações majoritariamente vinculadas ao Setor da Indústria da Transformação, frigorífico, abate e fabricação de produtos de carne suína. As características de inserção laboral de migrantes haitianos demonstram uma etno- estratificação ocupacional. Em termos gerais, há predomínio de trabalhadores do sexo masculino, com idades entre 18 e 39 anos, sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto. As mudanças observadas no perfil dos migrantes inseridos no mercado formal demonstram alterações na política migratória brasileira e direcionamento laboral em atividades vinculadas no final da cadeia produtiva do agronegócio.

**Palavras-chave:** Migrações Internacionais; Mercado de trabalho formal; Santa Rosa; Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

This study set out to investigate the migration movements in the formal labor market in Santa Rosa, Rio Grande do Sul, between the years 2012 and 2020. For this, the database of the Annual Social Information Report (RAIS) informed by the Observatory of International Migration was used. The data showed a 2,240% increase in migrants' integration into the formal labor market between 2012 and 2020. With most jobs occupied by Argentine workers until 2015, this growth is associated with the labor integration of Haitian workers, surpassing the Argentine ones as of 2016. The characteristics of Haitian workers' labor integration show occupational ethno-stratification with jobs related to the processing industry, meat packing, slaughtering, and pork product manufacturing. Overall, there is a predominance of male workers, aged between 18 and 39, with no or incomplete high school education. The changes witnessed in the profile of migrants integrated into the formal labor market demonstrate changes in the Brazilian migration policy and labor direction in activities linked to the end of the agribusiness production chain.

**Keywords:** International migration; Formal labor market; Santa Rosa; Rio Grande do Sul.

# São J. B. Scalabrini: santo tardio porque diferenciado

*Por Dirceu Cutti*

## **Um dedo de prosa**

No dia 17 de maio de 2022 o Vaticano decretou que o beato João Batista Scalabrini seria canonizado, fato ocorrido no dia 9 de outubro. Nasceu em 1839 e faleceu em 1905, o que nos possibilita dizer que foi tardiamente reconhecido como santo. Tal acontecimento fez com que milhares de pessoas mundo afora mirassem mais atentamente para este importante personagem da história da igreja.

Sempre que olhares recaem sobre uma pessoa, múltiplas facetas afloram. Fui provocado pela “*Travessia*” para relatar alguns aspectos do meu olhar sobre a pessoa de São João B. Scalabrini, a quem gosto de definir como mártir do cotidiano. Aceitei, mas de cara informo: vou ater-me a alguns aperitivos e bem ao estilo de um dedo de prosa.

De pronto informo: sei que o maior interesse em torno da figura em foco diz referência à sua atuação junto aos migrantes, falarei disso, mas para entender Scalabrini, no meu singelo olhar, é necessário ampliar o leque.

## **A canonização, foi uma surpresa?!**

Antes da resposta, pequena digressão. Afirmei acima que “o Vaticano decretou...”, e está correto, mas não esqueçamos, o Vaticano continua sendo um Estado, resquício da velha *Questão Romana* – o Estado italiano em formação usurpando o poder temporal da igreja e, esta, relutando para mantê-lo. Scalabrini queria vê-la superada, e nela mergulhou de corpo e alma, mas foi vencido. A paz foi selada apenas em 1929, com o Tratado de Latrão.

O Estado, é bom que se diga, tem razões que ultrapassam os limites “dos altares”, com aspas, pois o correto a dizer é: “ultrapassa os limites da itinerância de Jesus de Nazaré”, por isso, na minha ótica, é melhor afirmar: “o papa Francisco decretou”.

Foi uma surpresa? Para mim, pessoalmente, não! Por quê? Porque a sensibilidade do coração de Francisco para com as dores dos migrantes e refugiados deu *match* com a sensibilidade do coração de Scalabrini. Não podia ser diferente, não há outra razão! Vale lembrar a norma: para alguém ser canonizado, há necessidade do reconhecimento de ao menos dois milagres e, no

caso de Scalabrini, só há um. Mas o milagre que, em tese, faltaria foi o próprio Scalabrini que realizou em vida. Foi o milagre de não vergar diante da quantidade de peso que se abateu sobre seus ombros ao longo de todo seu episcopado, peso advindo de dois costados: o primeiro, de uma vida marcada pela doação cabal; e o segundo, pelas contrariedades, para dizer pouco, provocadas pela ala mais intransigente da época. Isso pressupõe entender Scalabrini em seu contexto histórico. Acenarei brevemente adiante.

### ***Quem foi João Batista Scalabrini?***

Discorrer sobre Scalabrini exigiria um número especial da *Travessia*. Vou valer-me de uma imagem para apenas indicar caminhos de respostas possíveis. Podemos nos aproximar deste personagem adentrando por cinco portas, sendo que uma delas nos possibilita acesso a uma pequeníssima janela.

A primeira porta é a da sua biografia. Menciono apenas que nasceu na Província de Como, norte da Itália; aos 36 anos, tornou-se bispo de Piacenza e faleceu em 1º de junho de 1905. Aos interessados por maiores detalhes, peço que deem um clique na internet para saciar a curiosidade. Ah, seu pai era proprietário de uma adega de vinhos, detalhe de suma importância para um “vero italiano”.

A segunda porta é a do currículo, ou seja, seu legado. Aqui não basta um clique, e se eu me atrevesse a mencionar seus feitos, avançaríamos páginas e mais páginas. Foram muitos, voltados para duas grandes vertentes: a do campo eclesial e a do campo social. E, amalgamando as duas, um destaque particularíssimo ao seu legado em prol dos migrantes.

A terceira porta é a do seu pensamento, seu substrato teórico. Noutras palavras, qual a sua eclesiologia? Qual a sua ideologia? Arrisco-me a dizer que não há necessidade de ficarmos aqui escarafunchando. Imperioso é entendermos. Explico-me: quanto à eclesiologia, a máxima “fora da igreja não há salvação” resume a visão de Scalabrini. No tocante à ideologia, cito apenas dois exemplos: em termos de gênero, dizia que a mulher, feita por natureza para os trabalhos domésticos, não deve empregar-se em atividades que não lhe dizem respeito; quanto ao papel dos leigos na igreja (e olha que Scalabrini valorizou sobremaneira os leigos), ele dizia: o leigo não é capitão, mas soldado; não é mestre, mas discípulo; não é pastor, mas ovelha. Porém, é bom observar, foi ele também que nos deixou dito: “O mundo caminha e nós não podemos ficar para trás”.

A quarta porta nos conduz para uma sala de luzes – é a porta das intuições. Trago apenas uma: “Para o migrante, a Pátria é a terra que lhe dá o pão”. Utopia de uma cidadania universal explicitada no momento em que o Estado moderno

italiano estava em formação. Desta porta podemos inferir que este santo homem, se preso em alguns aspectos ao passado, também se deixou catapultar em direção ao amanhã.

A quinta porta é a da própria pessoa de Scalabrini. Indo ao encontro dela, logo nos deparamos com dois traços que a marcam profundamente: o de pastor, em seu sentido pleno, e o de homem público. Dizia que era necessário sair do templo, ir aonde o povo está e ingressar na vida pública. Caro leitor, peço apenas alguns segundos a você, pois quero resgatar aqui a citação de uma carta escrita a Leão XIII pelo provincial dos carmelitas da Lombardia, pe. Romualdo, datada de 1884. Assim escreve ao papa: “Se Monsenhor Scalabrini fosse menos sábio, menos experimentado, menos ativo, se tivesse menos tato prático para com os assuntos de governo, se tivesse menos influência sobre a opinião pública, seria deixado em paz [...] mas ele é um daqueles homens que atrai a atenção dos inteligentes”. Não preciso acrescentar nada mais para realçar sua importância na vida pública.

### ***Mirada na janelinha***

Antes é necessário frisar que Scalabrini foi um estrategista de primeira linha, um executivo do Evangelho; isso o atestam as inúmeras iniciativas por ele empreendidas, repito, no campo eclesial e no campo social, bem como o que ele nos deixou por escrito. E entre seus escritos encontram-se inúmeras cartas e, dentre essas, uma volumosa correspondência (mais de 500 cartas), trocadas entre ele e o bispo da vizinha Cremona, Geremia Bonomelli, amigo do peito. Eu me atrevi a traduzi-las para o português. Foi ao longo desta tarefa que acabei tropeçando com a alma de Scalabrini. E este tropeço se deu através de uma janelinha embutida em meio ao conteúdo das missivas.

A correspondência Scalabrini - Bonomelli, que pelo teor do conteúdo eu denomino de labaredas de um momento histórico específico (final do século XIX), nas quais JB mergulhou com tudo e sofreu queimaduras de 1º, 2º e 3º grau, ela se apresenta eivada de apostos (refiro-me agora apenas às cartas de Scalabrini). O que dizem os apostos, aquilo que denomino de janelinha, noutros termos, o aparentemente insignificante, que pode perfeitamente ser subtraído do texto sem em nada prejudicá-lo? São reiteradas expressões reportando-se à pressa, cansaço, dor, sofrimento e raríssimas expressões de alegria. “Dói-me a alma” e “dói-me o corpo” são palavras que me soam resumir bem o que se passava em seu íntimo. Todavia, não podemos, a partir disso, imaginar um homem abatido. Muito pelo contrário, era de uma altivez extraordinária, inteligência polida e aguda, perspicaz. Mas não vou me estender por aqui, informo a quem interessar possa, que acesse alguns rabiscos meus, publicados pelo CEM/Missão Paz, sob o título “*Scalabrini: homem de dores e dissabores – mártir do cotidiano*”, também disponibilizados on-line.



## ***De onde advinham as dores?***

São duas as vertentes de dor que se lhe abatiam cotidianamente: uma, sobre seu corpo, e outra, no fundo de sua alma. Preciso reforçar novamente que JB era uma figura que se destacava por sua inteligência refinada, era dono de oratória brilhante, criativo, intuitivo, arguto, além de extremamente caridoso, verdadeiro pastor e obediente incondicional ao papa como garantia da unidade. Mas há um atributo que permeava os demais – era uma pessoa extremamente sensível. Como diria Dostoiévski, “O sofrimento e a dor são inerentes a uma ampla consciência e a um coração profundo”.

## ***As dores do corpo***

As dores físicas decorriam de problemas de saúde, intimamente relacionados ao excesso de atividades. Em 1884, o vemos dizendo a Bonomelli que a causa dos seus achaques era o querer fazer demais. Que o médico lhe garantira extirpar o mal pela raiz se tivesse juízo e diz ainda estar decidido a mudar de comportamento. Mudou? Em 1903, sempre ao amigo, confessa que os compromissos se apresentavam cada vez mais desafiadores, exigindo dele forças superiores aos seus limites físicos e morais. Apesar disso, afirma que seguiria em frente até suas forças aguentarem. E não mudou de ritmo. Pouco antes, em 1901, encetara viagem aos Estados Unidos e, logo na sequência, em 1904, visitaria o Brasil, percorrendo fazendas a cavalo no interior paulista e andando pela Serra Gaúcha em charretes improvisadas, em pleno inverno.

Mas há uma atividade que o exauria sobremaneira, as Visitas Pastorais. Realizou cinco, a todas as paróquias da sua diocese. Quando da primeira, eram 365; 200 só acessíveis na montaria. A pobreza era extrema em muitas delas, até em galinheiro teve que pousar, mas confessa a Bonomelli que naquela noite não conseguiu fechar os olhos em virtude dos bichinhos. E tem mais, numa das viagens, por empinada do cavalo, contraiu a hidrocele, causa indireta de sua morte prematura. Cá entre nós, era homem de fibra, destemido, de forte têmpera. Não havia dificuldade que pudesse detê-lo. Numa de suas crises de saúde, o médico lhe recomendou absoluto repouso; ao narrar o fato ao amigo, sabe o que disse? “Amarguíssimo tratamento!”.

## ***As dores do fundo da alma***

Impossível aqui narrar tudo. Mas vamos lá. Para entender as dores do fundo da alma, as que a dilaceravam, palavra por ele utilizada, é imperioso trazer minimamente à baila o contexto, algumas veredas trilhadas por nosso personagem.

JB vivenciou uma mudança de época. Os muitos “ismos” que foram pipocando com o advento da modernidade, a começar lá atrás com o iluminismo, na sequência o antropocentrismo, racionalismo, positivismo, liberalismo, socialismo, e por aí vai, foram tomando o espaço até então ocupado pelo teocentrismo. E mais: com o surgimento do Estado moderno, os tronos foram desbancados, entre eles, o do poder papal. A modernidade surgiu atea e anticlerical. O norte da Itália, chão palmilhado por Scalabrini, constituía, na segunda metade do século XIX, um fulcro efervescente. E ao contexto mais amplo, soma-se o processo de independência e unificação da Itália, longo e conturbado. Imaginem Scalabrini nesse turbilhão, uma vez que, para ele, fora da igreja não havia salvação. Mas, acredite, nessa praia ele nadou com desenvoltura. Repito aqui a frase dele: “O mundo caminha e nós não podemos ficar para trás”. E ele não ficava. Todas as suas iniciativas, e foram muitas, visavam, através de uma sábia concorrência, a evitar que o campo adversário, porque ateu, saísse em vantagem. Scalabrini era admirado e respeitado por muitos de fora da igreja, obteve até mesmo reconhecimento público por sua atuação social.

O grande imbróglcio que lhe tolhia o sono, acredite, se aninhava entre seus pares, no interior da igreja, quer da parte clerical, quer de lideranças do laicato.

As mudanças ocorridas no âmbito macro, aliadas ao contexto específico italiano, repercutiram fortemente no interior da igreja. O divórcio entre Igreja e sociedade, no caso italiano transformou-se em divórcio litigioso. O governo atacava de um lado e a igreja contra-atacava de outro, por exemplo: o primeiro, confiscando propriedades religiosas e obrigando os seminaristas a prestarem serviço militar por três anos; a igreja, proibindo os católicos de tomarem parte nos pleitos ao Parlamento e até mesmo excomungando adversários. Nessa esteira, no interior da igreja, surgiram duas correntes de pensamento: a dos que se aferravam ao passado, os intransigentes, e a dos que entendiam que era necessário caminhar com a história, os transigentes, dentre os quais Scalabrini e Bonomelli ocupavam lugar de vanguarda.

Acontece que, entre os intransigentes, havia uma ala mais radical. Seu QG residia no Vaticano, e, em Milão, encontrava-se sediado um dos mais importantes porta-vozes do papa, o jornal *L'Osservatore Cattolico*, o qual contava com seletos correspondentes em Piacenza, diga-se, que estavam nas barbas de Scalabrini. Ai de quem ousasse opor-se! Mas opor-se é uma palavra forte. Ai de quem procurasse um mínimo de diálogo! Ai de quem pensasse diferente! Os intransigentes utilizavam duas palavras mágicas para atacar a reputação dos adversários: as acusações valiam-se dos termos “liberal” (reportando-se ao campo político/cultural) e “rosminiano” (para o campo teológico/filosófico), sinônimos de ‘estar contra o papa’. E, na visão fortemente hierárquica da época, não podia haver acusação mais grave contra um prelado, motivo de escândalo entre as pessoas mais simples e de descrédito cada vez maior entre os “mais esclarecidos”.

Entretanto, se durante o papado de Pio IX os intransigentes recebiam apoio incondicional, com a assunção de Leão XIII (1878-1903), uma leve brisa começou a soprar noutra direção, o que não significa ânimos menos acirrados. O novo papa não deu ao jornal de Milão a mesma atenção do seu antecessor; no caso das eleições, Leão XIII acenou na direção de uma possível flexibilização; quanto aos escritos de Rosmini (a quem o papa Pio VIII encarregara de buscar pontos de diálogo do pensamento moderno com a teologia), aos quais os intransigentes se opunham radicalmente, Leão XIII mandou avisar Scalabrini que os adeptos de Rosmini poderiam debater livremente seus escritos deixados abertos à discussão. Não podemos esquecer que foi das mãos deste papa que veio à luz a *Rerum Novarum*, tratando da questão social. Apenas quanto à candente Questão Romana Leão mostrou-se intransigente desde o início.

Scalabrini embebeu-se na nova brisa. Todavia, no exato momento em que apostou todas as suas fichas acreditando que esta ganharia maior força, surpreendentemente, a nova brisa transformou-se num redemunho soprando em direção contrária, atingindo em cheio Piacenza. No meu singelo escrito a que já me referi, descrevo em detalhes o que denominei de tormentas enfrentadas por JB. Faço aqui apenas um aceno a duas delas, ocorridas em 1885/86.

### ***Opúsculo anônimo de 1885***

A primeira tormenta diz respeito a um escrito intitulado *“Intransigentes e transigentes, considerações de um bispo italiano”*. Antes, porém, deste escrito sair a público, líderes da intransigência de vários países, descontentes com a postura de Leão XIII, mas sem a coragem de botar a cara a tapa, valeram-se de um cardeal idoso, J. B. Pitra, recolhido aos estudos de paleografia, que engabelado por eles, soltou uma furiosa carta contra o movimento renovador e rasgando elogios aos que o insuflaram a escrevê-la.

O forte teor da carta gerou efeito contrário ao esperado e Pitra foi chamado a retratar-se publicamente. Mas não se deram por vencidos. Na sequência, lançaram outro escrito, desta vez anônimo, em termos não menos suaves, citando inclusive o próprio Leão XIII.

Na sua sagacidade, Scalabrini logo deu-se conta do veneno aí embutido; mexeu seus palitos e com a colaboração do cardeal Jacobini e do papa, lançou uma Carta Pastoral rebatendo fortemente os intransigentes radicais. A Carta obteve grande repercussão e total sucesso.

Com este trunfo em mãos, JB aproveitou o embalo e, em parceria com o papa, trouxe à luz o opúsculo *“Intransigentes e Transigentes...”* visando colocar um fim ou, ao menos, amenizar a barafunda existente. Era desejo seu que o

papa assinasse o Opúsculo, mas este, receoso, preferiu deixá-lo anônimo. O resultado? Invés de amainar a confusão, só fez botar mais lenha na fogueira. No QG central, no entorno do papa, os que faziam média com as posições dele retiraram a máscara de vez e desceram a lenha no escrito, sem falar do jornal de Milão e seus congêneres.

Pairava no ar, porém, a dúvida sobre a autoria do escrito. Bonomelli chegou a ser tido como suspeito, mas as canhonadas dos intransigentes rapidamente se voltaram todas contra Piacenza. Leão XIII, atordoado, imagino eu, não deu um pio sequer. Scalabrini, jogado sozinho aos leões, teve que suportar tudo em silêncio. Só lhe restava uma válvula de escape: compartilhar as aguilhoadas na alma com o amigo do peito, ou queixar-se a quem de direito. É bom sublinhar com todas as letras que, da sua boca, jamais saiu publicamente uma palavra sequer que pudesse contrariar o papa. Pessoalmente ou por carta, nunca deixou uma palavra para trás que julgasse importante pronunciar. Scalabrini, por mais de uma vez, foi duro com Leão XIII, como ele mesmo confessa ao amigo. Numa das cartas ao bispo de Cremona, diz que escreveu a Roma e disse tudo o que precisava ser dito, e arrematou: “sei que será um buraco n’água, mas ao menos deixo documentos para a história”.

Eu diria, usando uma expressão de Guimarães Rosa, que, neste episódio, faltou a Leão XIII “espírito de cavalo que escolhe estrada.” Noutros termos, luz própria para guiá-lo. Vale trazer aqui a dúvida “bonomeliana”, explicitada pelo amigo, anos mais tarde, em carta endereçada a uma condessa: “Até hoje”, disse Bonomelli, “não sei se Rampolla guiava Leão ou se Leão puxava a reboque Rampolla”. E emendou: “a solução do enigma, para a história”. Rampolla assumiu o cargo de Secretário de Estado em 1887.

### ***Eleições de 1886***

Vamos a outra tormenta na qual nosso personagem se viu envolvido. Em 1882, ano de eleições, JB martelou junto ao Vaticano para que, em casos excepcionais (onde os católicos fossem muito hostilizados por candidatos contrários à igreja, como era o caso de Piacenza), os mesmos pudessem participar nas eleições. Recebeu autorização verbal. Bonomelli suspeitou da autorização verbal, disse ao amigo que isso representava a indecisão que imperava no alto. Na prática, porém, não surtiu nenhum efeito naquele ano, pois tudo foi muito em cima da hora.

Vieram as eleições de 1886. O prelado voltou à carga e, com antecedência, obteve do Vaticano, desta vez por escrito, autorização para os católicos de Piacenza tomarem parte nas eleições. Evidentemente, tudo deveria ser feito sem alardes, na surdina, pois oficialmente prevalecia a orientação contrária. Não

entro em detalhes, deixo isso por conta da imaginação, apenas informo que o resultado foi de 4 a 1 a favor dos católicos. Não fica difícil supor o que adversários e *L'Osservatore* disseram. Mas não foram só manchetes em jornais; o próprio Vigário Geral da catedral encarregou-se de dedurar Scalabrini junto ao Santo Ofício, e não o fez sozinho: outros a ele se somaram atribuindo o resultado ao dedo do bispo.

Ele sequer em Piacenza estava, havia partido em Visita Pastoral às mais longínquas paróquias. No retorno, a bomba lhe caiu nas mãos. Precisou explicar-se ao Santo Ofício; o fez, por escrito, e pediu autorização para publicar a sua defesa. Não só o pedido lhe foi negado, como disseram que o caso não se encerrava por aí. Mais uma vez, diante do silêncio de Scalabrini, manchete em Milão dizia que Piacenza se transformara numa praça cedida ao inimigo. Mas mais chumbo o aguardava. O adversário mais ferrenho do bispo, que havia entre o laicato católico de Piacenza, o intransigente Carlo Radini Tedeschi, nada menos que presidente do Comitê Diocesano, foi condecorado publicamente pelo papa por sua postura em relação às eleições, contrária aos católicos tomarem parte no pleito. Por essa Scalabrini não esperava, pois o ato representava, perante todos, uma clara desaprovação à sua conduta.

Mais uma vez, não lhe restou outra brecha que a do desabafo sincero diretamente ao papa. E desabafou! Por reiteradas vezes solicitou que alguém do alto viesse a público em sua defesa quando atacado com mentiras e calúnias, verdadeiras *fake news*, ou, ao menos, que lhe dessem permissão para defender-se publicamente. Nunca o fizeram, apenas tergiversavam. Foram muitas as dores que lhe dilaceravam a alma.

Acrescento que, na sequência dessas turbulências, em 1887, escritos de Rosmini foram condenados pelo Santo Ofício, ou seja, o que Leão garantira a Scalabrini, há pouco mais de ano, teve curta data de validade.

### ***Uma palavra mais sobre o Vaticano***

Valendo-me mais uma vez de Guimarães Rosa quando diz que as coisas são tudo muito misturadas, no Vaticano sempre pulsou forte a postura palaciana em tensão dialética com o legado de Jesus de Nazaré. É sintomático o que aconteceu com o processo de beatificação de João Batista Scalabrini. Foi aberto pelo segundo sucessor seu em Piacenza, processo demorado, mas que, a um dado momento, foi lacrado a chaves numa das gavetas do Vaticano. Indagado sobre o motivo da interrupção, o papa João XXIII respondeu que não estava clara a postura de Scalabrini em relação à Santa Sé, especialmente no tocante à Questão Romana. Cá entre nós, a postura de Scalabrini com a Santa Sé sempre foi cristalina, sincera e coerente; a postura que não estava clara, como o atestam

as duas tormentas que acabei de narrar, era a que vinha do alto, e, neste sentido, a correspondência entre Piacenza e Cremona é pródiga em demonstrá-lo. Bonomelli a definiu bem – era postura de oscilação que perdurou até 1886. É bom lembrar que o extraordinário João XXIII vinha da linhagem intransigente. O processo só saiu da gaveta quando, à frente da igreja, esteve Paulo VI que reconheceu nele um precursor do Concílio Vaticano II. A beatificação ocorreu em 1997, sob o pontificado de João Paulo II, e com um detalhe a observar: na cerimônia vaticana, Scalabrini recebeu grande destaque como Renovador da Catequese (um aspecto *ad intra ecclesia*), e de fato o foi, mas no tocante à sua atuação em prol dos migrantes, apenas leve aceno.

### ***Seu maior legado – os migrantes. Estava isso escrito nas estrelas?***

Não estava escrito em astro algum, brotou foi do chão duro que Scalabrini pisava, dos ventos trazidos pela modernidade. Aliás, é bom frisar, a realidade foi sempre o ponto de partida de todas as ações empreendidas por Scalabrini. Alguma semelhança com o método de Paulo Freire, da Teologia da Libertação? Eu não disse que a quarta porta era de luzes? Mas voltemos à pergunta.

Quando ele assumiu a diocese de Piacenza, anunciou quais seriam as suas prioridades: as Visitas Pastorais, a Catequese e a Formação do Clero, pois as três careciam de particular atenção. Mas a realidade impôs uma quarta, que gosto de definir como “a prioridade não planejada”, ou seja, os migrantes, donde deriva seu extraordinário legado para a história, de atualidade cada vez mais candente. Por isso, o título que mais lhe faz jus é o de Pai dos Migrantes.

Quero sublinhar que a atuação de Scalabrini nessa seara explicita a nós uma profunda simbiose entre os dois traços que o caracterizaram: o de pastor e o de homem público. Noutras palavras, aliou sua grande sensibilidade à sua visão estratégica.

Antes mesmo de ser bispo, quando pároco em Como, se deparou com o drama da migração. E, por ocasião da primeira Visita Pastoral, enviou com antecedência às paróquias um questionário sociorreligioso com a finalidade de tomar pé da situação. Com o resultado em mãos e, na sequência, em contato direto com as comunidades, a constatação do êxodo só fazia avolumar-se, sem contar os relatos e apelos que lhe foram chegando do outro lado do Atlântico. Por mais de uma vez ouviu a expressão “ou roubar ou emigrar”. Num de seus escritos, e aqui quero citá-lo textualmente, lemos: “O que lhes direi é fruto de minha experiência pessoal. Mais do que nos livros, descobri na escola da vida as grandes e numerosas chagas e misérias que afligem a sociedade”. É conhecidíssimo entre nós scalabrinianos/as, o escrito “Estação de Milão”, um relato comovente de cena por ele presenciada naquela cidade onde centenas de

homens, mulheres, jovens e crianças aguardavam o trem em direção ao porto para dali zarparem rumo à América. Reporto apenas algumas palavras iniciais de alguns parágrafos: “Há vários anos assisti em Milão a uma cena, vi o salão, vi pessoas, vi suas faces sulcadas, vi a agitação dos sentimentos; eram emigrantes. Deixou-me na alma um sentimento de profunda tristeza. Parti comovido. Ante tal estado de coisas, perguntei e me pergunto: que solução buscar?”

Esta pergunta, calando fundo em sua alma, somada aos revezes sofridos, fez com que JB desse uma guinada. Lembra que falei da dúvida “bonomeliana”? Se Bonomelli deixou a resposta nas mãos do futuro, Scalabrini soube radiografar a realidade e efetuar o diagnóstico. Numa avaliação serena dos acontecimentos, escreveu ao amigo: “Os tempos não estão maduros” (não disse “são inférteis”), e mais: “As tradições possuem mais força do que a vontade das pessoas”. Soube compreender o enjaulamento em que o papa se encontrava e de AM passou para FM. Em 1887, ano da guinada, disse ao bispo de Cremona que esteve com o papa numa longa conversa, mas que esta girara quase toda em torno do assunto que agora o ocupava: a Emigração. E no tocante a este projeto, Leão XIII, pessoalmente, (e depois Pio X) deu-lhe todo o apoio, embora, no meu modo de entender, haja indícios de que, nos bastidores do Vaticano, houve, em meio a ambiguidades, não só tentativas de boicote, mas oposição que, aliás, se estendeu também após Scalabrini ter alçado seu voo definitivo. Mas não vou adentrar esta vereda.

Em 1887, após os zigue-zagues normais de quando se busca definir uma nova trilha, surge a Congregação dos Missionários, voltada para os italianos que se dirigiam à América. Mas julgou ser pouco, fundou também, oficialmente, em 1889, uma Associação de leigos, a São Rafael, que já vinha sendo gestada anteriormente.

Nos anos de 1891/92, Scalabrini percorreu as principais cidades italianas, proferindo conferências sobre a emigração, visando sensibilizar a sociedade italiana (clero, laicato e governo) para uma ação conjunta em prol dos emigrantes. Alçava a bandeira com duas palavras de ordem: Religião e Pátria (diríamos hoje, religiosidade e identidade). Sabia que o campo era minado, os intransigentes não queriam aproximação alguma com o governo e este detestava tudo o que fosse clerical. Mas insistiu, e, embora com resultados aquém do sonhado, conseguiu importantes avanços. E valia-se sempre da realidade dos fatos, pois, no campo das ideias, imperava a intransigência.

E os fatos eram: o crescente êxodo; os dramas e as dores dos que se viam compelidos a deixar a própria terra; a presença crescente dos agentes da migração, chamados por Scalabrini de “mercadores de carne humana”, pois, além das falsas promessas, sugavam até os últimos centavos; o fato de os emigrantes italianos serem os mais abandonados, pois diferentemente dos de

outras nacionalidades, iam ao encontro não só de uma terra desconhecida, mas de uma cultura estranha, sem contar o total descaso da parte governamental. Scalabrini lembrava o caso dos emigrantes alemães que também se dirigiam a países de idiomas desconhecidos, mas aos quais os governantes davam permanente assistência, e, como se isso não bastasse, foi naquele país que surgiu uma Associação (a São Rafael tedesca, na qual Scalabrini se inspirou), com muitos núcleos, com a finalidade de acompanhar de perto os que partiam.

A abrangência de atuação delineada por ele requeria marcar presença junto aos portos de embarque e desembarque, durante a travessia e nos locais de destino, mas não só; também fazia-se imperioso atuar na esfera legislativa.

Quando Scalabrini saiu a público, em 1887, levantando a pauta da emigração e conclamando os católicos e a opinião pública a somarem forças diante desta nova questão social, o Parlamento reagiu de imediato para evitar que a igreja tomasse a dianteira. No final do mesmo ano, um projeto de lei de emigração foi apresentado, com seus trâmites costumeiros. Scalabrini não dormiu no ponto. Escreveu ao seu colega de classe, Paulo Carcano, socialista, agora subsecretário de Estado, apresentando sugestões e criticando fortemente o teor “policialesco” da proposta em discussão. O escrito ganhou publicidade e grande repercussão. Mas o anticlericalismo predominou forte e Scalabrini foi vencido. Porém, a temática permaneceu em pauta e, com muito mais cacife da parte do prelado de Piacenza, uma nova lei, incorporando muitas das sugestões por ele apresentadas, foi aprovada em 1901. Na ocasião, houve quem dissesse “erramos todos” quando, no passado, não demos ouvidos a Scalabrini.

Não podemos esquecer que, em 1895, fundou também a Congregação das Irmãs e, pouco antes de seu adeus final, apresentou ao papa uma proposta para que a Igreja criasse um organismo central voltado para os migrantes de todas as nacionalidades. Sua missão estava cumprida.

### ***Palavra final***

João Batista Scalabrini acaba de ser tardiamente reconhecido como santo porque foi um santo diferenciado, e, cá entre nós, somente está tendo esse reconhecimento porque, à frente do Vaticano, encontra-se também um papa diferenciado. Por último, gostaria de encerrar com duas breves informações. Após sua morte, especialmente junto às testemunhas ouvidas para o processo de beatificação, uma toada se fez recorrente: quanto mais o tempo passa, mais a figura de Scalabrini se engrandece! A outra, de um contemporâneo seu, o sociólogo Toniolo, que cito textualmente: “[...] sou obrigado a reconhecer que este homem teve a intuição dos acontecimentos futuros, intuição própria das mentes superiores e dos corações generosos”.





# Scalabrini na estação de Milão

*Roberval Freire\**

Tantas faces bronzeadas  
De vidas sofridas vão perambular  
São pessoas encurvadas, jovens e mulheres  
Filhos a carregar

Deixaram seus vilarejos, só ficou saudade  
Vão se arriscar  
Têm apenas um desejo  
Que é chegar na América  
Pra vida melhorar

Eu chorei quando vi  
Levas de trabalhadores e trabalhadoras  
Querendo partir (bis)

Se despedem dos parentes  
E forçadamente deixam o seu chão  
Acreditam firmemente  
Que a pátria é a terra que lhe dá o pão  
Fiquei muito comovido, coração partido  
É meu povo irmão

Vendo meu povo migrante  
Neste mesmo instante fiz minha oração

Eu chorei quando vi  
Levas de trabalhadores e trabalhadoras  
Querendo partir (bis)

Tuiuti-SP, 24.09.2022

---

\*Poeta, compositor popular e agente da Pastoral dos Migrantes



# O ilusionista de efemeridades

*Paulo Mortari Araújo Correa*

Hoje é sexta-feira, mas seria igual se fosse sábado, segunda ou quarta-feira. Nestes dias, não faço muito mais do que marcar presença em nossos ensaios circenses semanais aqui onde estamos agora, Parnaíba, a pequena maestrina das águas piauienses. (Em nenhum lugar do Brasil a infinidade do mar é mais curta). E assim como veem-se iguais tais jornadas, encontro-me nelas sempre do mesmo jeito, maquiado. É até curioso pensar que entre os integrantes mais novos do grupo não há ninguém que tenha me visto de outra forma. Minha cara limpa, de certo, seria como uma máscara a esconder-lhes a persona com quem convivem. Ou a pessoa. (Não sei resolver a incerteza).

As mãos que se notam são de minha esposa, responsável há oito anos por trazer à luz, com sombra e tinta escura, essa minha persona (ou pessoa) mais popular. A cena se repete toda segunda, quarta, sexta-feira e sábado antes de sairmos do *trailer* (nossa casa itinerante), pois, como já havia mencionado, escolho assim estar, ainda que seja “apenas” p’ra ensaiar. E eu nunca maquiei a mim mesmo. (Salvo quando há briga no matrimônio, e aí todos se inteiram de minha desventura privada no instante em que piso na rua, conforme denuncia a pintura malfeita na cara).

Mas quero voltar ao que estava dizendo antes. Devem se perguntar por que me pinto mesmo em ensaios. Pois, esclareço: a pintura é meu uniforme de trabalho. Para mim, na verdade, essa pergunta é tão estranha como questionar um policial por estar fardado no serviço ou um médico de jaleco num hospital. E mais do que o uniforme desses profissionais, a peça de vestuário que levo tem suas particularidades. Percebam: para vesti-la, é necessário confeccioná-la do início a cada uso, tal como despir-me dela a faz se desfiar para sempre. É diferente de uma roupa de tecido, que tanto pode ser produzida sem que ninguém venha a trajá-la, como posta inúmeras vezes sem que tenhamos que recosê-la a cada ocasião. É roupa de uma vezinha só, peça única, de fato. Por isso, é preciso ter cuidado para não botá-la “do avesso” (que é o que acontece naqueles dias em que me resta pintar sozinho). Não tem como “desvirar”.

Outra particularidade que me ocorreu: essa roupa de circo que uso reveste uma só “carne”, é verdade, mas dá abrigo a um “rebanho” de gente. E tudo criança! Pois é roupa que protege a infância do inverno das idades. Olhem para o meu rosto e poderão comprová-lo. Minha maquiagem faz rejuvenescer o que não envelhece. (E as “marcas de expressão” que saem todas com água e sabão).

Vejo que faltou falar o que faço: sou Ângelo, o ilusionista. É por isso que consigo com uma roupa de vida útil bem curtinha cobrir uma fase inteira da

existência. Como é possível o que mal dura um punhadinho de horas dar conta, sozinho, de tantos anos? Coisa que me apraz é isso, confundir o tempo. Esse é um gosto que aprendi vendo o dia. Dá-se uma sucessão de brevíssimos amanheceres e ocasos, e com a repetição dessa efemeridade, constroem-se coisas tão marcantes e inestimáveis como a história de vida de uma pessoa. Já ouvi dizer que o tempo se atordoia completamente quando uma finitude se faz duradoura. É isso que me inspira a pintar-me o rosto para despintá-lo pouco depois e voltá-lo a pintar. Ao fazê-lo, desnudo o tempo de sua temporariedade (e sem privá-lo de ser tempo). Assim sendo, está revelado o truque para quem quiser: para desconcertar o tempo, basta exercitar a efemeridade de forma perene. (Mas tem que escolher bem a efemeridade que se vai praticar amiúde; com várias das de adulto não dá certo. Já tentei. Acontece que a reiteração sem um sentido despropositado não logra muito mais do que ser ordinária).

Para terminar: no domingo passado, teve espetáculo. Apresentei-me ao público com minha roupa de só uma vezinha. Como o encanto de uma mágica, vi surgir no semblante infante de crianças, adultos e idosos um sorriso, mais efêmero do que meu rito diário de me pintar e despintar. Sabem, o sorriso é uma velha artimanha de criança para enganar o tempo. Abre-se pela primeira vez rapidinho, quase sem querer, em algum momento fortuito da infância, e, ao ser tão breve, se confunde com a própria vida. E, aproveitando a referência, digo que, ainda que por óbvio se espere que um dia eu padeça, a roupa que faço, visto e desfaço entre cada amanhecer e seu ocaso deve continuar a existir e me fazer presente. Cedou tarde, numa plateia grande ou pequena; logo depois de um contumaz “ohhh!”; vão descobrir que, seja o da pessoa ou o da persona, só um dos corpos itinerantes que tenho esteve fadado a cair, desnudo, ante o fim que é permanente. O outro, não. Seguirá sempre vestido e vivo enquanto houver, aqui ou acolá, um rosto disposto a que se pinte e repinte em si o sorriso que gerará em outrem.



Foto: Halanne Fontenele Barros

# **TRAVESSIA** agora também ONLINE

## **Um acervo sem data de vencimento**

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

### **Valor da assinatura**

(3 números por ano)

#### Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

#### Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

### **Forma de pagamento**

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail

[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org) ou através

do novo portal acesse os últimos números

da revista **TRAVESSIA**

[www.revistatravessia.com.br](http://www.revistatravessia.com.br)

Acesse também o nosso Facebook:

**Revista Travessia - Revista do Migrante**

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

**A Revista Travessia publica:** dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

**ARTIGOS** - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**NOTAS DE PESQUISA** – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**RELATOS** – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**ENTREVISTAS** - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**RESENHAS** – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**CONTOS** – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**Obs.** Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

### REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

### **Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:**

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitas, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AU-

TORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

*Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.*

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). História dos jovens 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: \_\_\_\_\_. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.



ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.* Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.*

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_](http://www.____)>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.*

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_](http://www.____)>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo.** 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar: comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar.** 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:," nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

**Proceedings...** Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_\\_](http://www._____)>. Acesso em: 21 jan. 2004.

#### DOCUMENTO JURÍDICO

*Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.*

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginalia, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros

*Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

#### DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

*Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.*

Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

*Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.*

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

#### BÍBLIAS

*BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.*

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-  
mênica.

*PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.*

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

#### CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: "Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado,

o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

#### CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESTA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT\\_6023.pdf](http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf)>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Vol. 30, N° 66 – dezembro – 2022

# REMHU

**Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**

ISSN: 1980-8585

Arte, migração  
e transformação



CSEM

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

**As expressões artísticas como caminhos para preservar e abrir espaço a pessoas migrantes e refugiadas**

*Roberto Marinucci*

**Artistic expressions as ways to preserve and open space for migrants and refugees**

*Roberto Marinucci*

### DOSSIÊ

**Recursos performáticos da mobilidade senegalesa: agenciamentos sonoro-musicais migrantes no Brasil**

*Kelvin Venturin*

**Immigrant Songa mobilidade internacional de bandas de Heavy Metal**

*Gleyber Calaça, Duval Magalhães Fernandes, Leonardo Henrique Alves de Lima Nascimento*

**Cicatrices de la lengua poética chicanapoesía y testimonio en la obra de Lorna Dee Cervantes**

*Alejo Lopez*

**Deriva e desterritorialização no processo de escrita dramaturgica Odisseia 116**

*Cleilson Queiroz Lopes*

**Conjuntos e comunidades autóctones andinas altioplânicas na cidade de São Paulo - Panoramas temporais e espaciais**

*Cristina de Branco*

**Elaborações do traumático através da arte - Refúgio, cultura e memória**

*Lucas Oliveira Alves, Lucienne Martins-Borges, Ana Lúcia Mandelli de Marsillac*

**A arte enquanto potenciadora de inclusão social de refugiados e imigrantes - Estudos de caso, em Portugal**

*Cristina Santinho*

### ARTIGOS

**Mudanças no Procedimento de Reconhecimento do Status de Refugiado no Brasil ao longo dos 25 anos da Lei 9.474/97 e seus impactos na proteção das pessoas refugiadas**

*Liliana Lyra Jubilut; Giovana Agutoli*

**Derecho a la salud de mujeres migrantes - el enfoque de dos Organismos de Naciones Unidas**

*Prof. Dr. Renato Zerbini Ribeiro Leão, Felipe González Morales*

**Violência doméstica e saúde de mulheres migrantes bolivianas em oficinas domiciliares de costura na Grande São Paulo**

*Samantha Serrano, Denise Martin*

**Transnational Migration and Reconfiguration of the Family in Zimbabwe**

*Rose Jaji*

**Sobre afetos e fardas - gestão militar e emocionalidade em abrigos para venezuelanos em Roraima, Brasil.**

*Iana dos Santos Vasconcelos, Sandro Martins de Almeida Santos*

**RELATOS E REFLEXÕES**

**Moustapha e a percussão Sabar - Um músico do mundo na capital do Brasil**

*Moustapha Diene, Ramila Moura, Kelvin Venturin*

**RESENHAS**

**Confini, Mobilità e Migrazioni. Una cartografia dello spazio europeo**

*Roberto Marinucci*

LIVRO QUE VOCÊ PODERÁ BAIXAR GRATUITAMENTE OU ENCONTRAR NA  
BIBLIOTECA DO CEM – CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS







# Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: **Os migrantes**

**Politicamente.....** || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

**Culturalmente.....** || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

**Economicamente..** || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

**Teoricamente.....** || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

# dos seus estudos acadêmicos

# da sua produção literária

# da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,  
na ginga da Travessia,  
as amostras da empiria,  
os embates da teoria,  
as lutas do dia a dia,  
os sonhos da poesia.*

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)

[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org)

[www.revistatravessia.com.br](http://www.revistatravessia.com.br)

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

# Sumário

## DOSSIÊ: "PESQUISAR MIGRAÇÕES E MIGRANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA"

Apresentação - E no meio do caminho tinha uma pandemia...  
*Gisele Maria Ribeiro de Almeida; Lidiane Maciel, José Carlos Pereira*

Barrados na Ponte da Integração: imigrantes nas fronteiras da  
Amazônia Sul Ocidental durante a pandemia  
*Letícia Helena Mamed*

Migración y salud: reflexiones a partir de una etnografía en centros de salud en São Paulo,  
Brasil, y Buenos Aires, Argentina, durante la pandemia de COVID-19  
*Eugenia Brage*

As casas de acolhida e os centros de atenção scalabrinianos durante a pandemia:  
uma análise por meio de entrevistas qualitativas  
*José Carlos Pereira; Paolo Parisi; Sidnei Marco Dornelas; Valéria Barbosa de Magalhães*

Memória de migrantes nortistas e pandemia: tempos distintos, acontecimentos presentes  
*Ícaro Vasques Inchauspé; Marilda Aparecida de Menezes*

Mais vulnerabilidades e menos direitos: migração e pandemia na cidade do Rio de Janeiro  
a partir do olhar das organizações da sociedade civil  
*Márcia Miranda Charneski; María del Carmen Villarreal Villamar*

Coletivo Conviva Diferente e a experiência do curso de português para migrantes em Guaianases/SP  
*Alexandra C. Gomes de Almeida; Daniel V. Tapia Lira de Siqueira; Erika Andrea Butikofer*

Observatório das Migrações em São Paulo: desafios das pesquisas de campo no contexto pandêmico  
*Rosana Baeninger; Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Juliana Ribeiro*

## ARTIGOS

Segunda geração ontem e hoje: continuidades e transformações nas experiências sino-brasileiras  
*Maria Victória Ribeiro Ruy*

Muito orgulho e sem rivalidade: atletas olímpicos brasileiros nascidos na Argentina  
*William Douglas de Almeida et all*

Tradução intercultural e aprendizagem em diáspora: senegaleses em Campo Grande, Mato Grosso do Sul  
*Silvana Colombelli Parra Sanches*

Inserção laboral de migrantes internacionais em Santa Rosa/RS: características e tendências  
*Richelli Daiana Pinheiro; Natália Boessio Tex de Vasconcellos; Davide Carbonai*

## RELATO

São J. B. Scalabrini: santo tardio porque diferenciado  
*Por Dirceu Cutti*

## POESIA

Scalabrini na estação de Milão  
*Roberval Freire*

## CONTO

O ilusionista de efemeridades  
*Paulo Mortari*

